



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

HELDER FELIX DE SOUZA JÚNIOR

**ABORDAGEM DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST
(RE) PRODUZIDAS PELO PORTAL DE NOTÍCIAS G1.COM**



FORTALEZA - CEARÁ

2021

HELDER FELIX DE SOUZA JÚNIOR

ABORDAGEM DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST (RE)
PRODUZIDAS PELO PORTAL DE NOTÍCIAS G1.COM

Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientador: Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu.

FORTALEZA - CEARÁ

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas**

Souza Junior, Helder Felix de.

Abordagem discursiva das representações sociais sobre o MST reproduzidas pelo portal de notícias G1.com [recurso eletrônico] / Helder Felix de Souza Junior. - 2021.

238 f. : il.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Programa de Pós-graduação Em Linguística Aplicada - Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Pós-Dr. Lucineudo Machado Irineu.

1. Abordagem discursiva das representações sociais. 2. Estereótipos. 3. Discurso. 4. Cognição. 5. MST. 6. G1. . I. Título.

HELDER FELIX DE SOUZA JÚNIOR

ABORDAGEM DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O
MSTREPRODUZIDAS PELO PORTAL DE NOTÍCIAS G1.COM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de Concentração: Linguagem e Interação.

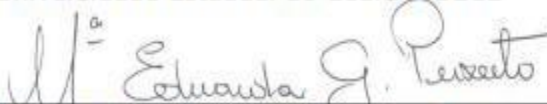
Aprovada em: 8 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



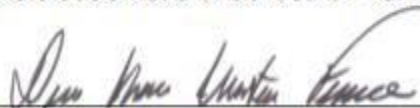
Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dra. Maria Eduarda Gonçalves Peixoto

Universidade Federal do Ceará - UFC



Profa. Dra. Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira

Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

Reconhecendo que ao nos experimentarmos na vida temos inúmeros contrapesos e contratempos de ordem social, pessoal, econômica e contextual que por certo perseveraram contrários a nós e a própria existência, também reconheço que no pisar na/da vida há *personas* sim em bom grado que além de nos acariciar a alma fundo, nos guiam em torno do bem fazer em prol do nosso desenvolvimento humano no sentido abrangente do termo.

Dessa forma, não poderia conceber/findar este trabalho acadêmico sem minimamente tecer comentários simples, porém lacrimosos a estas pessoas que, parafraseando os versos nunca gastos do grande poeta Carlos Drummond de Andrade *no meio do caminho tinha uma pedra tinha uma pedra no meio do caminho*, conduziram-me de alguma (ou várias) forma (s) a impor o machado (nem sempre afiado) da atitude e da palavra que me ajudaram quebrá-las, essas pedras que de tão infinitas nos projetam infinitamente a rompê-las. Ressalto que as sequências dessas pessoas a seguir não refletem graus de importância, pois todas contribuíram dentro de suas possibilidades para este fazer científico, social e humano:

Ana Maria Mota Oliveira Souza, minha mãe, tão extremosa e dedicada na educação e no trato para com os filhos. Professora de formação e de vontade, sempre solícita no acreditar de sonhos e voos longes. A ela agradeço o ensinamento para o trilho do bem e do fazer florir na vida, além de sempre estar comigo na interação de minhas escolhas e experiências.

Helder Felix de Souza, meu pai, ser gentil e de coração (mente) altruísta. Mecânico de formação que embora hoje possua benesses através da força de seu trabalho, nunca deixou que o sucesso profissional e financeiro o fizesse esquecer de suas raízes e humanidade peculiares. Exemplo meu, pai amado. Terno e carinhoso pai que é autorizado a me dizer sempre “meu negão”.

Adryelem Pires Pessoa, minha companheira. A ela estendo os agradecimentos, pois além do apoio desde a submissão ao exame de seleção de Mestrado da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no curso de Linguística Aplicada, caminhou comigo no incentivo, na palavra amiga que afaga e te faz ir. Grato, índia, morena-prata daquele abraço forte que não finda mais.

POSLA, Programa de Pós-Graduação da UECE, por todo apoio e esclarecimentos no tocante às orientações sobre o curso, além da presteza de leitura e devolutiva das dúvidas durante toda a trajetória do curso. Aqui estendo o agradecimento aos professores do Posla/UECE pelas aulas, pelas discussões e pelo conhecimento partilhado com educação, humildade e humanidade.

GPADC/UECE/CNPq, grupo de pesquisa em Análise de Discurso Crítica (ADC), sob orientação do professor e pesquisador Lucineudo Machado Irineu. A todos e todas do GPADC o meu intimado agradecimento, pois a cada troca, a cada discussão, de alguma forma, enaltece

a possibilidade de diálogo, de ajuda e de interação acadêmica e social. Continuemos juntos na luta e na resistência.

FUNCAP, fundação cearense de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, pelo estímulo quanto à produção científica do Estado do Ceará através de fomento à pesquisa, à formação e a capacitação de recursos humanos.

E em especial a Lucineudo Machado Irineu, meu orientador, com quem partilho muito mais que ensinamentos e discussão sobre Linguística Aplicada, mas sobretudo divido experiências de vida. A ele meu agradecimento por ter me apresentado a Teoria das Representações Sociais (TRS) e ter acreditado em mim na empreitada desta pesquisa, agindo com humildade, competência, empenho, intelecto, paciência, compreensão e carinho, mas sobretudo por sua capacidade espetacular de humanidade, de compreender o trato humano além dos muros da academia. Por ser uma pessoa extremamente linda e íntegra. Continuemos, meu amigo, com as mãos estendidas para a amizade.

Por fim, a Deus, a quem devo a vida, o sentir e a poesia possível da existência. A ele jaz para mim toda a metafísica dessa vida finita que se faz de infinitos instantes de poesia no sentido amplo do vocábulo.

Meus sinceros e líricos agradecimentos.

Silêncio

Ando meio farto de tanto barulho.
Passo no mundo e fico confuso.
Os pássaros cantam, no entanto em meio a vida
ninguém ver muito.
Ouço sim o silêncio das palavras que ecoam.
O silêncio solene dos que enterrem seus sonhos.
O silêncio do Estado que omite tanto
entretantos.
O silêncio dos direitos humanos quando um de
bem morre lutando...
Ando meio chato para tudo.
Atravesso fechado o poço profundo.
As árvores dançam, enquanto em meio à vida,
muitos não enxergam quando.
Ouço o silêncio dos que padecem com fome.
O silêncio do pai de família que com tiro
desfalece na rua.
O silêncio da menina gritando a dor da violação
diária e absurda.
O silêncio dos que choram nos bancos, nas
praças, nos campos.
Ando meio fraco para escalar muros.
Caminho na incerteza do vento hesitante.
O sol dorme à noite, mas em meio a vida nada
encanta quando já é bastante.
Ainda ouço o silêncio dos homens lá fora
gritando.
O silêncio das almas consumidas.
O silêncio das canções que nos devora.
O silêncio das multidões que clamam a Aurora.
E assim, talvez no instante, eu nunca mais paro
por tanto quanto...
De escutar sofregamente os silêncios que
teimam em chamas.

(FELIX, 2020).

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar as representações sociais (RS) sobre o MST reproduzidas no/pelo discurso midiático. O *corpus* foi constituído de 20 notícias selecionadas do portal de notícias do webjornal brasileiro G1.com. Em nossa análise partimos de uma abordagem discursiva de vertente crítica de base qualitativa e procedemos a análise em três etapas: (i) descrição temática das RS em tópicos e subtópicos, (ii) análise das estratégias discursivas para o silenciamento discursivo com foco nas relações interdiscursivas e o (iii) exame das estratégias linguístico-discursivas para a reprodução de estereótipos baseado no uso lexical. Como fundamento teórico, propusemos a conjugação entre os pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), mais precisamente na abordagem sociocognitiva (VAN DIJK, 2002, 2010) e a Teoria das Representações Sociais (TRS) em sua abordagem discursiva (ADRS) orientado nos trabalhos de Irineu (2011, 2014, 2019). Do ponto de vista metodológico, como ponto de partida coletamos 40 notícias sobre o MST que compuseram nosso material de análise. A partir da leitura desse material, ou seja, uma pré-análise dessas notícias com intuito de identificarmos os subtemas, as estereótipos e as estratégias linguístico-discursivas, selecionamos 20 notícias para a composição de nosso *corpus* de análise. Desse modo, utilizamos alguns critérios de seleção, por exemplo a análise dos títulos das notícias e/ou subtítulos. Também sobre os critérios de seleção do material de análise e posterior *corpus* analítico, optamos em um recorte temporal compreendido entre anos 2019-2020 o que corresponde aos primeiros anos de gestão do governo Jair Messias Bolsonaro. Os resultados apontaram que as RS sobre o MST se constroem com base em estereótipos, classificações e rótulos que se estabelecem através da cognição social, orientando práticas discursivas e sociais diante do objeto representado. Ainda sobre os resultados, quanto ao primeiro objetivo deste trabalho, a pesquisa revelou escolhas temáticas específicas relacionadas ao MST que se conjugam na construção de uma imagem conceitual que relaciona o MST à ilegalidade, à desordem, à criminalidade, a protesto, à invasão e ao vandalismo. Quanto ao segundo objetivo, atestamos que as análises das relações interdiscursivas nas notícias evidenciam alusão frequente aos discursos militar/policial, sobre o meio ambiente e, sobretudo ao jurídico, correlacionados ao midiático. Essas relações discursivas mostraram forte inclinação contrária ao MST com intuito de desprestigiar o MST legalmente. Já o exame referente ao terceiro objetivo, constatamos que as notícias sinalizam para recorrência intencional de determinadas estratégias linguístico-discursivas, a saber: nominalização, estratégia de polarização, uso estratégico de aspas e estruturação sintática com foco no sujeito (e por extensão aos verbos relacionados) que faz alusão a modelos

mentais/cognitivos de distúrbio da ordem no sentido de construir determinadas estereotípias sobre o MST.

Palavras-chave: Abordagem discursiva das representações sociais. Estereótipos. Discurso. Cognição. MST. G1.

ABSTRACT

This research aims to investigate the social representations (SR) about the MST reproduced in/by the media discourse. The corpus consisted of 20 news items selected from the news portal of the Brazilian webjournal G1.com. In our analysis, we started from a discursive approach with a critical qualitative basis and analyzed it in three stages: (i) thematic description of SR in topics and subtopics, (ii) analysis of discursive strategies for discursive silencing with a focus on interdiscursive relations and (iii) examination of linguistic-discursive strategies for the reproduction of stereotypes based on lexical usage. As a theoretical foundation, we proposed the conjugation between the assumptions of Critical Discourse Analysis (CDA), more precisely in the socio-cognitive approach (VAN DIJK, 2002, 2010) and the Theory of Social Representations (TRS) in its discursive approach (ADRS) oriented towards works by Irineu (2011, 2014, 2019). From a methodological point of view, as a starting point we collected 40 news items about the MST that made up our analysis material. From the reading of this material, that is, a pre-analysis of these news in order to identify sub-themes, stereotypes and linguistic-discursive strategies, we selected 20 news items to compose our corpus of analysis. Thus, we use some selection criteria, for example the analysis of news headlines and/or subheads. Also regarding the criteria for selecting the material for analysis and subsequent analytical corpus, we chose a time frame between the years 2019-2020, which corresponds to the first years of administration of the Jair Messias Bolsonaro government. The results showed that the SR about the MST are built based on stereotypes, classifications and labels that are established through social cognition, guiding discursive and social practices in the face of the represented object. Still on the results, regarding the first objective of this work, the research revealed specific thematic choices related to the MST news that combine to build a conceptual image that relates the MST to illegality, disorder, criminality, protest, invasion and to vandalism. As for the second objective, we attest that the analyzes of interdiscursive relations in the news show frequent allusion to military/police discourses, about the environment and, above all, to the legal, correlated to the media. These discursive relationships showed a strong bias against the MST in order to legally discredit the MST. As for the examination regarding the third objective, we find that the news signals the intentional recurrence of certain linguistic-discursive strategies, namely: nominalization, polarization strategy, strategic use of quotation marks and

syntactic structuring with a focus on the subject (and by extension to related verbs) which alludes to mental/cognitive models of order disorder in order to build certain stereotypes about the MST.

Keywords: Discursive approach to social representations. Stereotypes. Speech. Cognition. MST. G1.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Retrospectiva 2019 das ações do governo contra o MST....	18
Quadro 2 -	Artigo 186 da Constituição Federal 1988	63
Quadro 3 -	Ações do MST na área educacional	78
Quadro 4 -	Signos e representações da bandeira do MST	79
Quadro 5 -	Notícias selecionadas para o <i>corpus</i> analítico	88
Quadro 6 -	Relação entre os objetivos específicos e as categorias de análise	93
Quadro 7 -	Notícias do G1	99
Quadro 8 -	Notícias do G1	111
Quadro 9 -	Notícias do G1	118
Quadro 10 -	Notícias do G1	125
Quadro 11 -	Notícias do G1	131
Quadro 12 -	Notícias do G1	141
Quadro 13 -	Notícias do G1	154
Quadro 14 -	Notícias do G1	159
Quadro 15 -	Notícias do G1	164
Quadro 16 -	Notícias do G1	169
Quadro 17 -	Notícias do G1.....	182
Quadro 18 -	Notícias do G1	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ADC	Análise de Discurso Crítica
ADRS	Abordagem Discursiva das Representações Sociais
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
ECD	Estudos Críticos do Discurso
GPADC	Grupo de Análise de Discurso Crítica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Linguística Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RS	Representações Sociais
TRS	Teoria das Representações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DISCUSSÃO TEÓRICA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES	36
2.1	Discurso midiático	37
2.2	Representações sociais em abordagem discursiva	44
2.3	MST: das origens históricas do movimento a conjuntura atual MST	58
3	TRAÇADO METODOLÓGICO: O PERCURSO INVESTIGATIVO DA RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	82
3.1	Caracterização da pesquisa	82
3.2	Coleta de dados	85
3.3	Procedimentos e categorias de análise	91
4	EXERCÍCIO ANALÍTICO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST EM DEBATE	94
4.1	Descrição temática da RS sobre o MST	94
4.1.1	Subtema 01: reintegração de terras	96
4.1.2	Subtema 02: ocupação de terras	111
4.1.3	Subtema 03: reforma agrária	117
4.2	Análise das estratégias discursivas para o silenciamento do MST	123
4.3	Análise das estratégias linguístico-discursivas mobilizadas na reprodução de estereotipais sobre o MST	153
5	CONCLUSÃO	194
	REFERÊNCIAS	201
	APÊNDICE A – SUBTEMAS DOS CONTEÚDOS TEMÁTICOS DAS NOTÍCIAS DO PORTAL G1.COM	204
	APÊNDICE B – ESTEREÓTIPOS	207
	APÊNDICE C - ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVA	211
	APÊNDICE D - PRÉ-ANÁLISE (INTERDISCURSIVIDADE)	222
	APÊNDICE E - RETROSPECTIVA 2019 DAS AÇÕES DO GOVERNO CONTRA O MST	226
	APÊNDICE F - ARTIGO 186 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988	228
	APÊNDICE G - AÇÕES DO MST NA ÁREA EDUCACIONAL	229

APÊNDICE H - SIGNOS E REPRESENTAÇÕES DA BANDEIRA DO MST	230
APÊNDICE I - NOTÍCIAS SELECIONADAS PARA O <i>CORPUS</i> ANALÍTICO	231
APÊNDICE J - RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	233
APÊNDICE K – NOTÍCIAS SOBRE O MST	234
ANEXO A - FAC-SÍMILE DE MEMORANDO DA OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL	235
ANEXO B - BANDEIRA DO MST	236
ANEXO C – LETRA DE ADEMAR BOGO E MÚSICA DE WILLY C. DE OLIVEIRA	237

1 INTRODUÇÃO

Entre fomes e microfones
 E Tv's e net e fakes e desfakes
 Gente desfez horizontes
 E montes e pontes e cicerones
 O ódio e o terror se espalham
 [perto e longe

Entre as frases-feitas e os discursos hegemônicos
 Enraizado nos coros e nas cores - neste trópico
 Sem fontes sem beira sem norte sem sorte com morte – e
 mais fome.
 Fome...
 Da ideia da palavra da carne da alma da safra econômica

[prós grandes.
 Entre propagandas mentirosas e desumanas
 E febre e medo e discórdia
 Que apavoram negros e troianos
 E mulheres e crianças e pobres e dos que amam diferente
 da norma
 Dementes sangram os sonhos
 E devoram sem remorso a democracia que respira
 pulsante.

(Poesia Pulsante, Helder Felix)

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Há em nosso território (em poder dos grandes latifundiários) grandes extensões de terras não cultivadas. Desse modo, a propriedade de terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de poucos, possuindo origens históricas com chegada dos colonizadores portugueses em 1500 vitimando os povos indígenas. Tal lógica excludente possui raízes históricas que remetem ao processo de colonização brasileira e se reconfiguram em um modelo de concentração de terras implantado pelas classes dominantes que resultou em um projeto politicamente conservador das estruturas fundiárias do país.

O Dossiê 27 “Reforma Agrária Popular e a luta pela terra no Brasil” (2020) publicado pelo Instituto Tricontinental Popular de Pesquisa Social aponta que o Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo, prevalecendo os latifúndios. Essa concentração, ainda segundo o dossiê, aponta para raízes históricas que remontam a ocupação portuguesa em meados do século XVI que combinadas às práticas de monocultura de exportação e ao sistema escravista, estabeleceu as origens da desigualdade sociais.

O último Censo Agropecuário do país, realizado em 2017 pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ratificou que cerca de 1% dos proprietários de terra detém quase 50% da área rural do Estado brasileiro, confirmando que os índices de concentração de

terra no país se agravam com o passar dos anos. Neste contexto, percebemos as nítidas relações assimétricas de poder que tanto excluem quanto marginalizam movimentos sociais que lutam a fim de democratizar o acesso à terra.

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, doravante MST, em contraponto a esta situação excludente, por meio da conscientização dos seus atores sociais através da organização de suas ações e participação coletiva, configura-se como um dos elementos mais atuantes de combate a essa lógica excludente. A ocupação de terras avaliadas como “improdutivas” torna-se uma ação política dos trabalhadores pobres do campo, provocando fortes reações dos proprietários de terras e dos meios de comunicação que a partir da veiculação de notícias, de editoriais e de reportagens na grande mídia, buscam sistematicamente marginalizar o MST através do discurso midiático, desconstruindo o caráter social e inclusivo do movimento.

Desse modo, a estrutura fundiária brasileira é historicamente concentrada, predominando o grande latifúndio, fato que ocasiona exclusão da maioria da população, acentuando as desigualdades sociais no Brasil. Já no início da colonização brasileira, percebe-se que o acesso à terra no Brasil é destinado a poucos afortunados, por exemplo em 1534 o Brasil é dividido em capitânicas que foram doadas aos chamados capitães donatários que tinham como objetivo a exploração do território. Por sua vez, esses capitães doavam sesmarias, isto é, grandes latifúndios, em suas capitânicas a pessoas com alto poder aquisitivo.

No transcorrer da história, percebemos a perpetuação desse modelo de concentração de terras implantado pelas classes dominantes que resultou em um projeto politicamente conservador das estruturas fundiárias do país no qual privilegia uma elite que se perpetua com direito vitalício da produção agrária brasileira. Outro exemplo dessa herança histórica é a chamada Lei de Terras decretada no império em 1850 que consolidou a concentração fundiária brasileira e foi a origem da prática de grilagem de terras no latifúndio brasileiro.

Essa lei agregou valorização à terra, tornando-a mais inacessível à população pobre. Essa estrutura excludente e discriminatória que hoje ataca sistematicamente os trabalhadores pobres do campo apoia-se hodiernamente com o discurso midiático propagado pelas grandes redes de comunicação do país. O MST frequentemente aparece nos gêneros midiáticos, tais como notícias, reportagens e editoriais, no entanto de uma forma geral percebemos que as pautas do movimento são silenciadas pelos grandes meios de comunicação que geralmente são veículos ligados política e economicamente a setores mais conservadores da sociedade que resistem a uma mudança social que ameaçam seu *status quo*.

Assim, as matérias oriundas das grandes corporações midiáticas se utilizam de uma construção estereotipada sobre o MST, representando o movimento social camponês negativamente a partir de estratégias linguístico-discursivas que recategorizam o movimento social de acesso à terra em termos pejorativos, por exemplo, “invasão” e seus derivados como “invasores” ou “invadir” para representar o MST e, por conseguinte, discriminam e criminalizam o movimento perante à opinião pública, além de causar invisibilidade das pautas de luta do movimento.

Por sua vez, o MST se caracteriza como um movimento social de resistência à exploração cuja finalidade é articular e organizar os (as) trabalhadores (as) do campo em prol da luta pela terra a fim de conquistar a reforma agrária, garantindo-lhes assim uma vida digna. Vale salientar que mesmo após assentados os membros do movimento permanecem organizados no MST, pois a posse da terra é um dos passos para a almejada reforma agrária no Brasil. A reforma agrária não se limita apenas a distribuição democrática de terras, mas também a luta por políticas governamentais que viabilizem incentivos fiscais, fornecimento de tecnologias, métodos e condições de cultivo, entre outros. O MST desde seu surgimento em 1984 sempre esteve na mira de ataques da mídia hegemônica que a partir do seu noticiário estereotipa, discrimina e silencia as ações sociais benéficas do movimento. No campo político também há uma forte negação ao MST, sobretudo no atual governo brasileiro.

A partir de 2019, ainda nos primeiros anos da gestão de Jair Messias Bolsonaro, foi evidenciado na prática o tom discriminatório ao MST já antecipado na eleição presidencial de 2018. Dessa forma, com o transcorrer do mandato de Bolsonaro, as falas (discurso) e as ações se tornaram cada vez mais ácidas, com ares bélicos, inflamando a permissividade de atos violentos contra os membros do MST. Ao longo de sua história, o MST sofre ataques tanto da mídia quanto de grupos políticos, sobretudo da chamada bancada ruralista no Congresso Nacional Brasileiro. A título de exemplos nítidos das perseguições que o MST padece podemos citar, por exemplo a recente ameaça de despejo do assentamento Antônio Conselheiro, no Maranhão¹. O assentamento com 18 anos de existência foi surpreendido no dia 13 de setembro de 2020 com a presença de oficial de justiça com notificação de reintegração de posse, deixando os moradores do assentamento apreensivos pelo medo de deixarem suas terras, sua história e o que produziram durante anos de assentados.

¹ "Ameaça de despejo do assentamento Antônio Conselheiro" 24 Sep. 2020, <https://mst.org.br/2020/09/24/ameaca-de-despejo-do-assentamento-antonio-conselheiro-no-maranhao/>. Accessed 21 Nov. 2020.

Outro episódio que evidencia a truculência dos órgãos públicos para com o MST vem do despejo violento em Querência do Norte² no Paraná em 2019 onde cerca de 50 famílias de trabalhadores do campo foram surpreendidas pela presença de policiais militares. A ação policial deixou pessoas feridas pelo uso de balas de borracha, assolando uma comunidade formada por crianças, jovens, adultos e idosos que criavam gado, suínos, além de produzirem grãos e hortaliças. Em 2020, o acampamento Valdair Roque, no Paraná³, foi atacado por 2 tratores, destruindo lavouras em fase de colheita plantadas por 50 famílias de sem-terra. O acampamento localiza-se na Usina Sabarálcool que, à época, acumulava aproximadamente 964 ações trabalhistas na Comarca de Campo Mourão. Poderíamos aqui listar inúmeros abusos de poder e desrespeito à dignidade humana pelas quais o MST sofreu ao longo de sua história, no entanto, agora, focamos em como a mídia hegemônica se porta sobre o MST e a reforma agrária no Brasil em seu noticiário.

No Brasil, a reforma agrária ainda se trata de um grave problema social gerador de inúmeras consequências desastrosas para os (as) trabalhadores (as) pobres do campo. Isto se deve em muito ao descaso e descompromisso de políticas públicas efetivas, pois, a nosso ver, até o momento quase nenhum governo brasileiro levou a questão de reforma agrária com a seriedade e comprometimento necessários. O MST, por sua vez, permanece sua histórica luta contra o latifúndio brasileiro, buscando o direito à terra e a efetiva inclusão social a fim de que possam desfrutar de elementos constituintes de cidadania, por exemplo saúde, cultura, educação e lazer. Com base nisso, apresento a seguir uma breve contextualização de como o MST e a reforma agrária vêm sendo retratados pelo governo atual e pela mídia hegemônica, aqui compreendida como monopólio informacional que se estabelece discursivamente, ocasionando disseminação ideológica com intuito de controle social que, em geral, legitimam o poder e o *status quo* das elites.

Entre as inúmeras ações contra a reforma agrária em curso no Brasil desde do Estatuto da Terra em 1964, citamos o decreto nº 10.252, ratificado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em 21 de fevereiro de 2020 no qual reduz significativamente a estrutura do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esse decreto extinguiu importantes programas que dão incentivos aos assentados e quilombolas como o Programa Nacional de

² "Polícia realiza despejo violento de 50 famílias - Brasil de Fato." 3 Dec. 2019, <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/03/pm-realiza-despejo-violento-de-50-familias-em-querencia-do-norte-pr>. Accessed 21 Nov. 2020.

³ "Comunidade do MST tem lavouras destruídas por fazendeiro" 3 Jul. 2020, <https://mst.org.br/2020/07/03/comunidade-do-mst-tem-lavouras-destruidas-por-fazendeiro-e-capangas-no-parana/>. Accessed 21 Nov. 2020.

Educação na Reforma Agrária – PRONERA e o Programa Terra Sol. O PRONERA propicia cursos de alfabetização, cursos técnico-profissionalizantes, cursos de pós-graduação, bem como capacita educadores para atuar nos assentamentos. Já o programa Terra do Sol fomenta agroindustrialização e a comercialização através de planos de negócios, pesquisa de mercado e consultorias, além de incentivos a atividades não agrícolas, por exemplo turismo rural, artesanato e agroecologia.

A título de explanação, exponho a seguir um quadro com o retrospecto de 2019 das ações do atual governo federal contra o MST e, por conseguinte, a reforma agrária.

Quadro 1 - Retrospectiva 2019 das ações do governo contra o MST

(continua)

Meses/ano	Ações
JAN/2019	08/01 - Governo suspende reforma agrária por tempo indeterminado. Na ocasião, o INCRA informou que 250 processos em andamento foram paralisados. 16/01 - Secretário especial de assuntos fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, diz que via fechar escolas do MST e chama instituições de “fabriquinhas de ditadores”.
FEV/2019	29/02 - Após mais de 20 anos, justiça decide reintegração de posse do pré-assentamento Jangadinha, no município de Cascavel, oeste do Paraná. O assentamento produzia 2 mil quilos de alimentos por semana.
MAR/2019	-
ABR/2019	12/04 - Justiça concede liminar de reintegração de posse da fazenda Campininha, em Mogi-Guaçu (SP). Cerca de 400 famílias foram afetadas. A área pública era usada como “desova” de carros roubados antes da ocupação dos trabalhadores rurais. 19/04 - Em <i>live</i> no Facebook, Bolsonaro afirma que pretende tipificar as ocupações do MST como atos terroristas e defendeu que proprietários possam atirar e matar ocupantes sem que a ação seja considerada crime. 25/04 - Após reunião com Bolsonaro, o ministro da Educação, Abraham Wientraub, afirma que o governo pretende encerrar repasses financeiros a escola do campo ligadas ao MST que atendem mais de 200 mil crianças.
MAI/2019	-
JUN/2019	11/06 - O juiz Amarildo José Mazutti, de Marabá (PA) determina o cumprimento de uma liminar de 2008 autorizando o despejo de parte das 212 famílias do acampamento Dalcídio Jurandir, do MST, a 28 km de Eldorado dos Carajás.
JUL/2019	-

Quadro 1 - Retrospectiva 2019 das ações do governo contra o MST

(conclusão)

Meses/ano	Ações
AGO/2019	07/08 - 300 famílias acampadas nas mediações da BR-406, em São Gonçalo do Amarante (RN), são surpreendidas por uma ordem de despejo, que veio acompanhada de uma ação violenta de reintegração de posse: tratores passaram por cima das barracas e pertences dos acampados. 21/08 - Primeiro assentamento com Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o PDS Osvaldo de Oliveira, sofre nova tentativa de despejo em Macaé (RJ). As 59 famílias acampadas produziam alimentos livres de transgênicos e venenos com foco na preservação da biodiversidade.
SET/2019	05/09 INCRA pede reintegração de posse da área que abriga o histórico e simbólico Centro de Capacitação Paulo Freire, em Caruaru (PE). São 15 hectares em uma área que está em litígio há 20 anos. 18/09 Bolsonaro assina decreto, altera estatuto do desarmamento e amplia autorização para posse de arma de fogo em imóvel rural. 19/09 55 famílias são despejadas do acampamento Margarida Alves, na região metropolitana de Recife. A área de 120 hectares estava ocupada há 16 anos.
OUT/2019	-
NOV/2019	25/11 Bolsonaro afirma que encaminhará um projeto de lei para permitir ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reintegração de posse no campo.
DEZ/2019	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base em www.brasilefato.com.br.

No tocante à mídia, cito brevemente algumas notícias de importantes veículos de comunicação de amplitude nacional a fim de discutir como ela através da veiculação de seu noticiário possui potencialidade de incutir modelos mentais a partir de seus propósitos comunicativos (ideológicos). Em matéria da revista VEJA publicada em 30 de maio de 2020 intitulada “O MST inviabiliza reforma agrária em Goiás”, o MST é acusado de inviabilizar um processo de assentamento de 62 famílias no município de Flores de Goiás. Segundo a matéria militantes do MST invadiram a área antes dessas famílias receberem a terra. A notícia ainda informa que essas famílias foram assistidas em outros projetos de reforma agrária, no entanto sem citar quais projetos foram destinados a esses sujeitos. Ainda segundo a notícia, a fazenda desapropriada foi devolvida aos antigos proprietários, acusando, por fim, que os membros do MST fugiram.

As escolhas linguísticas nessa notícia, embora aparentemente não expressem violência, trazem em seu escopo categorizações negativas, relacionando o MST à invasão, invasores. Essas estruturas linguísticas evidenciam no imaginário popular algo fora da lei, a contraversão, logo são categorizações de cunho depreciativo ao movimento com intuito, se não

claro ao menos evidente em uma leitura mais atenta. Vale ressaltar que na matéria nenhum membro do MST é convocado para esclarecer ou se defender das acusações, mostrando o silenciamento de vozes do MST em debate, isto é, remete-se a um controle discursivo.

Outra notícia da já citada revista VEJA datada em 5 de novembro de 2009 (atualizada em 31 de julho de 2020), intitulada “O MST e o terrorismo oficializado”, temos novamente o MST sendo alvo de acusações, desta vez muito mais explícitas. Segundo a notícia o MST invadiu duas fazendas no Pará: as fazendas Maria Bonita e Rio Vermelho, localizadas nos municípios de Sapucaia e Xinguara, respectivamente. Aqui, o MST é categorizado novamente como “invasores”, no entanto, é atribuído estruturas linguísticas com claro objetivo de criminalizar o MST diante da opinião pública, por exemplo, “homens encapuzados e armados”, “derrubaram e queimaram casas”, “puseram fogo nos veículos”, “roubaram gado”, “ameaçaram de espancamento mulheres, crianças e velhos”, “atos como este, tipicamente terroristas”. Essas expressões, sem muito esforço interpretativo, estão a serviço do poder que tende a relacionar o MST a criminalidade. Nessa notícia, novamente é negado voz aos membros do MST.

Em matéria publicada pela revista ISTO É em 9 de março de 2020, chamada “Grupo de mulheres ligado ao MST ocupa e depreda prédio da pasta da Agricultura”. O alvo dos ataques é dirigido às mulheres ligadas ao MST. Segundo a notícia, um grupo de mulheres do MST depredaram um prédio da pasta da Agricultura. O ato, ainda segundo a matéria, fez-se como protesto contra cortes nos investimentos públicos e a liberação desenfreada agrotóxicos pelo atual governo federal. Na composição da notícia, percebe uma estratégia na qual há descrição de um cenário de vandalismo proporcionado por membros do MST onde paredes, chão e elevador foram pichados com tinta vermelha simbolizando sangue. Novamente não constatamos a voz do MST na notícia.

Na mesma revista ISTO É, em matéria publicada em 22 de 6 junho de 2018, intitulada “A corrupção por trás das invasões do MST”, temos já no título o uso de estruturas linguísticas de cunho negativo ao movimento com as palavras “corrupção” e a já recorrente “invasão”. A notícia traz em seu escopo a ideia de que o MST estaria se beneficiando ilicitamente com dinheiro, associando-se com empreiteiras, fazendeiros e políticos para invadirem propriedades em fase de regulamentação em troca de pagamentos em dinheiro. Em outra notícia sobre MST datada em 20 de abril de 2018 pela mesma ISTO É, intitulada “Invasões sem controle”, o MST é retratado novamente pela categorização de “invasores” e “criminosos”. Segundo a matéria, o MST articulou ações que feriram a lei e a ordem ao invadir o tríplex localizado no Guarujá que levou à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da

Silva. Ao MST, nessa notícia, é atribuído termos de vandalismo como “os militantes quebraram a trava do portão”, “os invasores”, “quebraram equipamentos do condomínio”, “violaram os direitos dos demais moradores”, entre outros.

Podíamos aqui listar inúmeras notícias nas quais o MST e suas ações são estereotipadas pela mídia em seus noticiários. No entanto, por hora pensamos que as referências supra dão uma razoável noção da manipulação da mídia hegemônica que por meio de recursos da linguagem, logo do discurso, produzem um noticiário falsário sobre o MST, categorizando negativamente o movimento social, construindo desse modo representações sociais estereotipadas sobre MST em claro apoio as elites agrárias do país. Apesar desses inúmeros entraves, o MST continua sua luta histórica de acesso à terra, ao cultivo ecológico, buscando efetiva dignidade com força braçal e ideológica que subjaz ao ideário do maior movimento social da América Latina.

Nos anos 1980, período de intensa efervescência política na qual saíamos do regime ditatorial e adentrávamos a uma nova fase democrática na qual muitas expectativas ecoavam, surgiu muitos movimentos sociais. Oficialmente o MST surgiu em 1984 dentro do Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná com o objetivo de discutir e mobilizar a sociedade para a efetivação da reforma agrária e contra a concentração fundiária existente no país e desde sua organização como movimento social o MST busca ações que chamem atenção tanto da sociedade quanto das autoridades públicas a fim de reaver a estrutura agrária do país que, em geral, exclui os trabalhadores pobres do campo, impossibilitando-os de uma vida digna. O MST é herdeiro ideológico de movimentos de base social camponesa como, por exemplo, as Ligas Camponesas na década de 1950 que contribuíram rumo à luta pela posse de terra até o início da famigerada Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Além disso, na década de 1980 entrava em curso o processo de redemocratização do país que possibilitou a emergência de movimentos sufocados pela Ditadura Militar. O regime militar instaurado no Brasil foi duplamente violento com os camponeses, pois além de privá-los dos direitos de expressão e manifestação, imposto ao povo brasileiro através da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5, a Ditadura Militar implantou um modelo agrário extremamente concentrador e excludente, por exemplo instaurando modernização agrícola seletiva, excluindo desse modo os pequenos agricultores, impulsionando o êxodo rural desses grupos sociais e, por conseguinte, agravando a situação desses indivíduos.

O MST nasce das consequências de divergências políticas do desenvolvimento agropecuário durante o período do regime militar, compreendido assim como o movimento social de luta contra a expropriação e a exploração do sistema capitalista. Vale salientar que

durante a Ditadura Militar foi incentivado a reprodução da propriedade privada, criando, dessa forma, condições para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando grandes empresas com incentivos financeiros. Ainda durante a (Golpe) Ditadura Militar foi elaborado o Estatuto da Terra com o intuito de regulamentar a questão fundiária brasileira, no entanto esse estatuto foi considerado mais uma tentativa falatória de promover o acesso à terra devido a extrema dificuldade burocrática. Aqui, vale salientar que antes desse período ditatorial houve reações contra as reformas de cunho social, por exemplo em 1963 o presidente João Goulart põe em curso as chamadas reformas de base que poria a elite em alerta. Entre os planos do governo estavam a reforma educacional, com base no método do educador Paulo Freire, reforma fiscal, eleitoral e a agrária.

Essas reformas somadas ao contexto mundial causaram reações que culminaram na institucionalização do golpe militar de 1964, ferindo, dessa maneira a já combatida democracia brasileira de então. Outro episódio marcante quanto à violência contra os MST ocorreu nos idos de 1996 quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram cruelmente assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará, fato mundialmente conhecido que expressou a constante perseguição contra o MST. Na ocasião, os trabalhadores do movimento faziam uma caminhada rumo à cidade de Belém quando foram impedidos de prosseguir diante de uma polícia fortemente armada, o que gerou uma ação policial truculenta, agressiva, resultando na morte de membros do MST.

Em 2018, com a eleição do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, o MST entrou na mira do atual governo, acusando-os, por exemplo, de invadir áreas produtivas e destruir pesquisas científicas. Na atual conjuntura política brasileira cresceu a perseguição do governo Bolsonaro contra trabalhadores rurais sem terra em uma nítida cumplicidade desse governo com o agronegócio, principal inimigo dos movimentos camponeses, tipificando o MST como terrorismo, dando força a ações de criminalização do maior movimento social da América Latina, pondo, desse modo, em risco a reforma agrária e suas práticas agroecológicas. O MST, por exemplo, promove feiras orgânicas, constituindo-se como maior produtor orgânico do Brasil, ou seja, o cultivo de produtos que não se utilizam de pesticidas danosos à saúde, respeitando a legislação ambiental vigente.

Assim desde sua origem o MST se configura como um dos maiores movimentos sociais do mundo de luta contra latifundiários, agronegócio e repressão do Estado. Esses grupos sociais dado a sua mentalidade colonialista e excludente se apoiam no discurso midiático que propaga uma representação negativa do movimento a fim de discriminalizá-lo diante da opinião pública, objetivando, dessa forma, o *status quo* do acesso à terra no Brasil. Essa representação

é construída e reproduzida pela mídia que se utiliza de elementos linguísticos, por exemplo, escolhas lexicais de desprestígio ao MST, transparecendo motivações de ordem ideológica em detrimento dos membros do movimento dos trabalhadores pobres do campo, além de estratégias de silenciamento discursivo dos atores sociais envolvidos na luta de acesso à terra no Brasil.

Dessa maneira, esse “silenciamento” aqui compreendido como silenciamento discursivo, isto é, as coisas que não se deve comentar nem ensinar e/ou ser aprendidas (LESSA, 2013) se materializa diariamente no noticiário sobre o MST, inviabilizando o conhecimento das reais e justas pautas do MST, bem como suas inúmeras ações benéficas à sociedade, veiculadas, por exemplo, na página oficial do movimento (<https://mst.org.br/>). Desse modo, o termo se refere aos modos de silenciamento nas práticas discursivas pelas quais um conjunto de verdades não podem ser expostas socialmente em debate, contribuindo, dessa maneira, para a naturalização do apagamento sobre dados sociais que, assim, tornam-se inaudíveis, portanto, silenciados.

Esse silenciamento, em grande medida, favorece a (re) produção e disseminação de objetos representacionais que ao circularem discursivamente nas práticas sociais desvela crenças, opiniões sobre determinados grupos sociais e possibilita a distorção dos propósitos do movimento, ocultando os reais motivos tanto das ações quanto das contribuições do MST, por exemplo, a produção e a exportação de produtos orgânicos que já fomentam a economia brasileira, bem como as escolas itinerantes, orientadas pelas Diretrizes Nacionais de Educação, que garantem o direito à educação das crianças e dos jovens em condição de itinerância, bem como as ações de solidariedade e altruísmo do movimento diante da pandemia viral que assola atualmente o mundo.

Atualmente O MST já distribuiu mais de 2,5 mil toneladas de alimentos para ajuda no combate ao covid-19 e à fome no Brasil, fato quase que completamente silenciado pela mídia hegemônica, entre outras ações do movimento que são cotidianamente apagadas dos noticiários. Por sua vez, o MST, organizado em 24 estados nas 5 regiões brasileiras, é formado por famílias pobres e na sua maioria negra, que almejam um pedaço de terra a fim de produzir alimentos saudáveis e, sobretudo, que lhes garantam viver com dignidade.

Para tanto, a mídia se localiza como elemento crucial nestas assimetrias de poder, sobretudo na sociedade contemporânea que se caracteriza, entre muitos aspectos, pelo dinamismo dos meios de comunicação, sobretudo, na chamada era da tecnologia, proporcionando acesso a um elevado estoque de informações que influenciam as relações sociais e, por extensão, a construção das identidades. A celeridade da produção e da distribuição

de informações, em muito provocada pela globalização, proporciona comunicação instantânea na qual há predominância da influência midiática na constituição do significado dos indivíduos.

Desse modo, a mídia torna-se um elemento central tanto para difundir informações quanto (re) construir identidades sociais. Tais identidades, construídas em grande medida pelo discurso midiático, impactam nas experiências, nos padrões de interação e nas representações sobre o mundo. Em outras palavras, o conhecimento advindo dos gêneros jornalísticos, como as notícias, gênero discursivo foco de nosso trabalho, é, em grande medida, “derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2011, p. 285). Essas formas simbólicas, em geral, impactam no comportamento, nas ideologias e, por conseguinte, nas ações humanas, atingindo audiências amplas. No discurso midiático, podemos perceber que uma dada temática pode ser noticiada de inúmeras maneiras, embora o acontecimento seja único.

Dessa forma, a cobertura de um determinado fato social por diferentes veículos de comunicação, por vezes, terá formas de produção e de distribuição distintos, buscando não somente informar, mas também persuadir o (a) leitor (a) a fim de conquistá-lo (a) e, conseqüentemente, buscar adesão ao modo de pensar do veículo midiático. Os órgãos de imprensa, em geral, a partir de estratégias linguístico-discursivas, tendem à manipulação social implementada pelo discurso midiático, por vezes, manipulador e “legitimador”, objetivando, portanto, seduzir e convencer o (a) leitor (a) a aderir ao modo de pensar e de agir em consonância com a ideologia experimentada pela mídia diante de um fato social.

Dessa maneira, as informações sobre os fatos que ocorrem além do nosso meio social mais próximo advêm da mídia, portanto, as manifestações discursivas oriundas dos gêneros jornalísticos tornar-se um dos meios mais preponderantes para produção e disseminação de representações sociais estereotipadas, como as construídas sobre MST ao longo da história do movimento. No tocante aos movimentos sociais, como MST, percebemos, explícita e implicitamente, as relações de poder que são operacionalizadas pelo discurso midiático com intuito de difamar o MST, criminalizando-o a partir, por exemplo, de categorizações como “invasores”, “vândalos”, “terroristas”, entre outras, bem como “variadas formas de mitigação, tais como a amenização, o uso de eufemismos e outras circunlocuções” (VAN DIJK, 2010, p. 182).

Sabemos que o discurso além de refletir a realidade também a retrata, isto é, pela prática discursiva (des) reconstruímos a própria realidade que experimentamos em nossas interações sociais. No entanto, neste jogo, a realidade pode vir modificada a serviço de determinados posicionamentos ideológicos que, em geral, privilegiam uma elite, detentora de

uma elevada parte dos meios de produção e de circulação das informações que os indivíduos têm acesso. Portanto, as notícias podem deformar a realidade dependendo de seus propósitos ideológicos, pois, de um modo geral, “as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

Na mídia contemporânea, em geral, a cobertura das ações do MST é abertamente demonizada pelos inúmeros meios de comunicação seja impresso, televisivo ou mesmo radiofônico. Os registros destes noticiários, na verdade, ataques por vezes violentos, utiliza-se de recategorizações que não representam as bandeiras de luta do movimento com o nítido intuito de rotular o MST. Assim, “movimento” tornar-se “baderna”, “vítimas” em “ameaças”, “ocupação” em “invasão”, entre outras categorizações a serviço do expurgo ao MST e manutenção do *status quo* de elite agrária, pois “o poder instituído em determinado país conta, a não ser em situações excepcionais, com o apoio das corporações da chamada grande mídia” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.14.). Assim, se compararmos notícias, reportagens e outros gêneros jornalísticos, que se portam a um mesmo fato, podemos perceber nuances diferentes de significado desde a seleção desse fato até as escolhas vocabulares usadas para abordar e descrever esse mesmo fato, produzindo e disseminando perspectivas distintas a partir do recorte da realidade observável, construindo, dessa maneira, seu discurso e, conseqüentemente, o discurso de outrem.

A partir dessas escolhas, uma dada notícia, por exemplo, pode ir mais além do relato de um fato e operacionalizar a construção desse fato e, por extensão, do próprio discurso, este sempre coletivo. O discurso midiático busca conscientemente captar os (as) leitores (as), fazendo-lhes pensar que recebem sempre informação de credibilidade. Desse modo, ao noticiar algo, a mídia procura informar com intuito de se fazer crer que o veiculado no texto é exatamente o que ocorreu, ou seja, a “verdade” naquilo que está escrito. No entanto, nenhuma notícia é despreziosa, e sim, carregada de estratégias persuasivas. Entre os vários recursos de persuasão utilizados pelo discurso midiático, a título ilustrativo, podemos exemplificar a seleção de sujeitos convocados em uma dada notícia, ou seja, observar quais personagens foram ou não convocados em uma determinada matéria o que, na verdade, evidencia a escolha a quem dar voz no discurso jornalístico. No caso do MST, as vozes dos membros do movimento quase nunca se localizam nos gêneros midiáticos, prevalecendo outras vozes como de órgãos públicos, agentes de segurança, por exemplo.

Outros exemplos dessas estratégias de persuasão comumente utilizadas pelo discurso midiático é a relação entre explícitos e implícitos no texto, bem como o silenciamento

discursivo, termo que designa aos modos de silenciamento nas práticas discursivas pelas quais um conjunto de verdades não podem ser expostas socialmente em discussão. Por vezes, também, entram no jogo de persuasão no discurso midiático o uso de imagens, fotografias, diagramação, dentre outros, dado a possibilidades multimodais desses gêneros. No entanto, apesar das inúmeras benesses sociais proporcionadas pelas iniciativas do MST, elas, em geral, são silenciadas pelo discurso midiático que, muitas das vezes, recategorizam negativamente o MST, sobretudo no gênero notícia.

Dessa forma, percebemos no noticiário oficial representações sociais que expurgam o MST, influenciando à sociedade, pois “muita da fala cotidiana sobre as minorias é inspirado pela mídia” (VAN DIJK, 2010, p. 144). Sendo assim, a mídia se posiciona como elemento central de disseminação de informação e, dessa maneira, como produtora da opinião das massas tendo em vista sua amplitude no cenário mundial, sobretudo com o advento das agências de comunicação via internet, sendo, portanto, fonte de formulação de ideias sobre as coisas que representamos no mundo já que “falantes, rotineiramente, referem-se à televisão ou aos jornais como suas fontes de conhecimento” (VAN DIJK, 2010, p. 144). Um dos aspectos de relevância das notícias é justamente a dimensão intertextual, isto é, inúmeros textos que são mobilizados com o intuito de processar um elevado número de textos-fontes para fortalecer os argumentos expostos nas notícias, por exemplo.

Portanto, esse recurso retórico se faz a fim de estabelecer credibilidade diante dos (as) leitores (as), formando suas respectivas opiniões acerca dos fatos noticiados a partir de critérios pré-estabelecidos pelos veículos de comunicação. Assim, “a intertextualidade nas notícias se manifesta em formas de citação e referências a outros discursos” (VAN DIJK, 2010, p. 148). O interdiscurso, igualmente, é convocado pelas notícias veiculados pela mídia hegemônica a fim de fortalecer as opiniões, na verdade ideologias, tornando-as mais críveis e dignas de confiabilidade. No caso do noticiário sobre o MST, por vezes, além da estereotipia sobre ações e as bandeiras de luta do movimento, há um nítido silenciamento das vozes dos membros do MST ou, quando muito, as declarações de discriminação e de criminalização são evocadas ao *status* dúbio.

Desse modo, sem acesso à mídia hegemônica, os grupos minoritários permanecem, por vezes, à mercê da manipulação social implementada pelo discurso midiático, manipulador e legitimador, como nos diz Van Dijk (2010, p. 148) “de fato, os grupos minoritários têm pouco acesso à mídia”. Vale ressaltar que em contrapartida a negativa de acesso à grande mídia, o MST possui sua própria mídia como veículo de interação com seus membros e com a sociedade,

além de divulgar, entre outros informes, suas bandeiras de luta, ações do MST e denúncias de atos contra o movimento, por exemplo, os inúmeros despejos de acampados.

O discurso midiático, sobretudo na contemporaneidade, torna-se campo fértil de interações e conflitos sociais, sendo assim, é através de seus gêneros discursivos, como reportagens, editoriais, artigos e notícias, gênero escolhido como material e *corpus* de análise de nossa pesquisa, que se dá a reprodução e a manutenção de formas de pensar, sentir e agir no mundo frente aos objetos representados. Assim, a notícia torna-se uma das práticas discursivas mais propícias para (re) produção e disseminação das representações sociais, como as sobre o MST, exercendo desse modo, influência sobre a constituição social, pois, o discurso é carregado de ideologias que subjazem a esse discurso.

Vale salientar que a construção do discurso midiático não se dá de forma livre, pois a depender das relações e dos propósitos comunicativos entre os eixos de poder e as instâncias de produção, esse discurso tende a (re) construir a realidade social existente, atendendo a interesses de grupos particulares, sobretudo da elite. Sendo assim, não se pode menosprezar a influência da ideologia nos processos de produção e de circulação das informações nos gêneros midiáticos. Portanto, o discurso midiático se articula com os processos de produção de saber e de poder, gerados, entre outras coisas, por questões políticas e interesses de grupos particulares. Assim, o MST se revela com uma identidade historicamente construída a partir de cultura de luta, resistência e contestação social que necessita a urgência de que sua voz possua eco e, assim, possa através de ações governamentais ter acesso ao cultivo da terra definido por leis que os protejam e legitimem sua efetiva participação no sistema agrário do Brasil. Em suma o MST objetiva retirar os pequenos produtores do campo da marginalização e da subalternidade, dando-lhes condições para que estes grupos sociais conquistem dignidade com a força de seu trabalho.

Neste contexto, nossa pesquisa se faz relevante no tocante à discussão de como a mídia, através dos múltiplos meios que dispõe, tende ao discurso neoliberal, criminalizando as ações dos movimentos de luta pelo acesso à terra, sobretudo o MST. Diante da atual conjuntura social na qual percebemos nitidamente desrespeito aos direitos básicos prescritos na Constituição Federal, entendemos a relevância de pesquisas acadêmicas que lancem um olhar crítico sobre a linguagem e suas implicações com a realidade social a fim de tecer reflexões sobre as injustiças e as desigualdades que beneficiam alguns grupos em detrimento de outros, impossibilitando o desenvolvimento social e econômico dos setores minoritários do país.

Aqui, vale salientar a motivação desta pesquisa que nasceu quanto da reprodução de representações sociais estereotipadas sobre MST percebidas no cotidiano. Nas mais diversas

práticas sociais vivenciadas, tais como: conversas familiares, encontros festivos, mesas de bares, viagens, entre outras, percebi reproduções triviais e descontextualizadas quando o tema acerca do MST se tornou palco de discussão. A partir desses posicionamentos estereotipados e, por vezes, com ares de ódio, tomou-me a necessidade de contribuir academicamente e socialmente com uma pesquisa a fim de investigar a propagação de discursos excludentes que expurgam o outro, no caso o MST. Nesses contextos, quando me pus de encontro a essas “opiniões”, na verdade representações sociais produzidas pela mídia hegemônica, argumentando com informações, a meu ver, minimamente plausíveis, deparei-me com pseudo argumentos que, em geral, não tinham embasamento teórico que os sustentassem. Davam-me, em suma, respostas baseadas em noticiários veiculados pelos gêneros do discurso de cunho jornalístico. Minhas tentativas de contra-argumentos a partir de leituras sobre MST e reflexões pessoais, esbararam, por fim, com um banal e acrítico “é minha opinião”.

Desse modo, propus-me uma investigação científica dentro da área das Ciências Humanas, mais precisamente no campo da Linguística Aplicada com interface entre a Análise do Discurso Crítica (ADC) e a Teoria das Representações Sociais (TRS) a fim de causar um certo “burburinho” (JODELET, 2001) que possa contribuir para a fomentar a discussão sobre os reais e urgentes objetivos do MST, bem como no porvir ser essa pesquisa fruto de contínuo debate em outros formatos ou meios, por exemplo, livro, apresentação em eventos ou palestras, entre outros, cumprindo, assim, o propósito de uma pesquisa dentro da Linguística Aplicada que, a meu ver, pode e deve dar uma resposta ou devolutiva à sociedade. A escolha por pesquisar as representações sociais sobre o MST em discurso midiático se fez por compreendemos que é justamente no/pelo discurso que essas representações ecoam com mais propriedade, sendo assim, *lócus* onde os sujeitos, leia-se grupos sociais, disseminam suas opiniões, crenças e ações sobre um dado objeto através dos gêneros discursivos que produzem e compartilham. Um exemplo elucidativo do poder midiático pode ser ilustrado com as mobilizações favoráveis ao *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff em transmissão ao vivo pela televisão.

A deposição de Dilma Rousseff está, do ponto de vista geopolítico, relacionada ao contexto de rupturas democráticas em várias partes do mundo, por exemplo, Venezuela, Paraguai, Honduras, iniciada com a crise econômica capitalista em 2007. Vale lembrar que essa crise, gerada no sistema financeiro dos Estados Unidos, afetou, por conseguinte, diversas economias interligadas pelo processo de globalização. Dessa maneira, tornou-se imprescindível a deposição de chefes de Estados que representassem entrave para a recuperação dos dividendos dos grandes capitalistas. No caso do Brasil, além do cenário mundial, podemos relacionar o

impeachment, na verdade golpe, ao nítido preconceito de classes que impera no país, isto é, ao incômodo da elite frente à ascensão dos estratos inferiores economicamente. É notório que a ascensão das camadas mais pobres do Brasil foi promovida pelos governos petistas. Portanto, para elite, a presença de negros e pobres em lugares antes destinados aos mais abastados, tais como: universidades, *shoppings*, aeroportos, incomodou a elite e seu *status quo* na pirâmide social brasileira.

Dessa forma, a mídia sobretudo a televisiva, em apoio nítido às elites, aproveitando-se de um álibi, ou seja, a pauta da corrupção, mobilizou-se pelos inúmeros meios que dispõe. Aí que entra com maior força o poderio da grande mídia no processo de deposição de Rousseff. No contexto da ação penal comumente chamada de “mensalão”, os principais grupos de comunicação do país se mobilizaram, transformando essa ação em grande evento televisivo ou midiático a fim de atingir o PT, Partido dos Trabalhadores. Em 2013 uma multidão toma as ruas de todo o país para reivindicar, a princípio, por melhorias na infraestrutura dos serviços públicos de transporte.

O movimento com pautas confusas despertou interesse da imprensa que, através de estratégias discursivas, percebeu a oportunidade de, enfim, derrubar o governo petista, na época, sob o comando de Rousseff. Em suma, a mídia brasileira, sobretudo o Jornal Nacional da rede Globo, aproveitando-se das mobilizações de cunho popular, direcionou essa “revolta” popular para o governo de Dilma Rousseff e, por extensão, ao PT, tendo como base o discurso da anticorrupção. Assim, a temática da corrupção voltava em grande destaque nos noticiários, reverberando, desse modo, o álibi para o lema “Fora Dilma”, culminando na deposição da presidenta e, por conseguinte, a posse de Michel Temer, então vice-presidente de Dilma Rousseff, e o famigerado atual governo de Jair Messias Bolsonaro. O resultado, visível na atual conjuntura do país, foi, entre outros aspectos, a radicalização da sociedade, o fortalecimento de grupos fascistas e a ameaça a direitos constitucionais.

Este trabalho, assim objetiva investigar como o discurso veiculado pela mídia corrobora para (re) produção de representações sociais estereotipadas sobre o MST, colaborando com a manutenção da conjuntura atual da posse de terras no Brasil perpetuada pelas classes hegemônicas que com o apoio dos meios de comunicação influenciam a opinião pública através da linguagem, do discurso. Vale ressaltar que as enunciações não são instrumentos neutros, isto é, toda ação verbalizada acarreta implicações de ordem ideológica e fazem parte da prática social, isto é, todo discurso, materializado em textos, é determinado na interação entre os indivíduos em um dado contexto comunicacional e em uma dada situação social.

Assim, os gêneros discursivos veiculados pela mídia hegemônica possuem função central na discussão de fenômenos sociais e, conseqüentemente, o poder dela de inculcar na sociedade determinados posicionamentos ideológicos, sobretudo pela difusão dos meios de comunicação virtuais nos últimos anos. Em outras palavras, são nítidas a influência e a força persuasiva que a mídia possui, construindo, desse modo, uma “verdade absoluta” sobre as informações que ela veicula. Ademais, em razão da atual conjuntura política do mundo no qual observamos um vertiginoso e perigoso avanço de posicionamentos de extrema direita, precisamos de pesquisas que discutam a relevância da onipresença do discurso nas práticas sociais que ora estão a serviço da manutenção de privilégios para as classes dominadoras, ora possuem o papel preponderante na luta política para promover a transformação dessas realidades, objetivando justiça e igualdade nas relações sociais.

Assim, justifica-se a importância de nossa pesquisa no tocante à discussão dessas assimetrias sociais que naturalizam relações de poder através de discursos hegemônicos, perpassados pela linguagem, submetendo, assim, inúmeros grupos sociais à condição de dominados e subjugados, cessando direitos básicos de cidadania e de dignidade como é o caso do MST. Entre os inúmeros grupos minoritários, elegemos para nossa pesquisa o movimento dos trabalhadores rurais sem terra por compreendermos a necessária discussão sobre a realidade desses indivíduos que permanecem com seus direitos desrespeitados, colocando-lhes em condições subalternas diante dos grandes proprietários de terras, mais precisamente o agronegócio brasileiro.

A classe dominante conta com o apoio midiático, que se utilizando de seu poderio manipulador, produz um noticiário que forja uma representação às ocupações do MST como “invasões de propriedade”, enumerando os diversos conflitos de luta pela terra como agressão à propriedade privada, premissa do capitalismo, em uma óbvia motivação ideológica de criminalizar o MST, colocando a opinião pública contrária aos objetivos reais e justos dos trabalhadores pobres do campo que lutam pela ampliação dos benefícios dos assentados, assistência técnica, crédito agrícola e a tão almejada reforma agrária.

Nossa pesquisa, faz-se relevante, pois objetiva demonstrar como o discurso midiático manipula a linguagem a serviço da ordem vigente, privilegiando as elites agrárias, garantindo-lhes o direito vitalício da posse da terra. Dessa forma, a mídia, fazendo o uso de estruturas linguístico-discursivas, propaga um discurso ideológico de claro apoio às elites conservadoras do país que gozando das benesses econômicas e sociais, perpetuam-se como uma classe dominante. Outrossim, vale salientar que nosso trabalho pretende investigar como o discurso midiático corrobora para (re) produção de representações sociais estereotipadas sobre

as minorias do campo, que desprovidas de seus direitos básicos, lutam por equidade social e garantia de sua sobrevivência digna com a força de seu trabalho no campo.

Além disso, essa pesquisa se faz importante, pois objetiva investigar possíveis motivações de ordem ideológica propagadas pela grande mídia que se utiliza de recursos perpassados pela língua para ocultar, por exemplo, a quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais ocorridas em confrontos de luta pela terra, justificando os fazendeiros em armar seus empregados e as suas ordens usar da força ou por ocultar que o MST, além da luta pela terra, promove propostas de educação e de participação social para os assentados e moradores do campo. Essa pesquisa também se justifica pelo seu caráter linguístico, mas sobretudo pelo seu viés de transformação social que, a nosso ver, deve ser o fundamento de um trabalho das Ciências Humanas no ambiente acadêmico que estabeleça interação com a sociedade e assim, ocasione de alguma forma mudança social. O fenômeno social da reforma agrária e, por conseguinte, o MST, já foi pauta de inúmeras pesquisas acadêmicas em várias áreas do conhecimento humano como a Sociologia, a História e a Linguística Aplicada, por exemplo.

Essas pesquisas, dentro das áreas como Sociologia, Linguística Aplicada, História das sociedades agrárias, Serviço Social e História, contribuíram para o debate sobre MST dentro do universo acadêmico. Entre elas podemos destacar a tese de doutorado intitulada “Pragmática dos corpos militantes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Ceará” (2016) de Marco Antonio Lima Bonfim, cujo foco, em suma, trata de compreender as performances corpóreo-discursivas realizadas pelos integrantes do MST em suas atividades de luta, a fim de mostrar como se dá o funcionamento de ação linguística através dos corpos. Os resultados apontaram que a vivência nas atividades e formação promovidas pelo MST para seus militantes evidencia a maneira como os atores sociais do movimento lidam com a relação corpo/linguagem em suas lutas cotidianas por uma reforma agrária popular.

Outra pesquisa de brio na discussão sobre MST trata do livro intitulado “A Alma do MST? – A prática da mística e a luta pela terra” (2014), editora UFGD, de Fabiano Coelho, fruto de dissertação de Mestrado. Nessa pesquisa o autor parte da dimensão mística do movimento dos trabalhadores rurais sem terra para compreender as transformações ocorridas no próprio movimento. O autor revisita os momentos da constituição do MST e os problematiza, demonstrando, desse modo, que esses momentos se fizeram com tensões e contradições, abordando as vinculações socioeconômicas, culturais e políticas que estão no cerne da origem do movimento. Outrossim o pesquisador analisa a vinculação de vários dirigentes e militantes com as concepções progressistas de igrejas cristãs, em sua ala da Teologia da Libertação que,

em geral, ofereceu suporte da motivação para a *práxis* inicial do movimento. Desse modo, a preocupação dos atores sociais do MST com a mística e a espiritualidade nos revela a importância dos aspectos místicos na formação dos militantes. Neste contexto o autor analisa a mística como prática integrante da luta de acesso à terra.

Outra pesquisa que destacamos que igualmente se centra no universo do MST vem da dissertação de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, intitulada “Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST” (2011), Marcos Paulo Campos Cavalcanti Melo. O autor tece sua pesquisa no intuito de compreender como os trabalhadores rurais integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra reconstruem a experiência social de sua primeira ocupação de terra no Ceará tendo como referência essencial a categoria tempo. Assim, nessa pesquisa a interpretação objetiva perceber as lógicas que organizam os sentidos atribuídos ao passado que são expressas nas falas dos protagonistas bem como na ritualização política do evento elaborado pelo MST. Desse modo, os relatos dos participantes da ocupação reconstruem a experiência participativa e organizativa por meio de elaborações discursivas que operam a constituição de temporalidades com vinculação a inúmeros processos sociais, tais como: regimes de trabalho e produção, estrutura da propriedade, religião e participação política.

Barros (2013) em seu trabalho “Os Sem Terrinha: uma história da luta social no Brasil – 1981/2012” desenvolveu uma pesquisa na qual examina as particularidades históricas no quadro de intenso conflitos sociais, marcados pela agressão e violência do latifúndio e do Estado. Esse estudo examina uma particular violência contra as crianças, concentrando-se a análise na história das crianças Sem Terrinha, em face da construção de uma identidade coletiva dentro da ideologia do MST.

Souza (2003) em sua pesquisa “O MST e a Educação: perspectiva de construção de uma nova hegemonia”, por seu turno, propôs analisar como o projeto político de educação do MST tem contribuído para a construção de uma nova hegemonia. Os resultados apontaram que o MST, através de seu projeto político de educação, tem vislumbrado a construção de uma nova hegemonia, isto é, uma nova forma de pensar e agir a partir das atividades coletivas desenvolvidas dentro/pelo próprio movimento à medida em que as novas relações sociais vão se reconfigurando, consolidam a proposta de uma nova organização do trabalho estimulada pelo MST.

Já a dissertação em História das Sociedades Agrárias intitulada “A luta pela construção da imagem do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST – 1984/2002” (2003) defendida por Cassimiro, na Universidade Federal de Goiás, analisa os discursos e as

imagens produzidas pela mídia na construção da imagem do MST. Nessa perspectiva o jornalista e a fotografia aparecem como peça fundamental dessa construção. Outrossim a autora analisa o discurso e a imagem do MST como formação discursiva diferenciada, na qual o MST constrói sua própria imagem, desenvolvendo, dessa forma, uma mística própria com tom messiânico, bem como um aspecto salvacionista que interagindo com pensamento e ação, percebe-se a mudança de discurso ao longo do tempo.

Dentro do campo da Linguística Aplicada, destacamos o trabalho de Correia (2009), intitulado “O MST e seus discursos educacionais: em torno de uma concepção de educação integral”, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste trabalho objetivou analisar os discursos sobre educação do MST a partir dos materiais impressos pelo movimento. A autora investiga como o MST compreende a educação voltada para a formação completa ou integral. Desse modo, a pesquisa utiliza como metodologia a Análise Crítica do Discurso (ACD), detendo-se nas categorias de análise: intertextualidade, ideologia, hegemonia, gramática, vocabulário e coerência. Os resultados apontaram que a educação realizada pelo MST pode ser vista como prática social, tornando-se elemento crucial para conquistas dos direitos sociais que compõem uma sociedade democrática.

Dessa forma, esse conjunto de pesquisas supra reafirma a constante presença da temática sobre o MST dentro do ambiente acadêmico, bem como a urgência da discussão sobre a conjuntura e situação social hodierna do MST. Em suma, as presentes pesquisas objetivam o fomento da discussão que vão desde a constituição histórica do MST até peculiaridades características do movimento e sua evolução ao longo do tempo.

Minha pesquisa, por sua vez, busca a partir da interface entre a Teoria das Representações Sociais (TRS), no campo da Psicologia Social, e a Análise de Discurso Crítica (ADC), no âmbito da Linguística Aplicada compreender quais as estratégias linguístico-discursivas são mobilizadas pela mídia hegemônica para reprodução de representações sociais estereotipadas sobre o MST a fim de deslegitimar o movimento social em uma notória tentativa de criminalizá-lo diante da opinião pública. Outro foco da pesquisa é justamente descrever os elementos temáticos que compõem as representações sociais sobre o MST no gênero notícia veiculado pela mídia hegemônica, bem como observar as estratégias discursivas mobilizadas com o intuito de silenciar as vozes/ações sociais do MST.

Dessa forma, nossa pesquisa objetiva investigar as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas no discurso da mídia, ocasionando representações sociais estereotipadas sobre MST que descontroem as motivações de luta do movimento quanto ao

acesso à terra no Brasil. Portanto, minha pesquisa objetiva analisar a partir de que estratégias discursivas se dá a reprodução das representações sociais sobre MST pelos aparelhos midiáticos, detentora do discurso legitimador no qual manipula as informações acerca da trajetória do MST sobretudo pelo gênero notícia, impulsionado pelo recurso da linguagem, ocasionando, dessa maneira distorções sobre os propósitos de luta do movimento.

A Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici em 1976 trata-se de uma proposta que se propõe a investigar a relação entre os sujeitos e o conhecimento, isto é, essa proposta de investigação se preocupa como os indivíduos se constituem como membros de um determinado grupo social a partir de interesses e ideologias subjacentes ao seu modo de interação com o mundo através da linguagem. A partir da teoria moscoviciano ou Grande Teoria como comumente é intitulada, seguiu-se outros teóricos que se debruçaram nos estudos sobre representações sociais, doravante RS, contribuindo, cada um a seu modo, com os estudos sobre as RS, a saber: Denise Jodelet (1991), em sua abordagem genética, Abric (1994) e Flament (2001) em uma perspectiva estruturalista e Doise (2001) em uma abordagem societal.

A abordagem discursiva das representações sociais, por seu turno, define-se como uma abordagem que lança um olhar especializado para os estudos dessas representações a partir da interface entre a Teoria das Representações Sociais (TRS), no campo da Psicologia Social e a Análise de Discurso Crítica (ADC) dentro da Linguística Aplicada com ênfase na análise dos processos discursivos pelos quais formamos nossa visão de mundo. Assim, nessa abordagem, as representações sociais são tidas como um construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica (IRINEU, 2011, 2014, 2019) pelo qual os indivíduos compreendem os objetos do mundo. Nesta perspectiva, é pelo discurso que as representações sociais são (re) produzidas e disseminadas, provocando efeitos nos significados. Nossa pesquisa, assim, enquadra-se na perspectiva da abordagem discursiva das representações sociais, pois, entendemos que é pelo discurso propagado pela mídia hegemônica que as representações sociais estereotipadas sobre o MST são mais efetivamente construídas e disseminadas, provocando efeitos de sentido nos indivíduos, influenciando as opiniões acerca do MST.

Desse modo, por representação social, também entendemos trata-se de um construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica (IRINEU, 2011, 2014, 2019) pelo qual compreendemos os objetos do mundo dos quais interagimos, influenciando nossas crenças, opiniões e ações para com um dado objeto representacional. De fato, é no/pelo discurso midiático o modo mais evidente de construção e disseminação das RS, pois o texto é o *locus* pelo qual os sujeitos (re) produzem as RS, disseminando-as em suas inúmeras práticas sociais e discursivas. Compreendemos que as RS sobre MST no noticiário são construtos discursivos

e ideológicos, pois essas RS são evidenciadas no discurso e relacionado à produção cognitiva de um dado grupo social, respectivamente.

Portanto, é na dimensão ideológica dos textos, compreendidos tanto como processo de interação quanto como materialidade do discurso, que as RS ganham força significativa, construindo identidades, desse modo o MST quando discursivizado pela mídia hegemônica, é, em geral, representado por estereótipos que são (re) produzidos por motivações de ordem ideológica, evidenciando práticas discursivas operacionalizadas por estratégias linguístico-discursivas de manipulação dos objetivos sociais do MST. Em nossa pesquisa, então, propomos investigar as RS sobre o MST propagadas pelo discurso midiático, buscando uma interface entre a TRS no campo da Psicologia Social e a ADC, na área da Linguística Aplicada, com foco nos processos discursivos operacionados no gênero discursivo notícia pela qual, a nosso ver, é *locus* fértil para propagação das RS estereotipadas sobre o MST, interferindo sócio-cognitivamente nos modos de interação com objeto representado, no caso o MST.

Assim, nossa pesquisa busca esse “olhar especializado” sobre o objeto representacional proposto, no caso as RS sobre o MST em discurso midiático, com o foco na análise dos processos discursivos mobilizados pela mídia para categorizar MST em um campo semântico negativo, com intuito nítido de desprestigiar, discriminar e criminalizar o MST diante da sociedade e, dessa maneira cristalizar, naturalizar conceitos que não condizem com as bandeiras de luta do MST, influenciando formas de pensar, agir e ser diante de tal objeto representacional.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Enterros sem freios
 Valas sem alças
 Sou poeta e descrevo o presente sendo por vezes passado.
 Areia pesada nos versos
 O álcool e a poesia já sobem de certo?
 Alucinógenos simplórios.
 Governo sem crédito.
 Meu povo sofre em filas, em vilas, em prédios?
 Acessam androides?
 Sem poupança, sem teto, sem CPF.
 Muitas siglas e meu país padece.
 E a mídia? E o Estado?
 Bálsamos aliados e pseudo eternos.

(Colchão Social, Helder Felix)

É através da Linguagem que nos constituímos como sujeitos do discurso circunscritos em intensa relação com o outro, isto é, em interação social nas inúmeras práticas discursivas e sociais das quais vivenciamos em nossas experiências. Assim, partindo da premissa de que somos constituídos socialmente pela linguagem e ela, por sua vez, é um fértil campo de lutas ideológicas no qual o papel do discurso é proeminente na reprodução das assimetrias de poder, é justamente na/pela linguagem que (re) produzimos nossas ideologias, dando sustentação a nossas atitudes no mundo.

Desse modo, um estudo sobre as representações sociais, aqui vista como um construto discursivo e ideológico (IRINEU, 2011) que se estabelece na tríade discurso, sociedade e cognição, implica uma interface entre vários campos do conhecimento a fim de construir uma investigação científica proveitosa. Para tanto, a análise sobre as representações sociais sobre o MST propagadas pela mídia hegemônica necessita recorreremos a um projeto de pesquisa de natureza interdisciplinar com o intuito de mobilizarmos artefatos teóricos das Ciências Humanas, como da Sociologia, da História, bem como dos Estudos Críticos do Discurso a fim de investigarmos com mais sedimentação o objeto de pesquisa aqui proposto.

Nesta perspectiva, dado o caráter interdisciplinar, faz-se necessário à epistemologia dessa pesquisa os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC) na qual possui como nascedouro os estudos do linguista britânico Norman Fairclough anunciados primeiramente em artigo publicado em 1985 no periódico *Journal of Pragmatics* conjugado com a Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta inicialmente por Serge Moscovici (1976). Assim, conjugar a TRS aos pressupostos epistemológicos da ADC é o fundamento base dessa pesquisa, pois compreendemos que seja indispensável aqui analisar as

representações sociais construídas socialmente e evidenciadas no/pelo discurso sem os epistemos supras, com intuito de investigar um objeto tão complexo como as representações sociais sobre o MST propagadas pelos gêneros jornalísticos, sobretudo o gênero do discurso notícia.

Assim a interface aqui proposta entre a ADC e a TRS oferecerá fundamentação para a investigação do objeto da presente pesquisa, ou seja, a conjugação da abordagem crítica do discurso com a teoria das representações sociais possibilita uma análise mais fecunda acerca das representações sociais sobre o MST veiculadas no contexto das mídias contemporâneas em detrimento das reais e justas bandeiras de luta do maior movimento social da América Latina. Por fim a presente pesquisa se insere dentro da área da Linguística Aplicada, mais especificamente no campo da Análise de Discurso Crítica, pois ela nos possibilita o estudo da linguagem como prática social com intuito de compreendermos como os indivíduos produzem ou alteram a estrutura social nas inúmeras práticas discursivas das quais vivenciamos, atuando assim como um campo do conhecimento que atua no processo de investigação e conscientização sobre os problema sociais dos quais a linguagem é basilar e, por conseguinte, as relações discursivas e seus respectivos impactos no cotidiano.

A seguir, apresentamos alguns referenciais teóricos de base que nos servem de ponto de partida sobre os requisitos conceituais dos quais partiremos para fundamentar a análise de nossos dados, a saber: os conceitos de discurso midiático, gênero notícia, de representações sociais em abordagem discursiva e Análise de Discurso Crítica, bem como uma discussão sobre MST enquanto movimento de amplitude social.

2.1 Discurso midiático

Na contemporaneidade é imprescindível o papel da mídia no processo informativo como mediadora do conhecimento posto que ela está cada vez mais inserida no cotidiano dos indivíduos, desempenhado, portanto, forte influência na sociedade, moldando comportamentos, atitudes, modos de pensar e agir no mundo. Desse modo, a mídia se apresenta como um instrumento especializado cuja finalidade basilar é “responder a uma demanda social por dever de democracia” (CHARAUDEAU, 2006. p. 58), com intuito de servir em benefício da cidadania. No entanto, a mídia também se apresenta como um instrumento atrelado a uma lógica comercial, ou seja, em um contexto de concorrência em relação a outros meios de comunicação.

Assim, a mídia busca captar o máximo de indivíduos recorrendo a estratégias linguístico-discursivas a fim de seduzir o público, o que nem sempre a deixa isenta de posições

de ordem ideológica. Para isso, o discurso possui preponderância na (re) produção de representações sociais que incutem valores, atitudes para com um dado objeto representacional. Dessa maneira, o discurso midiático, ao se utilizar de recursos linguístico-discursivos, estabelece posicionamentos ideológicos e, conseqüentemente relações de poder. O discurso e o poder mantêm relação intrínseca, pois é através da prática discursiva midiática uma das formas propícias para que a dominação ideológica se materialize. Desse modo, como nossa pesquisa se volta em torno das representações sociais sobre o MST construídas e disseminadas pelo discurso midiático, compreendo a necessidade de uma breve explanação sobre a mídia e o discurso.

O discurso midiático, como todo ato comunicativo/interacional, pressupõe a relação de duas instâncias basilares: uma de produção e outra de recepção. No tocante à instância de produção, podemos entendê-la como “uma entidade compósita que compreende vários tipos de atores” (CHARAUDEAU, 2006, p. 73) que conjuntamente contribuem para a produção de gêneros discursivos, como as notícias, que aparentemente possuem aspectos unitários e homogêneos do discurso midiático, bem como uma co-enunciação com intuito significativo que corresponde a um projeto comum a esses atores, representando a posição ideológica do veículo de comunicação. Entre esses atores que contribuem para a máquina midiática, podemos citar a direção do organismo de informação, equipes de programação, redação das notícias, operadores técnicos, jornalistas, editores, dentre outros.

Especificamente os (as) jornalistas têm função de transmitir as informações. No entanto, a informação coletada “se compõe de um conjunto de acontecimentos ou de saberes que aparentemente preexistem ao ato de transmissão” (CHARAUDEAU, 2006, p. 74) o que pressupõe que o (a) jornalista deve coletar os acontecimentos e os saberes construídos na veiculação do fato, tratá-los e, por fim, transmiti-los ao maior público possível. Quanto à instância de recepção, o público é compreendido como constituinte dessa instância. Todavia, dado à diversidade desse público que consome as informações veiculadas pela mídia, compreende-se tratar de pessoas distintas em inúmeros aspectos desde grau de escolaridade, *status* socioeconômico, letramento, entre outros aspectos.

Desse modo, dado à heterogeneidade do público que acessa às informações veiculadas pelos meios de comunicação, compreende que o público se estabelece como “uma entidade compósita que não pode ser tratada de maneira global” (CHARAUDEAU, 2006, p. 78), sendo assim, ele se diferencia de acordo como os modos de transmissão, por exemplo, imprensa, rádio e televisão, o que afeta as reações intelectivas e afetivas do público, fato este que a mídia compreende e tira partido tendo em vista que “o conhecimento que nós temos dos

fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2011 p. 285).

O discurso midiático, assim, possui um importante e crucial papel de formar opiniões e influenciar comportamentos e posicionamentos nas práticas sociais com o aporte das práticas discursivas midiáticas que, em geral, estão a serviço da elite. Entre os inúmeros recursos que a mídia dispõe e funcionam como mecanismos de manipulação com intuito de (re) produzir representações estereotipadas sobre as minorias sociais, como o caso do MST, foco de minha pesquisa, a fim de estabelecer dominação podemos citar escolhas linguísticas, metáforas, eufemismos, imagens, fotos, manchetes chamativas, silenciamento discursivo, intertextualidade, relações interdiscursivas, ordem sintáticas, entre outros mecanismos.

A mídia tem como função primordial dar conta de acontecimentos que se situam em dado tempo e espaço determinados, logo necessita aproximar dois momentos na cadeia temporal, isto é, o instante do surgimento do acontecimento/fato e o instante de consumo da notícia. Assim, cada suporte de difusão explora a partir dos meios técnicos que dispõe, mecanismos que acelerem o processo de disseminação de informações a fim de atingir um maior número de pessoas possível.

A mídia, portanto, é *locus* fecundo de constituição identitárias, pois ela influencia diretamente na constituição dos sujeitos, sendo assim um meio pelo qual construímos nossos significados sobre o mundo, pois “as mídias fabricam e lustram informações de abrangência ilimitada, tornando próximo e presentes acontecimentos de todos os fragmentos do globo, em clivagens sociais e diferenciais de poder” (GOHN, 2000, p. 34). Desse modo, o discurso midiático assume um papel de predomínio da composição do universo simbólico das massas, sendo, portanto, um lugar central tanto para difusão de informações/fatos quanto para processo de (re) construção permanente das identidades sociais, sendo elemento fundamental na reprodução da vida social, pois a formação dessas identidades interfere na constituição ideológica dos sujeitos.

Desse modo, os textos da mídia tendem a representar versões da realidade que dependem de aspectos como: posições ideológicas, fatores econômicos, interesses daqueles que compõem esses textos, relações sócio-políticas, entre outros. Em suma, as relações comerciais e ideológicas do veículo midiático têm efeito naquilo que é publicado como notícia, bem como o meio pelo qual a informação é construída e apresentada ao público. O discurso midiático, portanto, constitui-se como “um poder que possui certas características que estão semi-ocultas, com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis, que poderá tanto democratizar a informação como escamoteá-la, ou distorcê-la” (GOHN, 2000, p. 20), atuando

na formação da opinião pública, bem como na formulação de conjunturas que definem em grande medida os rumos dos acontecimentos.

A mídia e, por extensão, o discurso praticado por ela, sempre teve um papel de extrema relevância na formação de opiniões, valores, crenças junto à sociedade, assumindo por diversas vezes um papel estratégico e político. No tocante aos movimentos sociais, o discurso midiático tem o poder de contribuir significativamente para desprestígio de um dado movimento social a partir das representações simbólicas que esse discurso constrói e dissemina pelos inúmeros meios que dispõe, tendo em vista que “a mídia sempre teve um papel importante junto aos movimentos sociais, quer seja por meio do rádio e da TV, dos folhetins, da grande imprensa e, contemporaneamente, via multimídia” (GOHN, 2000, p. 21). Desse modo, os movimentos sociais, como o MST, têm sido retratados no discurso midiático a partir de certos parâmetros político-ideológicos pelos quais “interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações” (GOHN, 2000, p. 23), evidenciando um processo pelo qual a notícia é construída com intuito de formar a opinião do público sobre um determinado objeto e não necessariamente para informar esse público.

A mídia, então, que se constitui “como um conjunto de instituições, negócios ou organizações que produz e transmite informações para determinados públicos” (GOHN, 2000, p. 19) atua, sobretudo na contemporaneidade, como campo de força e de poder, evidenciando através de recursos linguístico-discursivos, produção de representações sociais que criam interlocuções no imaginário popular, muita das vezes ocasionando estereótipos de grupos minoritários, pois “as representações da mídia sobre os movimentos sociais são condensadas de forma a construir no imaginário da população uma cultura política sobre o movimento” (GOHN, 2000, p. 22).

O discurso midiático faz com que os indivíduos assimilem informações e ao interpretá-las produzam novos signos e, por conseguinte, emitam novas informações/representações, transmitindo novas informações que podem afetar outros sujeitos, isto é, outras subjetividades, agenciando novas interpretações e geração de novos signos em um contínuo processo semiótico. Nesta perspectiva, o discurso midiático parece-nos crucial como um dispositivo que exerce por um lado influência direta na vida dos indivíduos, por outro, exercer poder e controle social, sobretudo de movimentos que partem de uma perspectiva contra-hegemônica como nos afirma Gohn (2000, p. 20) “os próprios movimentos sociais, que tiveram muito poder de pressão nos anos 70 e 80, teriam sido suplantados pelo poder da mídia” (GOHN, 2000, p. 20)

A influência do discurso midiático é facilmente verificada nas inúmeras práticas sociais, sendo, portanto, elemento preponderante na (des) formação de opinião dos indivíduos, pois “muito da fala cotidiana sobre as minorias é inspirado pela mídia” (VAN DIJK, 2010, p. 144), evidenciando a importância do discurso midiático como terreno fecundo de conhecimento e valores na sociedade. Assim, o discurso midiático possibilita percebermos as representações sociais sobre as coisas do mundo por meio da linguagem que, muitas das vezes, causam desprestígio aos movimentos sociais dando que “da parte da própria mídia, observa-se que entre alguns dos meios de comunicação, como a televisão e os jornais diários da grande imprensa, os movimentos são citados, reportados, figuram como manchetes, ou são ignorados, de acordo com certas estratégias: político-mercadológicas ou de controle social” (GOHN, 2000, p. 23).

Em suma, a mídia e o discurso veiculado por ela é preponderante na disseminação da história, da cultura, da memória, estabelecendo-se como um instrumento organizacional detentora da “verdade” de acordo com seus propósitos, ocasionando nítida influência na estrutura social que, em geral, defende os interesses da elite. O discurso midiático, portanto, caracteriza-se como elemento central na construção do consenso político, sendo assim, palco de anseios de um dado segmento social. Desse modo, investigar os mecanismos do discurso midiático se faz relevante para desvelar como a linguagem (discurso) é utilizada em prol de determinados grupos sociais, legitimando interesses particulares.

Aqui também vale discutimos sucintamente sobre o gênero discursivo notícia justamente por se tratar de um gênero midiático intensamente inserido no cotidiano dos indivíduos, constituindo-se como um dos meios mais efetivos para construção de representações sociais à medida que atinge uma elevada audiência. A sociedade contemporânea é marcada por inúmeros aspectos que a constitui, por exemplo, leis, instituições, regras, discurso, entre outros. Entre um dos elementos de preponderância para a constituição do tecido social é a mídia que se estabelece como um instrumento (de) formativo de opinião e, conseqüentemente, reprodução de ideologia.

É nítido que os grandes meios de comunicação não se restringem a divulgação de notícias, mas a inúmeros projetos de ordem econômica a depender dos seus propósitos, em geral, em benefício de grupos privados. Entre inúmeros gêneros midiáticos, discutiremos sobre o gênero discursivo notícia tanto por ser *lócus* pelo qual coletaremos nosso material de análise e, por conseguinte, nosso *corpus* analítico, quanto pela relevância desse gênero na disseminação de informações e construção de representações sociais, sobretudo no contexto de intensa velocidade de distribuição de notícias, por exemplo, pelos portais virtuais, no caso específico

deste trabalho o portal de notícias G1.com. Iniciaremos, então, nossa discussão acerca sobre a importância da linguagem para a materialização do gênero discursivo notícia.

Nesse sentido, a linguagem, como um elo entre o fato e o público, não se constitui apenas como mero transmissor de acontecimentos, pois as informações veiculadas pelas notícias, sobretudo no atual estágio tecnológico proporcionado pela internet, é elemento crucial de (des) aprendizagem. Sabemos que a aprendizagem tanto é um fenômeno individual como social. No primeiro, o indivíduo é responsável pelo seu próprio conhecimento, isto é, o indivíduo se torna agente em busca de conhecimento, assim, aprender é uma espécie de impulso, uma vontade que o faz ir atrás do saber. No segundo, o conhecimento é social, pois também pode se caracterizar como um momento no qual envolve um mentor, um orientador ou um professor, um sistema, um método, por exemplo. É nesse segundo momento que entra em cena o papel do jornalismo como um fenômeno educacional, pondo-se como um veículo mediador entre os acontecimentos do mundo social e a sociedade, dessa maneira, perigosamente interpretativo a partir da articulação no manejo com a linguagem materializada na composição de uma determinada notícia.

Dado à relevância da linguagem, discutiremos aqui fenômenos específicos que a caracterizam, ao menos nos preceitos gerais sobre esse gênero discursivo. Primeiramente é importante destacamos que o jornal é um veículo de comunicação que, de forma geral, é acessado por todas as classes sociais, por conseguinte, atinge todos os níveis de escolaridade, por isso não apenas os gêneros midiáticos, tais como as editoriais, os artigos, as notícias, entre outros, mas também a linguagem, devem ser variados ao buscar um denominador a fim de atingir o maior espectro de público possível. Em outras palavras, é necessário que a informação veiculada seja compreensível pelos leitores, desde os menos aos mais letrados. Aqui tomo letrados os indivíduos que tiveram mais acesso à escolarização, por exemplo, formação de nível superior. Desse modo, a escolha dos elementos linguísticos deve ser criteriosa, atentando-se para certo equilíbrio, ou seja, evitar que o texto não se estabeleça extremamente rebuscado, hermético, tornando o discurso inacessível, bem como não transparecer um texto simplório ou grotesco, em uma tentativa de aproximação extrema com o popular.

Tal equilíbrio prima com que a mensagem veiculada seja efetivamente decodificada, pois informação só se constitui com êxito quando pressupõe um ser informado. Assim, uma notícia só se faz efetiva quando exercer sua função social, isto é, como elemento mediador entre os acontecimentos no âmbito social e os cidadãos. Daí a importância no trato com a linguagem no âmbito jornalístico a fim de atingir sua função máxima, ou seja, colocar a sociedade a par dos fatos cotidianos que influenciam, direta ou indiretamente, a vida social das

peessoas. Uma notícia possui, via de regra, algumas características específicas com intuito de uma comunicação rápida e eficaz. De forma sucinta, discutimos a seguir sobre essas características. Vale ressaltar que tais aspectos são preceitos dentro dos manuais de Comunicação Social que podem, a nosso ver, em determinados contextos não se efetivarem na íntegra dado às inúmeras intencionalidades discursivas dos veículos de comunicação.

A primeira característica marcante de uma notícia é justamente a objetividade, pois teoricamente a linguagem deverá primar exclusivamente para função referencial, isto é, sem emitir juízos de valor e não induzir determinadas interpretações, como nos afirma (NUNES, 2003, p. 20) “a objetividade é a capacidade de não se envolver pessoalmente, de não emitir juízos e se aplica da mesma forma no trabalho do jornalista”. Em suma, uma notícia não deveria expor indícios de subjetividade, por exemplo, com emissões, direta ou indiretamente, de opinião, sobrepondo-se à objetividade, tendo em vista que tais juízos deveriam ficar a cargo dos leitores e não com a influência subjetiva de quem noticia, no entanto a ideologia presente nos textos, sobretudo o da prática discursiva midiática impedem a existência de uma objetividade.

A segunda característica que destacamos é a clareza que se relaciona com a transparência das informações transmitidas. Assim, uma notícia não pode emitir informações ambíguas, redundâncias ou imprecisões vocabulares. A escolha vocabular, portanto, deverá ser feita de forma criteriosa a fim de evitar incompreensões e/ou más interpretações. Desse modo, o cuidado com a nitidez das informações deve ser primazia, pois um “deslize” de linguagem tem potencial negativo e as consequências advindas dessa imprecisão podem atingir um emaranho de interpretações equivocadas. A terceira característica é a concisão, segundo Nunes (2003, p. 23) “conciso é a capacidade de expressar resumidamente o essencial do fato noticiado, sem perder-se em minúcias desnecessárias”. Assim, um discurso demorado pode potencialmente desviar a atenção e provocar desinteresse para com o fato retratado, assim uma notícia precisa ser essencialmente concisa com intuito de evitar dispersões. A concisão se relaciona com o domínio da linguagem no sentido de se restringir apenas ao indispensável, não significando um texto superficial. Em resumo, a concisão trata de informar um determinado acontecimento social primando pela escolha precisa de palavras, pela economia vocabular com intuito de que cada uma delas possuam potencial significativo no contexto.

A quarta característica é a densidade que se relaciona com a capacidade de exprimir significação no sentido de se evitar desgaste com espaços evasivos. Ela diz sobre a capacidade de exprimir sentido aos elementos linguísticos dentro de um dado contexto informacional. Portanto é relevante que uma dada notícia traga informações novas que complementem a

informação principal noticiada. O interesse recai no equilíbrio entre a dimensão física, leia-se texto, e a dimensão informacional, pois uma notícia necessita em sua essência ser carregada de informatividade. Em suma a densidade se caracteriza com a relação entre espaço, tempo e informatividade, elementos básicos do fazer jornalístico.

A última característica que destacamos é a correção que trata justamente da correção gramatical. Aqui se relaciona diretamente a preocupação com o padrão da língua, isto é, com as normas gramaticais vigentes. Evidentemente que um jornalista não pode se furtar de noções básicas da estrutura da língua, por exemplo, regências verbais e nominais, uso dos porquês, usos da crase, concordâncias verbais e nominais, utilização da vírgula, esta que se mal utilizada pode interferir diretamente no sentido do texto, entre outros aspectos normativos. Resumidamente, a correção gramatical é essencial na composição de uma notícia, pois o uso inadequado dos pressupostos das regras gramaticais pode acarretar sérios prejuízos para a mensagem noticiada, ocasionando, por vezes, equívocos de interpretação.

Por fim, vale discutir brevemente sobre um elemento estrutural do gênero notícia que, por vezes, é negligenciado sua relevância. O título de uma notícia vai muito além de atrair o público leitor, tendo uma função de orientar o leitor para o tema ou para o foco do texto. Obviamente a elaboração de um determinado título levar em consideração elementos que vão muito além dessa orientação, evidenciando motivações de ordem ideológica. A elaboração de um título de uma notícia requer um trabalho no tocante à modelação e lapidação, variando a partir de inúmeros aspectos, tais como: contexto da notícia, inferência de informação prévia do receptor, espaço destinado para o título, fonte, corpo, estilo e, obviamente, motivações ideológicas.

Dessa forma, nossa pesquisa foca nas representações sociais sobre MST (re) produzidas pelo discurso midiático que corrobora em sua prática discursiva na disseminação de estereotípias, estabelecendo efeitos de sentido nos textos, portanto o discurso midiático é um aporte teórico relevante para nossa pesquisa, pois nos serve como um dos pontos de partida sobre os requisitos conceituais para fundamentação da análise de dados para investigarmos como as construções midiáticas corroboram para as relações de poder e dominação na sociedade contemporânea, determinando e naturalizando visões particulares de mundo.

2.2 Representações sociais em abordagem discursiva

O campo dos estudos sobre representações sociais se constitui como uma área fecunda para a investigação de fenômenos sociais, sobretudo na contemporaneidade marcada

pelo fluxo contínuo de informação proporcionada pela atual era da tecnologia de informação e suas inúmeras ferramentas multimídia, por exemplo as redes sociais virtuais que diminuiriam consideravelmente a distância espaço-temporal entre as pessoas, Nesta perspectiva, é cada vez mais importante a abrangência de pesquisas que investiguem as representações sociais (re) produzidas e disseminadas em grande escala pela mídia, causando formas de pensar e agir no mundo.

A Teoria das Representações Sociais, doravante TRS, tem como base os estudos de Serge Moscovici (1976), dentro do campo da Psicologia Social, que ao investigar as transformações dos pensamentos erudito e popular, focando na popularização/socialização da Psicanálise junto à popularização parisiense no contexto da década 1950, redimensionou o conceito de senso comum, problematizando-o como conhecimento válido, relativizando o conhecimento advindo das ciências como o único legitimado. Nesta perspectiva, as TRS são investigadas como formas de comunicação que propiciam interações sociais na construção do conhecimento, sendo assim vistas como fenômenos sociais que estruturam, em grande medida, formas de pensar e agir frente aos objetos representacionais.

Dessa maneira, o sujeito, tido como membro de um dado grupo social, ganha lugar de relevância dentro da TRS, pois o “sujeito adquire uma capacidade de definição através de funções identitárias que desempenha nas interações” (IRINEU, 2019, p. 10), sendo, portanto, elemento essencial para a análise deste complexo fenômeno social a partir de dois processos descritos na teoria moscoviciano: a nomeação e a classificação. A partir da base epistemológica fundada por Moscovici, outros pesquisadores também constroem suas considerações das quais abordo brevemente a seguir. Denise Jodelet, orientada em sua pesquisa de doutorado por Moscovici, propõe uma abordagem dimensional para o fenômeno representacional. A autora, ao investigar a alteridade onde pessoas consideradas sadias e loucas precisam interagir, isto é, manter relações físicas e discursivas, as representações sociais se fazem mais objetivas, ganhando, desse modo, forma através do contato social e linguístico. Jodelet investiga a gênese das representações sociais construídas pelos sujeitos em interação, buscando compreender os processos pelos quais uma representação passa quanto a sua formação e estruturação.

Por sua vez, Jean-Claude Abric (1994) em sua abordagem estruturalista traça uma visão mais estrutural para a formulação do conceito do fenômeno representacional. Abric, proponente da Teoria do Núcleo Central, investigou a estruturação das representações sociais através do processo de objetivação. Nesta perspectiva, uma representação social é um sistema composto por dois subsistemas estruturais básicos ou núcleos: um central e um periférico. Para o autor, faz-se necessário compreender a estrutura da representação para que possamos

conseguir alterar uma realidade social, isto é, somente a partir da compreensão da estrutura da representação social é que se pode ser possível propor mudanças que solucionem os problemas sociais. Claude Flament (2001), teórico igualmente de visão estruturalista sobre o fenômeno representacional, postula que ao lado do núcleo central há elementos periféricos importantes no funcionamento e estruturação das representações sociais. Sistemáticamente, a abordagem estruturalista proposta por Abric (1994) e Flament (2001) sugere que as representações sociais comportam sistemas periféricos que se organizam em torno a um núcleo central.

Já para Willem Doise (2001), por seu turno, partindo do conceito de atitude do campo da Psicologia Social, concentra-se na ancoragem como processo responsável do fenômeno representacional. O teórico, em sua abordagem psicossociológica, propõe o fenômeno representacional como construto intensamente influenciado pelos indivíduos de um dado grupo social, postulando que o fenômeno representacional não é estático. Já a abordagem discursiva das representações sociais (ADRS), segundo Irineu (2019), consiste de em uma visão especializada que lançamos para o estudo das representações a partir de uma interface entre a Teoria das Representações Sociais e a Análise de Discurso Crítica, focando para análise dos processos discursivos envolvidos na reprodução dos chamados “objetos do pensamento” (MOSCOVICI, 1976). A partir desses “objetos do pensamento” são elaboradas as visões dos sujeitos de um dado grupo social sobre o mundo.

Circunscrito aos pressupostos epistemológicos da Linguística Aplicada, Irineu *et al.* (2011; 2014; 2019) propõem uma abordagem discursiva para investigação das representações sociais com intuito de investigar a relação entre ideologia, cognição e estruturas linguísticas na construção das representações sociais nas práticas discursivas e sociais. Dessa maneira, as representações sociais são tidas como “um construto discursivo, de natureza sociocognitiva e ideológica, através do qual, na condição de membros de grupos sociais, compreendemos os objetos do mundo com os quais interagimos” (IRINEU, 2019, p. 9). Aqui vale ressaltar a recente publicação *Representações Sociais na Contemporaneidade* (2020) na qual temos um ciclo de estudos que se utilizam da teoria das representações sociais com intuito de compreender como grupos sociais se familiarizam com diversos assuntos na contemporaneidade. Essa publicação, composta por 14 capítulos dos quais 6 são teóricos e 8 são empíricos, apresenta diversas pesquisas e discussões tendo como ponto de convergência a Teoria das Representações Sociais.

Desse modo, mais especificamente, cito nosso capítulo (IRINEU *et al.*, 2020, p. 56-65) intitulado “abordagem discursiva das representações sociais: apontamentos teóricos” no qual revisitamos o conceito de representações sociais debatido por Moscovici, Jodelet, Abric,

Flament e Doise em seus estudos de base, na tentativa de mapear vestígios da dimensão discursiva do fenômeno representacional no pensamento dos referidos teóricos para em seguida apresentarmos o conceito de representações sociais de que temos partido, ou seja, a abordagem discursiva das representações sociais, nas pesquisas que desenvolvemos no GPADC/UECE⁴. O discurso, então, é compreendido, de forma mais ampla, como todo evento comunicativo (VAN DIJK, 1999) e, de ótica mais específica, como uma dimensão da prática social (FAIRCLOUGH, 2008). Nesta perspectiva, os efeitos ideológicos implicados nos textos se dão na relação entre aspectos cognitivos, práticas discursivas e fatores sociais no momento das interações verbais.

Assim, as ideologias manifestadas nos textos se projetam em direção a interesses particulares de grupos que detém o acesso às práticas discursivas e sociais com intuito de defesa dos objetivos dos membros do grupo particulares. Aqui, vale ressaltar não se tratar de grupo como qualquer congregação de pessoas, mas como noção de grupo no tocante a motivações de ordem ideológica comum, pois “reportando-nos ao conceito de grupos ideológicos, ou seja, congregação de pessoas reunidas por motivos sociais e políticos em direção à defesa dos interesses desse grupo” (IRINEU, 2011, p. 93). Desse modo, os membros desses grupos são mobilizados a partir de sentimentos de pertencimento às congregações/instituições a qual se associam, compartilhando certas representações sociais construídas coletivamente em torno do pensamento ideológico subjacente ao grupo. No caso das práticas discursivas midiáticas, aqui mais especificamente ao gênero discursivo notícia, entendemos como relevante elemento de propagação de representações sociais, sobretudo de grupos minoritários como o MST, que se materializam no discurso através de recursos linguístico-discursivos, efetivando efeitos sociocognitivos, implementando certas ideologias a serviço de grupos que detém, em grande medida, acesso aos bens materiais e simbólicos.

Ademais, a partir dessas representações sociais, os indivíduos, em geral, formam sua compreensão de mundo e, conseqüentemente, formam suas visões acerca dos objetos representados, ocasionando ações, crenças e valores, naturalizando, mesmo que inconscientemente, relações assimétricas de poder. Portanto, as representações sociais construídas coletivamente através das práticas discursivas, como a midiática, operacionalizam práticas sociais, causando formas cristalizadas de pensar e agir no mundo frente a um objeto representacional. Como dito, compreendemos as representações sociais como um construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica (IRINEU, 2011, 2014, 2019) pelo qual entendemos os objetos do mundo dos quais interagimos. Desse modo, é na dimensão ideológica

⁴ Disponível em: <http://www.uece.br/gpadc/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

subjacentes aos textos que as representações sociais ganham força significativa e corroboram na construção de identidades.

Em outras palavras, é no/pelo discurso, no caso de nossa pesquisa o discurso midiático, a forma mais evidente de construção e disseminação das representações sociais já que o texto é *lócus* pelo qual os indivíduos (re) produzem e disseminam suas representações sobre os objetos do mundo. Desse modo, nossa pesquisa estabelece uma interface entre os pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC) com a abordagem discursiva das representações sociais de Irineu (2011; 2014; 2019) como aportes teóricos que nos serve como ponto de partida conceitual pelos quais partiremos para fundamentar nossa investigação.

Assim, pretendo abordar o caráter ideológico e discursivo das representações sociais sobre o MST com intuito de evidenciar índices linguístico-discursivos que corroboram para (re) produção das representações sociais disseminadas pelo discurso midiático, estabelecendo estereotipia sobre o maior movimento social da América Latina. Em suma, compreendo que as representações sociais sobre o MST no gênero notícia são construtos ideológicos e discursivos, pois tanto são evidenciados no discurso midiático quanto são correlacionados à produção cognitiva, evidenciando práticas sociais que corroboram a naturalização de representações estereotipadas e descontextualizadas com intuito de além de deslegitimar o ativismo do MST, põe-se como formas de criminalizá-lo frente à sociedade. Outro aporte teórico de extrema valia para a investigação de nosso objeto de análise em nossa pesquisa advém da Análise de Discurso Crítica, doravante ADC.

A seguir, discutimos sobre alguns aspectos históricos na formação desta abordagem, destacando alguns pensamentos fundantes, bem como algumas características que a constitui. Contextualizar historicamente ADC é, antes de tudo, um trabalho transdisciplinar, pois seu percurso histórico remete ao diálogo com outras vertentes teóricas, a saber: a Linguística Crítica (LC), a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a Teorias da Ciência Social Crítica, por exemplo. Aqui, objetivamos discutir sobre o pensamento fundante e o percurso histórico que serviram como base para a sedimentação da ADC enquanto uma abordagem teórica e metodológica para os estudos do discurso.

Além disso, explanamos os conceitos basilares que proporcionam à ADC como uma vertente, teórica e metodológica, consistente para o estudo da linguagem e suas implicações na vida social nas sociedades contemporâneas. Posteriormente, abordaremos mais especificamente a perspectiva de Norman Fairclough, isto é, a abordagem dialético-relacional, pois pensamos que ela se adequa mais efetivamente ao objeto de nossa pesquisa investigativa justamente por compreendermos que o discurso é peça fundamental de (de) formação de

opiniões, valores e ideologias que influenciam diretamente a vida social, sobretudo naturalizando relações de opressão.

Antes, porém, abordaremos brevemente sobre duas abordagens teóricas que, em geral, orientam as correntes linguísticas: o Formalismo e o Funcionalismo, pois pensamos relevante esta discussão com intuito de situarmos em qual dessas abordagens a ADC mais se adequa para seus propósitos investigativos. Essas abordagens diferem, sobretudo no tocante à visão sobre linguagem, como nos diz Resende e Ramalho (2009, p. 12) “as diferenças entre as abordagens formalista e funcionalista decorrem de duas visões distintas acerca da linguagem: a formalista julga a linguagem um objeto autônomo, enquanto a funcionalista a julga um objeto não suficiente em si”.

A abordagem formalista compreende a linguagem como autônoma, isto é, uma concepção imanente da língua, o que significa dizer que a língua deve ser estudada por si mesma, portanto a estrutura da língua é descrita a partir das relações internas. Nessa perspectiva, as relações extralinguísticas, língua e sociedade, língua e cultura, língua e literatura, entre outras, estão excluídas, ocasionando o foco na organização interna dos elementos constituintes do sistema linguístico. Em outras palavras, na ótica formalista, a partir do linguista Ferdinand de Saussure, em seu Curso de Linguística Geral (1916), obra póstuma organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye três após a morte de Saussure, a partir de três cursos lecionados pelo linguista genebrino sobre Linguística Geral (1906-1907, 1908-1909 e 1910-1911), o foco recai na estrutura das sentenças, desse modo não há preocupação com o exterior, com o extralinguístico e com as relações sociais.

A língua, portanto, estaria acima das relações sociais entre os interlocutores. Segundo Saussure: “A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação” (SAUSSURE, 2012, p. 45). Segundo Saussure, o estudo da linguagem comportaria duas partes com objetivos distintos, sendo “uma, essencial, tem por objetivo a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo” (SAUSSURE, 2012, p. 51). A língua, portanto, seria o objeto de estudo para a Linguística e independente das ações dos falantes, existindo por si e funcionando a partir das regras do sistema linguístico, enquanto a fala, a outra parte dentro dos estudos da linguagem, estaria em segundo plano, como nos diz Saussure (2012, p. 51) “outra, secundária, tem por objetivo a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala”.

Nessa perspectiva, a gramática é descritiva, privilegiando a estrutura do sistema como nos diz Resende e Ramalho (2009, p.13) “a gramática formalista trata da estrutura

sistemática das formas”. Assim, no Formalismo não há a perspectiva funcional em que a língua e a fala possuem papéis de igual importância em um processo interacional. Para Saussure, precursor do estruturalismo, a língua é um sistema, isto é, um conjunto de unidades orientados por determinados princípios de funcionamento. O Estruturalismo compreende que a língua funciona a partir de um conjunto de regras, constituindo-se, portanto, um sistema coeso e coerente, uma estrutura. Esse sistema se estrutura conforme leis internas, estabelecidas dentro do próprio sistema. Em suma, a perspectiva estruturalista compreende a língua como forma (estrutura) apreensível pelas regras internas do sistema linguístico.

Por sua vez, a abordagem funcionalista conceitua a linguagem como uso, ou seja, com a prática, dessa maneira as relações linguísticas e extralinguísticas são estudadas, sendo que a gramática é a de uso e funcional, não se excluindo a forma, pois forma e função se completam no processo de análise, desse modo “a gramática funcionalista analisa as relações entre as formas e as funções linguísticas” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.13). Os funcionalistas concebem a linguagem como instrumento de interação social, assim, o foco da análise recai na relação entre a linguagem e a sociedade.

Dessa perspectiva, a investigação linguística não se limita a estrutura gramatical, evidenciando a situação comunicação, isto é, os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo. A abordagem funcionalista, portanto, visa à investigação das regularidades observadas no uso interativo da língua, bem como as condições discursivas em que se verifica esse uso, na perspectiva funcionalista, os enunciados e os textos são relacionados às funções que desempenham na comunicação.

Dito de outra forma, o Funcionalismo busca investigar dados reais da fala ou da escrita, isto é, situações reais de uso da língua retirado de contextos efetivos de interação. Em suma, o modelo de análise funcionalista caracteriza-se por considerar que a língua desempenha funções externas ao sistema linguístico e que essas funções externas influenciam a organização interna desse sistema linguístico. Desse modo, a língua não se constitui como um sistema autônomo, independente do comportamento social, ao contrário ela reflete uma adaptação por parte do falante às inúmeras situações de interação social, objetivando explicar os fenômenos da língua a partir do contexto linguístico e na situação extralinguística.

Outro conceito divergente entre as duas abordagens é justamente a concepção sobre discurso. Na perspectiva formalista “o discurso é definido como a unidade acima da sentença; no funcionalismo, como linguagem em uso” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.13). Dito isto, percebemos que o conceito de discurso na visão funcionalista é mais adequado para analistas do discurso, pois como nos afirma Resende e Ramalho (2009, p. 13) “o foco de interesse não é

apenas a interioridade dos sistemas linguísticos, mas, sobretudo, a investigação de como esses sistemas funcionam”, portanto, a investigação sobre a língua recai na relação dela com as representações de eventos, nas construções das relações sociais, entre outros.

Assim, parece-nos indispensável para a ADC o equilíbrio entre a forma e a função nos estudos da linguagem, pois o papel dela não pode se limitar apenas ao caráter formal, isto é, imanente da língua já que as estruturas linguísticas são utilizadas como modo de ação sobre o mundo e sobre os indivíduos, sobretudo nas sociedades contemporâneas marcadas por profundos problemas sociais ocasionados e/ou mantidos através da linguagem (discurso). Nessa ótica, a ADC se constitui como uma fecunda “abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 7) que em muito pode corroborar para investigação de assimetrias de poder proporcionada e/ou mantida através de recursos linguísticos disseminados nos textos, orais ou escritos, que circulam socialmente nos mais variados gêneros discursivos.

Historicamente, a ADC é uma das grandes vertentes/abordagens da Análise de Discurso que surge na década de 1960. A Análise de Discurso, posteriormente AD, constitui-se como uma grande teoria da linguagem desenvolvida na França nos anos 1960-1970, que possibilitou a investigação de como o discurso pode ser construído com o intuito de satisfazer determinadas especificações, evidenciando sobre a estrutura do texto, ou os tipos de textos, bem como a função de um dado elemento nessa estrutura textual. A AD ao longo do seu percurso histórico foi se ramificando em quatro abordagens: AD Francesa, AD Semiolinguística, AD Dialógica e AD Crítica.

Aqui cabe uma breve explicação acerca do termo “crítica”. A designação “crítica” em ADC se refere, em linhas gerais, ao valor atribuído à ética, à justiça, pois cabe aos (às) pesquisadores (as) em ADC a preocupação com as relações de poder constitutivas das relações humanas nas quais há assimetrias nas inúmeras esferas sociais, ocasionando variadas desigualdades, por exemplo, de classes, de gênero, de raças, entre outras. Assim, o termo “crítica” se insere em uma perspectiva na qual há uma preocupação por parte do (a) analista com essas relações assimétricas de poder estabelecidas em grande medida pela língua, bem como com a preocupação de uma análise que ocasione, em maior ou menor grau, a mudança social.

ADC, por sua vez, possuem um conjunto de abordagens específicas, a saber: Dialógico-Relacional, Sociocognitiva, Atores Sociais, Histórico-Discursivo, Linguística de Corpus, Análise de Dispositivos. Vale ressaltar que embora a ADC possua um conjunto de abordagens distintas com características e objetivos próprios, elas possuem um elemento

comum, isto é, comungam com o compromisso com a ética e com o caráter político no sentido de lutar pela transformação social, logo por uma sociabilidade menos pautada pela opressão e pela desigualdade social.

Convém, porém, focamos na abordagem da ADC Faircloughiana justamente por se tratar da vertente convocada para análise investigativa de nosso trabalho. Especificamente sobre a ADC, cabe contextualizarmos sobre a influência de pensamentos fundantes para constituição dessa abordagem de estudo do discurso. A ADC dado seu caráter transdisciplinar tanto no tocante à aplicação de outras teorias quanto pela ruptura das fronteiras epistemológicas pela qual propicia a operacionalização dessas teorias dialogadas em favor de uma abordagem sócio-discursiva nos oferece uma amplitude investigativa. Nessa perspectiva, a “ADC provém da operacionalização de diversos estudos” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 14) que corroboram para fundamentação deste campo de estudo sobre o discurso. Entre as bases filosóficas que corroboraram para constituição da ADC, podemos referenciar o Marxismo Ocidental, a concepção Bakhtiniana de dialogismo/polifonia, Realismo Crítico e a noção acerca de discurso proposto por Michel Foucault.

O Marxismo Ocidental objetiva, em linhas gerais, a autorreflexão dos conceitos da história, da cultura, da arte, da literatura, de classes sociais, entre outros. Trata-se, portanto, de uma teoria emancipatória com possui como base a crítica à dominação, sobretudo no contexto do capitalismo. O Marxismo Ocidental é relacionado à escola de Frankfurt que, em geral, trata-se de um grupo de filósofos e cientistas sociais, como Marcuse, Habermas, Adorno, entre outros, que buscavam, compreender criticamente fenômenos da estrutura social, tais como: o capitalismo, a industrialização, o terrorismo, refletindo acerca das contradições da sociedade, buscavam desenvolver uma teoria crítica em uma perspectiva filosófica e sociológica à luz do pensamento de Karl Marx. A escola de Frankfurt, portanto, constitui-se como pensamento fundante para os estudos discursivos no tocante a ocasionar inspirações para uma análise crítica de fenômenos sociais.

A contribuição Foucaultiana para a Análise de Discurso dá-se sobretudo no tocante à concepção de discurso. Para Foucault, o discurso estabelece um efeito constitutivo sobre a realidade, desse modo, ele “concebe a linguagem como uma prática que constitui o social, os objetos e os sujeitos sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 18). Assim, a análise de discurso corresponde a especificar as formações discursivas marcado sócio historicamente, investigando a ocorrência de determinados enunciados que estabelecem regulação social. Como nos diz Foucault (2011, p. 66) “a formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos de controle”.

Na obra *Vigiar e Punir* (2014), por exemplo, Foucault debate acerca das práticas discursivas disciplinadoras em determinadas instituições, como hospitais, presídios e escolas. Nessa obra, Foucault defende que essas instituições possuem um conjunto de práticas discursivas com intuito de dominar os indivíduos, ajustando os indivíduos às necessidades de poder. Dessa maneira, Foucault sugere que o poder é exercido por intermédio das inúmeras práticas discursivas, contribuindo, assim, para correlação entre discurso e poder. Vale ressaltar que discurso aqui é utilizado como referência aos inúmeros modos de estruturar os campos do conhecimento e prática social, tais como: discurso médico, discurso político, discurso literário, discurso religioso, discurso educacional, entre outros.

Outra contribuição de relevância para os estudos discursivos advém de Mikhail Bakhtin a partir da sua noção de dialogismo na linguagem. Bakhtin nos apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem pela qual os textos são cadeias dialógicas que tanto respondem a discursos anteriores quanto antecipam discursos posteriores. Desse modo, as interações verbais se materializam como uma operação polifônica que retoma e antecipa vozes, não se limitando, portanto, a uma operação díade entre as vozes do locutor e do ouvinte. Bakhtin concebe a linguagem com um fenômeno social e histórico, logo um elemento de potencialidade ideológica. Nesta perspectiva, o enunciado é tido como elemento linguístico produzido em um determinado contexto, isto é, em uma situação real de interação, ancorado nas estruturas sociais, que corroboram para expressão de ideologia.

Em outras palavras, os sistemas semióticos corroboram para a expressão de ideologias na sociedade e também são moldadas por elas. Essa concepção de dialogicidade Bakhtiniana é de extrema relevância para os estudos discursivos no sentido de percebermos a linguagem como lugar de luta hegemônica, pois possibilita “a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 18), logo é imprescindível o conhecimento gramatical por parte do(a) analista de discurso, fato que ratifica a compreensão e a correlação entre forma e função para a investigação em ADC a fim de compreender como as estruturas linguísticas são utilizadas nas interações verbais no sentido de se constituir como elemento que propicia os modos de ação no mundo e sobre os outros, além de modo de representação.

Outrossim, vale destacar a aproximação da ADC com o Realismo Crítico (RC) proposto por Bhaskar no tocante à concepção de que o mundo social se constitui como um sistema aberto em constante transformação que demanda reflexão e análise no tocante ao papel da linguagem nessas transformações. As ideias do RC estão em consonância com a ADC no

tocante ao viés emancipatório que, em muito, servem de base tanto para a reflexão teórica quanto para a metodológica em muitas pesquisas de cientistas sociais críticos.

Somada ao pensamento fundante supra, discutiremos também acerca do panorama histórico de formação da ADC, explanando fatos que corroboram para a sedimentação da abordagem crítica do discurso. A ADC é, em grande medida, originária da perspectiva da Linguística Crítica (LC) desenvolvida na década de 1970 na Universidade de East Anglia, como nos afirmar Resende e Ramalho (2009, p. 20) “em termos de filiação disciplinar, pode-se afirmar que a ADC confere continuidade aos estudos convencionalmente referidos como Linguística Crítica”. A LC, desenvolvida na década de 1970, na Grã-Bretanha, trata-se de uma forma de estudos que conjuga teorias e métodos para análise de texto com teorias sobre ideologia. Tais reflexões da LC contribuíram para a criação da ADC no sentido de percebermos a potencialidade ideológica dos textos e, conseqüentemente, sua influência na constituição do tecido social.

O termo “Análise de Discurso Crítica” foi referido primeiramente por Norman Fairclough em um artigo publicado em 1985 no periódico *Journal of Pragmatics*” (Resende e Ramalho, 2009). Nesse artigo, Fairclough aborda a existência de duas abordagens para a análise de discurso, isto é, uma abordagem crítica e outra não-crítica que diferem quanto à forma pela qual os analistas percebem a relação entre poder e discurso, bem como os efeitos constitutivos que a linguagem exerce sobre os indivíduos no tocante às relações sociais, os sistemas de conhecimento, valores e crenças, dessa maneira, a abordagem crítica se centra nas ações e estruturas sociais na relação estabelecida com a linguagem.

No entanto, embora Fairclough tenha sido o primeiro a cunhar o termo, somente na década de 1990, a ADC se consolida como uma rede de estudos consolidada a partir de um simpósio realizado em Amsterdam, em 1990. Podemos citar duas importantes obras publicadas em 1989, *Language and Power* e *Language, Power and Ideology*, de Norman Fairclough e Ruth Wodak, respectivamente, que corroboram para discussão da relação da linguagem com aspectos da estrutura social no tocante como o discurso se materializa naturalizando relações de poder.

Nos anos 1990, a ADC se consolida como uma rede internacional de estudos discursivos, sobretudo com a realização de um simpósio em Amsterdam em 1991 com a participação de pesquisadores como Teun van Dijk, Theo van Leeuwen, Ruth Wodak, Gunther Kress e próprio Fairclough, a fim de discutir aspectos linguístico-discursivos que corroboram para a compreensão de elementos da vida social e, por conseguinte, para o desvelamento de elementos da estrutura social, além de apresentarem suas respectivas propostas de trabalho. Em

1993 é publicado uma edição especial de *Discourse and Society* na qual esses estudiosos apresentam suas respectivas abordagens investigativas. No contexto brasileiro, a ADC chega ao Brasil pelas mãos da professora e pesquisadora Izabel Magalhães em 1986, em destaque seu trabalho sobre Discurso das Benzedeadas.

Dito isso, discutiremos sobre a ADC, especificando suas peculiaridades, características gerais, conceitos basilares para essa abordagem, por exemplo, poder, ideologia, discurso e hegemonia, bem como a Teoria Social de Discurso (TSD), proposta por Norman Fairclough (1992), além de situar nossa proposta investigativa a essa abordagem da ADC. A ADC trata-se, em linhas gerais, de uma abordagem teórico-metodológica que objetiva o estudo da linguagem e suas implicações nas sociedades contemporâneas a fim de desenvolver pesquisas que estabeleçam uma interface entre discurso, sociedade e poder, portanto é um tipo de Análise de Discurso que se preocupa em investigar as relações de poder e de hegemonia que são projetadas na sociedade através da linguagem e que muitas das vezes se cristalizam como “verdade”.

Dessa maneira, a ADC se constitui como uma abordagem de caráter engajado que se preocupa com o viés político. Em outros dizeres, busca investigar as relações assimétricas, ou seja, relações de poder e desigualdades sociais que se naturalizam a partir das práticas discursivas, evidenciando que essas inúmeras práticas discursivas modificam as práticas sociais, bem como as práticas sociais geram potencialidades de mudanças discursivas e, por conseguinte, alterações na estrutura social.

Desse modo, a ADC se volta ao estudo da linguagem em situações reais de uso, situando-as em um dado contexto específico, bem como analisa as ações e os discursos que sustentam e moldam as práticas sociais na busca de tensionar os problemas sociais no contexto da modernidade tardia ou posterior, a fim de investigar as relações de poder que se operam na/pela linguagem, com intuito de elevar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação, objetivando a mudança social a partir dessa tomada de consciência como o primeiro passo para emancipação dos sujeitos, ou seja, o empoderamento social.

Aqui, vale ressaltar a noção de sujeito que se constitui historicamente situado, marcado pela subjetividade, sendo dialeticamente responsivo e que padece das mazelas sociais, ou seja, um sujeito que possui agência. Vale ressaltar que ADC, dado seu caráter transdisciplinar, presta-se como teoria e método para a investigação em inúmeras áreas do conhecimento, não se limitando, portanto, aos estudos linguísticos, constituindo-se como uma abordagem sócio-discursiva. Segundo Resende e Ramalho (2009, p. 14): “A ADC é, por princípio, uma abordagem transdisciplinar. Isso significa que não somente aplica outras teorias

como, também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor de uma abordagem sócio-discursiva”

A ADC, dado ao seu propósito investigativo enquanto abordagem de análise de discurso, traz em seu arcabouço conceitos basilares que tanto a caracteriza quanto, em grande medida, a define. Entre esses conceitos, discutimos brevemente alguns de extrema relevância para as pesquisas em ADC: discurso, ideologia, poder e hegemonia. O discurso, na perspectiva faircloughiana, é conceituado como uma dimensão de prática social, indo muito além da atividade puramente individual, isto é, vai muito além da linguagem, pois envolve aspectos ideológicos e de poder, constituindo-se como um modo de ação sobre o mundo e sobre os indivíduos, bem como uma forma de representação, assim, tem-se a relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Nessa perspectiva, o discurso trata-se de uma construção social que reproduz a sociedade em seus inúmeros aspectos constituintes, mas também, permite transformá-la.

Outro conceito caro à ADC é justamente o de ideologia, pois elas permitem que as relações sociais de desigualdade se mantenham ou sejam reproduzidas. Assim, desvelar as ideologias por trás dos discursos, possibilita captar as intencionalidades que elas possuem e nem sempre estão explícitas, pois “as ideologias são significações/construções da realidade, que são construídas em várias dimensões das formas/sentido das práticas discursivas” (FAIRCLOUGH, 2019, p. 123.) Portanto, a ideologia se caracteriza como elemento preponderante de constituição dos sujeitos, nitidamente materializada nas inúmeras práticas discursivas. Essas práticas discursivas são *locus* fecundo de reprodução e disseminação ideologia de controle social na medida que naturalizam práticas que, via de regra, atingem *status* de “normalidade”.

Dessa maneira, os textos possuem efeitos ideológicos nas mais diversas interações sociais em favor de projetos específicos de dominação. Vale ressaltar também que Fairclough aponta para estabilidade das ideologias, uma vez que ele faz referência à transformação social por intermédio da luta ideológica através justamente da dimensão da prática discursiva, pois as relações assimétricas de poder podem ser superadas, invertidas e transformadas. Desse modo, a noção de texto atinge qualquer semiose, isto é, qualquer elemento de significação em uma proposta metodológica de Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) a fim de investigar as relações de poder a partir da dimensão textual, por exemplo, modalização, metáfora, tempos verbais, ocorrências lexicais, verbos, construções sintáticas, entre outras

Por fim, o conceito de hegemonia se faz relevante para os estudos discursivos, pois ele se caracteriza como um fecundo meio pelo qual se atinge a universalização do particular e

naturaliza práticas através de uma dominação que, de tão enraizada na estrutura social, torna-se consensual. Fairclough, baseado em Gramsci, define hegemonia como um processo de liderança e dominação econômica, política, ideológica e cultural consensuais que se estabelece mais pela relação de integração de alianças do que pela força. Em outras palavras, é relação de dominação por intermédio do consentimento que envolve a naturalização de práticas visando à manutenção das ordens do discurso, embora seja relativamente instável tendo em vista a relação dialética entre discurso e sociedade.

A Teoria Social de Discurso (TSD), desenvolvida por Fairclough em *Discurso e Mudança Social* (1992) organiza uma abordagem, ou seja, propõe um modelo de análise de discurso centrado na díade discurso e sociedade cujo foco é tematizar relações de poder, isto é, a complexa relação entre dominados e dominadores, sobretudo as naturalizadas cuja linguagem exerce um papel preponderante nessas relações assimétricas com vistas à mudança social através da luta travada por intermédio do discurso. A TSD centra a análise na tríade discurso, texto e sociedade, com o intuito de investigar as relações de poder presentes na sociedade, sobretudo no contexto da globalização e do capitalismo, evidenciando as disparidades sociais nas mais diversas práticas sociais com vistas à mudança na estrutura social em uma perspectiva dialética na qual a linguagem afeta as estruturas e as estruturas atingem a linguagem. Em suma, a análise foca em três dimensões, a saber: análise textual, análise discursiva e análise social.

Dessa forma, nossa pesquisa, ao conjugar pressupostos da ADC com a TRS, especificamente a abordagem discursiva, busca contribuir no sentido de investigar estratégias linguístico-discursivas de reprodução e de disseminação de representações estereotipadas sobre MST propagadas pela mídia. Nossa contribuição para os estudos discursivos, portanto, dá-se no sentido de que busca investigar como o discurso midiático corrobora na construção de um noticiário que estimula a reprodução de estereótipos sobre o MST, utilizando-se de estratégias persuasivas de nítida motivação ideológica que influenciam a opinião pública, contribuindo para uma figuração destorcida sobre o MST.

Buscamos, especificamente, analisar os elementos temáticos que compõem essas representações, interpretar as estratégias discursivas de silenciamento de vozes dos atores sociais do MST, além de analisar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas nos processos de reprodução dessas representações sociais estereotipadas sobre o MST. Além disso, nossa pesquisa busca contribuir para os estudos sobre representações sociais, mais especificamente em sua abordagem discursiva, sinalizando para a existência de reprodução de estereótipos e silenciamento discursivo do MST através do noticiário, pois acreditamos que essas representações possuem como *locus* mais fecundo o discurso, no caso midiático, estabelecendo-

se sócio-cognitivamente, contribuindo para construção de pensamento sobre os objetos de discurso que interagimos em nossas experiências.

Especificamente sobre nossa pesquisa, acreditamos que as representações sociais sobre o MST que, em geral, são estereotipadas, possuem o discurso midiático como elemento preponderante de (de) formação, ocasionando a (des) construção de pensamento sobre objeto de discurso MST, com nítido viés ideológico, corroborando, portanto, tanto para a discriminação quanto para a criminalização do MST diante da sociedade, influenciando-a a reproduzir representações sociais negativas em um nítido viés ideológico em favor de grupos de dominação, sobretudo o agronegócio brasileiro, com intuito da continuidade desses grupos no controle da produção agrária do país e a vitalícia subalternidade de grupos minoritários socialmente, como o MST.

2.3 MST: das origens históricas do movimento a conjuntura atual MST

Nesta subseção, apresentamos brevemente a historiografia do MST e a conjuntura social do movimento no hodierno. Desse modo, buscamos historicizar o MST desde suas origens históricas enquanto movimento social, descrevendo suas raízes, percurso e evolução até a sua conjuntura atual. Antes, porém, cabe uma breve explanação acerca da importância dos movimentos sociais como mecanismo de atuação social que através da mobilização política objetiva determinados interesses coletivos. Sabemos que a sociedade é constituída, entre outros aspectos, por um conjunto de projetos individuais e coletivos. Esses projetos, por vezes, entram em conflito dado a interesses e posições antagônicas, ocasionando tensões entre os grupos sociais, sobretudo entre os grupos em situação de subalternidade e as classes dominantes que, em geral, exercem repressão aos grupos minoritários, visando à manutenção da ordem social e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*. Os grupos subalternos, por sua vez, organizam-se coletivamente a fim de elaborar mecanismos de atuação social colocando em prática sua articulação política para, massivamente, pressionarem e exercerem pressão aos grupos dominantes, exigindo-lhes melhorias sociais. Caldart (1986, p. 67) define movimento social como “uma ação política organizada, isto é, com certo grau de sistematização, que visa atingir objetivos determinados segundo interesses particulares dos grupos ou segmentos sociais que o articulam”.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais, dado ao seu caráter organizado e estruturado, tornam-se mecanismos ligados às práticas dos sujeitos subalternos e oprimidos que representam e lutam por avanços emancipatórios para a sociedade, pois “os movimentos sociais formam uma modalidade de luta política adequada ao pleito por direitos da população”

(ROTONDANO, 2019, p. 27). Desse modo, os movimentos sociais se constituem como elementos emancipatórios elaborados pelos setores excluídos e oprimidos da sociedade que buscam, através da organização massiva, a concretização de suas pautas de luta e, por conseguinte, melhorias de suas condições de vida. Em suma, os movimentos sociais representam lutas políticas que a partir da insatisfação dos setores excluídos, organizam-se coletivamente a fim de mudanças para com a disposição social instituída.

No caso do Brasil, os movimentos sociais atravessaram seu percurso histórico, constituindo-se como movimentos populares organizados que buscam melhorias de vida para seus membros. Vale ressaltar que no caso brasileiro, os movimentos sociais, de uma forma geral, foram constituídos mediante “a opressão institucional dos governos nacionais – desde o império à república” (ROTONDANO, 2019, p. 29), como meio de luta a fim de viabilizar a transformação da insatisfação dos grupos subalternos em confronto sócio-político. Vale afirmar também que hoje o direito à manifestação social é garantido constitucionalmente, como previsto na Constituição Federal de 1988. No período republicano brasileiro, por exemplo, eclodiu um aumento significativo na organização de grupos populares devido, sobretudo ao fim da escravidão e a transição para o modelo trabalhista assalariado. A partir do processo de industrialização, houve a formação de um proletariado urbano, fato que possibilitou “a organização dos operários a fim de pleitear melhorias condições trabalhistas frente à burguesia nacional (ROTONDANO, 2019, p. 30).

No decorrer do século XX, eclodiram inúmeros movimentos sociais que combateram políticas governamentais, reivindicando serviços urbanos, por exemplo, a Revolta da Vacina e Revolta da Chibata ambas ocorridas no Rio de Janeiro, em 1904 e 1910, respectivamente, e a Revolta do Contestado, no Paraná em 1911. Além disso, houve levantes no Nordeste que eclodiram como movimentos populares significativos, a saber: movimento de Juazeiro, no Ceará, em 1914, e o movimento do Cangaço, na Bahia, em meados de 1920 e 1930. Na década de 1930 também observamos a ocorrência de inúmeros movimentos sociais, por exemplo, a Marcha Contra a Fome (1931), O Movimento dos Pioneiros da Educação (1931), a Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), a Revolta do Caldeirão no Ceará (1935), entre outros movimentos constestatórios.

Mais adiante, com a eclosão do golpe militar (1964 a 1985), observamos o surgimento de inúmeros movimentos sociais engajados na luta sócio-política, com destaque “os movimentos pela reforma agrária, pela casa própria, pela melhoria das condições salariais do operariado” (ROTONDANO, 2019, p. 32), entre outros. Havia, portanto, um crescente de movimentos reivindicatórios, entre eles, as Ligas Camponesas, das quais o MST é herdeiro

direto. Vale ressaltar que as Ligas Camponesas foram aniquiladas pelo golpe militar, instaurado em 1964. Voltaremos a discutir sobre elas mais adiante. Por hora, conceituaremos sobre movimento social, que mesmo não sendo um conceito unívoco, podemos definir algumas características que o constitui como tal.

Primeiro é necessário distinguimos movimento social dos grupos de interesse, como nos afirma Rotondano (2019, p. 41) “A ação de um grupo de pessoas movidas por um interesse em comum não basta para caracterizar um movimento social”, ou seja, a constituição de um grupo como movimento social passa pela formação de uma identidade comum para esse grupo. Assim, para que um dado grupo seja considerado como movimento social é necessário que se estabeleça “uma história de experiências culturais em comum” (ROTONDANO, 2019, p. 41).

Em outras palavras, para um grupo se caracterizar como um movimento social é preciso que esse grupo compartilhe de práticas reivindicatórias comuns aos membros desse grupo ao longo de sua história de atuação coletiva, como nos assevera Rotondano (2019, p. 41) “o uso do termo movimento advém do conjunto de atos históricos de determinado agrupamento, como seu legado sociocultural”. Outro elemento que confere a um dado grupo *status* de movimento social é justamente o fato da não institucionalidade, isto é, um movimento social não se localiza na esfera particular ou pública, privando-se como uma ação de massa alheio ao espaço estabelecido pelas instituições. Desse modo, um movimento social *strictu sensu* não se institucionaliza, mantendo-se focado nas pautas de lutas comuns aos membros do movimento.

Além disso, é importante destacamos mais duas características para apreensão de movimento social. O primeiro se refere à luta social, implicando a “compreensão do antagonismo de interesses dentro da sociedade e o consequente embate entre os sujeitos para conquistar seus objetivos” (ROTONDANO, 2019, p. 42). O Segundo faz alusão à força social (GOHN, 2006), isto é, “presença de efetivas reivindicações pelo corpo social organizado” (ROTONDANO, 2019, p. 43-44). Em outros termos, isso significa que é necessária uma efetiva demanda comum ao grupo, que a partir da organização de seus membros, transformam essas demandas em reivindicações, como nos afirma Rotondano (2019, p. 44):

Não basta haver carências para que haja um movimento. As carências devem se traduzir em efetivas demandas, que por intermédio da organização coletiva de determinado grupo com interesses histórico-sociais em comum, irão se transformar em reivindicações – configurando, assim, um movimento social em sua plenitude.

Como vimos, os movimentos sociais acompanharam a história brasileira e se constituíram como mecanismo de reivindicação e de luta em defesa de interesses comuns aos membros constituintes desses grupos. Na contemporaneidade, há inúmeros movimentos sociais

que, a partir de suas perspectivas reivindicatórias, lutam por melhorias de vida aos seus membros constituintes, por exemplo, Movimento Negro, Movimento Feminista, Movimento Estudantil, Movimento LGBTQIA+, Movimento Ecológico, entre outros, com suas pautas de luta e ações definidas. Dito isto, falaremos sobre o maior movimento social da América Latina, o MST, objetivando discutir sobre sua formação histórica, sua evolução enquanto movimento social, sua adesão a outras pautas de luta, bem como sua perspectiva atual.

A formação histórica do MST remete antes da sua criação oficial, em 1984, dentro do Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Paraná, com o objetivo de discutir e mobilizar a sociedade para a efetivação da reforma agrária e contra a concentração fundiária existente no país. Antes de sua oficialização, o MST se inicia com base em ocupações de famílias de trabalhadores rurais sem terra no Rio Grande do Sul, 1981. Em 1982, mais precisamente em 24 de julho, um domingo, onze homens comprimiam-se em um veículo em péssimo estado, “ansiosos por cruzar o rio e chegar ao fim da longa viagem de volta ao lar, Rio Grande do Sul” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 23). Desse modo, em uma Kombi, esses homens chegam à balsa do rio Iguazu, aproximadamente 40 km das famosas cataratas sem muitas dificuldades com os balseiros de vigia, certamente preocupados com a final da Copa do mundo entre Itália e Alemanha, como nos assevera Branford e Rocha (2004, p. 23) “mas os balseiros estão ocupados, assistindo pela televisão ao jogo final da Copa do Mundo: Itália e Alemanha”.

De todo modo, aqueles camponeses malvestidos, de sotaque cantado em gaúcho, cujo motorista não passava de um rapaz de barba guiando uma perua Kombi aos pedaços não pareciam dignos de atenção. O rapaz que conduzia o veículo em questão se trata de João Pedro Stédile que se tornaria um dos fundadores e dirigentes nacional do MST, acompanhado juntamente com outros rapazes, voltava de uma reunião semiclandestina, ocorrida em Medianeira, cidade perto do encontro dos rios Iguazu e Paraná. Os balseiros não podiam inferir que aquele motorista de barba juntamente com o grupo retornava de uma reunião que “passaria à condição de maior movimento social da história do Brasil, conhecido como MST” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 23).

A região de Medianeira havia sido refúgio para cerca de 10 mil famílias que foram desalojados de suas terras ao lado do rio Paraná por conta da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, em uma ação conjunta entre Brasil e Paraguai. Na ocasião, o país era governado pelo regime ditatorial e reuniões de protesto não eram bem vistas. Nesta perspectiva, apenas as igrejas ofereciam espaço para tais eventos, sobretudo, os padres adeptos da Teologia da Libertação, doutrina progressista espalhada pela América Latina nos anos 1960. No caso de

Medianeira a igreja Luterana estava comprometida com preceitos de justiça social, por conseguinte, comprometida com a causa dos trabalhadores rurais.

A reunião em Medianeira foi pioneira em juntar famílias sem-terra de pelo menos três grandes estados no extremo Sul do país, como nos afirmam Branford e Rocha (2004, p. 24): “A reunião em Medianeira foi a primeira a juntar homens e mulheres dos crescentes contingentes de famílias sem-terra dos três estados do extremo Sul do Brasil: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná”. Além da construção de represas, outro elemento foi responsável pela situação desesperadora dessas pessoas à procura de terras. A agricultura passava pelo forte processo de mecanização, fato que forçou o abandono dos minifúndios por parte dessas pessoas, pois “algumas eram desalojadas a fim de abrir caminho às fazendas enormes e mecanizadas para o cultivo de soja” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 24). Além disso, somava-se às dívidas executadas pelos bancos e o fato de muitas desses indivíduos, devido à situação famigerada, tornaram-se diaristas nessas grandes fazendas. Tais fatos somados trouxeram consequências desastrosas para estes grupos de camponeses pobres, evidenciando uma “modernização dolorosa” da agricultura do país, como referenciado por José Graziano da Silva (1982), um dos maiores especialistas no assunto.

Vale ressaltar que antes dessas mudanças no sistema agrário brasileiro, o país já exibía um sistema extremamente concentrador de propriedade de terras, herança de nosso processo de colonização advindo do império português, por exemplo, a Lei de Terras promulgada em 1850, que, em linhas gerais, consolidou a perversa concentração fundiária brasileira, pois essa lei é a origem da prática de grilagem de terras no latifúndio brasileiro, isto é, apropriação de terras devolutas através de documentação que regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural e formalizou as bases da desigualdade social e territorial em voga até os atuais dias. A Lei de Terras instituiu a compra e a venda como critério de acesso às terras, fato que impossibilitou que os indivíduos que não possuíssem capital pudessem adquiri-las, portanto, na prática, essa lei excluía os menos afortunados, por exemplo, os negros. Dessa maneira, a Lei de Terras dificultou mais ainda o acesso à terra no Brasil, representando na verdade a união entre o capital e a propriedade privada da terra, transformando-a assim em mercadoria acessível apenas aos poucos indivíduos.

Na década de 1950, a lógica capitalista em voga parecia impulsionar o governo a um programa radical de reforma agrária no Brasil, pois as grandes extensões territoriais se tornaram empecilhos para com o desenvolvimento industrial que exigia uma intensa produção de alimentos baratos para os trabalhadores urbanos. Na década de 1960, no governo de João Goulart (1961 a 1964), presidente centro-esquerda e proprietário de terras, começa a discutir

sobre a divisão de terras, parecendo, assim, que a reforma agrária enfim teria ganho ares de concretude no país, como nos afirmar Branford e Rocha (2019, p. 24) “em 1962, o presidente João Goulart – proprietário de terras – começou a falar sobre divisão das grandes propriedades, parecia chegada a hora da reforma agrária”. No entanto, ela não ocorreu muito devido ao apoio do governo americano às elites brasileiras que com o apoio das Forças Armadas, deflagaram um golpe de Estado, em março de 1964.

O governo militar (1964-1985) reprimiu os trabalhadores do campo, mas também aprovou um Estatuto da Terra, sinalizando (ou mascarando) algum tipo de reforma agrária. Esse Estatuto, encaminhado ao Congresso no governo de Humberto Castelo Branco (1964/1967), promulgada sob o número de lei 4.504/64, continha tendências no mínimo contraditórias, pois se por um lado tinha aspecto distributivista, voltada para a democratização de terras, por outro era produtivista, isto é, voltada para a concentração e para o capitalismo. No período ditatorial foi implantado um modelo mais concentrador e, conseqüentemente, mais excludente, instaurando uma modernização agrícola seletiva que, em geral, excluía a pequena agricultura, impulsionando, dessa forma, o êxodo rural, a produção com foco na exportação, o uso intensivo de agrotóxicos, além de concentrar os subsídios financeiros para os grandes produtores.

O Estatuto da Terra, portanto, nasce a partir da necessidade de distribuição de terras a fim de evitar movimentos sociais. Um aspecto interessante desse Estatuto foi a distinção conforme a intensidade de exploração: minifúndio, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração. Além disso, o Estatuto estabelecia a função social da terra, isto é, o uso com respeito ao meio ambiente, de forma equilibrada, em cumprimento à legislação trabalhista, em suma o Estatuto tinha um caráter progressista. No entanto, o Estatuto da Terra se materializou mais como um instrumento estratégico para evitar as lutas sociais de acesso à terra. A título de ilustração, segue o quadro com a descrição do artigo 186 da Constituição Federal de 1988 na qual expõe a função social da terra no Brasil:

Quadro 2 - Artigo 186 da Constituição Federal 1988

ART 186: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos por lei, aos seguintes requisitos:
I – aproveitamento racional e adequado.
II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do site mst.org.br

No tocante ao projeto de ocupação da bacia amazônica, Branford e Rocha (2019, p. 25) nos afirmam “foi criado um sistema de incentivos fiscais para encorajar grandes grupos

industriais, inclusive multinacionais, a estabelecer enormes fazendas de criação de gados na região”, introduzindo um programa de assentamentos cuja finalidade era justamente direcionar as famílias sem-terra das regiões semiáridas do Nordeste à Bacia Amazônica. Na prática isso significou um processo de colonização que asseguraria mão de obra para os projetos de mineração, de pecuária e de extração de madeira, planejado pelos governos militares para região. O resultado foi a chegada de grandes empresas que adquiriram as terras por preços irrisórios, limitando ainda mais o acesso à terra pelos pequenos agricultores, fato que fez com que muitos desses indivíduos trabalhassem como diaristas nas terras que um dia pertenceram a eles. Estas famílias, por sua vez, descontentes com a situação prestada, tinham dificuldade de reação devido ao regime autoritário que não tolerava qualquer tipo de oposição, empregando violência como forma de repressão as reivindicações por reforma agrária.

Assim, as grandes indústrias usufruíram da renda oriunda das extensas propriedades de terra, tornando-se parte constitutiva da manutenção de estrutura concentrada de terras no país. Neste contexto, havia um único empecilho para os militares, isto é, a dispersão de famílias sem-terra descontentes, sobretudo do Sul, que na visão do projeto militar, eram tidas com potenciais causadores de problemas. Essas famílias, no entanto, estavam dispostas a não se deixar intimidar, tampouco se dispunham a deixar sua região em rumo a outras cidades, restando-lhes “continuar a trabalhar na terra, como haviam feito seus pais e avós, que haviam cruzado o Atlântico para fugir da miséria” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27), a fim de melhores condições de vida e sobrevivência.

Na década de 1950, havia aproximadamente 270 mil famílias sem-terra em busca de sobrevivência no Rio Grande do Sul. No início da década de 1960, no governo de Leonel Brizola, iniciou-se a desapropriação de alguns latifúndios gaúchos com intuito de distribuir àquelas famílias famigeradas. No entanto, o golpe militar findou com este “incipiente programa de reforma agrária” (BRANFORD, ROCHA, 2004, p. 27), dificultando o processo de equidade de terras no Brasil. Neste contexto, o novo governo de Estado, com apoio dos militares, doou áreas desapropriadas a aliados políticos, limitando as possibilidades àquelas famílias camponesas. As opções eram migrar para a Amazonas, cruzar fronteira com o Paraguai ou invadir reservas indígenas, fato ilegal obviamente.

De fato, em meados de 1970, “mais de 8 mil famílias estavam dentro de áreas indígenas nos três Estados do Sul” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27). Em Nonoai, aproximadamente 2 mil famílias entraram no território do povo caingangues mediante pagamento de aluguel aos indígenas. O povo caingangues, porém, de pleno direito, reclamavam e protestaram, sem serem atendidos, junto às autoridades a propriedade de toda a reserva. Em

1976 cerca de 974 famílias sem-terra “havia construído suas casas na reserva e ganhavam a vida com a extração de madeira e atividades agrícolas” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 27). Vale ressaltar que o próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) arrecadou impostos sobre essas terras, fato que corroborou com que as famílias se sentissem em pleno direito de permanecerem na reserva indígena. O resultado foi uma declaração de guerra pelos caingangues em 4 de maio de 1978, como nos assevera Branford e Rocha (2004, p. 27): “os caingangues declaram guerra: armados de espingardas, arcos e flechas, atearam fogo às sete escolas construídas para as crianças dos assentados, confiscaram as colheitas e expulsaram as famílias”.

Como consequência muitas famílias mudaram para a Amazonas a partir das insistências do governo, inferindo ser a única alternativa. Em 1978, cerca de 500 famílias abarrotavam uma frota de ônibus rumo ao norte, mais precisamente até Terranova, Mato Grosso, novo projeto de colonização do governo em uma viagem de 3.500 quilômetros, no entanto, cerca de 350 famílias ainda não tinham um destino ao menos atenuante para o momento, chamando a atenção do padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta e membro da CPT, Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975 pela igreja católica da Bacia Amazônica. A CPT objetivava chamar atenção para os intensos conflitos fundiários na região no período do regime militar, pois muitas empresas e multinacionais atraídas pelos incentivos fiscais do governo contrataram pistoleiros para desalojar essas famílias de camponeses com brutal violência, incendiando casas, assassinando lideranças e aterrorizando comunidades campesinas. Dado ao contexto, a CPT percebeu a necessidade de ampliar sua atuação, mudando, gradualmente sua linha de atuação, dando as famílias sem-terra o direito de decidirem por si suas atividades, intervindo apenas nas ocasiões que inferissem que elas estariam sendo manipuladas pelos sindicatos, partidos políticos ou pela própria igreja.

Dito isto, é importante ratificar que o despejo de Nonoai foi um ponto essencial da questão da terra no Sul, segundo o padre Arnildo Fritzen, tornou-se uma rua da amargura onde as pessoas perambulavam, pediam comida, esmolas, roupas. Este fato fez com as famílias campesinas percebessem a inutilidade de confronto com outro segmento marginalizado, os indígenas, e ver o inimigo real, isto é, as autoridades que se recusavam tomar atitudes para a mudança na estrutura fundiária, isto é, efetivando a reforma agrária. Às famílias cabia agora organizar reuniões semanalmente. Segundo o site oficial do MST, mst.org.br, entre as sementes da origem do movimento, estão os indígenas, que se levantaram contra a mercantilização da terra, além disso, soma-se a resistência dos quilombolas e a experiência das Ligas Camponesas. O MST é herdeiro direto das Ligas Camponesas, contundentes organizações camponesas que

mobilizaram por aproximadamente 10 anos milhares de camponeses brasileiros, propiciando dignidade a esses cidadãos, sobretudo da região nordeste. As Ligas Camponesas se caracterizaram como movimentos de luta pela reforma agrária iniciado na década de 1950 no contexto de redemocratização do Brasil, constituindo-se como representantes dos interesses dos trabalhadores rurais.

No início dessas reuniões prevalecia o lamento pelos seus destinos, culpando os índios pela situação desastrosa a qual viviam. Contudo, o tom aos poucos mudou, fato em muito devido à contribuição de um jovem economista que trabalhava na Secretaria da Agricultura do Estado, que começava a participar das reuniões clandestinamente. Tratava-se de João Pedro Stédile, que se tornaria um dos mais relevantes estrategistas do MST. Segundo Branford e Rocha (2004, p. 29), em uma dessas reuniões, Stédile, ao pedir a palavra, havia opinado acerca da situação daquelas famílias “esqueçam os índios, aquela terra pertence a eles. Sabemos da existência de outras grandes áreas aqui no Estado, que vocês podem conquistar, mas, para isso, precisam se organizar”.

A partir do conselho de Stédile, as famílias começaram um processo de organização, mantendo contato com outras famílias sem-terra em outros pontos do estado. Aqui vale destacar a importância de Stédile como estrategista e apoiador daquelas famílias. Ele, então, repassava-lhes informações obtidas na Secretaria da Agricultura, órgão onde trabalhava. Outro fator interessante foi a forma como se comunicava com o padre Arnildo Fritzen, elaborando códigos, por exemplo, “caixas de velas” e “imagens” para se referirem ao número de camponeses e padres que participariam das reuniões. Em 1962, a fazenda Sarandi, próximo de Ronda Alta, foi desapropriada pelo então governador Leonel Brizola, dividida em duas áreas, Macali e Brilhante, arrendadas a fazendeiros. Contudo, Stédile descobriu que o arrendamento de Macali havia expirado, fato que significava que a área poderia ser distribuída às famílias.

Dessa maneira, a possibilidade de ocupação de Macali começou a ser discutida. Para a data, escolhida cautelosamente, era necessário um momento em que os militares estivessem ocupados e não à procura de repreender camponeses. Então, a escolha foi justamente 7 de setembro de 1979, “pois no dia da Independência os militares e policiais deveriam estar ocupados com os preparativos para os desfiles e cerimônias (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 31). A ocupação em Macali contou com aproximadamente 110 famílias, chegando por volta das duas da madrugada, em um comboio composto por 43 caminhões de gado, guiada pelo padre Arnildo em seu fusca branco. Aqui vale registrar a presença diária de padre Arnildo que, além de rezar missa, cantava gaita para alegrar o povo campesino.

Uma das primeiras providências em Macali foi fincar um crucifixo que simbolizava o sofrimento dos trabalhadores sem-terra. Além disso, por conta da data, hastearam bandeira e cantaram o Hino Nacional. A força policial chegou à Macali no mesmo dia, um pouco mais tarde, mas sem tomar qualquer medida de repressão ou de despejo no momento. Stédile, que até então mantinha segredo quanto ao seu envolvimento com aquelas famílias, foi enviado ao local pelo secretário estadual da agricultura com o intuito de averiguar as ocorrências. O governo militar, embora estivesse incomodado com a situação não sentiu força de ação para retirar aquelas famílias, muito devido provavelmente a processo de redemocratização em curso no país. Entretanto, após 78 dias de ocupação, uma armada policial surgiu em Macali a fim de despejar aquelas famílias, segundo padre Arnildo: As mulheres e as crianças formaram uma barreira. E disseram que, para chegar aos maridos, teriam que ver com elas primeiro. O policial, surpreso, não sabia como agir e foi embora com a Brigada Militar” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 32).

As autoridades, então, estabeleceram hostilidade contra Macali, por exemplo, com cerco ao acampamento, obstáculos burocráticos para os visitantes e para as famílias no tocante a viajarem a outras regiões. A ocupação de Macali durou aproximadamente um ano sob péssimas condições de sobrevivência, sem equipamentos, aravam com bois e plantavam apenas com as mãos. Em 1980, as famílias tiveram a permissão do governo do estado de permanecerem no local, após uma resistência e apoio em uma campanha promovida pela CPT. Essa decisão além de trazer uma solução temporária às famílias, representou uma relevante vitória psicológica, pois elevou a confiança e a esperança, evidenciando para aquelas famílias sem-terra que elas poderiam conquistar terras, sobretudo em seu próprio estado, através da organização e da luta coletiva. Esse fato encorajou outras famílias a juntarem-se ao acampamento que aos poucos ganhava corpo organizacional.

Contudo, Macali tornou-se insuficiente para as famílias de Nonoai, logo eram necessárias outras ocupações. Em 1980, 170 famílias ocuparam a fazenda Brilhante, porém algumas famílias, cerca de 70, ainda não tinham um lugar. Também em 1980, um homem chamado de Natálio ergueu uma barraca no gramado de um cruzamento rodoviário onde haviam um bar e um armazém pertencente a outro homem, identificado como Natalino. Daí o nome do cruzamento: Encruzilhada Natalino. Com o passar do tempo, como nos afirmam Branford e Rocha (2004, p. 33) “um acampamento espalhou-se ao longo da beira da estrada”, assim a barraca de Natálio atraiu inúmeras famílias de camponeses que ergueram suas barracas com aquilo que dispunha, ou seja, plásticos pretos, paus, tábuas, entre outros.

Interessante notarmos que daquele contingente, poucas famílias provinham de Nonoai, cerca de 42, somando-se a elas outros trabalhadores rurais, meeiros e arrendários que em comum tinham a pobreza. Neste contexto, inspirado pelo sucesso em Macali, os indivíduos da Encruzilhada Natalino almejavam uma vida melhor através da força coletiva e da determinação ferrenha. Todavia, diferente de Macali, a empreitada demorou mais, pois as autoridades desestimularam as famílias com hostilidade. Além disso, somava-se os ataques da imprensa, por exemplo, as matérias que acusavam que os integrantes do acampamento tinham passagem na polícia ou que já tinham propriedade, e a intimidação policial e dos serviços de segurança, como fixação de “acampamento” próprio ao lado da rodovia.

Apesar disso, ou justamente por isso, as famílias sem-terra tornaram-se símbolo de luta e resistência, inspirando solidariedade por inúmeros locais brasileiros, obtendo, conseqüentemente, um certo apoio da população de então, fato que colocou a questão da reforma agrária novamente na agenda nacional. No entanto, inúmeros problemas persistiam para as famílias camponesas, ocasionando sentimento de abandono, exceto novamente pelo apoio do padre Arnildo, sempre presente no acampamento e da CTP, que os apoiava com as doações de alimentos e roupas. Além do apoio espiritual, a igreja também oferecia assistência política, por exemplo, os bispos Pedro Casaldáliga, que recebia ameaças de morte devido ao trabalho com as camadas excluídas, com os índios e com os camponeses, e dom Tomás Balduino, presidente da CPT, iam ao acampamento e celebravam missas. Ademais, a igreja Luterana, embora menos influente, também prestava assistência e apoio aos acampados.

Segundo o site oficial do MST, mst.org.br, o acampamento Encruzilhada Natalino teve uma grande repercussão, fato pelo qual muitas entidades se associaram a campanha de solidariedade aos sem-terra. Assim, uma das primeiras ações foi a criação de um boletim com intuito de por um lado ser um elemento divulgador da própria Encruzilhada Natalino, por outro, ser um elemento de solicitar apoio das comunidades, entidades, sindicatos, entre outros setores da sociedade.

O acampamento tornou-se um entrosamento político, fato que a imprensa cobria minuciosamente. Desse modo, esse novo movimento camponês chamava atenção tanto no Brasil quanto no exterior, segundo Branford e Rocha (2004, p. 35) “no Brasil e no exterior se ouvia falar do novo movimento, dos camponeses sem terra, cuja recusa obstinada de serem enviados à hostil e distante Amazônia provocou solidariedade”. Neste contexto de solidariedade, inúmeros ônibus chegaram ao acampamento com indivíduos oriundos de diversos lugares em 25 de julho de 1981, Dia do Trabalhador Rural. Na ocasião, bispos

católicos, representantes de várias organizações e líderes da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) discursaram à multidão de aproximadamente 10 mil pessoas.

Por sua vez, o governo interveio, desta vez não com a força bruta, mas com estratégia. Entrava em cena uma figura importante neste cenário de luta e de resistência: o major Curió, oficial do exército conhecido por sua atuação na guerrilha da Amazônia. Curió tinha a fama de manipular trabalhadores rurais analfabetos e ingênuos. Em 30 de julho de 1981, o major chegou ao acampamento juntamente com agentes do exército e de policiais. Entre suas ações, impôs medidas disciplinares militar e fez com que os assentados cantassem o Hino Nacional, além de saudarem a bandeira tanto no início quanto no fim de cada dia. Além disso, foram criadas barreiras policiais com o intuito de conter o acesso de novas famílias e impedir que alimentos e roupas doadas chegassem aos acampados. O acampamento Encruzilhada Natalino passava por um momento dramático a ponto da própria imprensa chamá-lo “campo de concentração” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 35).

Um episódio intrigante e significativo para o acampamento trata-se da ação das crianças que, segundo Roseli Salete Caldert (2000), foi a primeira ação política com o protagonismo das crianças registrado no movimento. Major Curió, ao perceber a considerável quantidade de crianças no acampamento, resolveu distribuir balas a fim de melhorar sua imagem. O plano era que a ação “benéfica” fosse registrada pelos jornalistas. No entanto, o plano foi descoberto por um dos acampados que, ao sintonizar o seu rádio, descobriu uma forma de interceptar as mensagens trocadas entre o major ao exército. No dia da distribuição de balas, no entanto, as crianças, previamente preparadas pelos acampados, em filas para receber as guloseimas, bradaram “não queremos balas, queremos terra” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p.36).

Vale salientar que outras pressões se seguiram contra os assentados, a saber: entrevistas com os acampados a fim de convencê-los a saírem do acampamento rumo a outro local, Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, criado supostamente para abrigar as famílias da Encruzilhada Natalino. Além disso, em 1981, uma delegação da Justiça e dos Direitos Humanos de Porto Alegre foi proibida de entrar no acampamento e os padres ameaçados com a Lei de Segurança Nacional.

A reação da igreja foi imediata, como nos afirmam Branford e Rocha (2004, p. 37): “os bispos do Rio Grande do Sul reuniram-se na cidade vizinha de Passo Fundo e aprovavam um documento no qual expressava apoio às famílias da Encruzilhada Natalino e reconheciam a necessidade da reforma agrária”. Seguiram-se outros apoios como as mensagens de apoio do Conselho Mundial de Igrejas, a vinda de dois congressistas de Brasília com o intuito de

averiguar as denúncias de repressão, organizações de defesa dos Direitos Humanos exigiram providências da polícia contra a arbitrariedade ocorridas contra os assentados. Ademais, padres de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul promoveram missa campal e participaram de manifestação no acampamento. Uma moção também foi assinada em favor das famílias sem-terra na qual exigia o cessar da intervenção militar. A intervenção encabeçada pelo major Curió ficou insustentável.

Desse modo, Curió e seus homens enfim saíram do local, antes, porém, foi emitido um comunicado no qual atacava o acampamento, nomeando-o “movimento dos sem-terra”. Nesse documento ainda constava ataques à igreja, especificamente ao padre Arnildo, acusando-o de liderar uma “igreja vermelha” e manipular as famílias camponesas. De fato, a retirada de Curió representou uma vitória dos acampados, expressando que a organização era um ponto crucial para atingirem seus objetivos. No entanto, mesmo após o fim da repressão ao acampamento, o impasse na Encruzilhada Natalino persistia, pois, o governo e a imprensa renovavam os ataques à igreja. Com o passar do tempo, as famílias aceitaram a proposta dos bispos de comprarem um pedaço de terra como paliativo que os deixassem livres das constantes perseguições policiais. Dessa maneira, uma campanha promovida pela igreja a fim de arrecadar recursos foi responsável pela aquisição de um terreno de aproximadamente 108 hectares, anunciada na 5ª Romaria da Terra, em 23 de fevereiro de 1982. Ali, apesar de serem espionados com binóculos, os assentados puderam cultivar a terra de forma comunitária em um abrigo provisório para as famílias.

O regime militar já enfraquecido foi aos poucos forçado a conceber concessões. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi eleito governador Jair Soares, que em campanha havia prometido terras para assentar as famílias da Encruzilhada Natalino, promessa cumprida, depois de muita pressão, em novembro de 1983, após mil dias do início da constituição do acampamento, fato que em muito expressa a resistência do movimento, marca constante do MST ao longo de sua história de luta. Assim, com o apoio da CPT, as famílias sem-terra começaram a se organizar em reuniões em muitas localidades do Sul, sobretudo nos salões das igrejas. Em 1983, reuniões de amplitude foram realizadas com a presença de milhares de camponeses nas cidades de Três Passos e Frederico Westphalen. Enfim o movimento ganhou uma configuração com mais organização coletiva, expressando a determinação desses indivíduos em conquistar terras através do esforço, da cooperação e da resistência. O impulso vital para a continuidade da luta de massas em prol do acesso à terra foi em 1984, quando foi lançado oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mundialmente conhecido como MST.

Desse modo, o MST nasce oficialmente na reunião histórica de Cascavel entre os dias 21 e 24 de 1984. Na ocasião, um grupo de aproximadamente 100 trabalhadores sem-terra se reuniram em Cascavel, cidade no oeste do Estado do Paraná, a fim de configurar a nova organização do movimento, que se intitularia Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. Um dos principais articuladores dessa reunião foi João Pedro Stédile, que influenciado pelo sociólogo José de Souza Martins, autor de diversas obras sobre a questão da terra, trazia consigo a ideia de que um movimento emergente pela reforma agrária se tornaria um agente transformador se conseguisse se expandir a todas as regiões brasileiras, sobretudo a nordestina, constituindo-se como uma organização nacional.

Por isso, para o encontro de Cascavel, foram convidados representantes de vários estados, a saber: os estados sulinos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, e de São Paulo e Rio de Janeiro, além de representantes sindicais de Espírito Santo e Bahia. Havia também trabalhadores de orientação católica e sindicalistas de estados amazônicos: Rondônia, Acre, Pará e Roraima, além de representante da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e CUT (Central Única dos Trabalhadores), dessa maneira, objetiva-se um movimento de amplitude nacional, cuja força estaria justamente na mobilização coletiva. Portanto, o encontro de Cascavel representa a fundação e a organização do MST em nível nacional, estabelecendo, desse modo, a articulação pela luta de acesso à terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e igualitária.

A ideia era de que o movimento se estendesse nacionalmente, ganhando força a partir da organização coletiva. Entretanto, neste novo cenário, entrava um impasse quanto ao papel da igreja, como nos diz Branford e Rocha (2004, p. 41): “deveria o movimento ficar estreitamente ligado – e, de certa forma, dependente da CPT?”. As opiniões se dividiam. Um por um lado argumentavam que o movimento ficaria mais forte com a permanente proteção da igreja católica, por outro, alguns argumentavam que o movimento deveria ser autônomo, visão que prevaleceu. Outra discussão importante para o movimento foi justamente a dependência ou não dos sindicatos. Havia muitos sindicalistas que defendiam a ideia de que a questão da reforma agrária seria mais forte partindo de dentro das organizações sindicais. Entretanto, os sindicatos rurais limitavam apenas aos trabalhadores como membros. O movimento, então, a partir das experiências vividas nos acampamentos, compreendeu que a força provinha justamente da luta coletiva, com a participação de toda a família. Decidiu-se, então, que o movimento seria independente de sindicatos. O movimento, então, percebeu que com a participação da família potencializava consideravelmente a luta.

Outro aspecto foi como se daria a relação com os partidos políticos. Em 1979, um grupo de sindicalistas, liderados Luiz Inácio Lula da Silva, torneiro mecânico, viram a chance de fundar o Partido do Trabalhadores, PT, devido à fase de liberdade política que já se fazia iminente. O movimento dos sem-terra ainda não tinha definido como seria a relação com o PT. O consenso foi reafirmar que o MST deveria defender cuidadosamente sua independência em relação aos partidos políticos. Ainda neste encontro de Cascavel se estabeleceram os princípios base do movimento, a saber: a condução do movimento pelos próprios membros do MST, independente de igreja, sindicatos e partidos políticos, além de ser aberto a toda a família, caracterizando-se como um movimento de massas. Além disso, foram definidos alguns objetivos iniciais: lutar pela reforma agrária, por uma sociedade justa e fraternal, pela diminuição das disparidades sociais no campo, pela inclusão dos trabalhadores rurais, meeiros, pequenos agricultores, arrendatários na categoria de trabalhadores sem-terra, ampliando o movimento, além de garantir que a terra seja de quem nela trabalha, cultiva e dela vive.

Dessa forma, ao se estabelecer os princípios norteadores do movimento, houve a necessidade de se definir um nome que não fosse somente atraente ou diferente, mas que fosse, de alguma forma, político. A imprensa já os nomeava de “movimento sem-terra”, expressão que não agradava os líderes do movimento. Então, a discussão sobre a nomeação do movimento resolveu manter o nome pelo qual já eram conhecidos, acrescido de “Trabalhadores Rurais”., tendo MST como sigla, de uso mais prático. Assim, o termo seria mais abrangente, mantendo-se aberto a todos os trabalhadores da terra. Além disso, na reunião de Cascavel, foi decidido redigir um manifesto contra a política governamental no tocante à terra. Esse documento culpava a política econômica do governo militar, atribuindo-lhe a responsabilidade para a situação dos sem-terra.

Segundo o manifesto, essa política econômica era concentrada na exportação, em benefício do grande capital, seja estrangeiro ou brasileiro, resultando com que a terra fosse cada vez mais concentrada nas mãos de poucos afortunados, conseqüentemente, aumentando o número de sem-terra. O manifesto findava com um lema que se tornaria o grito do movimento: terras para os que nela trabalham. Em suma, nas origens do MST foram lançadas na Encruzilhada Natalino, todavia, a forma como o movimento se portaria, mais organização e direcionamentos, foi definido no encontro de Cascavel em 1984, sendo um movimento que foi muito mais longe, criando novas concepções no tocante à luta de acesso de terra.

Segundo Caldart (1997, p. 30), podemos sintetizar o MST em quatro fases histórias. Na primeira, expressa pela força de manifestação dos trabalhadores rurais, sobretudo pelas inúmeras ocupações e acampamentos em diversas regiões do Brasil, por exemplo, no sul do

país, culminam na unificação das ações com a oficialização do MST em 1984, fato que ocasiona ao movimento uma amplitude nacional. A segunda fase, iniciada com a realização do Congresso de fundação do MST, em Cascavel, no Paraná, caracteriza-se pela discussão a fim de definir os objetivos e os fundamentos do MST. Nesse contexto é fundado a União Democrática Ruralista (UDN), liderada pelo pecuarista Ronaldo Caiado, com a finalidade de ser uma frente ao avanço do MST. A terceira fase é marcada tanto pela forte repressão ao movimento quanto pela busca de solidificação institucional do MST. Nesse período, o MST intensifica a luta por verbas governamentais para os assentados. Por fim, na quarta fase, compreendida da realização do III congresso nacional do MST em 1995 aos dias hodiernos, é marcada pela mudança de estratégias das ações do movimento. Entrava no cenário o lema “reforma agrária, uma luta de todos”.

Desse modo, as ações centravam na tentativa de convencer a opinião pública que a reforma agrária não tinha um objetivo unívoco, isto é, não se restringia à luta do camponês, mas também se constitui uma condição essencial tanto para o desenvolvimento econômico do país quanto para a melhoria das condições socioeconômicas da sociedade como um todo. A partir de Souza (2004, p. 31), podemos sintetizar os objetivos gerais do movimento decididos no III congresso do MST:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre capital.
2. A terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição de terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nos valores sociais
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

No decorrer da história do Brasil, houve inúmeras propostas de reforma agrária, destacamos aqui alguns pontos cruciais do programa da reforma agrária que, em linhas gerais, constituiu-se:

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra
2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.
3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar. A eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores
4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola.
5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude.
6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semiárido.
7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola autossustentável.
8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Aqui vale descrever sobre a estrutura organizacional do MST, composto pelo Congresso Nacional (instância máxima de decisões), Direção Nacional, Coordenação Nacional (cumprir as determinações do Congresso Nacional, além de organizar o movimento nacionalmente), Direção Estadual, Coordenação Regionais, Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos. Vale ressaltar que a estrutura organizacional do MST permite a mobilidade de seus membros, isto é, todos os membros podem compor a coordenação nacional, fato determinado a partir da intensidade dos militantes do movimento. Outro aspecto interessante de aludir é que em vista da limitação de acesso à mídia hegemônica, a comunicação tornou-se de extrema relevância para o MST nas lutas hegemônicas e contra hegemônicas. Desse modo o MST enquanto movimento social, criou um setor de comunicação cuja finalidade é justamente construir seus próprios meios de interação e, assim, disseminar de uma forma organizada as informações entre os membros do movimento.

Na contemporaneidade, o MST aprofundou o debate acerca da questão agrária, redimensionando o significado da luta pela reforma agrária, ocasionando o novo atributo à reforma: um caráter popular. Nesta perspectiva, o MST compreende que a reforma agrária não se resume a problemática de acesso à terra por parte de seus agentes, mas se torna uma necessidade da sociedade toda, pois ela vive de seu próprio trabalho e precisa de um novo modelo de organização econômica. O MST também visa à transformação social da estrutura brasileira, ou seja, o movimento objetiva a luta por uma sociedade mais igualitária que solucione problemas sociais, por exemplo, a desigualdade social e de renda, bem como as discriminações raciais e de gênero tão presentes na sociedade brasileira.

Desse modo, as pautas de luta do MST não se limitam a problemática da terra, pois o movimento, dado a sua amplitude nacional, incorporou outras pautas de social. Assim, o MST visualiza um programa agrário que contemple na sua base a produção agrícola com matriz agroecológica. A título de exemplo, o MST, maior produtor de arroz orgânico da América Latina, informação veiculada no site oficial do movimento (<https://mst.org.br/>), desenvolve seu processo agrícola com princípios de respeito à ecologia dos ambientes onde desenvolve suas atividades de plantio, estimulando, por exemplo, a plantação de mudas, o reflorestamento e a recuperação de nascentes, expressando, desse modo, responsabilidade social e ambiental.

Outra ação benéfica à sociedade promovida pelo movimento sem-terra é o Plano Nacional de Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, lançado pelo MST em 2019. A semana “Plantemos a Resistência: Contra o Genocídio e os Despejos”, que faz parte do Plano Nacional, trata-se de uma resposta ao desmatamento, às queimadas que assolam o Brasil. As ações, em geral, objetivam o plantio massivo de árvores nas áreas ameaçadas e a construção de

bosques em homenagem aos mortos pela pandemia do Covid-19. Além disso, houve lançamento de material sobre agroecologia, atos de debate e de formação realizados on-line. O MST, embora, historicamente tenha a luta pelo acesso à terra como principal bandeira, compreende que essa luta para ser completa necessita englobar outros direitos fundamentais como a saúde de qualidade.

Neste sentido, o MST debate e propõe uma reforma agrária que se inicie com a democratização da propriedade da terra, mas que priorize a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, articulado a um modelo econômico que distribua renda, bem como respeite o ambiente. Em suma, o MST objetiva uma reforma agrária que fixe as famílias camponesas no meio rural, evitando, assim, o êxodo rural e suas consequências danosas, como o desemprego, o subemprego, a mendicância e a miséria, bem como a garantia dos direitos constitucionais básicos que garantam condições de vida, como moradia, trabalho, renda, saúde, educação em todos os níveis, emprego para juventude, produção de alimentos saudáveis, produção agroecológica, entre outras bandeiras de luta do movimento.

Outra preocupação do MST é garantir que o Estado cumpra seu dever constitucional de possibilitar o acesso ao sistema de saúde básico de qualidade ao povo. Assim, o setor de saúde do movimento possui o papel de pressionar o governo para que ele cumpra sua função para com a saúde dos assentados e acampados, contribuindo para melhores condições no trato da saúde, por exemplo, com medidas preventivas de doenças. Ademais, o MST a partir de suas ações de solidariedade e participação amplia seus horizontes de atuação, estendendo a luta contra outras disparidades sociais, por exemplo, no combate a violência contra a mulher com a campanha “Mulheres Sem Terra: contra o vírus e a violência”, lançada em plena a atual epidemia do Covid-19, surge como elemento de conscientização com intuito de combater a violência praticada contra as pessoas mais vulneráveis.

Outra ação negligenciada pelos meios de comunicação hegemônicos é documentário “LGBT Sem Terra: O amor faz revolução” que marcou os cinco anos do Coletivo LGBT Sem Terra. Essa produção audiovisual traz mensagem da necessidade sobre o amor de uma forma plena, independente de gênero, mostrando que a construção da reforma agrária popular, bandeira de luta do MST, vai muito além do acesso à terra, pois o movimento compreende o ser humano em todos os aspectos e, assim, a luta se estende por questões fundamentais, básicas de sobrevivência e participação efetiva na sociedade, reconhecendo a comunidade LGBT como sujeito ativo de emancipação.

Por sua vez, os assentamentos, espaço de convivência entre os membros do MST onde as famílias camponesas vivem, trabalham e produzem, garantindo, assim, um futuro mais

próspero aos indivíduos é frequentemente alvo de ataques no discurso midiático. Entretanto, a criação de assentamentos traz benesses socioeconômicas para localidade, uma vez que além de dar a função social a terra, garante aos assentados direitos constitucionais como: casa, escola e comida. Dessa forma, percebemos que as pautas de luta do MST como as supracitadas são cotidianamente excluídas dos noticiários que, em geral, privilegiam nos gêneros midiáticos um discurso que tende a construção de uma representação estereotipada dos trabalhadores do campo, transformando-os em “criminosos”, influenciando, desse modo, a opinião pública contra as bandeiras históricas de luta do MST.

Recentemente, mais precisamente em 25 de julho de 2020, o Papa Francisco parabenizou as ações de solidariedade do MST através de carta enviada pelo cardeal Michael Czerny, secretário do Dicastério para o serviço do desenvolvimento humano integral, saudando as famílias sem-terra pelo ato de solidariedade para com aqueles que padecem com a crise proporcionada pela pandemia da Covid-19, fato pouco noticiado que em muito demonstra o silenciamento das ações inclusivas e benéficas à sociedade promovida pelas iniciativas colaborativas do MST. O MST, como movimento social ativo, entre outros aspectos, produz alimentos saudáveis para a população brasileira, cumprindo a função social da terra prescrita pela Constituição Federal. O movimento, organizado em cooperativas, associações e agroindústrias nos assentamentos, desenvolve cooperação agrícola em um processo de ajuda coletiva a fim de melhorar a renda e as condições de vida dos membros do MST, bem como combater a fome no campo.

Além disso, o MST, ao longo de sua história, desenvolve políticas de saúde para os membros do movimento a fim de garantir-lhes uma vida saudável. Um exemplo desta preocupação foi a medidas preventivas no atual cenário sanitário provocado pela pandemia do Covid-19. O MST, cumprindo sua responsabilidade social, realiza esforço de enfrentamento ao novo coronavírus, por exemplo, produzindo mapeamento e monitoramento dos casos de Covid-19, buscando ajuda de profissionais de saúde para atuarem nos territórios do MST, além de produção e doação de álcool, máscaras e fitoterápicos aos membros do movimento.

Outrossim, é igualmente notável as ações do MST no tocante ao combate ao uso de agrotóxicos ao longo de sua história. O atual governo federal, na contramão das recomendações dos órgãos internacionais, colocou-se de encontro às orientações do relatório sobre resíduos tóxicos na 45ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, ao discursar na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas em 22 de setembro de 2020 se posicionou como vítima de perseguição de uma campanha de desinformação e culpou grupos indígenas, ONG's, e órgão de imprensa pelas atuais queimadas

que assolam o Brasil, acusando-os de “politizar” o novo coronavírus e “disseminar o pânico” entre a população sob o lema “fique em casa”, ocultando as mais de 130 mil mortes de brasileiros ocasionado pelo atual quadro pandêmico.

O MST, por sua vez, além de ter como bandeira de luta o acesso à terra de forma democrática, elabora planos de ação para reduzir urgentemente o uso de agrotóxicos, especialmente em áreas habitadas, como a proibição de pulverização com agrotóxicos nocivos à saúde da população e criação de zonas de proteção. Além disso, o MST, cumprindo sua função social, promove ações de altruísmo e solidariedade no atual contexto sanitário, agindo tanto com políticas agroecológicas quanto com distribuição de alimentos para as pessoas menos assistidas, por exemplo com a edição Marmita Solidária, visando oferecer refeição saudável e de qualidade para os indivíduos mais necessitados nesse momento de crise.

O respeito à diversidade sexual também é foco de discussão no MST. Um exemplo é o Ciclo de Estudo Virtual: Diversidade Sexual e de Gênero e Reforma Agrária Popular. Esse ciclo objetiva discutir os desafios do respeito ao outro, levando em consideração categorias como raça, patriarcado e capitalismo, analisando, desse modo, como a LGBTfobia se materializa nas relações socioculturais. Além da luta pelo acesso à terra e melhoria na infraestrutura para os assentados, a educação é outra pauta de interesse do MST, pois a partir do instrumento educacional há a continuidade da resistência. Assim, um dos objetivos do movimento é justamente lutar pela erradicação do analfabetismo no campo, dando condições para que as crianças e os jovens tenham acesso à educação. Dessa maneira a luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos e a capacitação dos (as) professores (as) são objetivos constantes dentro do MST, buscando-se uma proposta de educação popular de qualidade.

Outro elemento relevante dentro do movimento e ocultado pela mídia hegemônica é justamente a bandeira de estimular a leitura dentro dos assentamentos. Essa forma de atuação de incentivo tanto a leitura quando a escrita como processo de informação e formação é uma das missões do MST desde a fundação do Jornal Sem Terra, distribuído nos assentamentos e acampamentos por todo o país, funcionando, assim, como subsídio de leitura para o fortalecimento de sua base social. Em suma, a prática de leitura, de escrita e da arte em geral torna-se atos militantes dentro do movimento. O MST, em seu compromisso com a educação, compreende que a continuidade da luta por melhores condições de vida perpassa pelo conhecimento. Dessa maneira, a educação tornou-se prioridade de luta dentro do movimento. Ainda na linha educacional, o MST propõe as escolas itinerantes com intuito de garantir o direito à educação aos jovens em situação de itinerância, oferecendo-lhes formação

educacional. Vale ressaltar que essas escolas são voltadas para toda a população acampada, dessa forma, possibilitando acesso à educação a todos do movimento.

Em números, como ilustração, segue o quadro sobre as ações do MST na educação:

Quadro 3 - Ações do MST na área educacional

Ações	Resultados
Escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos	Mais de 2 mil
Crianças, adolescentes, jovens com acesso à educação garantida	200 mil
Adultos alfabetizados	50 mil
Estudantes em cursos técnicos e superiores	2 mil
Cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país	Mais de 100 mil

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados retirados de <https://mst.org.br/>. Acesso em: 23 set. 2020.

As ações supra, entre outras, evidenciam a responsabilidade social do MST e as benesses à sociedade brasileira, que, em geral, são ações apagadas nos noticiários brasileiros, prevalecendo representações estereotipadas em desprestígio ao MST em nítido apoio a elite agrária conservadora do país. Na história do MST os propósitos do movimento atravessaram inúmeros entraves que dificultam seu intuito original que é justamente a aplicação da constituição que *a priori* deveria garantir o direito à propriedade e a denúncia a especulação imobiliária. Entre esses entraves estão as políticas públicas atreladas ao agronegócio que, em geral, desrespeitam a legislação ambiental e são voltadas principalmente para a exportação, por exemplo, da soja e do etanol, e a chamada bancada ruralista que se constitui em um grupo de deputados de diversos partidos que se pautam no latifúndio e, por conseguinte, freiam a reforma agrária, além, obviamente da constante repressão e assassinatos de membros do movimento ao longo de sua história, bem como do discurso da mídia hegemônica que diariamente se pauta em seus gêneros discursivos de manipular a sociedade através da linguagem (discurso) com intuito de criminalizar e desprestigiar o MST.

Outro entrave é a mecanização agrícola que contribuiu para a eliminação de pequenos produtores e fortaleceu ainda mais a concentração de terra no Brasil, intensificando o êxodo rural e, conseqüentemente, o desemprego ou o subemprego de grande parte desses grupos sociais que migraram para a cidade a procura de sobrevivência. Aqui, vale lembrar que o MST, desde suas primeiras manifestações, criou símbolos para representar sua luta pela

reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária. Atualmente, os símbolos mais fortes do movimento são o hino e sua bandeira que compõe a identidade visual do MST. No tocante à bandeira, foi no 4º Encontro Nacional em 1987 que ela se tornou símbolo permanente do movimento, estando presente em inúmeras manifestações do MST, por exemplo, festas, reuniões, marchas de luta, escolas, além de acampamentos e assentamentos. A bandeira do MST se constitui de signos da unidade, significando, desse modo, a composição mística do MST.

Segue a bandeira para visualização:

Figura 1 - Bandeira do MST



Fonte: Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 24 set. 2020.

Assim, as cores e os desenhos constituintes da bandeira do movimento possuem um significado que caracteriza as pautas de luta do movimento. Exponho, dessa forma, o quadro a seguir com a explanação dos signos da bandeira com suas respectivas representações:

Quadro 4 - Signos e representações da bandeira do MST

(continua)

Signos: cores e desenhos	Significado/Representação
Cor vermelha	Representa o sangue das veias e a disposição de lutar pela reforma agrária.
Cor branca	Representa a paz conquistada somente através da justiça social.
Cor preta	Representa o luto e a homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando.
Cor verde	Representa a esperança de vitória a cada latifúndio conquistado.

Quadro 4 - Signos e representações da bandeira do MST

(conclusão)

Signos: cores e desenhos	Significado/Representação
Fação	Representa a ferramenta de trabalho. De luta e de resistência.
Mapa do Brasil	Representa a luta nacional do MST e que a reforma agrária deve se estender por todo país.
Trabalhador/Trabalhadora	Representa a necessidade da luta ser feita pelas mulheres, pelos homens, pelas famílias inteiras.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados retirados de <https://mst.org.br/>. Acesso em: 24 set. 2020.

Outro símbolo igualmente forte dentro movimento é justamente o hino do MST, com letra de Ademar Bogo e música de Willy C. de Oliveira. Nela, observamos o caráter de luta e união constituintes do MST desde seu surgimento como movimento social. O tom de busca pela liberdade se estende nas linhas e entrelinhas da letra a partir da luta popular.

Transcrevo, assim, a letra do hino do MST para visualização da força dos versos:

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy C.de Oliveira

Vem façamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sob a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra como
irmãos!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Braço erguido ditamos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos est pátria adormecida

O amanhã pertence a nós
trabalhadores!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Nossa força resgatada pela chama
Da esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre operaria e camponesa
Nossa estrela enfim triunfará!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular

(MST. Disponível em:
<https://mst.org.br/>. Acesso em: 24
set. 2020.)

O MST que, com seu ativismo político, objetiva a luta pela terra e por mudanças sociais no país, possui como base jurídica para as suas ações uma prerrogativa constitucional, ou seja, trata-se de uma determinação estabelecida na constituição brasileira de 1988 sobre a função social da terra. Em outras palavras, essa determinação estabelece que toda grande propriedade que não atinge ou não cumpre sua função social em fornecer alimentos ao mercado, deve ser destinado à reforma agrária, sendo distribuída aqueles que estão demandando terra para trabalhar.

Em geral a demanda central do movimento é a reforma agrária, isto é, uma reorganização das terras no campo a fim de dividi-las em propriedades menores e redistribuí-las, possibilitando, dessa forma, que os grandes latifúndios cumpram de fato função social estabelecida constitucionalmente. No entanto, embora o MST cumpra um papel social de relevância para sociedade, como a produção de alimentos livres de agrotóxicos, com uma postura agroecológica, há uma nítida força proporcionada pela mídia a fim de desprestigiar e vilipendiar o MST, estabelecendo as relações de poder no campo.

Dentro da ideologia do MST lutar pela reforma agrária é muito mais que aspectos de distribuição de terras, ou seja, a bandeira de luta do movimento é multidimensional, pois leva em consideração acesso à tecnologia, saúde, educação, cultura, igualdade social e de gênero, entre outros elementos constitutivos de cidadania dentro de uma sociedade democrática. Dessa forma, o MST que se caracteriza como movimento de massas, de caráter popular e político, em contraponto ao agronegócio e ao capitalismo, segue em sua luta pela tão almejada reforma agrária que possibilitaria reparos nas disparidades sociais de acesso à terra e mudanças na sociedade

Interessante notar que o objetivo discursivo MST sempre é palco de discussão e/ou polêmica, o debate sobre o MST nunca é isento, ou seja, os indivíduos geralmente se posicionam contra ou favor, embora a posição do autor deste trabalho seja que haja quantitativamente mais pessoas direcionadas a redimensionar o MST a aspectos negativos impulsionados pelo noticiário midiático. Assim, observamos que o MST, enquanto movimento social organizado, é inúmeras vezes categorizado com termos que além de não refletirem as ideias da luta do movimento, funcionam como estratégias linguístico-discursivas que tanto estereotipam o MST quanto silenciam suas ações de compromisso social, cristalizando representações negativas com nítidas motivações ideológicas. Por sua vez, o MST resiste na luta por uma sociedade mais igualitária em seus direitos constituintes, caracterizando-se como um movimento de massa pacífico, pois, a concepção ideológica do MST é que a força está justamente na organização no número de indivíduos que o movimento mobiliza.

Nessa subseção, discutimos um breve retrospecto da história do MST, contextualizamos principais acontecimentos que impulsionaram a sua constituição e, conseguinte, oficialização enquanto movimento social. Além disso, discutimos acerca da evolução das pautas de MST, bem como sobre a atual configuração do movimento. A seguir, discutimos sobre a metodologia convocada para nossa pesquisa.

3 TRAÇADO METODOLÓGICO: O PERCURSO INVESTIGATIVO DA RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Noite e dias guerrilham.
Cova para mais de (s) cem vidas.
O preço do pão
 [combustão.
Punhado de arroz, de feijão...
Carteira assinada
Medo do patrão.
Clamor diário
Saúde, luxo primário.
Cultura é só um anexo.
Sertão de seca
 [e de bolso.
Parvo poema
Que um poeta ao avesso
Canta nestas linhas
E neste ponto de
? final.

(Poeminha Social, Helder Felix)

Nesta seção, apresentamos a metodologia desta pesquisa. Desse modo, para obter os resultados almejados acerca da problematização e dos objetivos específicos apresentados neste trabalho tomamos como foco investigativo o gênero notícia veiculados pela portal de notícias G1.com a fim de investigar as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas na construção das representações sociais (RS) sobre o MST das quais suponho que sejam estereotipadas com intuito nítido de desprestígio e de criminalização do MST perante à opinião pública através de recurso da linguagem, do discurso.

Assim o perfil metodológico aqui apresentado caracteriza a pesquisa quanto à abordagem utilizada, à inserção nos estudos linguísticos e sociais e à orientação epistemológica. Em seguida, apresentamos os procedimentos de coleta de dados (*corpus*), bem como a descrição das categorias de análise e os procedimentos analíticos adotados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Do ponto de vista da abordagem, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. Tal escolha por esse tipo de investigação se deu por acreditarmos que é através dela “possível investigar uma grande variedade de aspectos do processo social” (MAGALHAES, 2017, p. 30). Logo nossa escolha se fez plausível para analisarmos os discursos e as relações sociais quanto às RS sobre o MST no gênero notícia disseminado pela mídia. Esse tipo de pesquisa possui como base o mundo real com intuito de compreender e, por vezes, explicar fenômenos sociais.

Sobre a pesquisa qualitativa à qual nos filiamos para fins de abordagem metodológica, Dieb (2004, p. 33) assim nos diz: “esse quadro comumente designada abordagem qualitativa de investigação entende as práticas sociais como atividades humanas carregadas de significados e dá à pesquisa uma configuração interpretativista”. Nessa abordagem o interesse investigativo recai no mundo real, dinâmico, tendo como objetivo a compreensão, a investigação de fenômenos sociais e, por vezes, a explicação desses fenômenos. Segundo Magalhães (2017, p. 30) “na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como um tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos, as relações sociais e os significados que produzem”.

Desse modo, nossa pesquisa explicita caráter interpretativista sobre as RS sobre MST comumente expostos na mídia, pois o foco recai no significado das ações sociais. Dessa forma, a pesquisa qualitativa-interpretativista se manifesta como relevante para evidenciar os problemas que dizem respeito à atmosfera social. A escolha de uma pesquisa de base qualitativa se fez, a nosso ver, mais relevante para esse trabalho, pois se adequa melhor a proposta de investigar as RS sobre o MST produzidas massivamente pelos meios de comunicação hegemônicos do país justamente por se tratar de uma pesquisa que compreende a relevância de uma investigação científica que analise como a linguagem, mais precisamente o discurso, corrobora para inúmeros fenômenos/problemas sociais que impactam nas ações, nos comportamentos individual e social dos indivíduos e grupos.

Desse modo, nossa pesquisa se caracteriza do tipo analítico-discursiva, pois tal escolha possibilita uma análise crítica dos fenômenos inerentes à linguagem, com o olhar mais atento às ideologias de dominação, veiculadas e sustentadas por meio de estratégias linguístico-discursivas. Vale dizer que por ideologia de dominação compreendemos que embora em uma sociedade coexistam diversas ideologias, as classes dominantes possuem os mecanismos de produção e de distribuição de representações e discurso, isto é, a classe dominante detém os meios de produção material que propiciam a reprodução de determinados valores simbólico-ideológicos. Conforme Irineu (2011, p. 107), no que diz respeito a sua inserção no campo de investigações da linguagem e a sua natureza epistêmica, trata-se de uma pesquisa situada nos estudos do discurso, no âmbito das Ciências Sociais, em uma perspectiva analítico-discursiva na sua vertente crítica, pois se preocupa com a dimensão ideológica dos textos que circulam na sociedade como práticas discursivas situadas.

Sobre as orientações epistemológicas evocadas para darmos conta de uma análise plausível acerca do objeto foco desse trabalho, isto é, as RS sobre o MST em discurso midiático, temos nossa pesquisa dentro da Linguística Aplicada (LA), pois nossa investigação parte de fenômeno social ocasionado, entre outros aspectos, pelos problemas de uso da linguagem. Em outros dizeres, a LA atua como uma área do conhecimento que se interessa pela investigação científica de problemas sociais de uso da linguagem, debruçando-se sobre o estudo de fenômenos sociais nos quais a linguagem é basilar para (re) produção desses problemas, buscando dessa maneira compreender questões de cunho interacional em contextos sócio-históricos específicos a fim de solucioná-los ou, ao menos, questioná-los.

Desse modo, a LA que de modo inter/trans/indisciplinar se ocupa de problemas sociais de uso da linguagem e por extensão do discurso, considera as mudanças pelas quais os sujeitos e grupos sociais experimentam em seu cotidiano, ou seja, trata-se de uma LA que objetiva “falar ao mundo em que vivemos no qual muitas das questões que nos interessavam mudaram de natureza ou se complexificaram ou deixaram de existir” (MOITA LOPES, 2011, p.19). Assim, no mundo de mudanças repentinas a linguagem se torna um elemento essencial dentro das interações que vivenciamos, portanto, é fundamental, devido à hiperssemiotização do mundo, “outras formas de conhecimento e outras questões de pesquisa que sejam responsivas às práticas sociais” (MOITA LOPES, 2011, p.19).

Na presente pesquisa, o interesse recaiu de modo mais específico na interface entre a Análise de Discurso Crítica, doravante ADC, dentro do âmbito da LA e a Teoria das Representações Sociais, posteriormente TRS, no campo da Psicologia Social com intuito discutir problemas sociais, no caso as constantes perseguições ao MST pela mídia hegemônica e sua relação com o uso da linguagem. Aqui cabe discutir brevemente sobre estes dois campos investigativos que serão conjugados em nossa pesquisa.

A ADC é uma perspectiva de estudo que se situa na tradição qualitativa interpretativista, portanto, permite investigar uma variedade do processo social, o significado das experiências humanas, bem como os indivíduos articulam esse processo social, os discursos, as relações interacionais e, conseqüentemente os significados, as representações sociais (re) produzidas socio-discursivamente. Por sua vez, a TRS, proposta inicialmente por Serge Moscovici (1976) surge como uma teoria sociocognitiva na qual objetiva analisar objetos do pensamento, relacionando-se com reflexões acerca da relação entre cognição, sociedade e linguagem. Assim a TRS busca explicar de que forma os indivíduos compartilham conhecimento, constituindo, desse modo uma realidade comum.

Mais especificamente, usaremos em nossa pesquisa a abordagem discursiva das representações sociais (ADRS). A ADRS, segundo Irineu (2019), consiste em uma visão especializada que lançamos para o estudo das representações a partir de uma interface entre a TRS e a ADC, focando para análise dos processos discursivos envolvidos na reprodução dos chamados “objetos do pensamento” (MOSCOVICI, 1976). A partir desses “objetos do pensamento” são elaboradas as visões dos sujeitos de um dado grupo social sobre o mundo. Ao propor conjugar os pressupostos da ADC em uma interface com a TRS, nossa pesquisa se fundamenta na medida em que busca à análise de textos e das práticas sociais em dado contexto situado com o intuito de investigar de que forma as estratégias linguístico-discursivas corroboram para a construção das RS estereotipadas sobre o MST pelo discurso midiático quase sempre naturalizadas pelas práticas discursivas midiáticas, além de investigar as estratégias linguístico-discursivas de silenciamento de vozes dos indivíduos membros do MST em situação de subalternidade e vulnerabilidade social.

Nesta perspectiva, essa pesquisa circunscreve-se como analítico-discursiva de conflitos sociais que possuem na linguagem, logo, no discurso, seu palco de reprodução e de naturalização dessas assimetrias, sobretudo o reproduzido pela mídia hegemônica, dona do discurso “legitimador”, pois o modelo estrutural da sociedade perpassa pelas representações sociais, construídas coletivamente a partir de processos sócio-cognitivos que são (re) produzidos no/pelo discurso. Desse modo, em suma, este trabalho se caracteriza de natureza qualitativo-interpretativista, do tipo analítico-discursiva, centrado no arcabouço teórico-metodológico em uma interface entre a TRS e os estudos em ADC dentro da área da LA, pois objetivamos um diálogo possível e necessário entre as referidas áreas do conhecimento a fim de investigar o objeto proposto nessa pesquisa com o propósito de compreendê-lo dentro da conjuntura contemporânea, agindo academicamente e socialmente com intuito de contribuir para discussão dessa problemática social que estereotipa o MST através de recursos linguístico-discursivo propagados pelo discurso midiático que em grande medida corrobora para a criminalização do MST, silenciando as bandeiras de luta do movimento.

3.2 Coleta de dados

A constituição do *corpus*⁵ foi pautada em procedimentos de coleta de dados com tratamento fidedigno das informações coletadas e procedimentos éticos. Desse modo, para

⁵ Aqui material de análise se constitui de todos os textos acessados para a composição do *corpus* da pesquisa, ou seja, o material que será de fato analisado quanto aos objetivos da pesquisa.

garantir que nossa pesquisa evidencie esse caráter ético no manejo das informações coletadas, assumimos alguns procedimentos com o intuito de garantir uma pesquisa não tendenciosa e fidedigna no trato do *corpus* do trabalho, por exemplo utilizando a totalidade do textos, isto é, a análise do textos em sua completude com intuito da equidade com todos interessados, não beneficiando, desse modo, apenas quem financia a pesquisa como a instituição acadêmica ou as agências de fomento à pesquisa.

Outro procedimento adotado foi justamente o respeito aos trabalhos de outros (as) pesquisadores (as), citando as devidas fontes quando requisitadas no escopo de nossa pesquisa, garantindo-lhes seus respectivos direitos autorais. Ademais, procedemos fielmente quanto ao acesso dos dados de maneira a não alterarmos com intuito de influenciar a investigação a partir de nossas suposições quanto ao objeto de estudo da pesquisa. Em princípio, coletamos notícias sobre MST veiculadas pela mídia hegemônica, aqui compreendida como os principais grupos midiáticos que concentram uma elevada audiência em âmbito nacional, por exemplo, o Grupo Globo.

Desse modo, elegemos uma das mídias do webjornalismo do Grupo Globo, o portal de notícias G1.com. Aqui vale uma breve discussão sobre o *locus* de onde provém nosso material de análise e, por conseguinte, nosso *corpus* de análise, isto é, o portal de notícias G1.com. Antes, porém, podemos definir os portais como páginas da *internet* que funcionam como um meio de acesso a um conjunto de informações e serviços, por exemplo, vídeos, notícias, esportes, entretenimento, *downloads*, jogos, programação televisiva, entre outros.

Em geral, os portais são de dois tipos: horizontais e verticais. Os horizontais se caracterizam pelo acesso a vários tipos de informação e serviços, já os verticais se concentram no acesso a *links* de conteúdo específico. O G1 é um portal de notícias de cunho jornalístico de responsabilidade do Grupo Globo de Comunicação sob orientação da Central Globo de Jornalismo. O G1, fundado em 2006, disponibiliza o conteúdo jornalístico das inúmeras empresas do Grupo Globo, por exemplo, GloboNews, CBN, Rede Globo, jornais O Globo, Extra e Valor Econômico, revistas Época e Globo Rural, entre outros. Além disso, possui parceria com diversas empresas internacionais, por exemplo, *New York Times*, Agência *France Presse*, *Associated Press*. Dada à diversidade desse suporte midiático, hoje atuante nas 5 regiões do país, o G1 é alimentado 24 horas.

Vale dizer que, dado o alcance do G1 na disseminação de informações, atualmente ele possui versões em 2 línguas além do português: inglês e espanhol, além de ser disponibilizado na versão de aplicativos *Android* e *IOS*. Desse modo, o G1 se adapta tanto para as novas perspectivas advindas da atual fase das tecnologias da informação quanto para as

mudanças de comportamento dos indivíduos, unificando o uso da plataforma pelos usuários tanto por via do computador quanto por intermédio do celular, hoje um suporte relevante na propagação de notícias via, por exemplo, as redes sociais virtuais a fim de atrair o maior número de leitores.

Essa postura obviamente não objetiva somente a sedução desses leitores, pois o conhecimento advindo do noticiário repercute consideravelmente na formação de opinião das pessoas, na valorização (fortalecimento) de crenças acerca de um dado objeto do discurso, corroborando enfim para comportamentos, atitudes/ações sobre os fenômenos sociais noticiados. A popularidade do portal G1 o fez ganhar em 2015 um programa exclusivo dentro da programação da Rede Globo, intitulado *G1 em 1 minuto* com a finalidade de noticiar informações diárias em boletins em rede nacional tanto pela manhã quanto pela tarde.

Ainda sobre o alcance do G1 tomamos como exemplo a pesquisa da empresa americana de análise de mídia *ComScore* que apontou o recorde de acessos nos suportes digitais do Grupo Globo em 2018, alcançando os expressivos números de 100 milhões de visitantes únicos. Ao considerar os dados recentes sobre uso de *internet* no país, a pesquisa sinaliza que aproximadamente 8 em cada 10 brasileiros que possuem acesso à *internet* consumiam os conteúdos das plataformas do Grupo Globo. Especificamente sobre G1 a *ComScore* apontou a consolidação da liderança dessa plataforma como líder na categoria notícia, apontando o acúmulo de 3,1 bilhões de visitas e 56 milhões de visitantes únicos em 2018.

Em 2019 o G1 passou a oferecer uma plataforma de *podcasts* com análises/entrevistas acerca dos assuntos cotidianos. O G1, ao longo de sua história, foi agraciado com importantes prêmios dentro de cenário do jornalismo, tais como o prêmio Vladimir Herzog de internet em 2014 com a matéria “Dias de Intolerância”, de Rosanne D’Agostino, além da menção honrosa do prêmio Vladimir Herzog por multimídia sobre “O Mapa da Homofobia em São Paulo”, em 2017 de autoria de Thiago Reis, Alexandre Nascimento, Alexandre Mauro, Beatriz Souza, Fabíola Glenia, Glauco Araújo, Igor Estrella, Kleber Tomaz, Marcelo Brandt, Mariana Mendicelli, Rodrigo Cunha, Rogério Banquieri, Sávio Ldeira e Wagner Santos. Dito isto, foi plausível, a nosso ver, a escolha do portal de notícias G1.com justamente por se tratar de um veículo do *webjornalismo* de relevância na produção, divulgação e distribuição de notícias sobre os acontecimentos cotidianos que repercute consideravelmente dada a sua atual popularidade dentro dos meios de comunicação e potencial adesão por parte dos indivíduos, além de sinalizar possíveis RS sobre nosso objeto de pesquisa.

Como ponto de partida, coletamos 40 notícias sobre o MST do portal de notícias G1.com que compuseram nosso material de análise. A partir da leitura desse material, ou seja,

uma pré-análise dessas notícias com intuito de identificarmos os subtemas, estereótipos e estratégias linguístico-discursivas, selecionamos 20 notícias para a composição de nosso *corpus* de análise. Desse modo, utilizamos alguns critérios de seleção, por exemplo, a análise dos títulos das notícias e/ou subtítulos, pois, eles podem sugerir aspectos ideológicos elucidativos sobre o MST que supomos depreciar tanto as ações quanto os membros do movimento camponês e, conseqüentemente, anunciar posicionamentos sobre grupos historicamente em situação de expurgo, de vulnerabilidade social, pois, “os títulos das notícias tendem enfatizar as características negativas das minorias” (VAN DIJK, 2010, p. 145), daí nossa opção de análise dos títulos das notícias como processo de seleção de nosso *corpus* analítico.

Também sobre os critérios de seleção do material de análise e posterior *corpus* analítico, optamos em um recorte temporal compreendido entre anos 2019-2020 o que corresponde aos primeiros anos de gestão do governo Jair Messias Bolsonaro. As notícias selecionadas seguem no Quadro 5.

Quadro 5 - Notícias selecionadas para o *corpus* analítico

(continua)

Nº	Data	Títulos	Links
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/01/14/familias-do-movimento-sem-terra-ocupam-fazenda-no-interior-do-pa.ghtml
04	22/02/2019	Ouvidor do Inca recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/22/ouvidor-do-incra-recomenda-que-superintendencias-regionais-nao-recebam-invasores-de-terra.ghtml
06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/03/14/integrantes-do-mst-que-ocupam-fazenda-de-joao-de-deus-em-goias-fazem-ato-em-memoria-de-mulheres-vitimas-de-violencia.ghtml
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Inca e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/04/16/integrantes-do-mst-fazem-ato-pela-reforma-agraria-no-recife.ghtml
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/17/mst-protesta-contraveto-de-doria-a-feira-da-reforma-agraria-no-parque-da-agua-branca.ghtml
13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/06/23/fantastico-denuncia-fraudes-em-programa-de-reforma-agraria.ghtml
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/11/25/acao-de-reintegracao-de-posse-e-deflagrada-em-lotes-da-codevasf-ocupados-pelo-mst-no-norte-da-ba.ghtml

Quadro 5 - Notícias selecionadas para o *corpus* analítico

(continuação)

Nº	Data	Títulos	Links
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/09/integrantes-do-mst-ocupam-sede-do-incra-em-fortaleza-acao-faz-parte-de-movimento-nacional.ghtml
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/09/mulheres-do-mst-ocupam-sede-da-codevasp-na-ba-para-pedir-cumprimento-de-acordo-com-assentamentos.ghtml
24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/09/mulheres-sem-terra-ocupam-ministerio-da-agricultura-durante-protesto-em-brasilia.ghtml
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/12/policia-militar-cumpre-ordem-judicial-para-reintegracao-de-posse-de-area-de-usina-em-campo-do-meio-mg.ghtml
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/12/oficiais-de-justica-ainda-negociam-para-familias-do-mst-deixarem-area-de-usina-em-mg.ghtml
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam a área de usina em MG após 50 horas de resistência.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/14/familias-do-mst-alegam-violencia-da-pm-e-deixam-area-de-usina-em-mg-apos-50-horas-de-resistencia.ghtml
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/14/pm-admite-ter-jogado-bombas-contras-familias-do-mst-durante-reintegracao-em-area-de-usina-de-mg-manifestantes-sao-presos.ghtml
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/14/pm-de-minas-prende-quatro-pessoas-durante-reintegracao-de-posse-de-fazenda.ghtml
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/08/14/mst-realiza-protesto-e-interdita-trecho-da-br-116-em-governador-valadares.ghtml
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/15/familias-despejadas-de-usina-sao-acolhidas-por-membros-do-mst-de-outras-areas-em-mg.ghtml
36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/18/mst-pede-testagem-para-covid-19-em-integrantes-envolvidos-em-acao-de-reintegracao-de-posse.ghtml

Quadro 5 - Notícias selecionadas para o *corpus* analítico

(conclusão)

Nº	Data	Títulos	Links
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/09/08/lider-de-grupo-de-invasores-casal-e-presos-suspeito-de-tentar-ocupar-fazenda-e-provocar-fogo-na-propriedade-em-cachoeira-alta.ghtml
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/01/familias-de-acampamento-do-mst-protestam-contra-reintegracao-de-posse-na-pa-391.ghtml

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda quanto à coleta de dados, ela se deu como fonte de informações de caráter primário, pois a base foi composta por “dados coletados pelo próprio autor da pesquisa” (PAIVA, 2019. p. 11-12) através de pesquisas de notícias sobre o MST no portal G1.com. A escolha de um veículo midiático se dá, pois, a mídia é uma das fontes mais propícias de formação das RS no mundo contemporâneo. A mídia se materializa como elemento potencial de formação de opinião, de crenças e, por conseguinte, de comportamentos, influenciando consideravelmente os indivíduos de acordo com seus propósitos ideológicos.

Nosso trabalho, como toda pesquisa empírica, parte da observação desse material de análise para fundamentar a escolha de um recorte da realidade que será analisada. Desse modo, a partir das leituras e análises dessas notícias, selecionamos o material que constituiu o *corpus* da pesquisa, focando nossa atenção à análise do fenômeno estudado através de mostras de dados linguísticos e discursivos. Vale salientar que após debruçarmos na leitura desses materiais, analisamos minuciosamente as estratégias linguístico-discursivas presentes e, possivelmente ocultados, com intuito de respondermos aos questionamentos propostos pertinentes ao nosso objeto de investigação, isto é, as RS sobre o MST em discurso midiático.

Para tanto, ao investigar as RS em sua abordagem discursiva, vistas aqui como construto ideológico e discursivo (IRINEU, 2011; 2014; 2019), estabelecendo-se, portanto, conceitualmente na relação entre discurso, sociedade e cognição, implica uma articulação entre áreas do conhecimento com intuito que a investigação se materialize com êxito e/ou plausível. Dessa forma, recorreremos a um projeto de pesquisa que se propõe de natureza interdisciplinar na relação entre artefatos teóricos oriundos, por exemplo, da História, da Sociologia, dos Estudos do Discurso em sua vertente crítica, isto é, os Estudos Críticos do Discurso, dentre outras.

Nessa perspectiva, fez-se necessário para nossa pesquisa a conjugação entre a TRS, em sua abordagem discursiva, com os pressupostos teórico-metodológicos da ADC a fim detectamos as RS sobre o MST construídas nas interações sociais, evidenciadas e disseminadas no/pelo discurso midiático o que, de fato, exigiu do pesquisador a interligação dessas áreas do conhecimento a fim de investigar e analisar um objeto de tão complexidade e multirreferencial como é o caso das RS sobre o MST (re) produzidas nas práticas discursivas midiáticas.

3.3 Procedimentos e categorias de análise

Reservamos para este tópico a discussão acerca das categorias nas quais nos apoiamos para fins de análise e os respectivos procedimentos analíticos. Assim, procedemos nossas análises a partir dos dados coletados do *corpus*, isto é, focamos nas categorias analíticas léxico, tópico discursivo e a interdiscursividade por compreendermos que tais categorias são plausíveis para a investigação dos processos linguístico-discursivos de manipulação, apagamento das vozes minoritárias, no caso aqui os membros do MST, e a criminalização desse movimento campestre através de recursos da linguagem, do discurso.

A categoria tópico discursivo possibilitou a descrição dos elementos temáticos que compõe as RS sobre o MST. Desse modo, procedemos a fim de descrever a composição das RS sobre o MST e seus respectivos processos de formação. A categoria analítica tópico discursivo nos possibilitou a investigação de que forma o MST é classificado pela mídia hegemônica, localizando-os dentro de rótulos (estereotipia) a partir de determinados juízos de valor. Em suma, os tópicos discursivos têm relevância para os estudos discursivos, pois eles são produtivos para observarmos as RS, tendo em vista que o discurso ressignifica visões de mundo, ações e comportamentos.

Outro foco de análise foi de que forma se constrói as RS dos atores sociais do MST a fim de identificar os papéis desempenhados pelos agentes no discurso, além de possibilitar detectarmos em quais enquadres os (as) participantes são localizados nos textos, quais vozes estão presentes e quais deveriam estar, pois “conhecimento que não considera as vozes daqueles que vivem a prática social não pode dizer nada sobre ela” (MOITA, 2006, p.101), possibilitando, desse modo, a discussão dos possíveis efeitos das formas de representação desses atores nos textos analisados.

Dessa forma, analisamos a interdiscursividade que advieram dos textos (notícias) coletados, pois consideramos a complexidade das sociedades contemporâneas e as multiplicidades de discursos existentes nas esferas sociais. A interdiscursividade, em geral,

refere-se um âmbito das ordens do discurso, isto é, faz alusão ao conjunto de práticas discursivas na sociedade possibilitando, desse modo, a produção e circulação de inúmeros textos e suas respectivas correlações, pois “a heterogeneidade dos textos é fundamental para que se possa examinar a fundo o processo discursivo” (MAGALHÃES, 2017, p. 42).

A complexidade das sociedades contemporâneas sugere uma multiplicidade de discursos que se mesclam propiciando a formulação de novos discursos. Assim, investigamos de que forma esses discursos estão relacionados, propiciando a criação de novos discursos. A partir da observação das relações interdiscursivas que advieram do *corpus* desse trabalho, procedemos a fim de identificar as marcas linguísticas que identificam a repetição de determinados discursos hegemônicos, naturalizando, desse modo, as relações assimétricas de poder que comumente estereotipam o MST diante da sociedade.

No tocante ao léxico, analisamos as escolhas lexicais utilizadas nos textos a fim de investigar que tais escolhas não são aleatórias, mas que atuam de acordo com interesses específicos, isto é, analisamos de que forma determinadas estruturas linguísticas, usadas em dado contexto, possuem motivações de ordem ideológica, favorecendo grupos particulares, sobretudo o agronegócio brasileiro, em detrimento de grupos minoritários, no caso o MST, corroborando para nos processos de reprodução e disseminação das RS sobre MST.

Vale dizer sobre a importância da significação do vocabulário no universo textual através do qual há a possibilidade de analisar a ideologia reproduzida. Entre os aspectos de significação dos textos, sabemos que eles são imbricados de motivações, sendo as ideológicas potencialmente evidenciadas, pois através delas há a possibilidade tanto de manutenção do *status quo*, por vezes naturalizado, quanto da luta contra-ideológica. Assim, dependendo da cadeia de produção, recepção e circulação na qual os textos passam, percebemos as plurissignificações evocadas a depender dos propósitos comunicativos do enunciador, leia-se grupos majoritários socioeconomicamente. Tais aspectos ideológicos, provocam efeitos de sentidos nos indivíduos, ocasionando a (re) produção de valores, crenças e ações para com o que é retratado (representado).

Em suma, os textos não são neutros, logo não possuem significação unívoca, pois a depender da articulação linguístico-discursiva construídas em um dado texto, sobretudo nos gêneros discursivos midiáticos, é evidenciado naturalizações de formas de pensar e de agir no mundo. Vale ainda dizermos que a presente pesquisa, dado a escolha teórico-metodológica, isto é, os pressupostos da ADC, mais especificamente em sua abordagem sociocognitiva (VAN DIJK, 2002, 2010) conjugados com a TRS em sua abordagem discursiva (IRINEU, 2011, 2014, 2019), são a base científica que nos servimos a fim de evidenciar a forma como as RS sobre o

MST são construídas e disseminadas através do discurso midiático, estabelecendo assimetrias de poder e, conseqüentemente, naturalizações no tocante à exclusão de setores marginalizados.

As referidas categorias analíticas estão organizadas e relacionadas aos respectivos objetivos específicos deste trabalho no quadro a seguir:

Quadro 6 - Relação entre os objetivos específicos e as categorias de análise

Procedimento	Categoria
Descrição dos elementos temáticos que compõem as representações sociais sobre MST.	Tópico discursivo
Interpretação das estratégias discursivas de silenciamento de vozes dos atores sociais do MST.	Interdiscursividade
Análise das estratégias linguístico-discursivas utilizadas nos processos de reprodução das representações sociais.	Léxico

Fonte: Elaborado pelo autor.

As categorias e os procedimentos supra foram convocados com intuito de analisar um recorte da realidade contextualizada, partindo da observação de um fenômeno social complexo, como as RS, aqui tido como um construto discursivo e ideológico que operacionalizam as práticas sociais, influenciando consideravelmente os comportamentos dos indivíduos. Portanto, o foco de nossa pesquisa recai nas práticas discursivas midiáticas, mais especificamente o gênero discursivo notícia veiculado pelo portal de notícias G1.com pelo qual analisamos uma amostra de dados linguístico-discursivos a fim de investigar as RS sobre o MST reproduzidas sócio-discursivamente no/pelo discurso da mídia.

4 EXERCÍCIO ANALÍTICO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MST EM DEBATE

Ouçõ o silêncio dos que padecem de fome
 O silêncio do pai de família que com tiro desfalece na
 rua.
 O silêncio da menina gritando a dor da violação diária e
 absurda.
 O silêncio dos que choram nos bancos, nas praças e nos
 campos.

(Silêncio, Helder Felix)

Nesta seção procedemos à análise das notícias do G1 que tratam do MST. Ressaltamos que o foco recai na análise das representações sociais (RS), mais precisamente em sua abordagem discursiva (ADRS) sobre o MST reproduzidas pelo referido portal do webjornalismo. Optamos pelo recorte temporal compreendido entre os anos de 2019 e 2020, correspondendo aos primeiros anos da gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro. O objetivo geral é analisar as RS sobre o MST a fim de descrever os elementos temáticos que compõem as RS sobre o MST, interpretar as estratégias discursivas mobilizadas para o silenciamento discursivo do MST, além de analisar as estratégias linguístico-discursivas que corroboram para o processo de construção de estereótipos sobre o MST.

Desse modo, iniciamos essa seção com as análises dos subtemas evocados nas notícias que constroem uma imagem conceitual sobre o MST. Em seguida, analisamos as estratégias discursivas mobilizadas para o silenciamento discursivo do MST com foco no interdiscurso, evidenciando como se dá o diálogo entre o discurso midiático com outros discursos, por exemplo, o jurídico, que juntos corroboram para a construção de RS sobre o MST e, por conseguinte, deslegitimam as bandeiras de luta do movimento. Por fim, analisamos as estratégias linguístico-discursivas com foco no léxico mobilizado nas notícias a fim de averiguar como se dá a construção dos estereótipos sobre o MST, inculcando modelos mentais que colaboram na reprodução e disseminação de estereótipos sobre o MST, influenciando opiniões, conceitos, valores e ideologias sobre o maior movimento social da América Latina.

4.1 Descrição temática da RS sobre o MST

Com a finalidade de realizar o levantamento dos temas (subtemas), que compõem as representações sociais (RS) sobre o MST, analisamos 20 notícias selecionados do portal de notícias G1.com a fim de detectar os temas mais frequentes atribuídos ao MST pelo referido portal do webjornalismo brasileiro. A análise do tópico discursivo possibilitou a investigação

de que forma o MST é classificado pelo portal de notícias G1, localizando-os dentro de rótulos a partir de determinados juízos de valor.

Podemos conceituar o tópico discursivo como uma categoria analítica de natureza textual-discursiva que se relaciona com os assuntos tratados em um determinado texto cuja finalidade é descrever o conteúdo abordado e sinaliza a perspectiva focalizada, ou seja, o tópico discursivo se estabelece como uma propriedade organizacional dos textos. Nesse sentido, o tópico se relaciona com os temas abordados nos textos, por isso possuem relevância no processo de leitura/interpretação, pois em grande medida sinalizam orientações de sentido, tendo em vista que os indivíduos “têm noção de quando estão discorrendo sobre o mesmo tópico, de quando mudam, cortam, criam digressões, retomam” (FÁVERO, 1999, p. 39) durante a interação com os textos. O tópico discursivo envolve um “complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo” (JUBRAN *et al.*, 1992, p. 361)

Portanto a elaboração textual se correlaciona ao percurso do (s) tópico (s) convocados, isto é, a construção de um determinado texto passa por estratégias intencionalmente conjugadas que funcionam na efetivação do assunto na cognição dos indivíduos. Entre essas estratégias estão como os tópicos se inserem no discurso, como permanecem em cadeia ou como se encerram, isto é, as formas pelas quais o tópico discursivo se constitui no texto. Desse modo, o tópico discursivo se caracteriza como uma unidade importante na composição textual, possuindo função preponderante na organização global dos textos, isto é, o tópico discursivo faz parte do processo constitutivo dos textos. A partir de Jubran *et al.* (1992) e Jubran (2006) o tópico é descrito por duas propriedades, a saber: centração e organicidade. A centração se caracteriza como “um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem (JUBRAN *et al.*, 1992, p. 361).

Já a organicidade se caracteriza pelas relações de interdependência e se materializa em dois níveis e/ou planos: o plano hierárquico e o plano linear ou sequencial, como nos diz Jubran (2006, p. 36) “a organicidade é manifestada por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos”. No plano hierárquico as sequências textuais se caracterizam em supertópicos e subtópicos, originando quadros tópicos, ocasionando dependências/subordinações a partir da abrangência focalizada, como nos afirma Jubran (2006, p. 36) “no plano hierárquico, vertical, conforme as dependências de subordinação entre os tópicos que se implicam pelo grau da abrangência com que são tratados na interlocução”. Já o

plano linear/sequencial se relaciona com a distribuição dos tópicos na linearidade discursiva, Jubran (2006, p. 36) assim nos diz sobre esse plano “no plano linear, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópicos na linha do discurso”.

Neste aspecto, dois processos se estabelecem: a continuidade e a descontinuidade desses tópicos na composição (elaboração) textual. De um modo geral, a continuidade se constitui por uma relação de adjacência entre os tópicos, ou seja, diz sobre a abertura de um determinado tópico subsequente apenas após o esgotamento de um tópico anterior. Já a descontinuidade diz sobre as suspensões ou rupturas de um dado tópico que se apresenta em partes descontínuas na composição dos textos. A categoria tópico discursivo se faz elemento relevante na apreensão de determinados subtemas correlacionados ao MST. De todos os elementos que em conjunto formam as RS sobre o MST construídas pelo G1, destacam-se como mais relevantes na “voz do G1” os seguintes temas (subtemas): reintegração de terras, ocupação de terras, reforma agrária.

Ratificamos que os subtemas (reintegração de terras, ocupação de terras e reforma agrária) foram escolhidos dada a frequência no *corpus* analisado. Entretanto, vale ressaltar que outros subtemas foram evidenciados, muita das vezes, até corroborando com os (subtemas) supras, por exemplo, invasões de terra, reforma da previdência, atos do MST, entre outros. Dito isso, iniciamos a seguir a discussão sobre os subtemas sobre o MST mais frequentes no *corpus* desta pesquisa.

4.1.1 Subtema 01: reintegração de terras

Ao longo das análises, percebemos que o subtema “reintegração de terras” aparece constantemente nas notícias reproduzidas pelo G1.com, fato que nos diz sobre determinadas escolhas temáticas com o intuito de rotular o MST associando-o a determinados tópicos discursivos, reproduzindo, desse modo, representações sociais (RS) com nítido propósito discursivo-ideológico. Neste contexto, a expressão “reintegração de terras” nos remete semanticamente ao processo pelo qual há a finalidade de uma ação a fim de restituir a posse (da terra) que foi injustamente retirada de um possuidor que teoricamente possui legalmente essa posse.

Desse modo, o uso da expressão “reintegração de terra” já remete a uma situação pela qual denota ao MST uma situação de ilegalidade, pois o autor de determinada ação de reintegração de bens, no caso de terra, busca uma seguridade legal (jurídica) com intuito de

assegurar justamente seu direito de posse, evitando, portanto, ameaças, invasões, ocupações, entre outros, tópicos discursivos presentes nas notícias. Assim, a escolha recorrente da temática da “reintegração de terras” nos remete a propósitos de ordem ideológica, pois além da frequência dela nas notícias analisadas, soma-se a ausência de informações sobre essas terras, por exemplo, o não cumprimento de sua função social prescrita na Constituição Federal, isto é, a produtividade de alimentos tanto para mercado interno quanto para o externo, por exemplo.

Aqui vale discutir brevemente sobre alguns conceitos sobre ideologia. Historicamente o conceito de ideologia foi teorizado a partir de inúmeros campos do conhecimento, sobretudo aos filiados às ciências humanas e sociais. Desse modo, muitos pesquisadores se detiveram nas discussões epistemológicas acerca da noção de ideologia, entre eles, Karl Marx, Althusser, Bakhtin, Lukács, Gramsci, dentro outros, fato que dada a complexidade de conceituação de ideologia esse termo/categoria ainda desperta interesse em muitas pesquisas contemporâneas dentro das Ciências Humanas. Não pretendemos uma discussão demasiada sobre os muitos conceitos de ideologia, pois compreendemos não ser o foco dessa pesquisa, mas de discutir como a noção de ideologia se estabelece nos estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC).

Nesse sentido, optamos por discutir a noção sobre ideologia apenas no tocante às reflexões teóricas da ADC, especificamente em duas abordagens: a Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; 2012) e a abordagem Sociocognitiva do Discurso (VAN DIJK, 1999; 2005; 2008; 2015). Desse modo, trazemos uma breve discussão de como a noção de ideologia é compreendida a partir das reflexões teóricas da ADC a partir das abordagens supras com o intuito de explicar as características desses conceitos para os estudos em ADC. A partir de Fairclough temos a orientação para uma acepção dialógica na relação discurso e sociedade. Nesse sentido, “atribui à ideologia o papel de produzir e reproduzir as formas de dominação, no entanto, ressaltando a possibilidade da transformação social por meio da luta e dos tensionamentos ideológicos” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 81).

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2019, p. 122).

Dessa forma, atribui à ideologia um caráter plurissignificativo tanto para a reprodução de assimetrias de poder quanto na possibilidade de questionamento dessas assimetrias, visando à transformação social. Daí a importância de se investigar as ideologias

que os textos trazem, pois, “os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações, que podem diferir em sua importância ideológica” (FAIRCLOUGH, 2019, p. 123-124).

Nessa perspectiva “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural” (FAIRCLOUGH, 2019, p. 126), por isso se faz relevante dentro da abordagem faircloughiana a investigação das inúmeras práticas discursivas, tendo em vista que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’ (FAIRCLOUGH, 2019, p. 122).

Portanto a ideologia se materializa textualmente na construção de valores, ações, crenças, representações, que, em grande medida, constroem as identidades sociais que perpassam o tecido social, evidenciando-se nas práticas sociais dos indivíduos, como nos diz Fairclough (2019, p. 125) “as ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, a as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos”.

Por seu turno, a abordagem sociocognitiva (VAN DIJK, 2005; 2008) sinaliza para a triangulação entre discurso, sociedade e cognição. Nesse sentido a ideologia é tida como um “sistema de crenças, opiniões e conhecimentos que tanto podem estar a serviço da legitimação dos modos de dominação, quanto podem filiar-se às lutas pela resistência” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 81). Para Van Dijk (2005, p.7) “uma ideologia é o fundamento das representações sociais compartilhadas por um grupo social”. Nessa perspectiva, a ideologia é caracterizada a partir de aspectos sociodiscursivos e sociocognitivos, pois “na Abordagem Sociocognitiva do Discurso, os aspectos mentais ou cognitivos são importantíssimos, além das relações entre o discurso e sociedade” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 78).

Assim, o discurso assume função preponderante na reprodução de ideologias que repercutem na sociocognição dos indivíduos, inculcando nas formas de pensar e agir sobre os objetos de discurso, pois “é precisamente no e através do discurso que as ideologias são adquiridas, expressas, implementadas, propagadas, reproduzidas e/ou desafiadas” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 77). A partir da abordagem sociocognitiva a ideologia é tida como uma construção nas/das práticas discursivas que levam em consideração aspectos de ordem social e cognitiva que se conjugam, influenciando consideravelmente a reprodução de modelos mentais, como asseveram Irineu *et al.* (2020, p. 79):

Uma análise das ideologias, a partir da Abordagem Sociocognitiva do Discurso, atentar-se-á, principalmente, para como os recursos discursivos utilizados na produção dos textos são influenciados pela interconexão entre aspectos sociais e cognitivos mobilizados pelos atores sociais, nos momentos em que participam de eventos comunicativos.

A discussão acima se fez relevante, pois compreendemos a função de aspectos ideológicos na composição dos textos que repercutem sobre os modelos mentais dos indivíduos. Discutido isso, partimos para a análise das notícias que se centram na temática de “reintegração de terras”. Nota-se já nos títulos das notícias, a recorrência da temática de “reintegração de terras”, fato que sinaliza para o foco (supertópico) dessa temática nas matérias do G1. A construção de um título de uma notícia, via de regra, para muitos leitores já é uma forma de informação, leia-se formação de valores, opiniões, crenças e atitudes diante de objeto representado, tendo em vista que problemas relacionados à terra, ao campo, em geral, interessam diretamente aqueles que vivenciam a problemática de terras. A seguir expomos os títulos do *corpus* analisado. Ressaltamos que as notícias estão codificadas com a letra N para indicar “notícia” seguido de uma numeração com intuito de uma identificação mais efetiva.

Quadro 7 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vale notar que além da recorrência da “temática de reintegração”, ela, em geral, vem acompanhada de alusão a instituições que cumprem, ao menos teoricamente, a função social de combater a desordem, portanto fazer cumprir a lei, por exemplo, a Polícia Militar, a Polícia Federal, entre outros. Tal alusão nos remete a uma imagem do MST associado à ilegalidade, portanto, passível de punições legais (prevista em lei), ocasionando à deslegitimação do movimento diante à sociedade.

Portanto, observamos que a recorrência do tópico discursivo “reintegração de terra” atende a propósitos de ordem discursiva e ideológica já nos títulos das notícias, evidenciando uma imagem conceitual do MST, ocasionando efeitos de ordem cognitiva no imaginário

popular, dessa maneira, efetivando RS de desprestígio sobre o MST. O título de uma notícia vai além de atrair o público leitor, objetiva uma função de orientar o leitor para o assunto de interesse (tópico mais importante) tanto do veículo comunicador quanto dos grupos a qual esse veículo se associa. Nesse sentido, a elaboração de um determinado título vai além da ordem comunicativa, pois requer um trabalho no tocante à modelação a fim de atender a propósitos discursivo-ideológicos específicos.

No caso dos títulos selecionados para a análise percebemos que a formação sintática evoca para uma semântica global do texto que evidencia a formação de RS que sugere para o universo da criminalidade. As sentenças, via de regra, são estruturadas com um sujeito sintático que remete ao combate a sujeitos (grupos sociais) que perturbam a ordem social, como vemos nos seguintes títulos: “**Polícia Militar cumpre** ordem judicial para reintegração” (Nº28), “**PM de Minas prende** quatro pessoas durante reintegração” (Nº33) ou “**PM admite ter jogado bombas** contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos (Nº32). Além disso, nota-se que a notícia se faz de ausências intencionais sobre as causas das ações do movimento no sentido de silenciar e rotular o MST a valores depreciativos, implicando em direcionamentos de leitura/interpretação que em se constroem de maneira estereotipada.

A seguir nos detemos à análise do corpo das notícias que focam na temática da “reintegração de terras”. As notícias que focam na temática da “reintegração de terras”, em geral, sinalizam para ilegalidade da ocupação do MST, evidenciando prejuízos de alguma ordem. Os textos se mobilizam em torno de tópicos discursivos que veiculam um modelo representacional sobre o MST apenas correlacionados à “ocupação” e a “prejuízos ambientais” como podemos constatar nos trechos:

Já a Codevasf informou, em nota, que a **ocupação prejudicava o projeto de irrigação** na região e que, com a **reintegração, garantirá a normalização da operação e a preservação de cerca de 70 mil empregos diretos e indiretos** (Nº21).

Conforme a Polícia Federal, o início da ocupação ocorre em 2012, quando a área em **questão já havia sido destinada ao projeto de irrigação Salitre** (Nº21).

Nos excertos acima, observamos que os tópicos discursivos “ocupação de terras” e “prejuízos ambientais” se estabelecem na elaboração global do texto constituindo um posicionamento contrário ao MST, pois a ideia denota para a reprodução de uma RS do MST como um grupo social que traz prejuízos de ordem ambiental e social, pois além de atrasar um projeto de irrigação, trouxe como consequência o desemprego de pessoas. A construção tópica se centra nestes aspectos sendo retomada em outros trechos da notícia em tons acusatórios.

Ainda nessa notícia observamos alusão ao caráter institucional, evidenciando (reforçando) o caráter da ilegalidade da ocupação do MST. A mudança para o tópico “instituições oficiais” é alusiva no tocante ao reforço da ilegalidade da ocupação basta vemos o foco que é dado aos nomes das instituições que participaram do processo de reintegração, como podemos constatar no trecho:

A ação de reintegração nesta segunda contou com a **participação do Comando de Operações Táticas (COT), Coordenação de Aviação Operacional (CAOP), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar**, entre outros (Nº21).

A notícia então progride na manutenção da temática de “reintegração de terras”, mas muda de tópico discursivo que passa da questão da “ocupação” e dos “prejuízos ambientais” ao tópico discursivo “instituições de segurança pública”. A descontinuidade tópica opera no sentido de construir “uma perturbação da sequencialidade linear” (JUBRAN, 1992), ocasionando hierarquias de tópicos dentro da organização global do texto.

Obviamente essa mudança é intencional e nos diz sobre como o discurso pode estar a serviço da manutenção de determinadas ideologias na medida que repercute na/sobre a cognição dos indivíduos, naturalizando modos de pensar/agir no mundo, pois a partir de Van Dijk (2002, p. 17) “as dimensões sociais do discurso interagem com as dimensões cognitivas”. A alusão ao tópico “instituições de segurança pública” é materializado textual-discursivamente com a referencialidade direta a essas instituições. Essa referência nos remete a ideia de algo ilegal, fato que evidencia uma RS sobre o MST como um grupo que ocasiona a desordem e descumprimento de leis, assim necessitando de ações de instituições para combater os supostos atos ilegais do MST. A centração tópica continua na “reintegração”, no entanto conjugado ao subtópicos implícitos “instituições de segurança pública” e “ordens judiciais”, como vemos em outra notícia:

A Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira (12) **uma ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada** por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº28).

Parece-nos evidente a recorrência do tópico discursivo “instituições de segurança pública” noticiário sobre o MST, fato que inferimos se tratar de uma estratégia que evoca a construção de estereótipos relacionais ao MST, pois é de conhecimento coletivo que as instituições oficiais de segurança pública agem no sentido de combater criminosos e/ou indivíduos/grupo causadores do caos, da desordem social, pois os indivíduos “podem interpretar os acontecimentos à luz de suas experiências prévias com acontecimentos

semelhantes” (VAN DIJK, 2002, p. 15). Desse modo, a escolha de tópicos discursivos específicos nos remete a atmosfera significativa a qual o enunciador almeja.

Em outro trecho da notícia é ratificada alusão às instituições que por lei possuem a função social de proteger os cidadãos da desordem, mas desta vez, percebemos a construção da ideia da pacificidade, logo do cumprimento da lei, fato que denota a construção de um conceito do MST relacionado novamente como um grupo social que inflige leis, como vemos na continuidade do tópico “instituições de segurança pública” em: “segundo a Polícia Militar, **os policiais estão no local dando apoio aos oficiais de justiça** que cumprem a determinação, que até o momento **pacífica**” (Nº28).

Na sequência da notícia, observamos a descrição de um aparato militar, no caso a continuidade tópica sobre instituições de segurança como vemos em “ao todo, **150 militares e até um helicóptero dão apoio à operação**, que começou por volta de 6h” (Nº28), fato que é passível de ocasionar um efeito cognitivo no imaginário coletivo que potencialmente expressa uma representação de ameaça que o MST provoca. É notório que uma determinada composição textual é estruturada com propósitos específicos que obviamente repercutem na cognição social, no entanto não somente aspectos cognitivos entram no jogo interpretativo, mas se soma a eles aspectos linguístico-discursivos e sociais, pois a partir da ADRS compreendemos as RS como um construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica (IRINEU, 2011; 2014; 2019) pelo qual entendemos os objetos do mundo dos quais interagimos.

Nessa perspectiva, assumimos que a elaboração da notícia evidencia uma construção que conjuga aspectos textual-discursivos, cognitivos e ideológicos que influenciam consideravelmente a reprodução de RS que se manifestam de forma estereotipada. A notícia retoma o tópico discursivo “ocupação de terras”, entretanto não se trata de mera repetição, pois essa retomada traz referência conotativa que se manifesta no sentido de ocasionar uma representação de desobediência, expressa, sobretudo pela expressão “**novela da reintegração**”, ratificado em “**várias decisões judiciais foram expedidas**”, como lemos no trecho:

A novela da reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis se arrasta há mais de 20 anos. Durante esse período, **várias decisões judiciais foram expedidas** na tentativa de se ocupar a área da antiga usina (Nº28).

Nota-se que a ideia da desobediência é referida em outras notícias, fato que nos mostra que o foco nos possíveis aspectos de não obediência à lei por parte do MST remete para um processo de constante ativação de certos modelos mentais já que a partir de Van Dijk (2002,

p 15) pressupomos que “compreender envolve não somente o processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas”.

Em outras palavras, a frequente alusão a atos desobedientes do MST não se faz de forma neutra pelo exposto no noticiado, pois percebemos que a repetição se constitui como elemento estabilizador da continuidade tópica (reintegração de terras), fato que nos evidencia uma estratégia textual-discursivo de reformulação textual. Essa repetição de itens lexicais denota um emprego intencional a fim de estabelecer a centração tópica com o intuito de ocasionar modelos mentais que representam o MST como um grupo social que provoca o descumprimento de ordens judiciais como observamos em “corporação afirma ter seguido protocolo **após negativas em negociações**” (Nº32).

A convocação recorrente do tópico discursivo “desobediência à lei” como vemos nos trechos “onde pessoas **resistem ao despejo**” (Nº32), diz-nos sobre o esforço do G1 no sentido de dizer/narrar o acontecimento conforme sua visão sobre o objeto representado a partir de propósitos específicos, sobretudo, de ordem econômica, isto é, a notícia se empenha em uma elaboração textual-discursiva se apoiando em uma construção representacional que projeta rótulos sobre o MST pretendidos no ato da interação, objetivando o compartilhamento de ideias/conceitos do enunciador, tendo em vista que “o processamento do discurso é uma processo estratégico no qual uma representação mental na memória é construído a partir do discurso, usando informações externas e internas” (VAN DIJK, 2002, p. 16). Desse modo, a notícia rotula o MST como um grupo não aberto ao diálogo, fato que justifica as ações policiais para a efetivação da reintegração. Soma-se a ideia da ausência de discussão sobre a possível forma truculenta da ação policial, evidenciando como tópico discursivo principal o processo de “reintegração de terras”, como observamos nos trechos:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acusa a Polícia Militar de agir de forma truculenta utilizando bombas de gás contra as famílias e de e não permitir a entrada de atendimento médico na área da Usina Aridnópolis, em Campo do Meio (MG), onde pessoas **resistem ao despejo** (Nº32).

A Polícia Militar disse ao G1 que o atendimento médico não foi impedido e que uma equipe de saúde dos militares está com profissionais da cidade no local para atender tanto militares quanto manifestantes. **A PM refutou ter agido de forma truculenta e diz que negociou até o último minuto, mas não houve acordo** (Nº32).

O cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse teve início na manhã de quarta-feira (12) e **as tratativas ocorriam de maneira pacífica** (Nº32).

No decorrer da notícia, percebemos uma estratégia persuasiva (discursiva) com o intuito de reproduzir uma representação do MST como um grupo ameaçador que põem em

perigo agentes da lei, dificultando, desse modo, a reintegração de terras. O discurso midiático se estabelece como fecundo meio de propagação de RS a partir do seu modo de dizer, isto é, de narrar os acontecimentos que cobre na sua prática discursiva com intuito de orientar leitura/interpretação e, por conseguinte, estabilizar essas RS na memória coletiva. O foco recai no tópico discursivo “ações policiais”. Há uma descontinuidade proposital do tópico anterior, isto é, o supertópico discursiva “reintegração de terras” evidenciam a legitimação da força policial contra o MST, fato que podemos também constatar nos trechos:

Na tarde de quinta-feira (13), **três policiais que prestam apoio na operação precisaram de atendimento médico após inalarem fumaça de um incêndio que foi colocado em um pasto**. Segundo a polícia, o fogo se alastrou pelo Quilombo e a equipe precisou se deslocar para uma área de segurança (Nº32).

A assessoria de imprensa do Batalhão da Polícia Militar de Alfenas afirma que **quatro manifestantes que estavam no acampamento forma presos**, mas até esta publicação não informou a qualificação das prisões (Nº32).

O tópico “desobediência/descumprimento da lei” é retomado, fato que justifica a ação policial dentro dos protocolos de segurança institucional a fim de cumprir a lei, como observamos em “**com as negativas, o protocolo foi iniciado e houve utilização de bombas**”. Na notícia, percebemos influência da sociocognição ideológica do enunciador do texto, isto é, o G1, no sentido de reproduzir modelos mentais de depreciação ao MST, tendo em vista que “os modelos desempenham uma série de tarefas vitais na compreensão do discurso” (VAN DIJK, 2002, p. 163).

Nessa perspectiva, constatamos que o G1 se posiciona implicitamente de encontro as pautas de reivindicação do MST, pois na amostra dessa pesquisa, o noticiado sobre o MST evidencia práticas implícitas e explícitas de discriminação e, por vezes, de criminalização do movimento nacional que além de lutar pelo acesso à terra, objetiva uma reforma agrária de caráter popular que compreende um programa agrária que além de contemplar na sua base a produção agrícola com matriz agroecológica, contempla outras pautas de luta visando uma sociedade mais igualitária que solucione problemas sociais, por exemplo, a desigualdade social e de renda, bem como as discriminações étnico-raciais e de gênero tão presentes na estrutura social brasileira.

No trecho seguinte a notícia retoma o tópico discursivo “ações policiais” em um cenário discursivo que ratifica a legitima essas ações em nome da ordem judicial, como observamos em outro trecho:

De acordo com a polícia, **com as negativas, o protocolo foi iniciado e houve utilização de bombas**. No entanto, a **PM afirmou que o material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial** em que apoia oficiais de justiça para que seja cumprida (Nº32).

O tópico discursivo “ação policial” aparece sempre relacionando o MST à ilegalidade, logo a criminalidade, desse modo, o MST é representado como infringidor de lei, portanto passível de punições previstas em lei. Assim, constatamos que ao relacionar o MST ao tópico “ação policial” como vemos no trecho “A polícia confirmou o **uso de bombas de efeito moral e a prisão de quatro pessoas**” (Nº33), o G1 efetiva efeitos sociocognitivos que repercutem na mente do imaginário coletivo, implementando certas ideologias a serviço de grupos que detém acesso aos bens materiais e simbólicos. O aspecto discursivo deste trecho nos evidencia para “um construto discursivo, de natureza sociocognitiva e ideológica” (IRINEU, 2019, p. 9) que além de “informar”, ocasiona compreensões sobre o objeto discursivo MST, isto é, para a reprodução de RS que apenas correlacionam o movimento campesino à ilegalidade, à infração, à desordem e ao vandalismo, como constatamos nos trechos de outra notícia: “**A Polícia Militar de Minas Gerais prendeu quatro pessoas durante a reintegração de posse** de parte de uma fazenda ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (Nº33).

A representação do MST como desobedientes à ordem de reintegração de terras aparece como justificativa para força policial que mediante suposta infração da lei, então se justifica o uso dos protocolos de segurança com o intuito de conter os contraventores. Nesse trecho, as reintroduções de determinados itens lexicais funcionam na construção da centração tópica a serviço da formação de um referencial que potencialmente leva os indivíduos a formularem determinadas formas de pensar e de representar sobre o MST a partir da apreensão de um determinado tema (supertópico), no caso a reintegração de terras, pois os indivíduos, via de regra, são capazes de dizer sobre o que trata um determinado assunto, isto é, “são capazes, embora com variação subjetiva e social, de dizer qual é o tópico de um discurso” (VAN DIJK, 2002, p. 129), como vemos no trecho:

Desde quarta-feira de manhã até hoje, a Polícia Militar, **em nenhum momento, utilizou de força**. Houve, infelizmente, **a resistência desses manifestantes**. Nós **usamos da força proporcional e legal para poder conter essa agressão e dispersar essa manifestação** que estava acontecendo (Nº33).

Além disso, a “reintegração de terras” é novamente reiterada a partir de justificativa judicial, expressando (reforçando uma imagem) assim a representação da ilegalidade das ocupações do MST e, por conseguinte, relacionando o MST a atos em desacordo com a lei. O

tópico discursivo “instituições oficiais” se faz recorrente no *corpus* analisado, a nosso ver, efetivando-se como uma estratégia discursiva com o intuito de ocasionar mais credibilidade ao noticiado, pois a função das instituições oficiais, em geral, é fazer cumprir a lei em prol do estabelecimento da seguridade dos direitos dos cidadãos. O tom que prevalece na notícia é evidenciar o tópico discursivo “descumprimento de ordens judiciais” reforçado com expressões que designam ações de contraversão, vemos no trecho “**O Tribunal de Justiça de Minas informou que a ordem para reintegração** de um trecho de 63 hectares é de 2019 e **não tinha sido cumprida por causa de liminares**” (N°33).

Nota-se também que conjugado ao apoio institucional as notícias apresentam estruturas que implicitamente desqualificam o MST, fato que vemos na manutenção do tópico discursivo “descumprimento de ordens judiciais”. Além disso, observamos uma suposta abordagem conciliatória com o MST, incutindo uma imagem pela qual isenta os órgãos competentes quanto à situação do movimento, demonstrando que a desocupação de terras seria apenas uma medida legal prevista em lei, logo, necessária “o TJ afirmou ainda que, em julho, depois de uma negociação, **a Justiça concedeu mais um mês para a saída**, e o que o motivo tinha sido a pandemia. Mas, com **o vencimento do prazo, a desocupação teve que ser cumprida**” (N°33).

Assumimos que o discurso é uma ação social, logo a relevância dele na análise de textos que, via de regra, são potenciais instrumentos ideológicos de dominação, portanto os textos de uma forma geral são potenciais instrumentos que corroboram para a reprodução e disseminação de RS. Nesse sentido, a notícia sinaliza para uma construção representacional do MST como um grupo social que ocasiona o caos, à desordem, categorizando o movimento camponês como infratores da lei e da seguridade social, fato que vemos na recorrência do tópico “ilegalidade da ocupação”, expressando tom de valor depreciativo. Parece-nos ser a posição assumida pelo G1 que implicitamente aludi a expressões com conotações que remontam ao campo semântico-cognitivo de criminalidade, como observamos na manutenção do tópico discursivo “ilegalidade da ocupação” que agora traz à ideia explícita de “violência” praticada pelo MST, como lemos no trecho:

Desde quarta-feira de manhã até hoje, a Polícia Militar, em nenhum momento, utilizou de força. Houve, infelizmente, **a resistência desses manifestantes. Nós usamos da força proporcional e legal para poder conter essa agressão** e dispersar essa manifestação que estava acontecendo (N°33).

Outra representação reproduzida sobre o MST a partir da temática de “reintegração de terras” relaciona o movimento a ações de contraversão, como interdição/bloqueio de rodovia,

ocasionando transtornos à sociedade, como consequência causando um efeito de ordem cognitiva, incutindo uma representação do MST relacionada à desordem, ao desrespeito ao direito das pessoas de ir e vir, ou seja, ao livre trânsito. Entra em cena o tópico discursivo “bloqueio de vias públicas”, como observamos nos trechos a seguir:

Um grupo de manifestantes interditou a rodovia PA-391, na manhã desta quinta-feira (1º), na região metropolitana de Belém. A estrada, que dá acesso à ilha de Mosqueiro, **foi bloqueada por famílias dos acampamentos Terra Cabana e Nelson Mandela, do Movimento Sem Terra (MST) (Nº38).**

Na notícia, observamos que a elaboração textual-discursiva sinaliza para uma tentativa de reprodução de RS sobre o MST que evoca aspectos cognitivos que se naturalizam no imaginário popular sem uma discussão ampla sobre o objeto representado. Essa RS é reproduzida nas práticas discursivas e ocasionam consequências de ordem social no momento das interações sócio-verbais, isto é, relacionar o MST a atos reducionistas no tocante à interdição, além de limitar as pautas de luta do movimento, ocasiona uma apreciação deturpada desses atos.

Parece-nos nítido o G1 se posicionar contra o MST em seu noticiário, mesmo implicitamente, pois tendo em vista a qual grupo social ele representa, o grupo Globo de Comunicação, faz-se necessário uma elaboração discursiva em prol dos interesses desse grupo, em geral, os grupos hegemônicos se fecham em torno de interesses partilhados, como nos diz Irineu (2011, p. 93) “reportando-nos ao conceito de grupos ideológicos, ou seja, congregação de pessoas reunidas por motivos sociais e políticos em direção à defesa dos interesses desse grupo”. A notícia se centra no tópico “interdição/bloqueio de rodovia”, sugerindo a imagem do MST como um grupo que através de suas ações provoca o desrespeito ao direito dos cidadãos ao livre trânsito, observado no trecho “**A interdição** foi feita com madeira para **impedir a passagem dos carros** nos dois sentidos e durou cerca de uma hora e meia” (Nº38).

Em outra notícia, o discurso revela um tratamento que evidencia o caráter rotineiro/redundante da temática de “reintegração de terras” que corrobora para a (re) produção de RS sobre o MST relacionado como caso policial e não questões sociais. Inferimos que a recorrência do tópico “bloqueio de vias públicas”, atende a propósitos específicos de ordem político-mercadoológica, visando tanto o silenciamento das pautas do MST, por conseguinte, o controle social, isto é, a adesão as formas de pensar/representar do G1. Em outros dizeres, a mídia se comporta como um ator social que possui sua própria versão da realidade a partir de seus propósitos a respeito dos fatos noticiados.

Desse modo, assumimos que para a compreensão de um determinado discurso e, por conseguinte, o compartilhamento dele é relevante observamos como se dá as formas de produção desse discurso, como nos diz Van Dijk (2002, p. 31) “um modelo completo de processamento de discurso deverá incluir também um modelo de produção”. Daí a relevância dos enfoques dado na notícia, isto é, a seleção tópica é estrategicamente elaborada a fim de atender aos propósitos ideológicos, pois “o ouvinte terá que perceber o tópico do discurso de diversas maneiras” (VAN DIJK, 2002, p. 31) com o intuito de uma efetiva apreensão desse discurso.

Nesta perspectiva, percebemos que a elaboração textual das notícias do G1 prima para reprodução de RS que incutem crenças direcionadas para se compreender o MST de uma forma limitada no tocante às suas pautas e ações de luta, fato que constatamos pela ausência de debate acerca do objetivo do evento reivindicatório. A notícia retoma o tópico discursivo “cumprimento de ordem judicial”, delimitando tópicos discursivos específicos sobre o MST, classificando o movimento a determinados rótulos que potencialmente naturalizam práticas propagadas pelo discurso midiático, por isso a mídia se institui socialmente como autoridade que diz sobre o fato, sobre as coisas do mundo. Para tanto, ela, via de regra, informa os acontecimentos como verdade unívoca, isto é, como se não houvesse outras versões do noticiado.

Em seguida, novamente é referenciado como justificativa para reintegração de terras as questões judiciais. O foco está incutido intencionalidades (direcionamento de leitura/interpretação) que implicam questões de ordem ideológica, evidenciando posições contrárias ao MST, pois é de conhecimento geral que as instituições jurídicas possuem a função basilar de proteção aos direitos constitucionais dos cidadãos:

A Polícia Militar iniciou na manhã desta quarta-feira (12) **a ação para cumprir a ordem judicial para reintegração de posse** em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Melo (MG) (Nº34).

Na notícia é constante a presença do tópico “bloqueio de vias públicas”, por exemplo “**O protesto durou cerca de 1h30 e a estrada ficou interdita nos dois sentidos**” (Nº34). Tal recorrência sinaliza para a centração desse tópico a fim de incutir o modelo mental de crime associado ao MST. O discurso reproduzido pelo G1 possibilita percebermos que as RS estereotipam e limitam o movimento apenas à temática de reintegração de terras, provocando um efeito de sentido correlacionado o MST a atos criminosos, fato que causa desprestígio ao movimento social, limitando-o apenas a “protestos”, “badernas” e

“vandalismos” sem aprofundamento sobre os por quês das ações do MST, expressando tais ações de forma superficial:

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizaram, na manhã desta sexta (14), na BR-116, na saída de Governador Valadares (MG, **um protesto em solidariedade ao cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada** por famílias do MST, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG), Sul de Minas (Nº34).

Nesta pesquisa assumimos a correlação entre o discurso e a ideologia, por isso ratificamos que o discurso não é neutro, logo relacionado ao poder, leia-se as relações assimétricas de poder que se constituem em todo tecido social. Assim, observamos que as formações discursivas da notícia constroem uma imagem do MST como um grupo ligado a atos marginais, reforçando a correlação das ocupações do MST a atos de desordem, atos que trazem consequências danosas à população. Novamente há a correlação do MST apenas a protesto, como vemos no trecho a seguir **“o protesto durou cerca de 1h30 e a estrada ficou interdita nos dois sentidos**. Por volta de 9h, os manifestantes encerraram a ação, que foi acompanhada pela Polícia Militar” (Nº34).

Em outro excerto, constamos novamente alusão à ordem judicial como justificativa para reintegração de terras. A organicidade tópica evidencia escolhas propositais que vilipendiam o MST, agindo de tal forma que indica a informação mais relevante da notícia, posto que o tópico discursivo pertence a ordem organizacional dos conteúdos de uma interação verbal, pois “os tópicos organizam o que é mais importante em um texto. (VAN DIJK, 2002, p. 129). Soma-se novamente a ideia de desobediência do MST diante das leis, ou seja, é retomado o tópico discursivo “descumprimento de ordens judiciais”, fato que altera o foco reivindicatório da ação do MST, limitando-o somente a aspectos ilegais, por isso a posição reducionista das/nas notícias sobre o MST no tocante a tópicos discursivos específicos correlacionados ao movimento. Nessa perspectiva, “os tópicos são unidades cognitivas. Representam como o texto é compreendido, o que é considerado importante e como as relevâncias são estocadas na memória” (VAN DIJK, 2002, p. 133), como vemos em:

Posteriormente, com mais informações, as partes chegaram a uma conciliação para a desocupação, que teria que acontecer neste ano. Assim, **houve o pedido de prorrogação de prazo**, de mais um mês, para esta desocupação. Prazo que, **conforme o tribunal, foi concebido devido à pandemia**. Com o **vencimento deste prazo**, a desocupação está sendo feita e **os militares atuam na segurança do despejo** (Nº34).

Em suma, a partir da análise das ocorrências da temática da “reintegração de terras” relacionado ao MST, percebemos a construção de uma RS que correlaciona o MST no tocante à ilegalidade, à transgressão e à desordem as leis. Observamos, também, o reforço de

correlacionar as ocupações do MST a atos de violência. Dessa maneira, os modos de dizer, isto é, de referenciar os objetos do discurso, no caso o MST, são escolhas intencionais, posto que as escolhas possuem forte conotação de criminalizar o movimento. Neste sentido, podemos inferir através da recorrência da temática da “reintegração de terras” que a percepção da realidade é expressa de forma peculiar, pois a mídia, no caso específico dessa pesquisa o G1, impõe (induz) a determinadas interpretações, ocasionando significados que corroboram para produção de uma representação dos fatos de acordo com determinados propósitos específicos.

Então, observamos uma preocupação recorrente em compreender o MST de forma limitada, isto é, sem levar em consideração aspectos inerentes ao MST, tais como: a miséria do campo, a falta de oportunidades, de educação, inclusive, de nível universitário, de saúde de qualidade, de terra para um plantio ecológico, igualdade de gêneros, respeito às identidades, entre outras bandeiras de luta do movimento que não são abordadas no noticiário do referido portal de notícias. A partir da recorrência da temática “reintegração de terras”, constatamos que ela aparece associado ao MST quase sempre construindo uma RS do movimento associado à ilegalidade, à desobediência às ordens judiciais, caracterizando o MST como um grupo que descumpra as leis, invade a propriedade privada, portanto passível de punições legais. Para tanto, as expressões carregam consigo motivações de ordem ideológica, justificando a ação policial e judicial de acordo com conceito de propriedade privada, assim a ação de repressão é justificável.

Desse modo, as escolhas linguísticas evidenciam as posições contrárias às ocupações do MST, eximindo de culpa aqueles que detêm o poder, seja ele material ou simbólico. O discurso opera na construção de uma RS que situa (rotula) o MST apenas a temática de “reintegração de terras”, portanto o discurso é articulado em consonância aos interesses do poder econômico, sobretudo da elite agrária. O enunciador (G1) ao optar na recorrência da temática de “reintegração de terras” remete a não neutralidade e/ou isenção do noticiado, optando, portanto, por representar o MST como um grupo que invade terras de outrem, fato que inflige às leis e os põem como criminosos, não abordando e/ou discutindo as bandeiras de luta do MST, como a ocupação de terras como forma de resistência e de reivindicação de direitos com intuito de construir uma vida mais digna para as pessoas do campo.

A seguir, passamos para outro tema recorrente nas notícias analisadas que, em determinado grau, associa-se ao tópico discursivo “reintegração de terras”. Passamos para análise do tópico discursivo “ocupação de terras”.

4.1.2 Subtema 02: ocupação de terras

A temática sobre as “ocupações de terras” também se mostrou recorrente nas notícias sobre o MST. De uma forma geral, observamos que o tópico discursivo “ocupação de terras” se relaciona com a tópico discursivo “reintegração de terras”, tanto devido à frequência de ambas no noticiário sobre o MST quanto pela correlação de sentidos entre ambos. A seguir transcrevemos os títulos das notícias analisadas:

Quadro 8 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos
24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Passamos para análise das notícias que exploraram a temática de “ocupação de terras” como representativa das ações do MST. As notícias que abordaram a temática da “ocupação de terras”, de uma forma geral, também enfatizam as ações do MST relacionadas a noções de ilegalidade, desordem, ocasionando consequências danosas à sociedade, como vemos no trecho “Os policiais estiveram no local duas vezes para negociações com **o grupo, que tentou impedir atividades agropecuárias na fazenda. Três armas foram apreendidas** e os funcionários da fazenda retornaram ao trabalho” (N°01).

No excerto acima, percebemos a correlação do MST a ações de contraversão, inculcando modelos mentais que direcionam à leitura/interpretação e, por conseguinte, atitudes, opiniões, reproduzindo uma RS sobre o MST relacionada à criminalidade, portanto, passível de sanções legais e/ou ações punitivas em nome da lei. Além disso, percebemos a insistência da ideia da desobediência do MST diante à lei, fato que também podemos inferir no trecho “Segundo a Polícia, **os camponeses continuam acampados em uma área da fazenda**, mas se deslocaram para uma região afastada da sede” (N°01).

Na sequência da notícia, vemos a temática da ocupação levando (rotulando) o MST correlacionado a um contexto de criminalidade, posto que a ocupação é referenciada em termos que são passíveis de levar o leitor a se posicionar contra as ações do MST, pois elas direcionam à desordem e a ruptura das normas legais, portanto, passível de sanções legais e força policial apropriada. Parece-nos uma prática discursiva do G1, ao menos no *corpus* desta pesquisa, a

correlação do tópico discursivo “criminalidade” aludido ao MST. Tal fato nos remete para a considerável influência do discurso midiático na formação de RS estereotipadas sobre os inúmeros grupos sociais marginalizados socialmente. O papel da mídia é justamente o de mediar o conhecimento posto que ela está inserida diretamente no cotidiano dos indivíduos, influenciando em grande medida o comportamento, atitudes, modos de pensar e agir no mundo.

Na notícia, o objeto representacional MST é apenas resumido ao tópico “atos criminosos”, em uma estrutura textual-discursiva que se apoia em sua elaboração em itens lexicais que evocam para o campo semântico criminal, por exemplo, **dois integrantes do movimento foram autuados pela Polícia** e “**responder por porte ilegal de arma e esbulho possessório**” (Nº01). Desse modo, a notícia se centra no tópico discursivo “atos criminosos” em prol do discurso policial/militar, consequentemente reproduzindo uma RS do MST como vândalos, como lemos nos trechos:

No sábado (12), **dois integrantes do movimento foram autuados pela Polícia**. Um deles deve **responder por porte ilegal de arma e esbulho possessório, que é a invasão de propriedade privada**, mas pagou fiança e foi liberado. O segundo foi **autuado em Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por esbulho possessório** e foi liberado (Nº01).

Compreendemos que é através da prática discursiva midiática que as RS sobre o MST ganham repercussão e se disseminam em práticas sociais discriminatórias, pois a partir dos gêneros midiáticos, sobretudo na contemporaneidade marcada pelo dinamismo informacional proporcionado pelo avanço dos recursos da *internet* que grande parte da sociedade possui contato como os assuntos do mundo, ou seja, é através da mídia que os indivíduos mantêm relação com os objetos de discurso noticiados.

Em outra notícia, novamente a temática da “ocupação de terras” é retomada, fato que nos transmite a insistência de uma naturalização de determinadas temáticas ao MST, ligando o movimento a atos criminosos. Vemos esta inclinação logo no título da notícia pela qual a ocupação é referenciada como “invasão”, termo não reconhecido pelo MST, desse modo, o MST é representado como um grupo social invasor que ocasiona transtornos., sendo recategorizado como vândalos como observamos “Líder de **grupo de invasores**, casal é **preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade**, em Cachoeira Alta. (Nº37).

Na sequência da notícia é ratificado a acusação da ação do MST como um grupo que ocasiona transtornos, agindo à margem da lei. O foco recai na prisão de um casal supostamente associados ao MST, há a continuidade da centração do tópico discursivo “invasão

de terra” como ênfase na construção de uma representação do MST como um grupo adepto ao vandalismo e à invasão:

Um casal foi preso suspeito de liderar uma tentativa de ocupação de uma fazenda provocando fogo na propriedade, em Cachoeira Alta, na região sul de Goiás. De acordo como o Comando de Operações de Divisa (COD), **o grupo, com cerca de 300 pessoas, integra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Nº37).**

Na sequência da notícia, há a continuidade do foco na prisão do casal associado ao MST, mas desta vez, soma-se a esta narrativa o aparecimento de outro tópico (questões/crimes ambientais) que evoca para consequências danosas à sociedade, isto é, a elaboração do texto se faz em tom acusatório, pondo o MST como causador de crime ambiental. A organicidade da notícia evoca o tópico “invasão de terra” com o intuito de responsabilizar o movimento como um grupo que além de invadir propriedades particulares, ocasiona prejuízos de ordem ambiental. É interessante notar que a notícia se faz de tal forma que referencia uma das principais pautas do MST, isto é, uma agricultura sustentável de base agroecológica, pondo o movimento como um grupo contraditório, observados nos trechos:

Segundo o delegado Rafael Gonçalves, responsável pela investigação, **o casal, preso na segunda-feira (7), deve responder por crime ambiental e pode pegar três anos de prisão (Nº37).**

Eles estavam organizando as barracas em **uma propriedade que não pertencia a eles**. Além disso, **houve um incêndio no local e eles vão responder por crime ambiental**, explicou. (Nº37).

Nesse sentido, é notório que a temática sobre “ocupação de terras” é referenciada de forma superficial, pois não é abordada as questões de ordem social, ecológica e econômica que ocasionam tais ocupações, relacionando as ocupações do MST a atos de invasão e de vandalismo, como vemos no seguinte trecho **“O fogo na fazenda foi controlado** com a ajuda de caminhões-pipa de fazendeiros da região e o **grupo de invasores foi retirado da área rural**. A perícia já esteve no local para averiguar as **causas do incêndio” (Nº37).**

Em outra notícia, o G1 foca na temática da “ocupação de terras” de um modo mais velado, no entanto, percebemos novamente a associação do MST apenas a atos de ocupação, além disso sem discutir as causas desses atos, isto é, sem aprofundar a discussão sobre problemas de ordem social, ecológica e econômica. É notório a influência do discurso midiático na corroboração de RS que repercutem no cotidiano dos indivíduos. A mídia é *locus* de constituição identitárias, pois ela influencia diretamente na constituição dos sujeitos sendo um instrumento pelo qual construímos nossos significados sobre os objetos discursivos.

Assumimos que o discurso midiático é a forma mais evidente de reprodução das RS, pois o texto é *locus* pelo qual os indivíduos interagem e reproduzem suas RS sobre os objetos do mundo, sobretudo acerca dos grupos minoritários em aspectos socioeconômicos, pois “muito da fala cotidiana sobre as minorias é inspirado pela mídia” (VAN DIJK, 2010, p. 144), logo a referencialidade exposta em determinado texto muito diz das intencionalidades de ordem ideológica de seu enunciador.

Na notícia seguinte vemos novamente as pautas do MST reduzidas à temática da ocupação reconstruindo uma imagem mental que influi o compartilhamento de RS de acordo com os propósitos do veículo midiático, tendo em vista que o discurso se manifesta como elemento crucial na manutenção do *status quo* de grupos particulares. Nesse sentido a notícia nos leva a considerar a potencialidade da elaboração textual-discursiva no tocante à operacionalidade dos tópicos discursivos convocados nos textos:

Um grupo de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **ocupou a sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)**, em Juazeiro, norte da Bahia, nesta segunda-feira (9) (Nº23).

As mulheres querem que a companhia, administrada pelo Governo Federal, **cumpra o acordo que é negociado desde 2008, sobre o assentamento de 800 famílias que foram retiradas do perímetro irrigado salitre** no fim do ano passado (Nº23).

No decorrer da notícia, nota-se novamente alusão aos órgãos institucionais como referência para a discussão da temática sobre as “ocupações de terra”, desse modo, exclui o posicionamento do MST diante das ocupações. A notícia traz em sua composição textual expressões elucidativas à ocupação ilegal, transmitindo a mensagem subliminar de baderneiros, portanto, passíveis de sanções legais, como vemos na recorrência do tópico discursivo “instituições oficiais” nos trechos subsequentes da notícia. A notícia se encerra com as falas discordantes das instituições públicas acerca da desapropriação, novamente sem dar o direito ao MST de se posicionar diante do noticiado:

A Codevasf informou que, das 13 áreas que a companhia ficou de desapropriar para o assentamento das famílias, apenas três estão com pendências jurídicas. As outras 10 já forma desapropriadas e entregues ao município de Sobradinho e ao **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)** (Nº 23).

A prefeitura de Sobradinho, no entanto, disse que **não houve desapropriação de terras nos últimos sete anos**. Com relação a isso, a **Codevasf alegou que as desapropriações forma feitas em 2009 e 2012**. A TV Bahia tentou contato com o **Incra**, mas não conseguiu falar (Nº 23).

A prefeitura de Sobradinho, no entanto, disse que **não houve desapropriação de terras nos últimos sete anos**. Com relação a isso, a **Codevasf alegou que as desapropriações forma feitas em 2009 e 2012**. A TV Bahia tentou contato com o **Incra**, mas não conseguiu falar (Nº 23).

Em outra matéria, as ocupações de terras novamente é foco relacional ao MST. Desta vez, embora a notícia traga um dos elementos causadores para o ato reivindicatório do MST, no caso a liberação desenfreada de agrotóxicos, o ato ainda é expresso de forma superficial, sem aprofundamento, como vemos em: “Mulheres do Movimento Sem Terra (MST) **ocuparam a sede do Ministério da Agricultura**, em Brasília, na manhã desta segunda-feira (9), em **um protesto contra a liberação de novos registros de agrotóxicos**” (Nº24).

No decorrer da notícia, é possível observar a mudança de posicionamento, isto é, o foco recai em uma construção representacional do MST como vândalos, ocasionadores da desordem, além de uma descrição física estereotipada, como vemos nos trechos:

Usando bonés e com os rostos cobertos, as manifestantes bloquearam a entrada do prédio, por volta das 8h30, e **jogaram tinta vermelha no chão**. Durante o ato também **deixaram um caixão coberto pela bandeira do Brasil na porta do ministério**. Ao lado foram **deixadas pás e frascos vazios do que representariam embalagens de agrotóxicos** (Nº24).

Em nota divulgada no fim da tarde, o Ministério da Agricultura disse que **o grupo não apresentou documento nem pediu reunião com representantes do governo**. A pasta afirmou ainda **‘não aceitará esse tipo de conduta e não permitirá que sejam impostos prejuízos ao patrimônio público** (Nº24).

Por volta das 9h30, duas das seis faixas da via S1, na Explanada dos Ministérios, foram ocupadas pelo protesto. Motoristas que vinham da Asa Norte em direção ao Eixo Monumental **tiveram que desviar pela pista de baixo já que a vi de ligação ficou bloqueada pela Polícia Militar**. As pistas foram liberadas por volta das 10h. (Nº24).

A notícia faz alusão à fala do MST, fato que supostamente apontaria para a imparcialidade do G1, no entanto não há menção explicativa dos argumentos do movimento, por exemplo, não se faz ao menos uma referência explicativa ao termo “mercantilização, observado em: “Nós sempre defendemos o Contrato de Concessão de uso (CCU), porque **restringe a mercantilização das terras conquistadas**, e terra para nós é um bem comum da natureza, e portanto, não pode ser mercadoria” explicou Maria da Silva Trindade, do MST” (Nº24).

Embora a notícia tenha dado voz ao MST é notório atentar a predominância de fala dado às autoridades, no caso o Ministério da Agricultura, enquanto ao MST é reservado um espaço diminuto para a discussão do noticiado, por exemplo, a notícia traz uma nota na íntegra para a apresentação do ponto de vista do governo. Já no início da nota, percebemos a temática da ocupação descrita não como um ato de reivindicação de direitos, mas como uma ação de invasão, representando novamente o MST como um grupo de predominância a ações criminosas,

como vemos em “o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) comunicou à Polícia Federal (PF) que **o andar térreo do edifício-sede foi invadido esta manhã por uma multidão que portava bandeiras, bonés e camisetas do MST**” (Nº24).

Em seguida é descrito um cenário de vandalismo associado à ação do MST, fato que já orienta a leitura/interpretação que corrobora (reforça) para a construção de uma RS do MST como um grupo ligado a atividades ilegais e/ou contraventoras em “O grupo **pichou paredes, portas de elevadores, painéis, e jogou tinta vermelha e todo o piso da portaria**, atingindo inclusive **as câmeras de segurança e máquinas de caixa eletrônico**. A fachada externa do Mapa também foi **alvo de pichações**” (Nº24).

A nota ainda acrescenta os possíveis transtornos que advieram da ocupação, ocasionando paralisação do expediente de trabalho. Entra em cena o tópico “invasões de terras” que caracteriza o ato do MST como um grupo que faz da invasão uma prática, percebido no trecho:

O tumulto impediu que os funcionários públicos tivessem acesso ao seu local de trabalho e obrigou a segurança a interditar os elevadores, o que atrasou o início da jornada desta segunda-feira. Após a **invasão**, que terminou por volta das 9h45, o expediente no Mapa voltou ao normal (Nº24).

A nota encerra em tom acusatório no sentido de destacar a não observância do MST aos dispositivos legais, como pauta/documento com suas reivindicações. Além disso, a ocupação do MST é vista como anticívica e antidemocrática, evidenciando novamente a adjetivação de vândalos ao MST. Entra em foco o tópico “violência/vandalismo”, somado ao argumento das consequências danosas ao patrimônio público, como podemos observar nos trechos a seguir:

Destaca-se que **nenhuma pauta ou documento foi entregue ao Ministério**, muito menos foi feito qualquer pedido de audiência. O Mapa lamenta que o **MST continue a apelar para o vandalismo, em vez de apresentar com civilidade democrática suas reivindicações** (Nº24).

O governo federal não aceitará esse tipo de conduta e não permitirá que sejam **impostos prejuízos ao patrimônio público**, bem de todos (Nº24).

A partir da análise das notícias que focam na temática de “ocupação de terras” em consonância com o que ocorreu com a análise das notícias que têm como foco temático “reintegração de terras”, percebemos a construção de uma RS que potencialmente naturaliza o MST no tocante à ilegalidade, à transgressão e à desordem às leis. Observamos novamente o reforço de correlacionar as ocupações do MST à atos de infracionais, incutindo modelos mentais que são passíveis de construção de uma narrativa contrária ao MST.

É válido ratificar que as RS não se tratam apenas de um conteúdo informacional sobre um dado objeto de discurso, mas exerce forte influência, tendo em vista que elas trazem consigo formas de configurar nossa maneira de interação com as coisas do mundo. As RS constroem visões de mundo que incutem a forma/percepção dos indivíduos diante de algum objeto de discurso, ocasionando a formação de valores, crenças, opiniões e, por conseguinte, a naturalização de determinados estereótipos.

Passamos agora para a análise de outra temática frequência nas notícias acerca do MST, isto é, a reforma agrária.

4.1.3 Subtema 03: reforma agrária

A temática sobre “reforma agrária” é, via de regra, uma das primeiras imagens que se projeta cognitivamente ao pensarmos sobre o MST. Neste sentido, já era esperado que este tema tivesse frequência nas notícias sobre o MST. No entanto, observamos que a construção discursiva da temática sobre “reforma agrária” além de limitar (rotular) o MST apenas a luta pela terra, é abordado de forma superficial e não neutra, evidenciando efeitos cognitivos, discursivos e ideológicos.

Aqui vale discutir brevemente sobre os propósitos da reforma agrária. O MST, ao longo de sua história, aprofundou a discussão sobre a proposta da reforma agrária ao redimensionar o significado da luta pela terra, isto é, ao longo da evolução do movimento foi atribuído à reforma agrária um caráter mais popular. Nesse sentido, ratificamos que o MST compreende que a reforma agrária não se resume a problemática de acesso à terra, mas se torna uma necessidade da sociedade, tendo em vista que há a necessidade de um novo modelo de organização econômica que contemple todas as classes sociais, sobretudo as marginalizadas.

Desse modo, o MST também objetiva à transformação social da estrutura brasileira, ou seja, o movimento objetiva a luta por uma sociedade mais igualitária que solucione problemas sociais, por exemplo, a desigualdade social, as questões de discriminação racial, a fome, a miséria, questões de gênero e identidades sociais, entre outras. Além disso, propagar um plantio baseado em uma cultura ecológica/sustentável pelo qual a base seja uma produção agrícola com matriz agroecológica. Em suma, o MST almeja um programa de reforma agrária que não se limite apenas a problemática de terras, desse modo, incorpora outras pautas de luta social, visando melhorias que beneficiem a sociedade e não apenas os membros atuantes do MST.

A abordagem sociocognitiva do discurso objetiva a análise da ação coletiva e individual no processo de construção de conhecimento, crenças, ideologias e representações,

por isso os processos cognitivos são resultado de ações intersubjetivas construídas socialmente. Desse modo, discurso, cognição e sociedade estão em constante relação constitutiva, sendo que a cognição opera na interface entre as construções sociais e as realizações nas práticas discursivas.

Desse modo, analisamos algumas dessas notícias a fim de investigar como se dá a construção das RS sobre o MST a partir da abordagem da temática da “reforma agrária”. Os títulos das notícias analisadas estão transcritos a seguir:

Quadro 9 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca
13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se já nos títulos das notícias uma inclinação (sugestão) de uma leitura/interpretação com nítida influência de ordem ideológica. Neles vemos que o tema da reforma agrária é relacionado ao MST, evidenciando ilegalidade, protesto e fraudes. Outro elemento que vale dizer é justamente a retomada da temática da “ocupação” correlacionada ao da “reforma agrária”. Iniciamos com análise da primeira notícia, intitulada “Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife” (Nº10). Nela percebemos que a temática da reforma agrária é evidenciada de forma extremamente superficial. A notícia se centra mais no ato do MST, isto é, a caminhada do movimento:

Integrantes do Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) **ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**, nos Aflitos, na Zona Norte do Recife, na manhã desta terça-feira (16). Em seguida, **o grupo saiu em caminhada em direção à sede da Secretaria de Desenvolvimento Agrário**, no Bongi, na Zona Oeste (Nº10).

No decorrer da notícia, é referenciado o porquê do ato, no entanto, sem aprofundamento da importância da discussão sobre a reforma agrária, tão pouco de explicá-la, mesmo que superficialmente. Acrescenta-se o fato da referência ao “Abril Vermelho”, igualmente sem uma explicação do que se trata como vemos no trecho “O ato faz parte das ações do **Dia de Luta Pela Reforma Agrária**, que ocorre na quarta-feira (17). E do **Abril Vermelho**” (Nº10). A notícia se centra na continuidade tópica “ocupação do INCRA”,

evidenciando a caminhada do MST como foco principal da informação. O viés acusativo aparece, ocasionando uma imagem do MST como um grupo que provoca a desordem e infligem o direito de outrem. Há alusão a um documento a favor da reforma agrária, no entanto sem ao menos referenciar algum ponto desse documento, como vemos em: “Funcionários do Inca afirmaram que **o grupo fechou os portões da sede e impediu que os trabalhadores deixassem o local**. Um **manifesto em prol da reforma agrária foi entregue** a representantes do instituto” (Nº10).

Nota-se também que novamente há referência ao documento, igualmente sem citar algum ponto reivindicatório. Novamente o foco é a caminhada do MST, isto é, a notícia apenas se centra na continuidade do tópico “ocupação do INCRA”. Percebemos que a organicidade da notícia evoca para uma elaboração reducionista sobre a ação de reivindicação em prol da reforma agrária, limitando-se somente ao tópico “caminhada do MST” e “ocupação do INCRA”, referindo-se superficialmente ao documento entregue ao órgão referenciado na notícia, como lemos em “Após a **entrega do documento, o grupo seguiu em caminhada** para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, onde **outra cópia do manifesto deve ser entregue** a integrantes do governo estadual” (Nº10).

Na notícia intitulada “MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca” (Nº11), novamente a temática reforma agrária aparece no noticiário do G1. Desta vez em alusão a um veto contrária a feira anual do movimento, tendo como justificativa a quantidade de participantes em relação ao espaço. Logo no início da notícia, vemos alusão ao protesto do MST contra a proibição da feira, no entanto sem aludir sobre a importância da feira para movimento, observado no trecho “**o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fez protesto** contra a decisão do governador João Doria (PSDB) de **proibir a feira anual de orgânicos** no Parque da Água Branca, na Zona Oeste de São Paulo” (Nº11).

Na sequência novamente é aludido apenas o tópico “ato de protesto do MST”, sem um debate mínimo sobre a relevância de uma reforma agrária no país, relacionando este tópico discursivo ao MST somente no tocante a protesto, atestado em “**Com bandeiras e faixas, os integrantes do movimento protestaram dentro do parque**. A feira Nacional da Reforma Agrária é montada uma vez por ano, desde 2016, no parque” (Nº11). Além disso, soma-se a exploração de aspectos jurídicos como justificativa para a proibição da feira, ocasionando uma imagem de ilegalidade e desobediência do MST diante das supostas prerrogativas legais. Entra em cena alusão ao tópico “questões jurídicas, comumente exposta no noticiário *corpus* desta pesquisa: “De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, **a decisão tem caráter estritamente**

administrativo e legal porque o evento, que conta com a presença de cerca de 30 mil pessoas, **excede o máximo de cinco mil visitantes determinado por resolução** de 2015” (Nº11).

No final, a notícia traz uma concepção conciliatória por parte da Secretaria do Meio Ambiente que segundo própria Secretaria (e a própria notícia) não houve acordo com o MST, assim se constrói uma ideia sobre o MST como um grupo não abertos ao diálogo. Vale ressaltar que o MST não foi convocado pela notícia tanto para o debate sobre a reforma agrária quanto para se defender das acusações:

A pasta diz ainda que procurou integrantes do MST e a deputada Beth Sahnão (PT) para discutir o assunto e oferecer outros parques estaduais, como o da Juventude e o Ecológico do Tietê, por serem ‘maiores e oferecerem mais segurança ao público’. Ainda de acordo com a secretaria, **o MST não aceitou as sugestões** (Nº11).

Outra notícia que retoma o tópico discursivo “reforma agrária”, tal qual as anteriores novamente a aborda de uma forma superficial sem alusão ao um debate mais profundo acerca desta reivindicação histórica do MST, mas desta vez em tom nitidamente acusatório, incutindo modelo mental que possivelmente levar os leitores, leia-se sociedade, a uma RS sobre MST como fraudadores, corruptos. Além disso, soma-se o fato de fazer alusão ao programa dominical Fantástico, da Rede Globo de Comunicação que possui respaldo dentro das mídias jornalísticas hegemônicas, como já observamos no título **“Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária”** (Nº13).

Logo no início da referida notícia, observamos nitidamente o tom de criminalização que é dado ao MST em relação ao programa da reforma agrária sem, no entanto, apresentar provas concretas da suposta fraude, atestado em “muitas pessoas **estão vendendo ilegalmente terras que receberam. Imagens mostram** assentamentos com pista de motocross e até parque aquático” (Nº13).

O tom acusatório é palco no restante da notícia, ocasionando uma ideia de corrupção praticado pelo MST fato que desprestigia uma das pautas mais relevantes do movimento. Parece-nos uma estratégia recorrente, pois ao aludir o tópico “vendas ilegais de terra” o G1 compartilha conhecimento, crenças e valores sobre o movimento, a nosso ver sem aprofundamento, deixando margem interpretativa que evoca para a construção de RS sobre o MST como um grupo de criminosos que usam o próprio movimento para ações ilegais e corruptas, como vemos nitidamente nos trechos abaixo:

Há quase 50 anos, **o governo brasileiro criou o Incra, com a missão de promover a reforma agrária. Terras improdutivas foram desapropriadas e oferecidas a camponeses, para que eles pudessem produzir alimentos e ter uma vida mais digna** (Nº13).

Mas hoje o **programa de reforma agrária está sendo fraudado por muitas pessoas, que venderam ilegalmente as terras que receberam**. E mais: tem assentamento com pista de motocross e até parque aquático, como mostra a reportagem de Giovani Grizotti (Nº13).

A organicidade da notícia se centra nos supertópico “reforma agrária” dialogando como o subtópico “vendas ilegais de terra” relacionados ao campo semântico criminal. Compreendemos que a sociedade é uma construção humana resultante de interações entre os atores sociais que socialmente compartilham conhecimento, crenças e valores, daí a relevância das práticas discursivas midiáticas no processo formativo de opiniões, crenças e ideologias na cognição social. Por fim, discutimos outra notícia que traz como tópico discursivo a “reforma agrária”. Trata-se de notícia intitulada “Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional (Nº22). Nesta notícia novamente é apenas referido e limitado ao tópico “as ocupações do MST” sem haver uma discussão aprofundada sobre as causas das ocupações nem sobre as pautas de luta do movimento: “Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**, localizado na Avenida José Bastos, em Fortaleza, desde a manhã desta segunda-feira (9)” (Nº22).

Nesta notícia (Nº22) novamente percebemos alusão ao supertópico “reforma agrária” como centro da informação do texto com diálogo com o subtópico “ato de ocupação do INCRA”. A recorrente presença associativa desses tópicos nos diz sobre a elaboração global das notícias que objetivam a centração relacional entre o MST e atos de protesto, ocupação, invasão, fato que nos evidencia o reducionismo informacional das pautas históricas do movimento no noticiário sobre o MST, como atestamos nos seguintes trechos da matéria:

O protesto é nacional, ocorre em diferentes estados do país e faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. **Os manifestantes ocupam diferentes órgãos ligados à distribuição de terras no Brasil**. Um dos principais motivos do ato é a **distribuição de titularidades individuais dos lotes de terra para os assentados** (Nº22).

Em Fortaleza, **os manifestantes pretendem ocupar o Incra** até o fim da semana e tentar diálogo com representantes do Governo Estadual (Nº22).

A notícia continua na abordagem simplória do aspecto da ocupação. No entanto, a discussão acrescenta as retiradas de programas destinados ao MST, mas não expõe diretamente de onde emanaram tais cortes, por exemplo em “**A retirada de verbas de programas ligados ao movimento**, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o fundo direcionado para assentamento de novas famílias também são criticados neste dia”

(Nº22). Compreendemos que os indivíduos se constituem socialmente compartilhando conhecimento através nos gêneros de discurso pelos quais interagem. Nesse sentido, a notícia ao se centra apenas em tópicos discursivos que evocam modelos mentais correlacionados ao MST apenas ao tocante de protesto/ocupação, ocasionando a (de) formação de conhecimento e crenças que ao serem adquiridos, potencialmente se refletem e são repassados nas práticas discursivas e sociais.

Em suma, a partir da análise das notícias onde houve a ocorrência da temática da “reforma agrária”, observamos que ela é retratada de forma superficial, isto é, a mídia, no caso específico desta pesquisa o portal de notícias G1, mesmo possuindo um espaço para contextualizar de forma mais ampla os fatos sobre a reforma agrária e, por conseguinte, o MST, não se preocupa em aprofundar o debate das propostas do movimento, limitando-se a abordá-lo apenas pelo imediatismo do noticiado.

Vale dizer que se um determinado órgão de imprensa prioriza a veiculação de uma notícia (temática/tópico discursivo) em detrimento de outros, esse órgão de imprensa está executando um processo seletivo de informação, no sentido de enfatizar aquilo que “merece” (na visão deste órgão de imprensa) ser difundido. O fato de se publicar uma matéria sobre um dado assunto (tema) em detrimento de outro e/ou veicular mais matérias sobre um determinado assunto em relação a outros, evidencia certos recortes intencionais da realidade, posto que esta postura atende a critérios de seleção que atendem a interesses de grupos específicos.

Desse modo, a partir da análise das temáticas mais frequentes relacionadas ao MST, ou seja, reintegração de terras, ocupação de terras e reforma agrária, observamos que o conjunto de temas apresentados nos mostra que as RS sobre o MST reproduzidas pelo portal de notícias G1.com está relacionada com a construção de uma imagem conceitual que relaciona o MST à ilegalidade, à desordem, a protesto, à invasão e ao vandalismo. Essa limitação temática relacionada ao MST já nos diz sobre as intencionalidades do referido portal do webjornalismo, pois além do não aprofundamento dos referidos temas, as análises evidenciaram para a construção de RS sobre MST engessada (naturalizada) no imaginário coletivo, sugerindo que as ações do MST se materializam de forma criminosa.

Além disso, a análise das notícias nos mostrou que a frequência desses temas evidencia para o silenciamento discursivo do MST, pois em geral o G1 deu mais espaço para a fala (discurso) das autoridades, por exemplo, forças militares, polícia e órgão governamentais em detrimento da voz dos membros do MST. Esse silenciamento discursivo é o foco da continuidade dessa pesquisa. A seguir passamos para a análise das estratégias discursivas que corroboram para o silenciamento do MST com o intuito de contemplamos nosso segundo

objetivo de pesquisa, isto é, a interpretação das estratégias discursivas de silenciamento de vozes dos atores sociais do MST.

4.2 Análise das estratégias discursivas para o silenciamento do MST

Com o intuito de analisar as estratégias discursivas que colaboram para o silenciamento discursivo do MST, conseqüentemente corroborando para o processo de reprodução de estereotípicos sobre o movimento, analisamos a correção do discurso midiático a outros discursos, isto é, de que forma o interdiscurso opera no sentido de silenciar o MST a partir de determinados rótulos. Para isso, antes vale discutir em qual conceito de discurso nos ancoramos. Desse modo, afirmamos que nos ancoramos na noção de discurso baseado em Bakhtin (1993), isto é, com base nas esferas da atividade humana.

Neste contexto, ao nos deportamos ao termo “interdiscursividade”, referimo-nos a um fenômeno de linguagem que se baseia na noção de alteridade, isto é, nas inúmeras relações sociais que vivenciamos através da linguagem em termos sociodiscursivos. Trata-se de um fenômeno de reflexão, posto que é constitutiva na efetivação das práticas discursivas, pois é difícil pensarmos em um discurso independente de outros. Segundo Costa (2011, p. 35), a interdiscursividade consiste na “convocação de, ou no ‘dar a ouvir’, vozes exteriores ao fio discursivo, ou seja, ao que foi efetivamente dito”. Portanto, é difícil pensarmos em homogeneidade quanto nos referimos a materializada discursiva de determinado texto. Em outros dizeres, é constitutivo nos textos a presença do interdiscurso.

Além disso, pensamos a interdiscursividade como fenômeno de linguagem a partir da proposta teórica de Bakhtin (1993) no tocante à concepção de linguagem como um fenômeno eminentemente dialógico. Neste sentido, afirmamos que é através da linguagem que nos constituímos como sujeitos do discurso em intensa interatividade com o outro nas inúmeras práticas sociais e discursivas. Portanto, somos constituídos socialmente pela linguagem, sendo ela campo potencial de lutas ideológicas através do discurso, este como elemento preponderante tanto para reprodução de assimetrias de poder quanto para luta social por intermédio de uma posição contra-hegemônica.

Outro aspecto relevante é a percepção que assumimos quanto ao signo/enunciado linguístico que, a nosso ver, constitui-se como uma ferramenta que vai muito além do simples dizer, pois ele ocasiona compreensão de forte inclinação ideológica à medida que tanto influencia o tecido social quanto é influenciado pelo contexto sócio-histórico. A linguagem é preponderantemente dialógica, sendo a polifonia um conceito de primazia para os estudos

linguísticos. Desse modo, a noção de polifonia nos remete a uma “orquestração” (proposital) de vozes na voz do enunciador em dado evento discursivo (COSTA, 2011), logo o discurso vai muito além de uma enunciação, caracterizando-se sobretudo pela heterogeneidade, sendo um elemento constituinte dele uma ação responsiva a outros discursos. Assim, a linguagem se caracteriza como uma atividade humana constitutivamente heterogênea, interativa e social (BAKHTIN, 1993), fato que proporciona espaço para a reflexão das relações sociais nas inúmeras práticas discursivas que a sociedade dispõe.

Vale dizer que o discurso (interdiscurso), ao se projetar nos textos que circulam socialmente, evidencia intencionalidades discursivas que são potencialmente geradores de modelos mentais que se materializam nas práticas sociais, colaborando para (re) produção de RS que influenciam na visão de mundo dos indivíduos. As relações discursivas se materializam como uma prática discursiva que evidencia outras práticas. No caso específico desta pesquisa, podemos exemplificar como o discurso midiático se reporta aos inúmeros discursos de outras esferas sociais, por exemplo, o discurso jurídico, o discurso militar, o discurso científico, o discurso educacional, o discurso religioso, entre outros.

Segundo Costa (2011), podemos classificar a interdiscursividade a partir de três tipos, a saber: interdiscursividade intertextual, interdiscursividade em si e interdiscursividade lexical. A interdiscursividade se materializa textualmente em inúmeros fenômenos, por exemplo, por referência, lexicalização, captação, entre outros processos. A título explicativo, podemos dizer que a “interdiscursividade por referência” acontece quando um determinado texto de um domínio particular se remete a outro texto (outro domínio) distinto, por exemplo, um texto da esfera midiática conjugado ao da esfera religiosa, jurídica, científica. Já a “captação” trata-se de quando um dado discurso se apropria de características estilísticas de outros discursos, por exemplo, apropriando-se do tom, da atmosfera, entre outros. Por sua vez, a “lexicalização” se materializa quando um dado discurso se apropria do léxico que não lhe é comum.

Assim, afirmamos que a interdiscursividade é um fenômeno recorrente nos textos, sobretudo nos textos contemporâneos e que reflete, em grande medida, estratégia persuasiva como forma de influência (direcionamento) de leitura/interpretação e, conseqüentemente, de formação de conhecimento, ocasionando modos de pensar, de agir sobre as coisas do mundo. Desse modo, o discurso é uma “forma de representação com uma determinada visão de mundo que é posicionada e, portanto, ideológica” (MAGALHÃES, 2010, p. 13). Daí a relevância dos estudos discursivos para a investigação de assimetrias de poder, intencionalidades de cunho ideológico, por exemplo.

Por fim, ratificamos que os textos são preponderantes para a formação, reprodução e disseminação de RS sobre os objetos de discurso, pois, “os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos” (FAIRCLOUGH, 2008, p.21) justamente para atender a propósitos ideológicos particulares. No caso de nossa pesquisa, essa afirmação se aplica, pois compreendemos que é através da prática discursiva midiática que as RS sobre o MST ganham repercussão e se disseminam em práticas sociais discriminatórias, pois a partir dos gêneros midiáticos dada a sua abrangência, sobretudo na contemporaneidade marcada pelo dinamismo informacional proporcionado pelo avanço dos recursos da *internet*, por exemplo, os webjornais como o G1.com, que grande parte dos indivíduos têm contato como os assuntos do mundo, leia-se os objetos de discurso noticiados.

Dito isso, passamos para a análise das estratégias discursivas que, em conjunto, reproduzem uma RS sobre o MST que corroboram intencionalmente para o silenciamento discursivo do movimento. Vale dizer que a leitura/interpretação dos dados apontaram para a conjugação de determinados discursos, por exemplo, educacional, patrimonial e saúde. No entanto, dado a frequência do discurso jurídico, militar/policial e sobre o meio ambiente, estes foram selecionados para uma análise mais atenta.

A seguir estão transcritos os títulos das notícias analisadas no tocante à relação entre o discurso midiático e o discurso sobre o meio ambiente:

Quadro 10 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciamos a discussão com as notícias que mais se apoiam no discurso sobre o meio ambiente. É curioso o fato deste diálogo interdiscursivo entre o discurso midiático e o ambientalista, pois o MST incentiva e faz uma agricultura agroecológica, logo as ações do MST vão ao encontro de políticas públicas que preservem o meio ambiente e colaborem com a efetivação de uma agricultura sustentável. Estranhamente, parece-nos que a notícias adotam aqui o discurso sobre o meio ambiente como estratégia para deslegitimar ações do MST, potencialmente influenciando na cognição dos indivíduos, pois “o discurso também desempenha um papel fundamental para essa dimensão cognitiva” (VAN DIJK, 2010, p. 135).

Em uma dessas notícias, as relações interdiscursivas constroem um discurso argumentativo em prol da defesa da ação do governo de proibir a realização da Feira Nacional da Reforma Agrária. O discurso ambientalista é convocado como fator persuasivo que justifica essa proibição. Nota-se referência direta a instituição que possui justamente a função de preservação do meio ambiente, ratificado documentalmente, portanto dentro das normas de legalidade, como vemos em “**Secretaria do Meio Ambiente diz que feira excede o máximo de cinco mil visitantes determinados por resolução**” (Nº11).

Logo a seguir, a notícia ratifica a partir da convocação do discurso sobre o meio ambiente mesmo que implícito a justificativa da proibição, utilizando a voz do órgão responsável que aparato por regimentos legais detém o direito de coibir a manifestação da feira e, por conseguinte, do MST, tendo vista que a Feira Nacional é uma das formas de manifestação do movimento. Nota-se a convocação da voz institucional como representativa de credibilidade, posto que “a voz da elite é, frequentemente, a voz do padrão empresarial ou institucional” (VAN DIJK, 2010, p. 46), portanto a voz a ser ouvida na notícia. Acrescenta-se ainda o fator quantitativo de participantes que supostamente teriam excedido o permitido, segundo uma resolução datada de 2015:

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, **a decisão tem caráter estritamente administrativo e legal** porque o evento, que conta com a presença de cerca de 30 mil pessoas, **excede o máximo de cinco mil visitantes determinado por resolução de 2015** (Nº11).

O discurso ambientalista conjugado ao midiático nos mostra que essa correlação discursiva evoca para a formação opinativa dos indivíduos no tocante à construção de um modelo mental que corrobora para uma RS sobre o MST como infratores das leis ambientais. Nesta perspectiva, a notícia evoca aspectos contraditórios do movimento, pois a preservação ambiental de base agroecológica é uma das principais pautas de luta do movimento, logo ao relacionar o MST a situações de desrespeito às normas ambientais previstas em lei, como veremos ao longo da discussão das notícias que se fizeram conjugadas ao discurso sobre o meio ambiente, mostra-nos uma estratégia de manipulação acerca das informações que potencialmente repercutem nas operações sociocognitiva dos indivíduos, como nos afirma Van Dijk (2010, p. 207): “se os receptores leem ou escutam muito discursos semelhantes de políticos ou da mídia e não têm informações alternativas concorrentes, tais modelos podem, por sua vez, ser generalizados para representações abstratas e socialmente partilhadas”.

Vale dizer da percepção do pesquisador deste trabalho diante dessa correlação, pois antes da análise do *corpus* desta pesquisa, inferimos que não haveria alusão ao discurso sobre

meio ambiente, pois é prática discursiva e social do MST a referencialidade a uma um programa agrário que contemple na sua base a produção agrícola com matriz agroecológica. Parece-nos estratégico tal correlação, pois ao atribuir crimes de ordem ambiental ao MST repercute na formação opinativa sobre as ações do movimento, pondo-os em contradição quanto às pautas de preservação ambiental e sustentabilidade propostas nos objetivos gerais do movimento.

Interessante salientar que a notícia não traz referência à fala do MST, temos apenas a voz (discurso) midiático conjugado ao do meio ambiente como fonte de informação sobre o noticiado. O que temos é uma alusão a abertura do diálogo que os órgãos competentes tentaram com o MST, observado no trecho “**A pasta diz ainda que procurou integrantes do MST** e a deputada Beth Sahnão (PT) para discutir o assunto e oferecer outros parques estaduais, como o da Juventude e o Ecológico do Tietê” (Nº 11). O silenciamento discursivo do MST é recorrente no noticiário analisado. Essa estratégia de ocultação da voz do MST se efetiva na construção de apreciação de apenas vozes que representam posição contrária ao movimento, de tal modo que “um movimento efetivo de negação é disputar ou ocultar uma agência responsável” (VAN DIJK, 2010, p. 183).

Soma-se a referência de associação do MST a um partido político específico, no caso o Partido dos Trabalhadores (PT) notadamente visto pela memória coletiva como um partido de esquerda e subversão. Nessa mesma notícia há uma referência direta a fala da pasta da Secretaria do Meio Ambiente representado graficamente pelas aspas. Parece-nos que o G1 se apropria do discurso dessa pasta (discurso ambiental) compartilhando da forma de pensar deste órgão governamental, como lemos em “**Maiores e oferecem mais segurança ao público**” (Nº 11).

Ao informar alternativas para a problemática a notícia, inclusive expondo como argumento a segurança dos participantes da feira é expresso implicitamente que a realização do evento organizado pelo MST não estava de acordo com as normas de segurança, portanto inculcando forma de perceber o movimento como um grupo irresponsável que põe as pessoas em perigo a partir do modelo mental implícito na notícia, pois “na produção discursiva presumimos que falantes (ou escritores) partirão de seus modelos mentais pessoais de um evento ou uma situação” (VAN DIJK, 2010, p. 206).

Ao aludir o interdiscurso como estratégia persuasiva, as notícias evidenciam práticas discursivas que projetam determinados modelos representacionais de acordo com as formas de pensar do veículo enunciativo. Nesta perspectiva, a cognição opera na interface entre o discurso materializado no texto e suas implicações nas práticas sociais, sendo cruciais na reprodução de RS deturpadas sobre os grupos minoritários de direitos sociais, como o MST. Os

modelos mentais repercutem socialmente e são potenciais elementos que ativam e refletem na cognição social, isto é, os modelos mentais são estruturas cognitivas que podem ser compreendidos como representações da realidade, pois “um modelo mental organiza as crenças subjetivas do falante sobre a tal situação” (VAN DIJK, 2010, p. 206).

Por fim, a notícia nos remete (reforça) a ideia do MST como não abertos ao diálogo, como vemos no trecho “Ainda de acordo com a secretaria, **o MST não aceitou as sugestões**” (Nº11). Tal sugestão não se trata apenas de mera repetição informacional, pois repercute na cognição e reflete socio-discursivamente valores opinativos no sentido de descrever sobre o MST, evidenciando certos controles da forma de pensar e agir diante do objeto representado, “uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação” (VAN DIJK, 2010, p. 18).

É interessante notarmos que o G1, ao se ancorar no discurso ambientalista como única voz discursiva, limita a discussão do noticiado, propondo desse modo apenas uma forma de compreensão do fato. A ausência de voz do MST, representando-os como não abertos ao diálogo, provoca um efeito de sentido no tocante a um grupo que não abre possibilidade para um fator inerente da linguagem, isto é, as interações, ao dialógico. Desse modo, o MST seria um grupo correlacionado a ações ilegais, não se propondo a interação com o órgão competente a fim de discutir propostas/sugestões de resolução para o problema, como observado no final da notícia:

A pasta diz ainda que procurou integrantes do MST e a deputada Beth Sáhão (PT) **para discutir o assunto** e oferecer outros parques estaduais, como o da Juventude e o Ecológico do Tietê, por serem “**maiores e oferecem mais segurança ao público**”. Ainda de acordo com a secretaria, **o MST não aceitou as sugestões** (Nº11).

Em outra notícia em que o discurso sobre o meio ambiente é convocado como justificativa de ações contrárias ao MST, percebemos que a correlação entre o discurso midiático e o ambientalista colaboram tanto para a reprodução de representações deturpadas do movimento quanto para o silenciamento discursivo do MST. Logo no subtítulo, observamos referência a um órgão relacionado à preservação do meio ambiente. O G1 ao referenciar um órgão que possui como função a preservação de bacias hidrográficas estratégicas para o país, por exemplo, bacia do rio São Francisco, bacia Parnaíba, bacia Itaperucu, entre outras, sinaliza para atos ilegais do MST que ocasionam impactos ambientais e, conseqüentemente, prejuízos de ordem energética e econômica para o país, observado em “**Codevasf aponta impactos causados pela ocupação**” (Nº21).

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é responsável pelo desenvolvimento da agricultura irrigada, oferta de água para garantia de abastecimento hídrico e revitalização de bacias hidrográficas. Neste sentido, o G1 ao convocar um órgão relacionado ao meio ambiente como principal fonte informacional da notícia aponta direcionamentos de leitura/interpretação que incutem uma imagem do MST ligado a prejuízos, atrasos e ilegalidade, fato observado em “Conforme a Polícia Federal, o início da **ocupação ocorreu** em 2012, quando **a área em questão já havia sido destinada ao projeto de irrigação Salitre**” (Nº21).

No final da notícia, o discurso ambientalista reaparece evidenciando prejuízos à comprometimento de projetos de irrigação da Codevasf e, por conseguinte, prejuízos de ordem socioeconômica. Interessante notarmos que a atribuição ao MST a prejuízos de ordem ambiental destoa dos projetos/pautas de luta do movimento que privam para um cultivo sustentável, pois basta pensarmos que o MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina em projeto com princípios de respeito à ecologia dos ambientes, desenvolvendo atividades de plantio ecológicos, estimulando, por exemplo, a plantação de mudas e o reflorestamento, fato quase inteiramente ausente do noticiário sobre o movimento, como vemos no seguinte trecho:

Já a Codevasf informou, em nota, que **a ocupação prejudicava o projeto de irrigação na região** e que, a reintegração, garantirá **a normalização da operação e a preservação de cerca de 70 mil empregos diretos e indiretos**” (Nº21).

O discurso sobre o meio ambiente aparece novamente em outra notícia, mas desta vez, correlacionado explicitamente à criminalidade. É notório o papel do discurso na formação opinativa dos indivíduos, pois em uma interação com as notícias a fim de “compreendê-las implica também o fato de a pessoa usar e construir informações a respeito das relações entre os acontecimentos e as situações em que eles ocorrem” (VAN DIJK, 2002, p 15-16). Neste sentido, observamos a marcação do enunciado no tocante à criminalização do MST, como vemos no trecho “segundo delegado, cerca de 300 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pretendiam ocupar terreno. **Casal deve responder por crimes ambientais**” (Nº37).

Na sequência o G1 traz um novo informativo da evidencia de prejuízos de ordem ambiental, como vemos nos trechos “Um casal foi **preso** suspeito de liderar uma tentativa de ocupação de uma fazenda **provocando fogo na propriedade**, em Cachoeira Alta, na região sul de Goiás” (Nº37). A frequente alusão a crimes ambientais correlacionado ao MST evidencia uma estratégia persuasiva que se faz em uma construção de modelos mentais, a nosso ver, pré-

determinados nitidamente colaborativo para a reprodução de RS que além de rotular o MST, efetiva elementos que repercutem na cognição do coletivo social, posto que “as pessoas que compreendem acontecimentos reais ou eventos discursivos são capazes de construir uma representação mental, principalmente uma representação mental significativa” (VAN DIJK, 2002, p 15).

A narrativa de crime ambiental continua na sequência da notícia, agora sinalizando para a possível pena prevista, observados em “segundo o delegado Rafael Gonçalves, responsável pela investigação, o casal, **preso** na segunda-feira (7) **deve responder por crime ambiental** e pode pegar até três anos de **prisão**” (Nº37). O discurso do G1 se comunga ao discurso sobre o meio ambiente influenciando a forma de apreensão sobre o MST em uma atmosfera que leva o leitor a condução de uma opinião geral sobre o movimento, como nos diz Van Dijk (2002, p. 15) “experiências essas que podem conduzi-las a um conhecimento mais geral a respeito de tais acontecimentos”.

Na sequência o discurso sobre o meio ambiente reaparece configurando o MST como criminosos. É apontado inclusive a infração que trouxe prejuízos ao meio ambiente, no caso um incêndio supostamente provocado pelo MST. Interessante notar que se trata da fala policial na voz do delegado que investiga o caso, Rafael Gonçalves. Novamente o G1 não abriu espaço para as colocações do MST, expondo apenas a versão da polícia. Mais uma vez, o discurso sobre o meio ambiente é convocado para se conjugar ao midiático no sentido de demonstrar as consequências danosas das ações do MST “eles estavam organizando as barracas em uma propriedade que não pertencia a eles. Além disso, **houve um incêndio no local** e eles vão **responder por crime ambiental**”, explicou (Nº37).

Por fim, a notícia faz referência a um órgão investigativo, no caso a perícia, responsável em averiguar as causas da ação criminosa, notadamente marcada pelo substantivo “**incêndio**”. Tal alusão repercute na memória coletiva elevando as ações do MST a termos que remetem a vandalismo, como vemos no enunciado “a **perícia** já esteve no local para averiguar as causas do **incêndio**” (Nº37). O discurso se constitui como elemento preponderante das intencionalidades do enunciador “já que intenções estão envolvidas no discurso, estamos lidando não só com objetos linguísticos como também com os resultados provenientes de algum tipo de ação social” Van Dijk (2002, p. 17).

Na amostra dessas notícias, o G1, leia-se discurso midiático, parece conjugado ao discurso sobre o meio ambiente evidenciando as relações discursivas como estratégia persuasiva a fim de ocasionar adesão do público a sua forma de pensar e/ou representar os objetos de discurso, no caso aqui o MST. Vale reafirmar que a voz do MST não foi contemplada

no conteúdo informacional dessas notícias, fato que mostra uma ruptura (intencional) das regras bases do fazer jornalístico que é justamente a necessidade de se ouvir os lados envolvidos no fato noticiado.

Debruçamo-nos agora a discussão sobre a recorrência das relações interdiscursivas entre o discurso midiático e o discurso militar/policial. Este quando convocado denotou forte inclinação a silenciar o movimento no tocante ao serviço da segurança e cumprimento da lei. Também é curioso notar que a força enunciativa da convocação do discurso militar/policial expressa (reforça) a suposta ilegalidade e transgressão do MST, portanto representando o MST como um grupo ilegal, à margem da lei, logo com características de vandalismo em suas ações.

Vale notar o fato dessas notícias quase sempre se estruturarem com um sujeito sintático que remete a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem o que denota uma das estratégias observadas nesta análise, isto é, os títulos se apresentam implicitamente evocando características negativas, tendo em vista que, via de regra, “os títulos das notícias tendem a enfatizar as características negativas das minorias” (VAN DIJK, 2010, p. 145), como vemos nos títulos abaixo:

Quadro 11 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG

Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciamos com a discussão dessas notícias atentando para a construção sintáticas de alguns delas. Percebemos um sujeito sintático notadamente marcado que denota um efeito se sentido, pois, tais sujeitos nos remete à ordem, ao cumprimento da lei, ao combate ao crime, logo associá-los ao MST direciona uma forma de leitura/interpretação que evoca para aspectos supostamente criminosos do MST, pois “a mídia num sentido também reflete as crenças do senso comum” (VAN DIJK, 2010, p. 145). Observamos essa mesma estratégia persuasiva referenciada ao discurso militar/policial nas notícias (N°28), (N°32) e (N°33). Passamos a análise das notícias que evidenciam a convocação do discurso militar/policial colaborando com

o midiático na construção de uma imagem do MST correlacionado à criminalidade, sufocando (silenciando) as ações em defesa das pautas do movimento.

Para tanto, o G1 se faz de estratégias pré-determinadas em sua prática discursiva a fim de inculcar valores, crenças e ações no processamento discursivo de suas notícias, tendo em vista que “o processamento de discurso, como outros processos complexos de informação, é um processo estratégico no qual a representação mental na memória é construída a partir do discurso, usando informações externas e internas, com o objetivo de interpretar (entender) o discurso” (VAN DIJK, 2002, p. 16). Em uma dessas notícias, logo observamos referência implícita ao discurso policial, inclusive correlacionado ao aspecto legal como justificativa para a reintegração de terras, logo vemos uma convocação do aparato do discurso jurídico no sentido de criminalizar as ações reivindicatórias do MST, observado nos seguintes trechos:

A Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira (12) **uma ordem judicial para reintegração de posse** em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº28).

Segundo a Polícia Militar, **os policiais estão no local dando apoio aos oficiais de justiça que cumprem a determinação**, que até o momento é **pacífica**. Ao todo, **150 militares** e até um **helicóptero dão apoio à operação**, que começou por volta de 6h (Nº28).

Vale dizer sobre a descrição do aparato militar envolvido no processo, uso de **150 policiais e um helicóptero** (Nº28), fato que provoca uma imagem do MST como um grupo perigoso que necessita de um aparato militar considerável a fim de combater a ameaça do movimento. Também vale destacar que a notícia tem o cuidado em sua elaboração no sentido de amenizar a força policial, expressando a pacificidade da operação policial. Tal fato pressupõe a tentativa de inculcar na mente dos indivíduos uma justificativa para as ações de polícias contrárias ao MST a fim de obter adesão as formas de pensar do G1. Desse modo, a notícia se faz em uma elaboração interdiscursiva que denota a dimensão ideológica subjacentes no texto, ou seja, as RS construídas na matéria ganham força significativa e corroboram na construção de identidades.

Em outra notícia, novamente o discurso policial se baseia no cumprimento da lei, também expressando que a polícia apenas cumpriu suas funções legais em nome de suas atribuições funcionais e constitucionais, portanto agindo conforme os protocolos, como observamos “corporação admite uso de bombas, mas diz ter **seguido protocolo**” (Nº31). No conteúdo da notícia, observamos uma elaboração discursiva em prol da defesa da ação policial, tanto pelo considerável espaço dado ao discurso policial quanto pelo diminuto espaço dado ao

MST. Na notícia não foi focado as causas da ocupação, pautas de luta do MST e as consequências dessa reintegração de terras. O que vemos é a estruturação da notícia intencionalmente evidenciando aspectos legais, desobediência da lei por parte do MST e a voz (discurso) policial justificando a ação de reintegração, como observamos nos trechos:

Famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **alegaram violência da Polícia Militar** e deixaram a área que passa por reintegração de posse na área da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio (MG), na noite desta sexta-feira (14), após 50 horas de resistência. Após a saída das famílias, o Governo de MG e **Polícia Militar anunciaram o cumprimento da ordem judicial** (Nº31).

Novamente a notícia evoca o discurso policial/militar igualmente como apoio para a legitimação das ações reintegração de posse com foco na ilegalidade/criminalidade do MST em ocupá-las. Dessa maneira, reforça um modelo mental que potencialmente se reflete na apreensão das informações por parte dos indivíduos, como Van Dijk (2002, p 15) “as pessoas que compreendem acontecimentos reais ou eventos discursivos são capazes de construir uma representação mental, principalmente uma representação mental significativa”, além disso, a notícia se ancora em uma construção que corrobora para o processamento da informação na cognição coletiva, posto que “as informações podem ser processadas em diversas e possíveis ordens” (VAN DIJK, 2002, p. 16).

A assessoria de imprensa do MST informou ao G1 que as famílias se retiraram da área devido **ao modo truculento de agir da Polícia Militar**. Antes da saída dos manifestantes, o Movimento dos Trabalhadores já havia destacado **a ação dos militares, que teriam utilizado bombas** (Nº31).

A assessoria de imprensa do **Batalhão da Polícia Militar de Alfenas afirmou** que quatro manifestantes que estavam no acampamento **foram presos durante a ação** (Nº31).

A narrativa elaborada em defesa da ação policial, conseqüentemente contrária ao MST, continua na sequência da notícia. É incutido no discurso enunciações que expressam a necessidade do uso efetivo da polícia a fim de coibir os atos ilegais do MST. A relação interdiscursiva provoca potencial influência na reprodução de RS sobre o MST como um grupo violento que necessita de combate de ordem policial, conseqüentemente expressam crenças e valores que vão de encontro as ações do MST que primam por atos reivindicatórios de direitos através de suas ações e comprometimento popular de massa. Nesse sentido, o discurso manifestado na notícia evidencia conhecimento que repercutem nas formas de interagir cotidianamente com o movimento, pois “os discursos não só são formas práticas interacionais

ou sociais, mas também expressam e transmitem sentidos, e podem assim influenciar nossas crenças sobre imigrantes ou minorias” (VAN DIJK, 2010, p. 138).

Nota-se implicitamente o argumento de que essa força só agiu em nome da concretização da lei, isto é, a partir dos protocolos oficiais. Além disso, é expresso que essa ação policial foi feita de forma pacífica, portanto sem o abuso dos agentes de segurança pública. A convocação de vozes institucionais provoca insinuações sobre o MST e seus membros caracterizados implicitamente como criminosos. Esse fato nos diz sobre o controle que a elite se esforça em detê-lo já que nos parece notório a influência dos grupos que detêm o poder material e simbólico sobre os indivíduos, pois as elites dado o acesso que possuem dos meios de produção e distribuição de textos (discursos), logo possuem acesso também às mentes dos indivíduos, como diz Van Dijk (2010, p. 148) “as elites, especialmente da Europa, são quase sempre brancas, e elas também controlam os conteúdos, as formas, o estilo e os objetivos das notícias e da produção das notícias”.

A notícia apela para enunciação que detona a intencionalidade de legitimar as ações policiais dentro dos parâmetros da instituição polícia, portanto dentro da normalidade, como vemos nos trechos sequências:

A corporação disse que o planejamento da operação foi elaborado para que sua **execução ocorresse de forma pacífica e sem necessidade do emprego de força, seguindo todos os protocolos de segurança** estipulados para o período da pandemia (Nº31).

Por outro lado, a corporação admitiu ter sido “**necessária a atuação do Batalhão de Choque da PMMG e o emprego da força legal e proporcional**, para que o processo de reintegração fosse finalizado (Nº31).

A partir de Van Dijk (2002, p. 15) compreendemos que os indivíduos, via de regra, possuem de algum modo informações prévias sobre os assuntos noticiados que são ativados cognitivamente conforme a recorrência desses assuntos na cobertura midiática, tendo em vista que os indivíduos “devem saber alguma coisa a respeito de acontecimentos e ações comuns” (VAN DIJK, 2002, p 15). Nesse sentido, ativação de modelos que repercutem negativamente sobre o MST se manifesta de tal forma que sinaliza direcionamentos para uma leitura/compreensão sobre o objeto de discurso MST que além de silenciar o movimento, reproduz valores estigmatizados sobre ele, pois “os usuários da língua constroem uma representação não só do texto, mas também do contexto social e, ambas representações interagem” Van Dijk (2002, p. 17).

Nos trechos a seguir vemos uma elaboração argumentativa que se apoia no discurso jurídico para justificar a ação policial dentro das normas de legalidade e proporcionalidade:

A Polícia Militar disse que “não foram identificados feridos graves e reitera que todas as suas ações foram pautadas dentro dos princípios constitucionais da Proporcionalidade e Legalidade, sempre com foco na minimização de danos, preservação de vidas e na proteção aos direitos humanos, que é a base de atuação da instituição (Nº31).

A PM admitiu ter utilizado bombas com as negativas nas negociações, mas afirmou que o material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial” (Nº31).

Consoante a Van Dijk (2002, p. 17) assumimos que os discursos materializados nos textos “são produzidos e recebidos por falantes e ouvintes em situações específicas, dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo”, portanto o discurso vai muito além de um conceito abstrato, pois ele se manifesta diretamente na construção cognitiva dos indivíduos, colaborando efetivamente para a reprodução de RS que além de silenciar o movimento, estereotipam o MST como um grupo social perigoso, portanto que necessita de ordem policial para ser coibido, como observamos na alusão recorrente ao tópico da “ilegalidade” como atestamos no final da notícia na qual há referência implícita a suposta reação do MST que teria deixado agentes policiais feridos devido a uma ação criminosa (crime ambiental), isso é, sinaliza um suposto ato de vandalismo do MST como reação ao cumprimento da lei:

Em meio às negociações, na tarde de quinta-feira (13), **três policiais** que prestaram apoio na operação **precisaram de atendimento médico após inalarem fumaça de um incêndio** que foi colocado em um pasto (Nº31).

Em outra notícia, publicada inclusive no mesmo dia (14/08/2020) da matéria anterior (Nº31), novamente é noticiado a ação de reintegração de terras em uma usina de Aridnópolis. A recorrência dessa temática relacionado ao MST reduz a história de luta do movimento apenas a noção de acesso à terra. Esse controle informacional se materializa textualmente, refletindo-se na formação de RS sobre o MST, uma vez que “o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais e sociais” (VAN DIJK, 2010, p.18).

Igualmente as notícias anteriores, percebemos o discurso militar/policial mobilizado no sentido de apontar defesa da ação policial a fim de fazer o cumprimento da lei, minimizando qualquer de suas atitudes diante do MST, como vemos no trecho “Corporação afirma ter **seguido protocolo após negativas em negociações** (Nº32).

É nítido a convocação do discurso policial/militar no sentido de repercutir na cognição dos indivíduos, por conseguinte, representar os objetos de discurso noticiados em um nítido controle informacional que se reflete como abuso de poder, pois abusos podem se materializar de outras formas, como nos assevera Van Dijk (2010, p. 88) “o abuso de poder não

apenas envolve o abuso da força”. Nesta perspectiva, assumimos que controlar a mente dos indivíduos através de práticas discursivas manipuladoras se trata também de uma forma abusiva, por isso esse abuso pode se manifestar “também, e de forma crucial, pode afetar as mentes das pessoas” (VAN DIJK, 2010, p. 88): “A corporação **negou ação truculenta**, mas admitiu utilização de bombas e **disse seguir protocolo**” (Nº32). “A **PM refutou ter agido de forma truculenta** e diz que **negociou até o último minuto**, mas **não houve acordo**” (Nº32).

Os trechos acima evidenciam a mobilização discursiva que é elaborado pela notícia em torno da defesa da ação policial sobre o MST, isto é, novamente a estratégia discursiva em conjugar inúmeras esferas da atividade humana é convocada com intuito de obter adesão por parte do público leitor, isto é, compartilhar as formas de pensar do veículo de comunicação, logo reproduzir e disseminar RS sobre os objetos de discurso expostos no noticiário. A interdiscursividade presente no texto propicia que a partir da seleção das relações interdiscursivas o discurso midiático do G1 se constitui como instrumento de direcionamento na formação de opiniões, visando a visão de mundo do veículo de comunicação em questão seja compartilhada pelos indivíduos, influenciando comportamentos e posicionamentos nas práticas sociais sobre o objeto de discurso MST, posto que “o conhecimento que nós temos dos fatos que acontecem além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia” (THOMPSON, 2011, p. 285).

Nos trechos seguintes, vemos o discurso policial notadamente elaborado na tentativa de justificar que a ação (o uso da força) só ocorre devido às negativas no tocante à negociação com o MST, sendo assim a polícia apenas pôs em prática os protocolos de segurança pública com o único propósito de cumprir ordem judicial, fato que também denota, ao menos implicitamente, referência ao discurso jurídico. A ausência da voz do MST evidencia uma prática recorrente das notícias do G1 sobre o movimento no sentido de reduzi-lo à descumprimento de leis, à desordem e à ilegalidade incutindo modelos mentais estereotipados, posto que “essas representações podem ser modelos mentais pessoais *ad hoc* com opiniões pessoais, mas também podem ser estereótipos, preconceitos e ideologias amplamente compartilhados” (VAN DIJK, 2010, p. 147):

De acordo com a polícia, **com as negativas, o protocolo foi iniciado e houve utilização de bombas**. No entanto, a **PM afirmou que o material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial** em que apoia oficiais de justiça para que seja cumprida (Nº32).

A assessoria de imprensa do Batalhão da **Polícia Militar de Alfenas afirma que quatro manifestantes que estavam no acampamento foram presos**, mas, até esta publica não informou a qualificação das prisões (Nº32).

Compreendemos a complexidade da prática discursiva no tocante à potencialidade de ser influente tipo de prática discriminatória em vários níveis, sendo o cognitivo crucial na efetivação de RS deturpadas sobre grupos minoritários, pois “em um modelo cognitivo de compreensão e produção de discurso, as informações provindas desses vários níveis interagem de forma complexa”. (VAN DIJK, 2002, p. 22). Isso significa que os indivíduos operam discursivamente, pois possuem propriedades cognitivas que propiciam tanto a produção quanto a compreensão dos textos pelos quais interagem, fato que repercute em suas práticas sociais, tendo em vista que “essas práticas também possuem uma base mental que consiste em modelos tendenciosos de interações” (VAN DIJK, 2010, p. 134-135).

A partir do conjunto desses trechos, observamos (ratificamos) a constante presença do discurso policial em defesa de suas ações contra o MST. Nota-se, portanto a referência a outros discursos como estratégia intencional no sentido de legitimar os ataques destinados ao MST, fato também constatado na notícia a seguir. A próxima notícia também faz referência ao discurso policial. Nota-se no percurso do texto as mesmas referências das relações discursivas efetivadas na amostra das notícias anteriores, isto é, o G1 ao noticiar sobre o MST se limita apenas a retratá-lo de forma superficial, ou seja, as pautas do movimento, as reivindicações em torno, por exemplo, de uma agroecologia que forneça alimentos saudáveis que não agrida a natureza e que ajude os pequenos produtores não são ao menos referenciadas no noticiário.

Nessa notícia, a redundância em abordar o MST relacionado a atos criminosos reaparece. Novamente a notícia traz um sujeito sintático que nos remete a uma imagem de combate a contraventores, causando um direcionamento à ilegalidade que deve ser combatida, fato constatado em “**A Polícia Militar de Minas Gerais prendeu** quatro pessoas durante a reintegração de posse de parte de uma fazenda ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (Nº33).

Compreendamos que as RS sobre o MST exposto na notícia são elaboradas a tal ponto que as evidenciam como construtos ideológicos e discursivos, pois além de se materializarem nos *lócus* midiático, evidenciam práticas sociais que corroboram para naturalização de RS esterotipadas sobre MST. Nesta perspectiva, ao conjugar os pressupostos da ADC em uma interface com a TRS, especificamente em sua abordagem discursiva (ADRS), percebemos na análise das notícias que elas corroboram para a construção das RS estereotipadas sobre o MST pelo discurso midiático, silenciando as vozes dos indivíduos membros do MST em situação de subalternidade e vulnerabilidade social.

Importante notar que é exposto também uma relação de embate entre as partes envolvidas, no entanto manifesto de forma eufemística a fim de suavizar a ação policial,

perceptível em **“o confronto entre os sem-terra e a Polícia Militar** ocorreu por volta das 14h. **A polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral e a prisão de quatro pessoas.** Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido” (Nº33). No trecho a seguir, apesar da referência a fala do MST, ela aparece muito diminuta em comparação as falas (discurso) em prol das ações policiais. Parece-nos apenas uma tentativa de mascarar a não neutralidade do posicionamento do G1: **“A advogada do MST diz que os ocupantes não concordam com a saída durante a pandemia.** “Nós estamos num momento de pandemia e, ainda assim, o tribunal tem se recusado a avaliar a situação. É essa a situação nesse momento”, diz Letícia Souza” (Nº33).

A partir de Foucault (1979), compreendemos que os discursos são investidos em formas materiais e institucionais o que evidencia ao poder simbólico das instituições como a mídia. Compreendemos que esse poder simbólico age na influência de como um dado discurso deve ser elaborado, isto é, o poder simbólico pode “determinar a agenda da discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação” (VAN DIJK, 2010, p. 45). Nesse modo, afirmamos que a relação interdiscursiva entre o discurso policial/militar e discurso midiático na notícia infere para a construção de modelos mentais que repercutem consideravelmente na produção de RS estereotipadas sobre o MST. No conteúdo da notícia o G1 adota aqui uma postura, a nosso ver, em defesa da isenção de responsabilidade do governo, observados em:

O governo de Minas disse que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social chegou a enviar para a Justiça um manifesto coletivo da OAB e do Conselho Estadual de Direitos Humanos pedindo que a reintegração de posse não fosse feita agora, por causa da pandemia, mas esse pedido foi negado (Nº33).

A notícia chama também a atenção para as supostas tentativas de diálogo como MST, supostamente não possíveis. Desse modo, a polícia, no uso legal de suas atribuições, seguiu os protocolos e usou de força proporcional contra o que a notícia chama de **“resistência desses manifestantes”** (Nº33). Novamente não é aludido efetivamente a voz do MST para se posicionar e dar sua versão do fato, logo se trata, a nosso ver, estratégia frequente com o intuito de controlar o fluxo discursivo. Nesta pesquisa, assumimos a correlação entre discurso e poder, pois como nos afirma Van Dijk (2010, p. 19) “se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados”:

Desde quarta-feira de manhã até hoje, **a Polícia Militar, em nenhum momento, utilizou de força. Houve, infelizmente, a resistência desses manifestantes. Nós usamos da força proporcional e legal para poder conter essa agressão e dispersar essa manifestação que estava acontecendo**”, afirma a capitã Layla Brunnela, chefe da sala de imprensa da PM-MG (Nº33).

Podíamos listar outras notícias que igualmente são estruturadas com diálogo com o discurso policial. No entanto, devido ao recorte, passamos para a análise da última notícia utilizada para a análise da interdiscursividade entre o discurso midiático e o discurso militar/policial. A notícia segue a mesma estratégia recorrente nas anteriores. O discurso do G1 se conjuga ao discurso policial, evidenciando mesmo que implicitamente uma defesa às ações policiais em detrimento do MST. Logo no subtítulo, vemos uma enunciação que emite não credibilidade à fala do movimento, como vemos “pessoas decidiram deixar área de reintegração de posse após **"ação truculenta da PM"** em Campo do Meio, informou o MST” (Nº35). Na notícia, vemos novamente uma pequena alusão à fala do MST, o que nos parece apenas uma estratégia de expressar uma pseudo imparcialidade:

Segundo a assessoria de comunicação do MST, as famílias se retiraram da área devido ao modo **"truculento de agir da Polícia Militar"**. **A polícia confirmou o uso de bombas de feito moral e a prisão de quatro pessoas. Segundo o MST**, um trabalhador ficou ferido (Nº35).

Nos trechos a seguir, observamos a corriqueira tentativa de aludir pacificidade da ação policial e seu já recorrente discurso em prol da legalidade de sua ação. A ADRS, circunscrito aos pressupostos epistemológicos da Linguística Aplicada, objetiva a investigação das RS no tocante às relações entre ideologia, cognição e estruturas linguísticas na construção das RS nas práticas discursivas e sociais. Nesse sentido, a análise da notícia reporta-nos para a produção de “verdades” sobre o MST a partir de relações entre o discurso midiático com o jurídico estrategicamente pensadas a fim de deslegitimar as pautas de luta do movimento social, inculcado na memória coletiva determinadas RS de expurgo ao MST através do discurso produzido textualmente nas matérias do G, observado nos trechos a seguir:

A corporação disse que o **planejamento da operação foi elaborado para que sua execução ocorresse de forma pacífica e sem necessidade do emprego de força, seguindo todos os protocolos de segurança** estipulados para o período da pandemia (Nº35).

Por outro lado, a corporação admitiu ter sido **“necessária a atuação do Batalhão de Choque da PMMG e o emprego da força legal e proporcional**, para que o processo de reintegração fosse finalizado (Nº35).

A Polícia Militar disse que **“não foram identificados feridos graves e reitera que todas as suas ações foram pautadas dentro dos princípios constitucionais da Proporcionalidade e Legalidade**, sempre com foco na minimização de danos, preservação de vidas e na proteção aos direitos humanos, que é a base de atuação da instituição (Nº35).

A PM admitiu ter utilizado bombas com as negativas nas negociações, mas afirmou que o **material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial** (Nº35).

Em meio às negociações, na tarde de quinta-feira (13), **três policiais** que prestam apoio na operação **precisaram de atendimento médico** após **inalarem fumaça de um incêndio** que foi colocado em um pasto (Nº35).

Novamente a veiculação do MST à ilegalidade e a atos de vandalismo, leia-se criminosos, aparece, fato que trouxe consequências físicas aos profissionais de segurança pública. A notícia direciona a compreensão (novamente implicitamente) pela qual compreende o MST como o causador dos ferimentos aos policiais. O controle do discurso se faz como estratégia midiática recorrente nas notícias. Esse controle efetiva o poder social, como nos atesta Van Dijk (2010, p. 17) “defino essencialmente poder social em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (VAN DIJK, 2010, p. 17). Desse modo, assumimos que esse controle está a serviço dos interesses de grupos específicos em detrimento de outros grupos, trata-se de abuso de poder, pois “se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. (VAN DIJK, 2010, p. 17).

Como vimos na amostra acima, parece-nos evidente no noticiado sobre o MST alusão recorrente à ilegalidade do movimento, representando o MST implicitamente como criminosos ou, ao menos como infratores da lei, por isso se faz justificada a ação policial que apenas cumpre seu papel social, isto é, proteger os indivíduos, assegurando-lhes sua segurança física, moral, patrimonial, entre outros. Passamos agora para a análise da ocorrência de outra relação discursiva mobilizada pelo G1 em seu noticiário sobre o MST.

Entre os discursos convocados pelo G1 em seu noticiário sobre o MST nenhum teve tanta frequência quanto o discurso jurídico. Parece-nos nítido a insistência da conjugação proposital das relações interdiscursivas entre o midiático e o jurídico, pois, o discurso midiático aqui reproduz o pensamento em defesa do *status quo* no tocante ao estabelecimento de limites para a participação popular, isto é, dentro das fronteiras institucionais. Esse discurso encontra respaldo em um dos aparatos legais do Estado, isto é, as leis, portanto há uma conjugação intencional com o discurso jurídico. Iniciamos com uma breve apreensão dos títulos das notícias:

Quadro 12 - Notícias do G1

N	Data	Títulos
04	22/02/2019	Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’
06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com um mínimo de atenção logo percebemos que, ao se referir as ações do MST, alguns dos títulos já recorrem a referência a dispositivos legais. Nota-se que a elaboração dos títulos de uma determinada notícia denota que elas, via de regra, desempenham a função tanto de evidenciar o tópico principal quanto de reproduzir preconceitos, pois conforme Van Dijk (2010, p.13) “notícias na imprensa sempre têm manchetes desempenhando ou não um papel na reprodução de preconceitos étnicos”, por extensão às minorias como o caso do MST. Por isso se faz relevante a observação da estrutura das notícias, tendo em vista que “os títulos sumarizam as informações mais importantes de uma notícia e, portanto, também expressam o tópico principal” (VAN DIJK, 2010, p. 145).

De uma forma geral, os títulos são de extrema relevância no direcionamento informacional, como nos atesta Van Dijk (2010, p. 252) “as manchetes são tipicamente usadas para expressar tópicos e para indicar as informações mais importantes de um texto”. Dessa forma, é importante notar que a utilização desta estratégia nos permite inferir um posicionamento contrário ao MST, intencionalmente marcada a fim de desqualificar o movimento e direcionar a uma compreensão do MST ligados a atos contraventores. Dito isto, partimos para a discussão sobre as notícias que correlacionaram o discurso jurídico ao midiático. Em um dessas logo no subtítulo percebemos referência a itens lexicais que remetem à esfera do judiciário, como vemos no trecho: “em outro **memorando**, coronel que comanda o órgão informou que pretende **regulamentar audiência** com agentes públicos” (N°04).

Na sequência há uma espécie de fac-símile do memorando enviado, fato que evidencia para a relação discursiva entre o discurso midiático e o jurídico por captação, isto é, o G1 se apropria de uma característica específica de um outro discurso, no caso o jurídico tanto por fazer referência a um gênero discursivo mais efetivado na esfera jurídica quanto por reproduzi-lo na sua matéria. A seguir ilustramos o fac-símile:

Figura 2 - Fac-símile de memorando

Assunto: **Recomendação aos Superintendentes Regionais do INCRA.**

Senhor Superintendente,

1. Em consonância com as diretrizes emanadas pela Presidência do INCRA, esta Ouvidoria Agrária Nacional recomenda informar a seus Chefes de Divisão e Executores de Unidades Avançadas a não atenderem entidades que não possuam personalidade jurídica, bem como seus representantes.
2. Da mesma forma, não deverão ser atendidos invasores de terras (estes devem ser notificados conforme a lei).

Atenciosamente,

JOÃO MIGUEL SOUZA AGUIAR MAIA DE SOUSA
Ouvidor Agrário Nacional

Recomendação enviada pela Ouvidoria Agrária Nacional a superintendências do Incra — Foto: Reprodução
Fonte: G1. Disponível em: www.g1.com.br. Acesso em: 20 jul. 2020.

Em seguida trata de qualificar o MST como um grupo sem representatividade política, portanto sem prerrogativas legais, caracterizando-os como “invasores”, como vemos no trecho **recomenda que os órgãos não recebam “entidades que possuem personalidade jurídica”, além de “invasores de terras”** (Nº04). Tal atribuição nos remete a nítida posição de expurgo ao movimento, expressando formas simbólicas de dominação por intermédio da prática discursiva midiática em questão.

A atribuição de uma autoridade evoca modelos mentais que repercutem na representação da legitimidade de ações contrárias ao MST, pois os discursos expressam e manejam nossas mentes” (VAN DIJK, 2010, p. 138), como vemos no trecho “em memorando enviado a superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), **o ouvidor agrário nacional, coronel do Exército João Miguel de Souza Aguiar Maia de Sousa** “recomenda que os órgãos não recebam “entidades que possuem personalidade jurídica”, além de “invasores de terras” (Nº04).

De acordo com Van Dijk (2010) o discurso é compreendido no sentido de “significar somente um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular” (VAN DIJK, 2010, p. 134). Dessa maneira, assumimos que a triangulação entre o discurso, a cognição e a sociedade se conjugam na reprodução de RS a partir de propósitos de grupos particulares em um jogo manipulativo como nos diz Van Dijk (2010, p. 234) “opero com as formas comunicativas ou simbólicas de manipulação como forma de interação, tal como os políticos e a mídia manipulam seus eleitores e leitores, ou seja, através de algum tipo de influência discursiva”. Portanto é “interface

discurso-cognição que explica como as ideologias e os preconceitos étnicos são expressos, transmitidos, compartilhados e reproduzidos na sociedade” (VAN DIJK, 2010, p. 138).

Na sequência da notícia vários trechos se conjugam em uma atmosfera que se remete à legalidade das prerrogativas jurídicas, fato que evidencia as interações discursivas entre o discurso midiático e o jurídico a favor de uma argumentação de desprestígio, ausência de personalidade, rotulando o MST como um grupo terrorista, conseqüentemente em favor de posições consonantes à elite. Consonante a Van Dijk (2010, p. 39) compreendemos que as elites vão muito além de suas posições socioeconômicas, pois essas “elites não se dá, portanto, em termos de suas posições sociais de liderança, mas sim em termos de recursos simbólicos que definem o “capital” simbólico e, em particular, seu acesso preferencial ao discurso público” (VAN DIJK, 2010, p. 138).

Desse modo, parece-nos que a conjugação midiático-jurídico se faz no sentido de dar credibilidade às formas hegemônicas da elite, sobretudo as que se somam ao veículo midiático nos mesmos propósitos ideológicos, pois, “as elites simbólicas, isto é, aquelas elites que literalmente têm tudo a “dizer” na sociedade, assim como suas instituições e organizações, é um exemplo de grupos envolvidos com o abuso de poder e a dominação”, daí certas classificações de expurgo do Outro (no caso o MST) como “terrorista” ou “invasores”, como vemos nos trechos a seguir:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **não tem personalidade jurídica**. Durante a campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro defendeu que ações do MST fossem **classificadas com “terrorismo** (Nº04).

Em consonância com as diretrizes emanadas pela presidência do Incra, esta Ouvidoria Agrária Nacional recomenda informar a seus chefes de divisão e Executores de unidades avançadas **a não atenderem entidades que não possuam personalidade jurídica**, bem como seus representantes. Da mesma forma, não deverão ser atendidos **invasores de terras** (estes devem ser notificados conforme a lei)", diz o memorando enviado por Maia de Sousa (Nº04).

No restante da notícia, nitidamente averiguamos a atmosfera do discurso jurídico em consonância com o discurso midiático, incutindo inferências no sentido de produzir uma ideia no imaginário coletivo das supostas irregularidades jurídicas nas práticas do MST, isto é, incute ideologias compartilhadas posto que “no nível cognitivo, encontramos atitudes e ideologias socialmente partilhadas e elas são relacionadas a opiniões específicas de um ator social nos seus modelos de situação e de eventos correntes” (VAN DIJK, 2010, p. 208), como lemos nos seguintes trechos:

Após a divulgação do conteúdo do texto, o ouvidor enviou um segundo **memorando** às **superintendências** no qual afirma que o Incra pretende **regulamentar os procedimentos de audiência entre particulares e funcionários da autarquia** “no mais curto prazo”. Ele diz que o documento se refere ao primeiro comunicado e esclarece que os interessados em **audiências** no Incra que procurarem o órgão “poderão ser recebidos e ouvidos, confirma previsão contínua na **legislação** (N°04)

Segundo ele, porém, o indivíduo que solicitar **audiências** “só representa a si mesmo, desde que devidamente identificado, na defesa de seus interesses, a não ser que possua **procuração** para fazê-lo em nome de outrem”. “O Incra pretende **regulamentar**, no mais curto prazo, os **procedimentos de audiência** concedidas a particulares por agentes públicos em exercício nesta **autarquia** (N°04).

Após as informações do **memorando** serem divulgadas pela, o ouvidor enviou o novo documento em que afirma que o Incra só pode responder por outras pessoas, como um grupo e trabalhadores, caso “**possua procuração** para fazê-lo em nome de outrem (N°04).

Nota-se que essa retomada pontual do discurso jurídico evidencia para um processo estratégico que se opera na organização de toda a notícia, fato que nos orienta para a intencionalidade do G1 na ativação de modelos representacionais que traz à memória alusão à ilegalidade. Essa ativação é ancorada pelo compartilhamento de informações prévias que os indivíduos possuem acerca de um dado objeto, pois os indivíduos “podem ter outras informações cognitivas, tais como crenças, opiniões ou atitudes em relação a tais acontecimentos em geral ou, ainda motivações, objetivos ou tarefas específicas no processamento de tais acontecimentos” (VAN DIJK, 2002, p 15).

Essas relações interdiscursivas se conjugam na colaboração formativa dos indivíduos mesmo que implicitamente, pois ao se referenciar a atividade jurídica o G1 ativa na cognição dos (as) leitores (as), tendo em vista que o campo jurídico traz na memória coletiva uma imagem de cumprimento da lei, justiça e combate à ilegalidade, dessa maneira, incutindo RS de acordo com os propósitos do enunciador, pois “os usuários da língua constroem uma representação não só do texto, mas também do contexto social e, ambas representações interagem” Van Dijk (2002, p. 17).

Em outra notícia é abordado uma ocupação do MST em fazenda de *médium* João de Deus, acusado de práticas abusivas, assédios e estupro. A notícia faz referência a um ato do MST em memória das vítimas do médium, além da memória da vereadora Marielle Franco, assassinada brutalmente, como lemos em:

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que ocupam uma das fazendas de João de Deus, em Anápolis, a 55km de Goiânia, **fizeram um ato nesta quinta-feira (14) em memória de mulheres que foram vítimas de violência**. Entre as que forma lembradas, **estão aquelas que teriam sido abusadas pelo médium e a vereadora carioca Marielle Franco**, cuja assassinato completa um ano (N°6).

Embora a notícia aparentemente apenas exponha o fato da ocupação e ato em memória às mulheres vítimas de violência, ainda percebemos uma certa inclinação argumentativa contrária ao MST, evidenciado pelo discurso jurídico implícito, além de explicitamente evoca classificação do MST como “invasores”, observados no trecho “ao G1, um dos **advogados** do médium, Ronivan Peixoto disse estar estudando as **medidas que serão adotadas em relação à invasão**. Ele afirmou não ter como dar detalhes sobre o tamanho da propriedade e o que é cultivado no local” (N°6).

Outra notícia analisada nesta pesquisa igualmente evidenciou a convocação do discurso jurídico no corpo texto. Nesta destacamos logo no título à menção ao universo jurídico a partir do sintagma nominal “ordem judicial”, ratificado no subtítulo. Abaixo seguem os trechos respectivamente: “Polícia Militar cumpre **ordem judicial** para reintegração de posse de área de usina em MG” (N°28). “**Determinação judicial da Vara Agrária** é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST” (N°28).

Logo a seguir, vemos o discurso jurídico novamente sendo ancorado ao midiático ao expressar que a ação de reintegração de terras (ver/abordado na análise sobre os tópicos discursivos) cumpre apenas um dispositivo legal. Logo a polícia e os oficiais de justiça estão a serviço do cumprimento das leis. Observamos isso nos trechos:

A Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira (12) uma **ordem judicial** para reintegração de posse em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (N°28).

A determinação judicial da Vara Agrária é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST (N°28).

Observamos que a voz mais efetivada é a dos órgãos institucionais, fato que nos mostra que “quanto à maior parte dos tipos de discurso formais, públicos ou impressos (entre os quais, os da grande mídia), os menos poderosos figuram apenas como receptores” (VAN DIJK, 2010, p. 44). Obviamente os grupos midiáticos elegem as vozes que têm algo a dizer na visão do veículo de comunicação decidindo “especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma” (VAN DIJK, 2010, p. 45).

Além disso, há uma argumentação em torno da defesa da ação de reintegração de terras no sentido de ratificar que os órgãos apenas fizeram cumprir a lei, portanto, sem despejo das famílias camponesas, como vemos em “**Segundo a Polícia Militar**, os policiais estão no local dando apoio aos **oficiais de justiça** que **cumprem a determinação**, que até o momento é

pacífica. Ao todo, 150 militares e até um helicóptero dão apoio à operação, que começou por volta de 6h”. (Nº28). Percebemos que as notícias que efetivam a diálogo entre o midiático e o jurídico “também controlam parcialmente os mecanismos para exercer influência sobre a escrita e fala públicas” (VAN DIJK, 2010, p. 45) já que é nítido a influência do “conhecimento” divulgado sobre as opiniões dos indivíduos acerca os objetos de discurso abordados.

A seleção de quem fala ou não nas notícias atende a perspectiva de manipular o que pode ou não ser dito, por isso a prática discursiva midiática analisada nesta pesquisa evidencia as escolhas de propagação de certos modelos mentais, silenciando propositalmente informações, pois “os falantes normalmente expressam apenas uma pequena parte de seus modelos, a saber, apenas a informação mais relevante no contexto corrente” (VAN DIJK, 2010, p. 207):

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não houve ordem de despejo do tribunal durante a pandemia. Esta ordem foi expedida há um ano, em 2019. Contudo, por conta de liminares, houve uma suspensão da ordem pelo desembargador Alberto Diniz (Nº28).

Posteriormente, com mais informações, as partes chegaram a uma conciliação para a desocupação, que teria que acontecer neste ano. Assim, **houve o pedido de prorrogação de prazo**, de mais um mês, para esta desocupação. Prazo que, **conforme o tribunal**, foi concedido devido à pandemia. Com o vencimento deste prazo, a desocupação está sendo feita e **os militares atuam na segurança do despejo** (Nº28).

Nota-se também uma argumentação em torno da defesa de isenção de culpa por parte do Estado, como vemos em o “**Estado tentou suspender ordem judicial**” (Nº28). Nesse sentido, a notícia expressa dúvida quanto às reivindicações do MST, expressando formas de amenização do ocorrido contra o movimento, fato que pode ocasionar pensamentos contrários ao MST, colocando-os em estado de descrédito diante da opinião pública, pois “as negações podem ser sutilmente manifestas expressando-se dúvida ou distanciamento” (VAN DIJK, 2010, p. 182):

Em nota enviada ao G1, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) informou que **solicitou a suspensão do cumprimento da ordem judicial** para reintegração de posse da área, durante a pandemia da Covid-19” (Nº28).

De acordo com a Sedese, **o pedido não foi acatado pelo TJMG**. Com isso, a Sedese informou que **presta apoio técnico aos gestores da assistência social do município de Campo do Meio para atendimento às famílias do acampamento** (Nº28).

A narrativa de cumprimento da lei continua na sequência da notícia. A junção entre o discurso midiático e o jurídico expressa nitidamente uma tentativa de desprestigiar o MST, novamente caracterizando-o como um movimento agressivo, avesso ao diálogo, efetivando um discurso em prol da ilegalidade do movimento efetivado por seu silenciamento através do poder

simbólico que emana da mídia tendo em vista que “muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidos como poder simbólico, isto é, em termos de acesso preferencial” (VAN DIJK, 2010, p. 23):

A novela da reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis se arrasta há mais de 20 anos. Durante esse período, **várias decisões judiciais foram expedidas** na tentativa de se ocupar a área da antiga usina (Nº28).

Em um dos episódios mais recentes, em julho do ano passado, a **Justiça negou a reintegração de posse da área da usina**. Na ocasião, o relator, **desembargador Luciano Pinto**, entendeu que o pedido não atendeu a requisitos básicos (Nº28).

Em novembro de 2018, a **Justiça, pelo juiz Walter Zwicker Júnior, da Vara Agrária de Minas Gerais, havia determinado a reintegração de posse do local**. No dia 30 do mesmo mês, o **desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant suspendeu a decisão**, alegando a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o caso (Nº28).

Por fim, passamos para as últimas notícias selecionadas para análise das relações discursivas como estratégia de persuasiva intencionalmente marcada com fins discursivos e ideológicos. Assim, ao observar o título da notícia a seguir já observamos um sujeito sintático que nos remete às leis, a cumprimento dos protocolos jurídicos como vemos em “**oficiais de justiça** ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG” (Nº 29). No decorrer da notícia é ratificado que se trata de cumprimento legal, logo o MST é o elemento que inflige a lei, por isso passível de sanções previstas em lei, como o caso da reintegração de terras, fato observado nos trechos a seguir:

Oficiais de justiça, com apoio da Polícia Militar, seguem com negociações para as famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixarem a área da Usina Ariadnópolis, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº 29).

O cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse teve início na manhã desta quarta-feira (12) e, até esta publicação, as tratativas continuavam de maneira pacífica. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST (Nº 29).

A notícia se elabora em uma perspectiva manipuladora no tocante ao controle das mentes dos indivíduos e, por consequente, de suas ações diante dos fatos representados, pois “a manipulação é uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas” (VAN DIJK, 2010, p. 234). A elaboração da organização do texto se centra no campo semântico jurídico, expressando a legalidade da ação de reintegração como vemos em “cumprimento de **ordem judicial**” (Nº 29). De fato, a mídia se esforça no engajamento de suas práticas discursivas em prol de seus objetivos específicos tanto que “grupos da elite e as organizações sabem perfeitamente que efeitos sua informação, sua

propaganda e sua publicidade têm sobre o público – caso contrário não se engajariam na comunicação pública” (VAN DIJK, 2010, p. 33).

A notícia recorre novamente ao apoio jurídico como percebemos no trecho “**a determinação judicial da Vara Agrária** é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST” (Nº 29). O discurso em torno do cumprimento da lei é reforçado no decorrer da notícia, por isso a ação policial é legitimada. Desse modo, observamos que essa alusão interdiscursiva se trata de uma estratégia argumentativa relevante na composição das notícias do G1 sobre o MST, pois ela pressupõe um efeito colaborativo no sentido de reforçar a persuasão em prol das formas de pensar sobre os objetos de discursos noticiados pelo referido veículo de comunicação, pois é notório o efeito sociocognitivo nas reprodução de pressuposições sobre MST a partir da elaboração discursiva dos textos, efetivando na memória coletiva significados como nos afirma Van Dijk (2008, p. 240) “as pressuposições podem ter funções ideológicas relevantes no discurso”.

Portanto as pressuposições são potenciais estruturas que contêm argumentos ideológicos, desse modo assumimos a noção que as pressuposições são potenciais transmissores de conhecimento e/ou crenças que são, via de regra, afirmadas como verdades, sobretudo pelos veículos de comunicação que através de suas práticas discursivas põem os fatos noticiados como verdade que não se põe em questionamento.

É notório que para se obter o controle das formas de pensar e agir dos indivíduos é necessário por parte da mídia um esforço considerável de controlar o discurso, como nos afirma Van Dijk (2010, p. 18) “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”. Igualmente é preciso assegurar o controle de produção e distribuição das notícias, pois “uma condição importante para o exercício do controle social por meio do discurso é o controle do discurso e a sua própria produção” (VAN DIJK, 2010, p. 43).

Os trechos a seguir ratificam que o G1 em sua prática discursiva dentro do recorte da amostra analisada se esforça no sentido de controlar o pensamento sobre o MST, classificando implicitamente como criminosos:

A Polícia Militar iniciou na manhã desta quarta-feira a ação para **cumprir a ordem judicial para reintegração de posse** em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº 29).

Segundo a Polícia Militar, **os policiais estão no local dando apoio aos oficiais de justiça que cumprem a determinação**, que até o momento é pacífica. Ao todo, 150 militares e até um helicóptero dão apoio à operação, que começou por volta de 6h (Nº 29).

Para finalizarmos a presente discussão sobre como se dá as relações discursivas mobilizadas pelas notícias do G1 aqui analisadas, selecionamos uma que trata de um protesto do MST em Governador Valadares, Minas Gerais. Vale dizer que esta notícia em muito repete informações de notícias anteriores (Nº 28, por exemplo) o que nos diz sobre a frequência da consonância entre os discursos midiático e jurídico. Desse modo, dado à redundância informacional não nos detemos em uma discussão mais extensa dessa notícia, no entanto pensamos ser válido ao registro dela justamente por expressar essa redundância tanto informacional quanto da conjugação com o discurso da esfera jurídica.

Nessa notícia, observamos igualmente a insistência da convocação do discurso jurídico silenciando a voz do MST, não lhe dando oportunidade de se colocar diante do noticiado. O discurso jurídico é convocado como suporte para a representação da ilegalidade do MST, posto que é de conhecimento do público geral que é do judiciário que evoca a representação do cumprimento da lei e fiscalização delas em defesa dos direitos dos indivíduos, como vemos:

Manifestantes prestaram solidariedade ao **cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, no Sul de Minas Gerais (Nº 34).

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizaram, na manhã desta sexta (14), na BR-116, na saída de Governador Valadares (MG), um protesto em solidariedade ao **cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada por famílias do MST**, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG), Sul de Minas (Nº 34).

Na sequência da notícia, a natureza da esfera jurídica é notadamente marcada, inclusive com termos próprias dessa área da atividade humana. Como já dissemos, não nos detemos em realizar uma explanação extensa dessa notícia específica justamente por ela ser redundante em seu conteúdo informacional, inclusive com o mesmo texto em algumas partes. A título de apreensão transcrevemos alguns trechos que sinalizam para a colaboração do discurso jurídico na deslegitimação das ações sobre MST:

A Polícia Militar iniciou na manhã desta quarta-feira (12) **a ação para cumprir a ordem judicial para reintegração de posse** em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº 34).

A determinação judicial da Vara Agrária é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis. A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST (Nº 34).

De acordo com a assessoria do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**, não houve ordem de despejo do tribunal durante a pandemia. Esta ordem foi expedida há um ano, em 2019. Contudo, por **conta de liminares**, houve uma suspensão da **ordem pelo desembargador Alberto Diniz** (Nº 34).

Compreendemos que a língua está diretamente atrelada com a sociedade e com a cognição tendo no discurso a possibilidade de realização. Nesse sentido, “o processo discursivo traz à lume a heterogeneidade dos textos” (MAGALHÃES, 2017, p. 41). Desse modo, percebemos que os diferentes discursos convocados nas notícias evidenciam a potencialidade de práticas sociais comungadas com a forma de pensar do locus pela qual os textos emergem, corroborando para a construção das ordens do discurso. Assim, “O discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social” (VAN DIJK, 2010, p. 12):

A relação interdiscursiva entre o discurso jurídico e o midiático é recorrente nas notícias sobre o MST. De forma geral, parece-nos nítido que essa relação é estrategicamente pensada no processo de elaboração discursiva dos textos publicados pelo G1, posto que os efeitos ideológicos implicados nos textos proporcionam aos indivíduos modos de pensar/agir consonantes ao veículo midiático em questão. Dessa maneira, a conjugação entre os discursos supras atendem a propósitos específicos, sobretudo os de financiamento econômico, pois as ideologias manifestadas nos textos se projetam em direção a interesses particulares de grupos que geralmente detêm a hegemonia das práticas discursivas e sociais com intuito de defesa do *status quo*.

Para tanto, a mídia se caracteriza como uma instituição que se esforça em obter o controle do discurso “oficial”, isto é, um discurso que traz a “verdade” sobre as coisas que notícia. É fato que o “controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que é o público quer e faz” (VAN DIJK, 2010, p. 23), por isso “os grupos mais poderosos e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso” (VAN DIJK, 2010, p. 44). Esta forma de agir faz parte do jogo de manipulação midiático a fim de controlar os indivíduos, pois “a manipulação é uma prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas” (VAN DIJK, 2010, p. 234).

Daí a importância de uma observação mais atenta dos discursos convocados pela mídia a fim de mobilizar adesão às formas de pensar do veículo de comunicação, pois “a interdiscursividade refere-se ao âmbito das ordens do discurso, ou seja, como o conjunto das práticas discursivas de uma instituição ou sociedade possibilita uma multiplicidade de textos e como estes se relacionam entre si” (MAGALHÃES, 2017, p. 42). Desse modo, os textos “são constituídos em uma continuidade discursiva, de sorte que vão se sucedendo, uns fazendo referência a outros, incorporando sentidos, projetando outros para novos textos que sucederão, articulando silêncios e interditos” (MAGALHÃES, 2017, p. 41).

Como dito, é recorrente alusão ao diálogo entre o discurso midiático e o jurídico nas notícias do G1, fato evidenciado por itens lexicais que remetem ao campo jurídico, por exemplo, “tribunal” e “ordem judicial”. Assim, o texto remete a crenças construídas socialmente com grande colaboração dessas relações interdiscursivas, pois “se focarmos mais especificamente no gênero da mídia que está na base de muitas crenças sobre as minorias” (VAN DIJK, 2010, p. 145). As notícias do G1 aqui analisada utilização o interdiscurso como apoio e legitimação das formas de pensar e representar o MST nos textos. Portanto, “compreender a heterogeneidade dos textos é fundamental para que se possa examinar a fundo o processo discursivo, identificar os níveis de correspondência entre os textos, o dialogismo que se estabelece entre eles” (MAGALHÃES, 2017, p. 42).

No decorrer da notícia, há a recorrente estratégia de legitimar as ações contra o MST a partir de dispositivos legais, logo a elaboração global do texto evoca para a convocação colaborativa do discurso jurídico como instituição que goza de prestígios no tocante ao cumprimento das leis e combate a injustiças. Nota-se alusão direta a termos que remetem ao campo jurídico, fato que potencialmente reflete no processamento cognitivo da informação no sentido de elaborar modelos mentais que evocam para a ilegalidade das ocupações do MST, como vemos nos trechos:

Posteriormente, com mais informações, as partes chegaram a uma conciliação para a desocupação, que teria que acontecer neste ano. Assim, houve o pedido de prorrogação de prazo, de mais um mês, para esta desocupação. Prazo que, **conforme o tribunal**, foi concedido devido à pandemia. Com o vencimento deste prazo, a desocupação está sendo feita e **os militares atuam na segurança do despejo** (Nº 34).

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) informou ao G1 que solicitou **a suspensão do cumprimento da ordem judicial** para reintegração de posse da área, durante a pandemia da Covid-19, mas o pedido não foi acatado pelo **TJMG** (Nº 34).

Em nota enviada ao G1, o Governo de MG informou que não tem competência para **suspender a ordem judicial da reintegração de posse na área da usina** (Nº 34).

A partir da análise da interdiscursividade na amostra dessas notícias, o G1 parece-nos fazer deste processo uma estratégia recorrente que visa direcionar e formar a opinião dos indivíduos. Uma das regras bases do fazer jornalístico é justamente a necessidade de se ouvir os lados envolvidos no fato noticiado, dessa forma dando possibilidade de uma discussão mais ampla e democrática. No entanto, em nossa análise constatamos que além de quase não aparecer espaço para a voz (posicionamento) do MST, esta quando ocorreu foi de uma forma menos efetiva quando comparamos com as outras vozes (discursos) presentes e recorrentes nas notícias analisadas, fato que nos diz sobre o posicionamento do portal de notícias G1 para com o MST.

As pautas de luta do MST foram ignoradas, pois em geral vão de encontro às ideias de mundo dos veículos midiáticos, no caso desta pesquisa o G1. Além disso, de forma geral, os assuntos, leia-se as pautas do MST não têm importância, via de regra, dentro da ótica midiática.

As análises das relações interdiscursivas nas notícias do G1 evidenciaram alusão frequente aos discursos militar/policial, sobre o meio ambiente e, sobretudo ao jurídico, correlacionados ao midiático. Essas relações discursivas mostraram forte inclinação contrária ao MST com intuito de desprestigiar o MST legalmente. Para tanto, os textos das notícias apresentaram forte apelo dramático, evidenciando juízos de valor que colaboram na reprodução do discurso das classes hegemônicas, sobretudo as ligadas ao agronegócio brasileiro. Nota-se quase sempre generalização em torno do MST como um grupo social que tem as ocupações (vistas como ilegais) como única forma de luta, fato que é constante na imprensa brasileira e o G1 a partir da análise das notícias supras, enquadra-se neste aspecto.

O jogo midiático exerce intensa influência na composição dos focos discursivos de sua prática decidindo quem é autorizado a dizer sobre os assuntos noticiados, como nos diz Van Dijk (2010, p. 89) “o acesso pode ser analisado em termos de tópicos ou referentes do discurso, ou seja, sobre quem se escreve e/ou fala”. Além disso, “esses mesmos grupos de poder também controlam os vários modos de distribuição, especialmente os discursos dos meios de comunicação em massa” (VAN DIJK, 2010, p. 45), daí a recorrente estratégia midiática de silenciar o MST com o apoio da convocação de outros discursos.

Nota-se também a repetição de discursos materializados nos textos com repetição de palavras e expressões, por exemplo, que colaboram na elaboração do discurso com intuito de fixá-lo mais efetivamente na cognição dos indivíduos. Por fim, constatamos a não neutralidade jornalística nas notícias do G1, evidenciando que o tratamento dos assuntos relacionados com o MST é ideologizado conforme propósitos particulares do G1, por isso é necessário por parte dos veículos de comunicação uma elaboração de suas práticas discursivas que através da linguagem (discurso) reproduzem e disseminam RS estigmatizadas dos grupos sociais marginalizados como o MST.

A seguir passamos para análise das estratégias linguístico-discursivas que corroboram para a reprodução de estereotipais sobre o MST a fim de atender ao último objetivo desta pesquisa.

4.3 Análise das estratégias linguístico-discursivas mobilizadas na reprodução de estereotipais sobre o MST

Nesta subseção procedemos à análise das notícias do G1 que evidenciaram a (re) produção e conseqüentemente a disseminação de determinados estereótipos sobre o MST. Compreendemos estereótipos como um objeto padronizado que se dinamizam no domínio cultural. Ressaltamos que o foco recai na análise das estratégias linguístico-discursivas mobilizadas nas notícias que corroboram para o processo de construção de estereotipias sobre o MST, incutindo modelos mentais sobre o movimento através das práticas discursivas midiáticas, limitando-o as determinadas representações sociais (RS) que influem na formação de opiniões, de conceitos, de valores e de ideologias sobre o MST.

Desse modo, investigamos as estereotipais mais recorrentes no *corpus* analisado, tomando como base o léxico convocado nos textos. A leitura e a interpretação dos dados apontaram para recorrência dos seguintes estereótipos: protestantes/manifestantes, invasores, bloqueadores (de vias públicas) e ocupantes. Desse modo, dado a frequência das estereotipias supra, estas foram selecionados para o processo de interpretação e análise desta pesquisa no tocante às estratégias linguístico-discursivas que corroboram para estereotipia do movimento social foco dessa pesquisa. Elas constroem uma imagem conceitual sobre o MST que evidencia uma prática discursiva oriunda da mídia com o intuito de deslegitimar as bandeiras de luta do movimento, repercutindo a atribuição de determinados rótulos e classificações ao MST. Também ratificamos que a categoria analítica evocada foi o léxico. Tal escolha se justifica, pois pensamos que as escolhas lexicais na estruturação de um texto cumprem a função de sinalizar o posicionamento de um enunciador, no caso da presente pesquisa, o portal de notícias G1.

O léxico possui função preponderante para a construção dos significados dos textos de acordo com a construção discursiva objetivada pelo enunciador, posto que a utilização dos itens lexicais cumpre função específica relacionado aos processos de referenciação (nominalizações) dos objetos de discurso, logo os elementos lexicais convocados em determinado texto não são acidentais, pois a partir dessas escolhas se projeta os propósitos ideológico do enunciador conforme as palavras são utilizadas, pois “o léxico configura-se como um dos elementos essenciais para que se possa ler fatos de história e cultura, identidades e visões de mundo” (BIDERMAN, 2001, p. 198 apud SANTOS *et al.*, 2014, p. 112).

Desse modo, tomamos o léxico em sua função sintático-semântica, pois compreendemos ser justamente pelos elementos lexicais uma das formas mais preponderantes para a configuração e desenvolvimento sociocultural de uma sociedade de tal modo que os

produtores de textos possuem a possibilidade de alterar o significado dos elementos lexicais conforme suas necessidades discursivas. Dito isso, analisamos as estratégias linguístico-discursivas mais recorrentes que foram mobilizadas para reprodução de estereótipos que colaboram para formação de RS sobre o MST. O foco recai nas seguintes estratégias: nominalização (controle dos itens lexicais referente ao MST), polarização, isto é, estratégia global de autoapresentação positiva e outra-apresentação negativa, uso estratégico de aspas (expressa possível distanciamento) e estruturação sintática (sujeito que faz alusão a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem).

A seguir iniciamos a análise de umas dessas estratégias que, a nosso ver, em muito evidencia propósitos ideológicos a serviço de naturalizações de estereótipos sobre o MST que obviamente atendem a objetivos que vão de encontro aos do movimento social campesino foco deste trabalho. Passamos para análise das referências nominais que incutem RS sobre o MST como “invasores”. A seguir transcrevemos os títulos das notícias analisadas:

Quadro 13 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará
04	22/02/2019	Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma das estratégias mais recorrentes no *corpus* foi as formas de referenciar o MST nas notícias, isto é, as maneiras pelas quais o movimento foi nominalizado, ou seja, a estratégia de nominalização ao referente MST. Observamos que as nominalizações ao MST presentes nas notícias evidenciam um controle dessas referências que limitam o movimento a termos específicos que o correlaciona tanto a determinados termos genéricos que não condizem com as ações e objetivos de luta do movimento quanto atribuem substantivações/adjetivações que reproduzem estereótipos ao MST. A nominalização, portanto se materializa como um elemento que tanto evidencia uma estratégia de limitar o MST a determinados rótulos e classificações quanto expressa uma maneira de silenciar as pautas de luta do movimento no sentido de circunscrever o MST a substantivações e adjetivações específicas a fim de deslegitimar e, por conseguinte, ancorar o movimento a RS que não condizem com o histórico do movimento social.

A partir das análises dessas notícias, percebemos a incidência de itens lexicais que incutem modelos mentais de desprestígio ao MST, pois ao limitar o movimento apenas à “invasão de terras”, o G1 se posiciona conjugado aos seus (e de outrem) propósitos de ordem ideológica e socioeconômica, tendo em vista que os meios de comunicação, de uma forma geral, alinham-se a forma de pensar (ideológica) de seus parceiros que em grande medida financiam os veículos midiáticos. Em dessas notícias, observamos logo o MST sendo nominalizado pelo termo genérico “grupo”, observado nos trechos:

Um grupo da União Nacional Camponesa (UNC) ocupou a fazenda Novo Mundo em Itupiranga, no sudeste do Pará, a aproximadamente 50 km de Marabá (N°01).

Os policiais estiveram no local duas vezes para negociações com **o grupo**, que tentou impedir atividades agropecuárias na fazenda (N°01).

A notícia ao nominalizar o MST por um termo genérico (grupo) evoca para a superficialidade, pois esse termo além de ser desprovido de um sentido que caracterize o MST como um movimento de amplitude social, isto é, com pautas de luta que almejam o combater as desigualdades sociais no campo, além de outras reivindicações sociais já abordadas nesse trabalho, traz consigo uma implicação generalizante, isto é, aplicável a qualquer contexto, inclusive de ordem criminal, por exemplo, grupo de traficantes, grupo de fraudadores do INSS, grupo de pedófilos via *internet*, grupo de terroristas, entre outros de valor semântico negativo.

Vale dizer que o problema não é apenas no termo em si, mas no uso reducionista atribuído a um movimento de tão abrangência nacional. Na sequência da notícia, vemos a explícita sinalização de categorizar o MST como “invasores”, acrescido de termos lexicais, tais como “porte ilegal”, “esbulho”, “fiança” e “arma”, que atribui um caráter criminoso ao movimento, percebido em “um deles **deve responder por porte ilegal de arma e esbulho possessório, que é a invasão de propriedade privada**, mas pagou fiança e foi liberado” (N°01).

Nominalizar o MST ao termo “invasores” incute uma RS do MST associado a atos que infligem à lei, logo a categorização evidencia o movimento como um grupo relacionado à criminalização, tendo em vista que é previsto na Constituição Federal o direito (preservação) da propriedade privada. O item lexical “invasores” denota um modo de representar o MST em um termo altamente depreciativo, pois é de conhecimento do coletivo social que esse termo implica uma relação associativa ao crime, ao desrespeito à propriedade de outrem, como vemos em “**invasores** serão punidos”, diz secretário (N°01). Acrescenta-se o caráter punitivo da mensagem aludido pelo termo “punidos” evidenciado no trecho “nesta segunda-feira (14), o

secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, disse que **invasores de terra serão punidos “no rigor da lei”** (Nº01).

A associação do MST à invasão é ratificada no decorrer da notícia, somado a alusão à desordem e à anarquia a partir da adjetivação “bagunça agrária” e “anarquia agrária”, como vemos nos seguintes trechos “isso é reforma agrária? **Isso é bagunça agrária, anarquia agrária**”, afirmou Garcia. “Reforma agrária, **está na lei** e vai continuar. Propriedade sem função social vai para reforma, mas propriedade produtiva, não”, completou. (Nº01). A estratégia associativa de referenciar o MST como “invasores” se faz presente na organização global da notícia em uma combinação de itens lexicais que se somam e são responsáveis pela caracterização do MST, alterando significativamente a leitura/interpretação da mensagem (discurso) do texto. Essa combinação pode ser constatada a partir do trecho “**esses invasores serão identificados e punidos**, com o rigor da lei. É assim que serão tratadas **as invasões de propriedade. Os invasores** não são fantasmas, eles estão lá, eles vão ser detidos, identificados e vão responder com o rigor da lei”, afirmou o secretário (Nº01).

Vale dizer que a notícia ainda traz em seu esboço uma enunciação do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, referindo-se ao MST como “terroristas”, como lemos no trecho “na campanha eleitoral, o agora presidente Bolsonaro disse que ato do Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra deveria ser **tratados como "terrorismo"**. (Nº01). Embora a notícia não traga como foco o posicionamento do presidente Bolsonaro, constatamos que ao convocar a fala (voz) do chefe político do poder executivo brasileiro, logo do Estado o G1 atesta mais uma RS sobre MST de cunho depreciativo e criminoso que constroem a interpretação da “realidade” do fato noticiado, isto é, o item lexical “terrorismo” evoca para os modelos mentais subjacente a esse termo que influencia significativamente nos efeitos de sentido da notícia. Compreendemos que a mídia é um dos instrumentos que mais se constitui como detentora e disseminadora de conhecimento sobre os objetos de discurso do mundo se caracterizando como uma instituição (ator social) que se faz de uma ampla e elaborada rede de produção de suas práticas discursivas, pois ela se faz como “detentores de poder (bem como a sua fala) contam com uma cobertura rotineira da mídia jornalística, e, assim o poder desses grupos pode ser legitimado (VAN DIJK, 2010, p. 73).

Também vale dizer de outras nominalizações expostas na notícia que igualmente se materializam de forma generalizante evidenciada pelo uso do item “integrantes”, isto é, sem uma atribuição semântica que evidencie a atmosfera social do MST tal qual o uso do termo “grupo” já discutido nesta análise. Desse modo a semântica do texto é propositalmente elaborada a fim de evocar ideologia contrárias aos propósitos do MST. O termo “integrantes”

designa, a nosso ver, um conceito correlacionado à criminalidade no imaginário popular, basta pensarmos em quais contextos esse termo é expresso no discurso midiático e nas falas cotidianas, por exemplo, “integrantes da facção”, integrantes da quadrilha”, entre outros tão conhecidos no noticiário midiático sobre ações criminosas na contemporaneidade, exposto nos trechos: “No sábado (12), **dois integrantes** do movimento foram autuados pela Polícia” (Nº01). “A Polícia informou que deve ouvir **demais integrantes** e funcionários da fazenda nos próximos dias” (Nº01).

É notório a importância de uma investigação de texto que leve em consideração aspectos que extrapolem a análise puramente linguística em ADC. Neste sentido, tomamos como base investigativa o discurso em suas implicações sociais na composição de identidades. Para tanto nos ancoramos na análise discursiva de vertente crítica em um método de análise de discurso textualmente orientado (ADTO), mais especificamente os da mídia reproduzida pelo portal de notícias G1, pois “dentre todas formas de texto impresso, as do meio de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores” (VAN DIJK, 2010, p. 73), sendo um dos referências mais convocados para a formação opinativa dos indivíduos, sobretudo na contemporaneidade brasileira (e mundial) marcada , grosso modo, por *fake news* a serviço da desinformação e manipulação, “a crescente difusão das *fake news* e a emergência das noções de ‘pós-verdade’ e fatos alternativos têm produzido efeitos bastante perversos” (CURCINO, SARGENTINI e PIOVEZANI, 2021 p.11). Por isso a mídia se caracteriza como um mediador de conhecimento e (des) informação, posto que “a aquisição de conhecimento e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico (VAN DIJK, 2010, p. 77).

Em outra notícia, vemos novamente o MST correlacionado à invasão, logo o texto remete atos infracionais, fato que já direciona a uma leitura/interpretação, no mínimo influenciável. Inferimos isso no seguinte título “Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não **recebam 'invasores de terra'** (Nº04). A notícia trata sobre a regulamentação de audiência públicas para discutir sobre a legalidade jurídica dos indivíduos de debater sobre a reforma agrária, direcionada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Desse modo, a matéria traz em seu esboço um *fac-símile* do memorando aludido na notícia, logo um gênero discursivo relacionado à esfera jurídica que expressa em seus termos legais a referência explícita à invasão:

Figura 3 – Fac-símile do memorando

Assunto: Recomendação aos Superintendentes Regionais do INCRA.

Senhor Superintendente,

1. Em consonância com as diretrizes emanadas pela Presidência do INCRA, esta Ouvidoria Agrária Nacional recomenda informar a seus Chefes de Divisão e Executores de Unidades Avançadas a não atenderem entidades que não possuam personalidade jurídica, bem como seus representantes.
2. Da mesma forma, não deverão ser atendidos invasores de terras (estes devem ser notificados conforme a lei).

Atenciosamente,

JOÃO MIGUEL SOUZA AGUIAR MAIA DE SOUSA
Ouvidor Agrário Nacional

Fonte: G1. Disponível em: www.g1.com.br. Acesso em: 20 jul. 2020.

Desse modo, a notícia traz em seu esboço a ocorrência do termo invasão relacionado ao MST no corpo textual, parece-nos elucidativo a reprodução da parte do memorando que nominaliza explicitamente o MST como invasores em seu quesito 2: “Da mesma forma, não deverão ser atendidos **invasores de terras** (estes devem ser noticiados conforme a lei)” (Nº04). Na sequência da notícia é ratificado os termos do memorando. Novamente o item lexical relacionado ao MST é “invasão”, como vemos “da mesma forma, não deverão ser atendidos **invasores de terras** (estes devem ser notificados conforme a lei)”, diz o memorando enviado por Maia de Sousa” (Nº04).

Como vimos, a referência à invasão correlacionado ao MST é constante nos noticiados do G1 sobre o movimento. Nota-se novamente a nominalização “grupo” para referenciar o MST conjugado em sintagma nominal (SN) que constitui em um enunciado negativo, como vemos no trecho “**líder de grupo de invasores**, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta” (Nº37). Embora a notícia não traga mais ocorrências ao item lexical “invasão” conjugado ao MST em sua materialidade textual, parece-nos elucidativo o fato desse item lexical aparecer justamente no título, geralmente fonte primária de informação do fato noticiado em uma matéria.

A alusão frequente a elementos lexicais que remonta à atmosfera semântica depreciativa (invasores, terroristas) ou a valores generalizantes (grupo, integrantes) se conjugam em uma estratégia linguístico-discursiva que além de inviabilizar a discussão sobre os problemas socioeconômico que o MST sofre, efetiva RS de expurgo ao movimento como intuito de criminalizá-lo diante da opinião pública, pois “esses modelos mentais de eventos

específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam o discurso e outras práticas sociais” (VAN DIJK, 2010, p. 26).

Podíamos aludir a outras notícias que igualmente trazem em seu corpo textual o MST relacionado a uma RS que remete a “invasores”, no entanto como pensamos tal RS já discutida a contento neste recorte investigativo, focamos agora em outra construção representativa sobre o movimento. Dessa maneira, análise dos dados evidenciou para outra nominalização que também se naturaliza no imaginário popular quando se é discutido (superficialmente) o objeto discursivo MST, isto é, a RS do MST como “ocupantes/manifestantes”. A seguir, como recurso para uma melhor identificação do *corpus* analisado, listamos os títulos das notícias analisadas:

Quadro 14 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessas notícias, vemos que a construção da imagem do MST remete a modelos mentais cristalizados (naturalizados) no imaginário popular no tocante a “ocupantes”. É notório que o MST é quase sempre ligado a atos de ocupação, geralmente essas ocupações são tratadas pela mídia como ações que infligem à propriedade privada, obviamente sem abordar pormenores, por exemplo, improdutividade, dívidas trabalhistas, entre outras, tendo em vista que os grupos que “detêm o poder precisam controlar sua imagem na mídia de massa para dessa forma ganhar apoio e influenciar os humores e as mentes públicos” (VAN DIJK, 2010, p. 25).

Os itens lexicais utilizados nas matérias sinalizam para escolhas intencionais com o intuito de categorizar o MST ao termo limitante de “ocupantes” e suas derivações, por exemplo, “ocupam”, “ocupações”. A intensão é justamente colaborar diretamente como elemento estruturante da/cognição dos indivíduos a fim de obter o controle simbólico das formas de pensar e agir, pois “o controle da mente envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita e da fala, envolve também o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões e as atitudes sociais” (VAN DIJK, 2010, p. 20). Em uma

dessas notícias já no título observamos que a elaboração textual da notícia evoca para a construção de uma forma de pensar que nos leva a representar o MST como um grupo social que se caracteriza apenas pelas ocupações de terras “**integrantes do MST ocupam** sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte de movimento nacional” (Nº22).

No decorrer da notícia é constante a recorrência de nominalizações que remetem apenas à ação das ocupações. Nota-se também outras nominalizações genéricas (integrantes, manifestantes) ao MST que não dizem efetivamente sobre o sentido social do movimento, como vemos em nos trechos “**Integrantes** do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **ocupam a sede** do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)” (Nº22) e “**Os manifestantes ocupam** diferentes órgãos ligados à distribuição de terras no Brasil” (Nº22).

A notícia se faz de exaustiva representação sobre o MST apenas como “ocupantes”. Esse viés tendencioso se materializa textualmente a partir das escolhas lexicais (genéricas, depreciativas) para referenciar o MST na notícia que influenciam as formações mentais (conhecimento, sistema de crenças, valores) sobre do movimento a partir da visão de mundo do G1, fato que repercute nos posicionamentos sociais, por conseguinte, na reprodução de RS que se disseminam em várias práticas sociais, por exemplo as conversações diárias, pois “os assuntos estereotipados dos meios de comunicação também parecem ser os mais usuais nas conversas do dia a dia” (VAN DIJK, 2010, p. 80). A notícia ao se fazer de uma elaboração discursiva tendenciosa se utiliza de escolhas lexicais que possuem a função de nominalizar o MST a adjetivações que de cunho depreciativo com a intencionalidade de usar o discurso como uma forma de prática social que colabora para a reprodução de preconceitos e estereótipos, no caso a RS reducionista de “ocupantes”, como vemos “**a ocupação** deve seguir até o fim da semana” (Nº22).

Consonante a Van Dijk (2010) compreendemos ideia da ilegitimidade “enquadrada em termos das consequências mentais negativas da dominação discursiva: desinformação, manipulação, estereótipos e preconceitos” (VAN DIJK, 2010, p. 30). Nesta perspectiva, afirmamos que as escolhas por itens lexicais genéricos (manifestantes, integrantes) no corpo textual da notícia, por exemplo “em Fortaleza, **os manifestantes** pretendem **ocupar** o Incra até o fim da semana e tentar diálogo com representantes do Governo Estadual” (Nº22) potencialmente leva os indivíduos às ações discriminatórias contra os grupos representado nas práticas discursivas midiáticas ou ao menos ao desinteresse sobre os grupos minoritários.

Interessante notarmos que a notícia até referencia minimamente as questões sociais que pautam a agenda do MST, como a questão de distribuição de terras e o sucateamento do INCRA, como atestamos no trecho “além de pautas a favor da distribuição de terras, **os**

integrantes do MST protestam contra o que chamam de **sucateamento do Incra, a privatização de assentamentos e a venda de terras indígenas brasileiras**”(Nº22), no entanto de forma superficial o que denota distanciamento do G1 para com o MST, ou seja, limitando o acesso do movimento social camponês a participação da discussão dos fatos o que nos parece intencional, pois compreendemos que “muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidas como poder simbólico, isto é, em termos de acesso preferencial a – ou controle sobre o discurso”(VAN DIJK, 2010, p. 23).

Devido à complexa relação entre discurso, cognição e sociedade que se conjugam na reprodução de RS que transparece assimetrias (abuso) de poder no controle mental e acional dos indivíduos, vale dizer sobre qual conceito de poder nos ancoramos nesta análise, pois dada a complexidade de conceituação desse termo, tendo em vista que ele possui inúmeras conceituações dentro das ciências sociais e da filosofia, é necessário dizermos de onde parte nossa ideia sobre *poder* nessa pesquisa. Compreendemos *poder* como um instrumento social de controle das formas de pensar e de agir dos indivíduos seja pela força seja pela força simbólica, por exemplo, a mídia, pois entendemos poder social em nível de controle, isto é, “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (VAN DIJK, 2010, p. 17).

Desse modo, a mídia controla grupos minoritários como o MST a partir do controle informacional sobre os fatos noticiados, delimitação de acesso à participação efetiva da/na produção discursiva, delimitação das vozes autorizadas a dizer no seu material jornalístico, a convocação de relações interdiscursivas, a recorrência de determinadas temáticas, a escolha intencional de itens lexicais, entre outros meios de controle que desempenham poder simbólico sobre os indivíduos. Assim, “o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados” (VAN DIJK, 2010, p. 18), pois para uma efetivação de dominação é preciso a convocação de outros elementos, sobretudo de ordem cognitiva que coadunam com os aspectos linguísticos (discurso) e com a estrutura social na formação opinativa dos indivíduos de acordo com os interesses daqueles que têm o poder sobretudo de ordem cognitiva, isto é, a mídia em sua prática discursiva apela para a cognição social dos indivíduos, “aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais” (VAN DIJK, 2010, p. 18). Em suma “o controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar em abuso de poder” (VAN DIJK, 2010, p. 17).

A estratégia de nominalizar o MST somente a termos lexicais reducionistas se fez presente em outras notícias, por isso ratificamos que o foco em nominalizações desprovidas de uma força elucidativa que expressa minimamente a conjuntura de luta do MST é uma das

estratégias mais recorrentes no noticiário sobre o MST publicado pelo G1, como vemos nos seguintes trechos de outra notícia:

Mulheres do MST ocupam sede da Codevasf na BA para pedir cumprimento de acordo com assentamentos (Nº23).

Um grupo de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **ocupou a sede** da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em Juazeiro, norte da Bahia (Nº23).

As mulheres querem que a companhia, administrada pelo Governo Federal, cumpra o acordo que é negociado desde 2008, sobre o assentamento de 800 famílias que foram retiradas do perímetro irrigado salitre no fim do ano passado (Nº23).

É interessante atentarmos nos trechos da notícia a utilização de itens lexicais referentes ao MST que juntos se conjugam no sentido de atribuir nominalizações genéricas ao movimento social. Em algumas dessas notícias, a elaboração do texto constroem uma imagem que reforça a ilegalidade. Os itens lexicais convocados na composição das notícias a seguir nos expressa uma estratégia linguístico-discursiva que conota à criminalidade, observado por exemplo em: “**Polícia Militar cumpre ordem judicial** para reintegração de posse de área de usina em MG” (Nº28). No decorrer da notícia a utilização do item “ocupação” e seu derivado “ocupada” se faz recorrente.

Nelas vemos o MST novamente nominalizado apenas como “ocupantes”, mas desta vez, esse item lexical é conjugado a outros termos relacionado ao campo semântico policial/jurídico, fato que nos remete a uma atmosfera criminosa, logo a RS aqui conota para além da simplória categorização de “ocupantes”, essa conjugação de itens que expressam ao cenário criminoso/policial/jurídico é observada nos trechos a seguir:

Determinação judicial da Vara Agrária é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio. **A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST** (Nº28).

A Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira (12) uma ordem judicial para reintegração de posse em uma **área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº28).

A determinação judicial da Vara Agrária é para reintegração de posse da área da Usina Ariadnópolis. **A área é ocupada por cerca de 450 famílias do MST** (Nº28).

A nominalização do MST reduzido apenas a “ocupantes” reaparece na notícia (Nº33) a seguir com o mesmo teor acusatório. É notório o uso da frequência do item lexical “ocupantes” dado ao MST igualmente relacionado a outros termos genéricos, tais como “integrantes” e “manifestantes”, o que reflete a uma elaboração discursiva recorrente de

classificar/rotular o MST a termos que não reproduzem o engajamento histórico e social do movimento.

Os itens legitimam a posição política contrária ao MST reproduzindo formas específicas de referenciá-lo tacitamente tomadas como “verdades”, efetivando a disseminação massiva de RS que são parte preponderante da manutenção de hegemonias através da internalização do discurso materializado textualmente por intermédio das vozes de instituições oficiais (polícia, órgão jurídicos) que, via de regra, gozam de certo prestígio na memória coletiva dos indivíduos, de fato “as diferentes vozes relatadas em um texto podem representar diferentes discursos” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 106), observamos a recorrência de rotular o MST a termos genérico nos trechos a seguir:

Fazenda estava ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral. Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido (Nº33).

A Polícia Militar de Minas Gerais prendeu quatro pessoas durante a reintegração de posse de parte de uma **fazenda ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** (Nº33).

Segundo o MST, cerca de 450 **famílias ocupam** a área há mais de 20 anos (Nº33).

A advogada do MST diz que **os ocupantes** não concordam com a saída durante a pandemia. Nós estamos num momento de pandemia e, ainda assim, o tribunal tem se recusado a avaliar a situação. É essa a situação nesse momento”, diz Leticia Souza (Nº33).

Houve, infelizmente, a **resistência desses manifestantes** (Nº33).

A intensa frequência de itens que evoca para RS limítrofes ao MST nos parece estratégia proposital no sentido de rotular o grupo social representado, incutindo tanto controle dos itens de referência ao objeto de discurso em questão quanto reproduzir estereótipos ao MST por intermédio das práticas discursivas midiáticas. Daí a importância de compreender a preponderância do discurso nos processos de reprodução e propagação de RS estereotipadas sobre o MST na cobertura jornalística do G1 dentro da amostra do *corpus* analisado nessa pesquisa, pois “o discurso não é analisado apenas como um objeto “verbal” autônomo” (VAN DIJK, 2010, p. 12), mas sobretudo o discurso se caracteriza como elemento interacional relevante para a reprodução discursiva que legitima (manipula) *abusos de poder*, repercutindo em nossas experiências e interações em nossa vida social, como nos diz Van Dijk (2010, p. 12) “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, histórica ou política” (2010, p. 12).

Vale dizer que a presente pesquisa dialoga com os estudos críticos do discurso (ECD) que a partir de Van Dijk (2010, p. 9) definimos como “movimento científico especificamente interessado na formação de teoria e na análise crítica da reprodução discursiva de abuso de poder”. Desse modo, interessa-nos nessa seção analítica uma investigação de como “um item lexical se relaciona a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade” (VAN DIJK, 2010, p. 12), pois consonante a Van Dijk (2010, p. 15) nos preocupamos no “estudo crítico de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação, em particular”.

Como nos atenta Van Dijk (2010, p. 15) “os estudiosos dos ECD não são neutros, mas se comprometem com um engajamento em favor grupos dominados na sociedade”. Nesse sentido, interessa aos analistas que ECD como “o conceito de poder constitui uma tarefa central dos ECD” (VAN DIJK, 2010, p. 9), por isso o engajamento necessário do pesquisador dessa pesquisa, pois de acordo com os pressupostos do campo disciplinar a qual a presente pesquisa se enquadra, isto é, a LA atua como uma área do conhecimento que se interessa pela investigação científica de problemas sociais de uso da linguagem, debruçando-se sobre o estudo de fenômenos sociais nos quais a linguagem é basilar para (re) produção desses problemas com o intuito de questões de cunho interacional em contextos sócio-históricos específicos.

Podíamos listar outras notícias que invocam apenas ao termo “ocupantes” para dizer sobre o MST, no entanto dado ao recorte próprio dos gêneros acadêmicos, optamos para a não extensão em demasia a fim de não deixar a leitura enfadonha, por isso partimos para a análise de outras nominalizações igualmente recorrentes no noticiário sobre o MST, isto é, a substantivação/adjetivações atribuída ao MST apenas como “protestante/manifestantes” e “bloqueadores” (de vias públicas, de instituições). Para tanto selecionamos as seguintes notícias:

Quadro 15 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto dessas notícias, parece-nos evidenciar a frequente associação do MST a determinadas expressões que denotam a generalização, ou seja, o G1 ao recorrer aos mesmos termos para nominalizar o MST expressa em sua prática discursiva nítidas intencionalidades, pois como as escolhas vocabulares não são neutras, logo elas evidenciam posicionamentos de ordem ideológica. Não nos esqueçamos que o G1 é um dos veículos midiáticos mais acessado na contemporaneidade dado a sua abrangência (ver subseção coleta de dados na seção de metodologia), daí a relevância do locus midiático selecionado para a presente pesquisa, pois o G1 muito nos diz do pensamento da mídia sobre as minorias sociais, constituindo-se com uma das agências de comunicação mais influentes do webjornalismo brasileiro que, grosso modo, atende a propósitos específicos de grupos socioeconomicamente hegemônicos.

Vale dizer que o problema não está somente ao tocante do uso de tais itens lexicais, mas as intencionalidades por trás de tais escolhas, pois entre as inúmeras formas de nominalizar o MST, o G1 opta por limitar o movimento social a termos que além de não expressar as lutas históricas do MST dado ao sentido genérico dessas nominalizações, elas não sinalizam para as questões reivindicatórias do movimento. Aqui não se trata de recriminarmos os usos expostos nas notícias, mas atentarmos para as sinalizações de desprestígio ao MST ao correlacioná-los genericamente apenas a esses itens lexicais, sem ao menos aludir os objetivos do movimento social, fato que, a nosso ver, atende a objetivos particulares no sentido de reproduzir RS estereotipadas sobre o MST.

Dito isto, analisamos a seguir as notícias que trazem em seu corpo textual alusão à nominalização do MST como “protestante/manifestantes” e “bloqueadores” (de vias públicas, repartições públicas). Em uma dessas, logo no início percebemos alusão ao bloqueio de uma instituição pública (Incra) que supostamente o MST provocou, fato que teria ocasionado transtornos e desrespeito ao direito das pessoas ao livre acesso ao seu ambiente de trabalho, atestado em “movimento entregou manifesto sobre a reforma, nesta terça-feira (16). **Funcionários do instituto afirmam que foram impedidos de deixar o local**” (Nº10).

A referência ao bloqueio é ratificada em outro trecho “Funcionários do Incra afirmaram que **o grupo fechou os portões da sede e impediu que os trabalhadores deixassem o local**. Um manifesto em prol da reforma agrária foi entregue a representantes do instituto” (Nº10). A notícia em sua totalidade preza pela confluência entre itens lexicais que se somam a efetivação semântico-cognitiva de RS estereotipadas e acusatórias, daí a relevância de uma observação que extrapole a análise puramente linguística, pois é na e “pela linguagem (e, a nosso ver, mais especificamente, pelo discurso) que se propagam representações” (IRINEU, 2019, p. 9).

Além disso, vale ratificar a recorrente utilização dos substantivos “integrantes” e “grupo”, igualmente de valor genérico atribuídos ao MST. Inferimos que a padronização de determinados termos faz parte de intencionalidade que obedecem à ordem do sistema capitalista, pois “devido à globalização crescente, alguns gêneros de discurso podem ter-se tornado bastante uniformes” (VAN DIJK, 2010, p. 27). De fato, é visível que o discurso midiático influencia a interação social, incutindo posições de expurgo aos grupos minoritários, trazendo consequências danosas tal como a discriminação, como vemos nos trechos da notícia a seguir:

Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife (Nº10).

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos Aflitos, na Zona Norte do Recife, na manhã desta terça-feira (16). Em seguida, **o grupo** saiu em caminhada em direção à sede da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, no Bongi, na Zona Oeste (Nº10).

Funcionários do Incra afirmaram que **o grupo fechou os portões da sede e impediu que os trabalhadores deixassem o local** (Nº10).

Após a entrega do documento, **o grupo** seguiu em caminhada para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, onde outra cópia do manifesto deve ser entregue a integrantes do governo estadual (Nº10).

O discurso produzido no texto nos permite perceber os modos de pensar, de agir, de representar e de interagir tanto de um grupo em si quanto aos demais grupos sociais, portanto o discurso é elemento crucial na prática de linguagem que potencializa representações de mundo. Neste âmbito, compreendemos que a análise sócio-discursiva sugere que os sentidos que a mídia veicula em sua prática discursiva possuem caráter de ordem ideológica, pois reforça sistemas de crenças, conhecimento, valores e representações.

Em outra notícia, a nominalização ao MST como um grupo de “protestantes/manifestantes” é explicitamente marcado, como observamos nos seguintes trechos “Famílias de acampamento do **MST protestam** contra reintegração de posse na PA-391” (Nº38). A elaboração da notícia se faz de tal modo que aludi para consequências danosas à sociedade, incutindo na mente uma imagem do MST como um grupo de manifestantes que causam transtornos e caos, impedindo o direito de trânsito das pessoas, como vemos em:

Um grupo de manifestantes interditou a rodovia PA-391, na manhã desta quinta-feira (1º), na região metropolitana de Belém. **A estrada**, que dá acesso à ilha de Mosqueiro, **foi bloqueada por famílias dos acampamentos Terra Cabana e Nelson Mandela, do Movimento Sem Terra (MST)** (Nº38).

A mídia enquanto grupo organizado cuja suas práticas discursivas e atuação social influem em significações específicas sobre as coisas do mundo, caracteriza-se como uma instituição que exerce poder sobre a sociedade recriando a realidade ao seu modo, tendo em vista que “a repetição da visão de mundo hegemônica nos discursos midiáticos torna a grande mídia uma instituição potencialmente capaz de garantir a ignorância, bem como a sustentação da criação da realidade à margem do discurso hegemônico” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 106).

No decorrer do texto o G1 ratifica o foco do bloqueio de vias provocados pelo MST, logo representando o MST como bloqueadores influenciando os modos interação como o fato, consequentemente com o objeto representado. Tomamos esta prática como uma forma de atender objetivos específicos que vão além de informar, mas sobretudo criar realidade a partir de acordo com o grupo social no qual o G1 se enquadra, isto é, representante das mídias hegemônicas.

Compreendemos que somos sujeitos históricos, portanto, os indivíduos são constituídos na/pela linguagem e igualmente a constitui. Nesse tocante, assumimos que as relações sociais são dinâmicas, posto que há um elo constitutivo entre a estrutura social e a estrutura linguística com a interface direta da cognição influenciando os modos como nossas mentes corporificam ideias, em um complexo processo de categorização do mundo e de todos os elementos que o cercam” (IRINEU, 2011, p. 77). Assim, os trechos a seguir nos mostram parte desse processo de categorização do MST como simples “manifestantes” que ocasionam problemas no fluxo dos indivíduos:

Segundo **os manifestantes**, eles são contra a reintegração de posse na área. São 300 famílias que moram há mais de cinco anos e lutam para permanecer na terra onde praticam a agricultura familiar (N°38).

O protesto aconteceu no quilômetro 5 da estrada. **A interdição foi feita com madeira para impedir a passagem dos carros nos dois sentidos e durou cerca de uma hora e meia** (N°38).

A correlação das ações de luta do MST apenas à protesto remete para a produção de modelos mentais que repercutem sociocognitivamente nos indivíduos e potencialmente colabora na reprodução e disseminação de RS estereotipadas sobre o MST. Na próxima notícia vemos alusão às já redundantes nominalizações genéricas atribuídas ao MST, isto é, protestantes, manifestantes, bloqueadores.

MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares” (Nº38) ou em “**Manifestantes** prestaram solidariedade ao cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Sul de Minas Gerais (Nº38).

A referência ao MST a termos genéricos, como “integrantes”, “manifestantes” e “grupo” possui um *continuum* nas notícias do G1. Consoante a Van Dijk (2010, p. 229) coadunamos com a ideia de que “o uso de variantes lexicais específicas pode também ter efeito de enquadre” de tal modo que a utilização desses termos se elabora e a cada recorrência pode incutir sistema de crenças e influenciar os modelos de eventos, conseqüentemente formar a opinião da sociedade sobre um dado objeto representado. Assim “se os receptores leem ou escutam muitos discursos semelhantes de políticos e da mídia e não têm informações alternativas concorrentes, tais modelos podem, por sua vez, ser generalizados para representações” (VAN DIJK, 2010, p. 207). Observamos exemplos dessas generalizações em torno do MST nos trechos a seguir:

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizaram, na manhã desta sexta (14), na BR-116, na saída de Governador Valadares (MG), **um protesto** em solidariedade ao cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse em uma área **ocupada por famílias do MST**, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG), Sul de Minas (Nº38).

Os manifestantes pediam que o governador Romeu Zema (Novo) retirasse a Polícia Militar e regularizasse um assentamento das famílias do acampamento que, segundo o MST, **é ocupado por 2,4 mil pessoas** (Nº38).

O protesto durou cerca de 1h30 e a estrada ficou interditada nos dois sentidos. Por volta de 9 h, **os manifestantes** encerraram a ação, que foi acompanhada pela Polícia Militar (Nº38).

Nota-se que nas notícias do G1 aqui analisadas não há uma discussão sobre as ações e as causas de luta do MST, reduzindo-o somente a generalizações sem abordar as condições sociais pelas quais os atores sociais do MST padecem como a questão da terra e a péssimas condições de vida dos trabalhadores do campo, uma vez que o governo, via de regra, não se preocupa com esses problemas. Também não foi observado nas notícias o fato do MST ao longo da evolução do movimento ter agregado outras pautas de luta, por exemplo o diálogo com outros segmentos sociais também excluídos socialmente, como LGBTQI+, movimento negro, movimento feminista, entre outros.

A partir das análises sobre como o MST é nominalizado nas notícias do G1 aqui investigadas, afirmamos que essas nominalizações se materializam nos textos como uma estratégia persuasiva intencional com o intuito de reproduzir na mente (cognição) dos (as) leitores (as) uma RS estigmatizada sobre o MST evidenciando modelos sociocognitivos que

repercutem nas opiniões, nos conceitos e nas atitudes para com o objeto de discurso MST, fato que em grande medida contribui para a marginalização do movimento social do campo. Passamos agora para outra estratégia linguístico- discursiva que igualmente teve elevada recorrência no *corpus* analisado.

Trata-se da “estratégia global de autoapresentação positiva e outra-apresentação negativa” (VAN DIJK, 2010), isto é, a polarização entre os grupos antagônicos retratados nas notícias publicadas pelo G1. As notícias que se constituíram dessa estratégia argumentativa (leia-se manipuladora) se fizeram no sentido de contrapor opiniões contrárias acerca dos assuntos retratados nas matérias a partir da noção manipulativa da mídia hegemônica que por meio de recursos da linguagem (discurso) produzem um noticiário falso (manipulador) sobre o MST, categorizando negativamente o movimento social, construindo desse modo RS estereotipadas sobre MST. Consonante a Van Dijk (2010, p. 251) compreendemos que “a manipulação é uma prática social de abuso de poder, envolvendo grupos dominantes e dominados”, pois ela corporiza formas de ser/pensar/agir sobre os objetos representados nos gêneros midiáticos. Para análise dessa estratégia tomamos como base as notícias intituladas a seguir:

Quadro 16 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.

Fonte: Elaborado pelo autor.

É fato que a mídia atente aos seus interesses conjugados a outros, sobretudo de ordem política. A partir de Van Dijk (2010) afirmamos que “a política e a mídia, sem dúvida, se influenciam mutuamente e controlam uma à outra, ambas sendo por sua vez controladas por interesses comerciais fundamentais, o mercado e o que é financeiramente viável” (VAN DIJK, 2010, p. 24), por isso no/pelo discurso midiático se faz corrente o recurso de polarização de vozes, obviamente dando mais ênfase aos feitos positivos dos grupos privilegiados na notícia, pois “a autoapresentação positiva é um importante movimento no discurso jornalístico” (VAN DIJK, 2010, p.177), conseqüentemente limitando o acesso discursivo dos grupos minoritários, como o MST tendo em vista que na elaboração das práticas discursivas midiáticas é notório que

a atribuição a termos negativos (sejam explícitos ou implícitos) se mostra como recurso constante no/pelo discurso das mídias hegemônicas, pois “as negações podem ser sutilmente manifestas expressando-se dúvida ou distanciamento” (VAN DIJK, 2010, p. 182).

Partimos para o exame dessas polarizações que ora se apresentam explícitas, e em outros momentos implícitas. Iniciamos com a discussão da notícia (Nº28), intitulada “Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG”. Nela é notório a alusão desproporcional de vozes envolvidas na composição do texto, prevalecendo as posições representativas das instituições oficiais, tais como: polícia, tribunal de justiça, fato que já remete a modelos que ocasionam RS sobre o MST ligadas a atos ilícitos, isto é, representa o MST como ameaça, como vemos na evocação dessas vozes institucionais no trecho:

Segundo a Polícia Militar, os policiais estão no local dando apoio aos oficiais de justiça que cumprem a determinação, que até o momento é pacífica. Ao todo, **150 militares e até um helicóptero** dão apoio à operação, que começou por volta de 6h (Nº28).

Desse modo, a notícia transmite a mensagem subliminar no tocante ao cumprimento da lei, logo o MST (Eles) está em situação de ilegitimidade em suas ações, cabendo às autoridades se fazer presente para o cumprimento da lei, como vemos em:

De acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não houve ordem de despejo do tribunal durante a pandemia. Esta ordem foi expedida há um ano, em 2019. Contudo, por conta de liminares, houve uma suspensão da ordem pelo desembargador Alberto Diniz (Nº28).

Nota-se também uma tentativa demonstrar um diálogo conciliatório pelas partes envolvidas o que nos diz da intencionalidade do G1 de transparecer imparcialidade quanto ao objeto abordado na matéria, atestado no trecho:

Posteriormente, com mais informações, **as partes chegaram a uma conciliação para a desocupação**, que teria que acontecer neste ano. Assim, houve **o pedido de prorrogação de prazo**, de mais um mês, para esta desocupação. Prazo que, **conforme o tribunal, foi concedido devido à pandemia** (Nº28).

O tom imparcial da notícia é retomado ao se referir a fala da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) no sentido de mostrar empenho por parte dessa instituição a fim de suspender o processo de reintegração de terras o que remete para a autoapresentação positiva (do Nós) frente a questão, como lemos no trecho:

Em **nota enviada ao G1, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) informou que solicitou a suspensão do cumprimento da ordem judicial** para reintegração de posse da área, durante a pandemia da Covid-19 (Nº28).

Embora as falas discursivas não estejam expostas tão explicitamente no sentido de evidenciar discordâncias diretas que põem o *Nós* contra o *Eles*, tomamos essa notícia como exemplo de polarizações implícitas, pois compreendemos que o texto se manifesta em torno do cumprimento da lei, privilegiando vozes alheias ao MST que somente aparece em um trecho diminuto como forma de uma simplória alegação no tocante ao cultivo realizado na área. Nota-se que o verbo em uso transmite uma ideia de incerteza, imprecisão, como vemos em “**o MST alega** que na área são cultivadas 1,2 mil hectares com vários cultivos e mais de 500 hectares de café” (Nº28).

Em outra notícia a polarização reaparece de forma mais explícita no tocante acusatório sobre o MST (Eles), incutindo uma RS sobre o MST que remete uma caracterização do movimento social como injustos e mentirosos, como vemos na organização global do texto, por exemplo:

Eles estão perdendo a posse de dois hectares e meio. O que é isso? É um vigia na escolhinha, um no departamento de máquinas e operações e uma pessoa no escritório. **Estamos falando de três pessoas que estão sendo removidas no dia de hoje e perdendo essa posse.** Estão, então, tomando posse de 2,9 hectares no dia de hoje, disse Jeovane de Souza (Nº29).

A organização global do texto se desenvolve em torno de polarizações entre o MST e o possível proprietário de terra abordada na notícia. Tais polarizações são em grande medida motivadas sociocognitivamente e se materializam nas/pelas escolhas linguístico-textuais feitas pelo enunciador, por exemplo, “dono do terreno”, “contesta a ocupação”, afirmações atribuído a Jeovane de Souza, como vemos em “**O dono do terreno, Jeovane de Souza, contesta a ocupação. Ele afirma que apenas três pessoas vivem no local**” (Nº29), deixando itens lexicais que remontam a negação (dúvida) quanto a posição movimento social diante no noticiado, fato que potencialmente remete ao já conhecido cenário de “ilegalidade” quanto às falas destinadas ao MST, percebidas em:

Por outro lado, **o MST nega que são três pessoas morando na área e que a reiteração atinge o acampamento inteiro. Informou também que tem feito propostas ao governo**, como a ampliação da produção da agricultura familiar, para preservação da vida diante pandemia, mas as propostas não foram aceitas (Nº29).

O texto ainda traz as falas que dizem sobre a prestação de ajuda para com as famílias do MST, transmitindo a mensagem de que a ação de reintegração foi pensada também no tocante a assistir essas famílias, ou seja, a descrição de altruísmo dos órgãos públicos diante da problemática, observado nos trechos:

De acordo com a Assistência Social de Campo do Meio, a prefeitura cedeu duas creches, um centro de convivência e um hotel para abrigá-las” (Nº29).

Ainda segundo a Assistência Social, quatro famílias já estão instaladas nestes locais: uma no centro de convivência e três famílias, além de três idosos, em um hotel. A prefeitura destacou que não há previsão de quanto tempo as famílias vão ficar no local (Nº29).

A notícia se encerra em referência a um pedido de reunião por parte de deputados federais com o Romeu Zema, então governador do estado de Minas Gerais, com o intuito de se discutir para discutir prejuízos da ação de reintegração de posse em Usina de Ariadnópolis, em Campo do Meio, inculcando novamente valores positivos das autoridades, como atestamos em **“o pedido foi feito por meio de ofício** assinado pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Helder Salomão (PT/ES), 64 parlamentares e o presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos” (Nº29), no entanto a notícia termina sem alusão a fala governamental como lemos no último trecho da matéria **“até esta publicação, o governo de MG não havia respondido se o documento** feito pelos parlamentares foi recebido” (Nº29).

Na próxima notícia temos o processo de polarização explícito logo no título e subtítulo. O título faz referência direta a **“alegação”** do MST quanto à violência policial, atestado em **“Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência”** (Nº31). Já no subtítulo temos a defesa da instituição polícia em cumprimento de seu dever social, como constatamos em **“corporação admite uso de bombas, mas diz ter seguido protocolo”** (Nº31).

A notícia evidencia como estratégia discursiva a polarização (altamente ideológica) entre um endogrupo (nosso grupo) contra um exogrupo (grupo deles) reproduzindo um RS positiva acerca do primeiro, isto é, o **“nós”**, como vemos em **“a corporação disse que o planejamento da operação foi elaborado para que sua execução ocorresse de forma pacífica e sem necessidade do emprego de força,** seguindo todos os protocolos de segurança estipulados para o período da pandemia” (Nº31), enquanto constrói uma imagem negativa sobre o segundo, o **“eles,** como observados no trecho **“a assessoria de imprensa do Batalhão da Polícia Militar de Alfenas afirmou que quatro manifestantes que estavam no acampamento foram presos durante a ação”** (Nº31).

No decorrer do texto é explícito uma autoapresentação positiva da/para instituição **“polícia”** observado no trecho 31, emitindo a mensagem de uma ação conforme o previsto em regimento de leis, como atestado nos outros trechos seguintes:

A Polícia Militar disse que “não foram identificados feridos graves e reitera que todas as suas ações foram pautadas dentro dos princípios constitucionais da Proporcionalidade e Legalidade, sempre com foco na minimização de danos, preservação de vidas e na proteção aos direitos humanos, que é a base de atuação da instituição (Nº31).

A PM admitiu ter utilizado bombas com as negativas nas negociações, mas afirmou que o material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial (Nº31).

A Polícia Militar afirma que seis famílias residiam na área que passou por reintegração de posse. O MST alega serem 450 famílias (Nº31).

Desse modo é destacado os feitos positivos e legais da operação em uma construção discursiva que repercute RS estereotipadas sobre o MST a partir de uma apresentação negativa destinado implicitamente ao movimento social, por exemplo como um grupo de invasores que agem à margem da lei, portanto passível de sanções o uso da força policial, como lemos em “por outro lado, **a corporação admitiu ter sido “necessária a atuação do Batalhão de Choque da PMMG e o emprego da força legal e proporcional, para que o processo de reintegração fosse finalizado” (Nº31).**

Em seu projeto de dizer, a notícia traz trechos que remetem a uma tentativa de conciliação dessas vozes, como vemos nos trechos a seguir “**as negociações de oficiais de justiça, com apoio da Polícia Militar, para que as famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixassem a área da Usina Ariadnópolis tiveram início na manhã de quarta-feira. A área estava ocupada por cerca de 450 famílias do MST” (Nº31)** e “posteriormente, com mais informações, **as partes chegaram a uma conciliação para a desocupação, que teria que acontecer neste ano. Assim, houve o pedido de prorrogação de prazo, de mais um mês, para esta desocupação. Prazo que, conforme o tribunal, foi concedido devido à pandemia. Com o vencimento deste prazo, a desocupação está sendo feita e os militares atuam na segurança do despejo” (Nº31),** no entanto nos parece mais uma estratégia textual-discursiva para evidenciar uma certa imparcialidade, pois o que vemos com mais ênfase na análise são argumentos em prol das ações institucionais, por exemplo em “**de acordo com a assessoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não houve ordem de despejo do tribunal durante a pandemia. Esta ordem foi expedida há um ano, em 2019. Contudo, por conta de liminares, houve uma suspensão da ordem pelo desembargador Alberto Diniz” (Nº31).**

No decorrer do texto é dado voz ao MST, mas percebemos que este espaço expressa as reivindicações do movimento social mais como “reclames” do que aludido a sérios problemas sociais enfrentados pelos atores sociais do MST, basta uma observação do léxico

utilizado nos trechos a seguir, por exemplo “alegaram violência”, “que teriam utilizado bombas”, “segundo o MST” ou “despejo”, como vemos nos trechos seguintes:

Famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) alegaram violência da Polícia Militar e deixaram a área que passa por reintegração de posse na área da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio (MG), na noite desta sexta-feira (14), após 50 horas de resistência. Após a saída das famílias, **o Governo de MG e Polícia Militar anunciaram o cumprimento da ordem judicial** (Nº31).

A assessoria de imprensa do **MST informou ao G1 que as famílias se retiraram da área devido ao modo truculento de agir da Polícia Militar**. Antes da saída dos manifestantes, o Movimento dos Trabalhadores já havia destacado a ação dos militares, **que teriam utilizado bombas** (Nº31).

Ainda **segundo o MST, as 450 famílias continuam resistindo na região em que existem outros acampamentos do movimento, mas “o despejo foi concluído na área em que há a determinação judicial** (Nº31).

A notícia ainda retoma positivamente a ação de reintegração ao expor traços legais no cumprimento da lei atentado em nota enviada ao G1 como vemos no trecho “em nota enviada ao G1, **o Governo de Minas Gerais e a Polícia Militar informaram a conclusão da reintegração de posse na área** de 52,5 hectares da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio” (Nº31), além de justificar a ação desproporcional da polícia em nome de uma possível construção de um empreendimento não descrito na matéria, atestado em “**segundo a Polícia Militar**, a escola foi derrubada por uma empresa contratada pelo proprietário do local. Ainda **segundo a polícia, o proprietário afirma que derrubou a escola pois tem intenção de ocupar o local no futuro**” (Nº31) e “**de acordo com a Assistência Social de Campo do Meio, a prefeitura cedeu duas creches, um centro de convivência e um hotel para abrigá-las**” (Nº31).

Por fim a notícia ratifica a intensão de assistência às famílias desabrigadas através da voz da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), justificando a tomada de terras como parte integrante de ação legal em cumprimento da ação jurídica, como observado em “**a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) informou ao G1 que solicitou a suspensão do cumprimento da ordem judicial para reintegração de posse da área**, durante a pandemia da Covid-19, **mas não tem competência para suspender a ordem judicial**. De acordo com a Sedese, **o pedido não foi acatado pelo TJMG**” (Nº31).

Partimos agora para análise da última notícia no tocante ao foco nas polarizações. Na notícia a seguir intitulada “PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda” (Nº33) é abordada a prisão de quatro pessoas durante um processo de reintegração de posse em uma antiga usina de açúcar em Minas Gerais, como atestamos em “**polícia Militar de Minas Gerais prendeu quatro pessoas durante a reintegração de posse**

de parte de uma fazenda ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (Nº33). Nela vemos como o G1 se projeta em uma forma de dizer sobre o MST a partir de expressões que se estabelecem no imaginário coletivo como depreciativas, por exemplo, “polícia”, “prende” e “posse” como uma maneira de desprestigiar o grupo que não atende aos propósitos das corporações midiáticas, no caso o MST.

O discurso reproduzido pelo G1 em toda a amostra por esta pesquisa investigada, a nosso ver, é “*lócus* em que os sujeitos (re) produzem RS ao longo de suas histórias de vida, compartilhando, através de textos, seus valores e atitudes frente aos objetos do mundo” (IRINEU, 2011 apud IRINEU, 2019, p. 14). Desse modo, a notícia se faz de uma elaboração na qual se projeta RS estereotipadas sobre MST que refletem nas práticas sociais “uma vez que as representações sociais alicerçam as ações de membros de grupos que pressupõem uma história comum de experiência, interação e práticas discursivas” (IRINEU, 2019, p. 14).

Parece-nos evidente a exposição binária entre o Nós *versus* Eles em uma tentativa de opor o MST às leis institucionais, portanto as ações das forças de segurança apenas cumpriram suas obrigações legais no tocante à proteção da segurança e da ordem, como vemos na atribuição das vozes institucionais no trecho:

Desde quarta-feira de manhã até hoje, a **Polícia Militar, em nenhum momento, utilizou de força. Houve, infelizmente, a resistência desses manifestantes. Nós usamos da força proporcional e legal para poder conter essa agressão e dispersar essa manifestação que estava acontecendo**, afirma a capitã Layla Brunnela, chefe da sala de imprensa da PM-MG (Nº33).

Essa estratégia expressa nitidamente uma tentativa de desprestigiar o MST, caracterizando o MST como um movimento agressivo, avesso ao diálogo, efetivando um discurso em prol da ilegalidade do movimento tendo em vista que “essas avaliações positivas para “nós” e negativas para “eles” estruturam todo o texto e se manifestam nos pressupostos que guiam esse discurso” (IRINEU *et al.*, 2020, p. 80), observado em “**o confronto** entre os sem-terra e a Polícia Militar ocorreu por volta das 14h. **A polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral e a prisão de quatro pessoas. Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido.** “Cenário de guerra, cenário de guerra aqui em Campo do Meio”, diz mulher em vídeo” (Nº33).

Vale dizer também do uso de eufemização quanto à ação das instituições oficiais no trecho materializado pelo item “confronto entre os sem-terra e a Polícia Militar” (Nº33), pois atestamos que um confronto neste contexto pressupõe uma equidade de possibilidades de ação, fato que inferimos não ocorre dada à complexidade do aparato militar/policial em

comparado com o MST que não se utiliza de instrumento de violência em suas ações reivindicatórias. Os eufemismos utilizados na elaboração estrutural das notícias funcionam a fim de legitimar a agressão às vítimas, isto é, percebemos que o G1 ao noticiar sobre o MST mesmo que traga em seu escopo textual referências às agressões sofridas pelo MST, elas se materializam de um modo suavizado, como uma legítima ação das forças de segurança no sentido combater os atos de vandalismo do MST.

No decorrer da notícia é notório que a convocação de vozes antagônicas se estabelece na perspectiva de evocar para modelos mentais que potencialmente ocasionam o expurgo para com o MST. Essa estratégia de polarização é constatada em outros trechos **“o Tribunal de Justiça de Minas informou que a ordem para reintegração de um trecho de 63 hectares é de 2019 e não tinha sido cumprida por causa de liminares”** (N°33) confrontada com **“A advogada do MST diz que os ocupantes não concordam com a saída durante a pandemia. “Nós estamos num momento de pandemia e, ainda assim, o tribunal tem se recusado a avaliar a situação. É essa a situação nesse momento”, diz Letícia Souza** (N°33).

Nota-se que a extensão consideravelmente maior dada para a voz das instituições já denota a não neutralidade do G1 para com o fato noticiado, basta observarmos a assimetrias em termos de extensão, mas sobretudo de informação entre as vozes discursivas o que nos diz sobre a não disposição de dar espaço às minorias sociais no cenário midiático, tendo em vista que **“os representantes ou especialistas das minorias raramente são ouvidos de modo crível e autorizado”** VAN DIJK, 2010, p. 174), atestado nos seguintes trechos:

O governo de Minas disse que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social chegou a enviar para a Justiça um manifesto coletivo da OAB e do Conselho Estadual de Direitos Humanos pedindo que a reintegração de posse não fosse feita agora, por causa da pandemia, mas esse pedido foi negado (N°33)

O TJ afirmou ainda que, em julho, depois de uma negociação, **a Justiça concedeu mais um mês para a saída, e o que o motivo tinha sido a pandemia.** Mas, com o vencimento do prazo, a desocupação teve que ser cumprida (N°33).

A polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral. Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido (N°33).

Além disso se soma alusão às vozes discordantes quanto ao número de famílias desassistidas durante o processo de reintegração de terra, fato que por si já denota intencionalidades outras além do simples informar, pois a mídia **“não só informa, mas faz parte da formação do leitor”** (NUNES, 2003. p. 9), desse modo assumimos que a disposição desproporcional entre os números expressos a seguir nos diz como a sequência do léxico se reveste implicitamente a fim de estabelecer dúvidas quanto ao fato noticiado, fato que expressa,

a nosso ver, uma pseudo imparcialidade da notícia, pois assumimos que contexto social atual no qual o MST é constantemente atacado tanto pelo governo Bolsonaro quanto pelas grandes corporações midiáticas, a exposição assimétrica desses números ocasionam mais credibilidade aos órgãos institucionais: **“Segundo a Polícia Militar, seis famílias foram retiradas do local”** (Nº33). **“Segundo o MST, cerca de 450 famílias ocupam a área há mais de 20 anos”** (Nº33).

Sabemos que comumente as vozes das minorias sociais não são igualmente contempladas quando comparamos com as vozes institucionais o que dificulta consideravelmente o debate democrático, pois as minorias sociais “precisam ser definidos como não detentores de recursos cruciais para resistir, detectar ou evitar a manipulação” (VAN DIJK, 2010, p. 255), além disso quando se há referência a voz de grupos marginalizados é quase sempre de espaço diminuto ou “se forem citados, suas opiniões serão contrabalanceadas com os comentários mais neutros dos porta-vozes branco” (VAN DIJK, 2010, p. 174).

Na notícia, a seleção de acesso das vozes nos mostra como se dá o acesso delas na produção discursiva, além de denotar quais vozes têm mais o que “dizer” e quais devem ser silenciadas, por isso “as vozes selecionadas e as maneiras como são representadas permitem o mapeamento das representações particulares do evento” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 106). Embora tenhamos amostra da voz do MST, tendo em vista que “o discurso é internamente dialógico porque é polifônico, todo texto articula diversas vozes” (BAKTHIN, 2002 apud RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 65), elas aparecem diminutas e/ou vagas, isto é, sem detalhamento informativo, fato que demonstra que o acesso à participação do MST nas notícias responde a recortes propositais elaborados na produção/elaboração do texto que evoca para uma RS sobre o MST como “invasores criminosos”:

A polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral. Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido (Nº33).

A Polícia Militar de Minas Gerais prendeu quatro pessoas durante a reintegração de posse de parte de uma fazenda ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Nº33).

Como vimos, o MST é categorizado novamente como “invasores”, sendo atribuído estruturas linguísticas explícitas com o intuito de criminalizar o MST diante da opinião pública. Essas expressões sem muito esforço interpretativo estão a serviço de uma estratégia linguístico-discursiva que tende a relacionar o MST à criminalidade. Nessa notícia, novamente é negado efetivamente a voz aos membros do MST, por exemplo não é mencionado que a estrutura fundiária brasileira é historicamente concentrada, predominando o grande latifúndio, ocasionando exclusão da maioria da população, acentuando as desigualdades sociais no Brasil.

É notório que “as ideologias se projetam em direção aos interesses e recursos de grupos e de seus membros na organização e manejo de seus objetivos e práticas sociais” (IRINEU, 2019, p. 14), por isso as corporações midiáticas, via de regra, desrespeitam, grosso modo, uma das premissas bases do fazer jornalístico, isto é, a cobertura dos fatos do mundo com imparcialidade, portanto as “representações não podem ser criadas de modo individual, mas apenas de modo coletivo, grupal” (MISSIAIS-MOREIRA, 2020, p. 85), obviamente atender a *modus operandi* específicos no trato da elaboração discursiva dos textos que veiculam, pois “os membros agem segundo atitudes, ideologias e valores compartilhados a partir do sentimento de pertencimento” (IRINEU, 2019, p. 14).

Compreendemos que os veículos e agências de comunicação não visam apenas informar, mas sobretudo transmitir essa informação de acordo com um ponto de vista pré-determinado. Dessa maneira, percebemos que a notícia oculta informações essenciais sobre como se dão as ocupações do MST em prol da resistência do grupo, por exemplo, a notícia deixa de mencionar que o MST possui como uma de suas ações de luta a ocupação de terra com o intuito de pressionar o governo para a efetivação da reforma agrária ou “esquece” de dizer sobre a situação dessas terras, isto é, não abordam que elas são improdutivas, constituem-se em geral pelo processo de grilagem ou ainda passam por disputa judicial.

Como observado as RS orientam práticas, “uma vez que representações alicerçam as ações de membros de grupos que pressupõem uma história comum de experiência, interação e práticas discursivas” (IRINEU, 2019, p. 9). Desse modo, a notícia se faz de uma elaboração na qual se projeta RS pela estereotipia do MST que reflete nas práticas sociais “uma vez que as representações sociais alicerçam as ações de membros de grupos que pressupõem uma história comum de experiência, interação e práticas discursivas” (IRINEU, 2019, p. 14).

Assim afirmamos que é proposital o uso de expressões que nos remete ao estímulo de desprestigiar o MST (Eles) a fim de construir identidades que impactam nas experiências, nos padrões de interação e nas representações sobre o mundo, por isso a importância em uma análise crítica do exame dos itens lexicais convocados em um gênero do discurso, pois tais escolhas podem e de certo, a nosso ver, refletem no imaginário coletivo a partir da interação recorrente deste projeto de dizer pelas mídias aqui representada pelo G1.

Ratificamos que o discurso além de refletir a realidade também a retrata, isto é, na/pela prática discursiva (des) reconstruímos a própria realidade que experimentamos em nossas interações sociais, pois “muita da fala cotidiana sobre as minorias é inspirado pela mídia” (VAN DIJK, 2010, p. 144), por isso dizemos sobre a celeridade da produção e da distribuição de informações em muito provocada pela globalização que ao proporcionar

comunicação instantânea ocasiona o dinamismo informacional tão presente na contemporaneidade, sendo elemento crucial na constituição do significado dos indivíduos sobre os objetos de discurso do mundo. Nesse sentido a mídia se constitui um elemento crucial tanto para difundir informações quanto (re) construir identidades sociais e conseqüentemente RS.

A polarização se caracteriza, a nosso ver, como recurso fecundo na construção das formas de pensar o mundo, sobretudo no atual cenário político mundial pois nos parece que recorrer a manipulação maniqueísta na qual uns são certos e outros errados denota particularidades das/nas formas de pensar/agir no mundo a partir de experiências intersubjetivas e sociais, neste sentido a mídia é *locus* fundamental de constituição identitárias, pois ela se constitui como um ator social que possui “recursos simbólicos para a manutenção desses grupos no que diz respeito a sua institucionalização e ao seu funcionamento nas relações sociais” (IRINEU, 2019, p. 14) que colabora significativamente para a manutenção dos mecanismos de controle discursivo, cognitivo e social inculcando e naturalizando ideologia posicionando “os papéis sociais que os sujeitos assumem no momento da enunciação” (VAN DIJK, 1999 apud IRINEU, 2019, p. 14).

A mídia através de suas práticas “faz do material discursivo analisado uma amostra significativa do modo como organizam mentalmente as coisas do mundo” (IRINEU, 2019, p. 14), pois as pessoas “compartilham RS em um processo de partilha de identidades, crenças, ideias, opiniões e atitudes com relação aos objetos do mundo na condição de objetos representação” (IRINEU, 2019, p. 14). Neste sentido, compreendemos que recorrência de vozes discordantes (com ênfase nas vozes institucionais) se faz a fim de estabelecer parâmetros opinativos em acordo às formas de pensar da mídia hegemônica aqui como já dito representado pelo portal de notícias do G1.

Desse modo a notícia estabelece direcionamentos da forma como conceber a mensagem inculcando modelos que se fazem (potencialmente) naturalizados nas interações a partir das conexões entre discurso, estrutura social e cognição. Esta se caracterizando como propriedade que se desenvolve individual e socialmente, pois ela é adquirida, aprendida e formada nos processos interacionais e por intermédio de processos de percepção individual, pois as “representações não podem ser criadas de modo individual, mas apenas de modo coletivo, grupal” (MISSIAIS-MOREIRA, 2020, p. 85).

De certo compreendemos que nem todos indivíduos “possuam as propriedades ideias do alvo da manipulação” (VAN DIJK, 2010, p. 256), pois entendemos que há pessoas críticas, reflexivas e dissidentes das formas de pensar produzido pelo discurso do G1, no entanto elas, via de regra, não têm obviamente o acesso ao controle discursivo da mídia, daí a

continuidade dessas RS estereotipadas sobre o MST tendo em vista “enquanto essas pessoas não dominam o cenário principal dos meios de comunicação, o problema dos contradiscursos é menos grave para os manipuladores” (VAN DIJK, 2010, p. 256).

De acordo com Nunes (2003, p. 11) a mídia “não é um mero transmissor de acontecimentos”, posto que “a mídia em geral, e a imprensa em particular, uma arena de luta política de primeira grandeza, as minorias estão em desvantagem no processo de participação política” (MARTINS, 2007. p. 30). Nesta perspectiva a escolha de termos, a articulação do léxico e o uso de expressões específicas para tratar do/sobre o MST na notícia revela que “o discurso da imprensa não favorecer os grupos étnicos minoritários, antes opera, contribuindo a seu modo, para a reprodução do racismo” (MARTINS, 2007. P. 30), aqui a ideia do pensamento de Martins (2007) estendido para o MST no tocante a reprodução e disseminação de distopias.

Assim ratificamos que no processo de formação de estereotipais sobre o MST a evocação de conjuntos lexicais se fizeram recorrentes no noticiado do G1 que se somam na elaboração discursiva na reprodução de RS que evoca ao movimento social o caráter ilegal, desordeiro, invasor e vândalo, isto é, remete a construção sociocognitiva do MST como um fenômeno social que ocasiona o caos, desrespeita as leis, provoca invasões pois a partir de Irineu (2011, p. 81) compreendemos as RS são “um fenômeno social de caráter psicológico e diretamente presente nas projeções discursivas”. Nesse tocante, atestamos que as notícias apelam para uma manipulação discursiva que evoca no imaginário social crenças e estereótipos naturalizadas que funcionam nas relações dos indivíduos para com o objeto representado, pois é “no e pelo discurso, produzimos pontes que nos ligam ao mundo e seus elementos, condição essencial para que a comunicação como forma de socialização se realize” (IRINEU, 2019, p. 16).

Compreendemos que o objeto de discurso MST evidenciado na notícia se constrói na memória a partir da disposição discursiva do texto e desse modo potencialmente repercute na estrutura social no tocante às formas de perceber o objeto representado. O papel do discurso é preponderante na formação opinativa sobre as coisas do mundo que a mídia enuncia, tendo a dimensão cognitiva como elemento central na interface entre o discurso e a sociedade. Aqui vale dizer (ratificar) sobre as noções de discurso que tomamos como base, assim consonante a Irineu (2019, p. 14) “por discurso compreendemos, de modo mais amplo, todo o evento comunicativo (VAN DIJK, 1999) e, de modo específico, uma dimensão da prática social” (FARICLOUGH, 2008).

Sabemos que é o uso dinâmico da língua que propicia a construção de discursos e formas de representar de tal modo que os textos possuem efeitos ideológicos nas mais diversas

interações sociais. Desse modo, o discurso midiático se articula com os processos de produção de saber e de poder gerados, entre outras coisas, por questões políticas e interesses de grupos particulares em favor de projetos específicos de dominação, posto que “falantes, rotineiramente, referem-se à televisão ou aos jornais como suas fontes de conhecimento” (VAN DIJK, 2010, p. 144). Portanto compreendemos a mídia como instituição de controle social e mental dos indivíduos justamente porque é através dela que as pessoas tendem a representar versões da “realidade”.

Passamos para análise do uso de *aspas* atribuídos às falas evocadas nas notícias como estratégia de distanciamento (pseudo distanciamento) do G1 sobre as ações de resistência do MST. Parece-nos claro que uso de *aspas* está muito mais além do que simples sinalizar vozes discursivas (turno de falas), pois como observamos elas funcionam muito mais para marcar um certo *distanciamento* da voz do MST a fim de estabelece sociodiscursivamente uma estratégia argumentativa que perpassa à cognição no sentido de legitimar as agressões às vítimas, dando muito mais extensão às vozes das instituições oficiais, desse modo, a nosso ver, o G1 se faz de pseudo distanciamento e assim se posiciona implicitamente contra as posições do MST.

Tradicionalmente o uso de *aspas* é tido mais voltado para os pressupostos gramaticais, isto é, para aspectos textuais no tocante à pontuação, por exemplo marcar citações, sinalizar estrangeiros e/ou neologismos, para marcar realces e orientar entradas e saídas de turnos de fala, no entanto compreendemos que a utilização de *aspas* vai muito além dessas prescrições, pois elas podem potencialmente evidenciar um distanciamento protetivo do enunciador em relação a que se enuncia. Sobre elas AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219) nos diz “as *aspas* estão presentes em uma fala sob vigilância, sob controle, uma fala *mantida*, em um terceiro sentido”.

Nesta perspectiva, tomamos as *aspas* em seu potencial sentido, ou seja, vemos na sua utilização uma forma de evidenciar uma reflexão pseudo distante no/do ato de dizer. Em outras palavras, as *aspas* implicam estratégias linguístico-discursivas a serviço de incutir influencia na leitura/interpretação do interlocutor, posto que elas podem propositalmente serem locadas em pontos estratégicos do texto, colaborando com os projetos de dizer do enunciador. Esta estratégia, embora se materialize implicitamente se evidencia textualmente como um instrumento argumentativo que transparece a imparcialidade do G1 diante do noticiado, posto que “outros recursos discursivos, como *aspas* ou palavras do tipo dizem ou alegam” (VAN DIJK, 2010, p. 181) propõe dúvida quanto à voz discursiva do MST expressando distância ou consonância quanto às acusações policiais. Vale dizer que é notório no discurso midiático a atribuição de vozes, supostamente marcando o discurso direto de outrem.

Dito isto, notamos o uso estratégico das aspas como uma forma de atribuição (correlação) do discurso de autoridades a forma de pensar e agir do veículo de comunicação analisado neste trabalho. A seguir temos um quadro com os títulos das notícias analisadas:

Quadro 17 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inferimos que os usos de aspas em determinados trechos da notícia funcionam muito mais do que uma marcação de fala, pois “o uso de aspas serve especificamente para distanciar as vozes, o que sugere acentuação conflituosa da diferença” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 103), desse modo:

O uso das aspas no discurso como marca a polifonia só pode ser determinado fazendo-se referência ao seu modo de funcionamento e de contextualização no discurso do representador, podendo servir especificamente para distanciar a si próprio da voz externa, usar a autoridade da voz alheia para sustentar sua própria posição, inovar ou introduzir uma palavra nova (MAINGUENEAU, 1997 apud RESENDE; RAMALHO, 2009, p. 103).

Ratificamos que consonante a Irineu (2011, 2014, 2019) compreendemos RS como um “construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica” (IRINEU, 2019, p. 14), isto é, as RS são constituídas em seu processo de formação pela confluência entre os aspectos discursivos, o contexto interacional que implica a conjuntura da estrutura social e a convocação a memória coletiva (social), isto é, aos aspectos cognitivos que se estocam na mente através da interação social e das intersubjetividades dos indivíduos, assim tomamos as RS como “construções intelectuais do pensamento relacionado às emoções coletivas e manifestam-se nos aspectos triviais da linguagem e do comportamento humano” (IRINEU, 2019, p. 16).

Iniciamos a análise desta estratégia com o exame da notícia intitulada “Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará” (Nº01). Nela vemos explicitamente a classificação do MST como “invasores” na voz da Secretária de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, atestado em “nesta segunda-feira (14), o secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, disse que **invasores de terra serão punidos “rigor da lei”** (Nº 01). O termo invasão e seus derivados reaparecem na composição

geral do texto expressando nítido a intensão do discurso através da referencialidade a itens lexicais que carregam em si uma semântica depreciativa no imaginário coletivo (cognição), pois “a posição poderosa do falante talvez seja enfatizada por um cenário bastante formal, tom da voz, adereços, escolha lexical” (VAN DIJK, 2010, p. 257).

Na sequência do texto ao item lexical “invasores” se soma outros termos (bagunça, punidos, fantasmas, detidos, invasões) de igual valor depreciativo em uma cadeia léxico-semântica que nos diz sobre como o MST é representado a partir do discurso, como vemos em:

Esses invasores serão identificados e punidos, com o rigor da lei. É assim que serão tratadas as invasões de propriedade. Os invasores não são fantasmas, eles estão lá, eles vão ser detidos, identificados e vão responder com o rigor da lei”, afirmou o secretário. (Nº 01), ratificado em “**isso é reforma agrária? Isso é bagunça agrária, anarquia agrária**”, afirmou Garcia. “Reforma agrária, está na lei e vai continuar. Propriedade sem função social vai para reforma, mas propriedade produtiva, não”, completou (Nº 01).

Neste sentido, partindo do pressuposto que o léxico assume função que vai além da simples referência de objetos em um texto, tomamos ele como elemento crucial nas/das transformações de sentido de um texto. Neste tocante a notícia ao recategorizar o MST a termos não reconhecidos pelo movimento social (bagunça, punidos, fantasmas, detidos, invasões) nos diz como o G1 opera seu material discursivo a fim de naturalizar RS estereotipadas na memória social de seus leitores. Esta estratégia de utilização de aspas a fim de evidenciar outras vozes discursivas, a nosso ver, na verdade expressa intencionalidade de ordem ideológica, pois “as práticas de coleta de notícias, bem como os padrões de citação, também mostram que as minorias e suas instituições têm literalmente pouco a dizer na imprensa” (VAN DIJK, 2010, p. 174).

A aspas são estruturas também semânticas possibilitando um elo plurissignificativo ao texto. Na notícia a seguir intitulada “Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG” (Nº35) vemos como o uso de aspas vai muito além do sinaliza falas, mas sobretudo evidencia implícita e explicitamente adesão a essas falas que ao ser compartilhadas podem potencialmente repercutir em desarranjos quanto a caracterização dos objetos de discurso disponíveis nas práticas discursivas midiáticas.

Na referida notícia a utilização das aspas funcionam para deslegitimar a ação violenta da polícia. Em uma leitura menos atenta poderíamos dizer que se trata realmente apenas de alusão a fala policial, por exemplo “**peças decidiram deixar área** de reintegração de posse após “**ação truculenta da PM**” em Campo do Meio, informou o MST (Nº 35),

entretanto no decorrer do texto vemos que há a convocação da defesa policial materialmente exposta pela fala dessa instituição como nitidamente vemos em:

A Polícia Militar disse que **“não foram identificados feridos graves e reitera que todas as suas ações foram pautadas dentro dos princípios constitucionais da Proporcionalidade e Legalidade, sempre com foco na minimização de danos, preservação de vidas e na proteção aos direitos humanos, que é a base de atuação da instituição (Nº 35).**

Na notícia temos a utilização de aspas funcionando como elemento que potencialmente efetivam dúvida quanto à fala do MST, pondo está em descrédito. Nota-se também que as aspas se projetam como uma forma de efetivar ausência de responsabilidade quanto ao que é dito. Nesse sentido, podemos “considerar as aspas como antilapso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 219), isto é, elas não são apenas marcação da fala, mas se materializam textual-semanticamente como estratégia persuasiva a fim de estabelecer adesão às formas de interação como o objeto MST. Percebemos que o trecho traz ênfase na defesa da tese exposta que remete a juízos de valor implícitos na tentativa de convencer os indivíduos do ponto de vista apresentado na notícia. Consonante a (AUTHIER-REVUZ, 2004) compreendemos que as aspas se estruturam (ou podem se estruturar) como marcas de um enunciado sob vigilância, isto é, no projeto de dizer há uma pseudo distanciamento quando na verdade expressa o dizer aparentemente não dito.

Tomamos a ideia de que os textos não são homogêneos, ou seja, eles são abertos a plurissignificação, pois em uma interação verbal outros elementos se avivam além da estrutura linguística, por exemplo, contexto situacional, autoridades evocadas, experiências, intersubjetividades, modos de pensar e de agir, aspectos cognitivos, entre outros elementos que em conjunto constroem a heterogeneidade dos textos que interagimos. Nesse sentido, a notícia evidencia uma cena enunciativa função de defesa de não responsabilidade da enunciação como se ao citar o outro houve a ausência de responsabilidade aquilo que se verbaliza.

Assumimos que as aspas são menos um sinal gráfico, pois nela/dela podem emanar significados implícitos a depender do uso, por exemplo disfarçar ações de violência com vemos em “segundo a assessoria de comunicação do MST, **as famílias se retiraram** da área devido ao modo **"truculento de agir da Polícia Militar"** (Nº 35). Nota-se nessa sequência uma alusão quase colaborativa do MST no tocante a deixar a área na expressão **“as famílias se retiraram”**, mascarando o fato que ocasionou essa saída, isto é, a violência, o expurgo e a criminalização. Sabemos dos “recortes” que a mídia faz no seu noticiário, evidenciado apenas os tópicos discursivos (ver análise de dados sobre descrição temática da RS sobre o MST) que interessam

a ela posto que “os porta-vozes das minorias são menos citados, citados com menos credibilidade” VAN DIJK, 2010, p. 174).

Nesta perspectiva a notícia transmite a ideia de cumprimento de lei por parte das instituições oficiais presentes no texto que ancoradas em dispositivos legais apenas fizeram cumprem ordens judiciais. Para isso o G1 se faz de escolhas lexicais que ocasionam direcionamento de leitura/interpretação que, via de regra, são ancorados em dispositivos cognitivos compartilhados socialmente nas práticas discursivas e cotidianas, pois “as elites podem então usar termos específicos no discurso da mídia ou da política para influenciar a opinião pública” (VAN DIJK, 2010, p. 229). Esse “cumprimento da lei” é materializado como defesa das ações dessas instituições, como lemos em “a corporação admitiu ter sido **“necessária a atuação do Batalhão de Choque da PMMG e o emprego da força legal e proporcional, para que o processo de reintegração fosse finalizado”** (Nº 35), nota-se que as aspas aqui dizem mais sobre a legitimação da voz policial do que simplesmente orientar o turno de fala.

Por fim a notícia traz alusão a já recorrente “criminalização” do MST sem obviamente aludir a ação responsiva do movimento campestre, fato que denota classificações díspares atribuídas ao MST (e não reconhecidas pelo MST) que rotula implicitamente o movimento social do/para o campo como “vândalos”, atestado em **“eles estavam organizando as barracas em uma propriedade que não pertencia a eles. Além disso, houve um incêndio no local e eles vão responder por crime ambiental”**, explicou. (Nº35).

Partimos para a análise outra estratégia linguístico-discursiva que nos diz sobre a elaboração das práticas discursivas do G1 no tocante a representar o MST como agentes criminosos, isso é, a referência a sujeitos sintáticos que remetem ao contexto criminal. A estruturação sintática de uma determinada notícia expressa em grande medida de suas intencionalidades, ou seja, de seus propósitos ideológicos. Aqui nos detemos a estruturação sintática, grosso modo, que obedece a ordem cânone, isto é, uma estruturação sujeito-verbo-complemento, com foco no sujeito sintático convocado nos textos que faz alusão a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem. A seguir estão os títulos das notícias investigadas:

Quadro 18 - Notícias do G1

Nº	Data	Títulos
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A interface entre discurso, cognição e sociedade é preponderante na formação de RS, pois estas dimensões são interdependentes e se manifestam nas ações e nos modos de perceber o mundo. Nesse sentido a mídia é terreno fecundo para a reprodução de controle sócio-mental, pois “os meios de massa em geral e a imprensa em particular desempenham papel preponderante na esfera pública, contribuindo de forma decisiva para a formação do consenso” (MAGALHÃES, 2007, p.) por isso o exame do discurso em viés crítica faz necessário quando nos deparamos com gêneros do discurso da esfera midiática, pois elas podem revelar posições ideológicas, fatores econômicos, interesses daqueles que compõem esses textos, relações sócio-políticas, entre outros.

Nas notícias temos a evocação aos elementos da memória social no tocante à estruturação sintática com sujeitos marcados socialmente ao campo semântico de combate à violência, à desordem e ao descumprimento das leis, como vemos no título “**Polícia Militar cumpre ordem judicial** para reintegração de posse de área de usina em MG” (Nº28). Nela itens lexicais alusivos ao imaginário de crimes/judiciário se conjugam em um cenário representativo do MST alusivo à já recorrente “ilegalidade”, por exemplo “**a Polícia Militar cumpre nesta quarta-feira (12) uma ordem judicial para reintegração de posse** em uma área ocupada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG)” (Nº28).

De um modo geral, as notícias evocam para um cenário criminoso, por isso a necessária presença de sujeitos que na cognição social remete ao combate a agentes criminosos, como vemos na sequencia léxico-textual “**os policiais estão no local dando apoio aos oficiais de justiça que cumprem a determinação**, que até o momento é pacífica”. (Nº28). Isso implicitamente, a nosso ver, remete a um processo de manipulação do discurso a serviço de constituição de RS sobre as minorias, pois consonante a Van Dijk (2010, p. 257) “as emoções

das pessoas podem ser despertadas e estimuladas pelo uso de palavras especialmente selecionadas, da retórica dramática”.

A elaboração global da notícia se faz com sujeito sintático que remete ao campo semântico criminal. Para tanto os textos fazem diretamente relação às instituições oficiais, sobretudo a “polícia” e “Tribunais de Justiça” o que nos indica para inclinação não neutra por parte do G1, aferido nos trechos “de acordo com a assessoria do **Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não houve ordem de despejo do tribunal durante a pandemia**” (Nº28); e “**a Justiça, pelo juiz Walter Zwicker Júnior, da Vara Agrária de Minas Gerais, havia determinado a reintegração de posse do local**” (Nº28).

Outro trecho referencial a sujeitos sintáticos que remete a modelos de pensar correlacionados ao combate à criminalidade é aferido no trecho “com o vencimento deste prazo, a desocupação está sendo feita e **os militares atuam na segurança do despejo**” (Nº28) no qual os “militares” se materializam como agentes de combate a desordem. Assim se projeta uma imagem caótica, pois é de conhecimento do/no imaginário social que a convocação do exército é sobretudo para situação de extremo caos social (aqui se exclui o golpe militar de 1964, na visão deste pesquisador), portanto essa alusão nitidamente reflete uma imagem de perigo que o MST expressa, obviamente na visão do G1.

Dessa maneira, a construção de estereotipais sobre o MST foi em grande medida apoiada na evocação dessas instituições oficiais como forma de representar o MST correlacionado à ilegalidade em uma manipulação discursiva (VAN DIJK, 2010) que nos diz sobre o enquadramento do MST correlacionado a atos criminosos, fato que repercute nas opiniões dos indivíduos já que “as discussões do dia a dia podem focar crimes ou diferenças culturais sobre os quais leram na imprensa” (VAN DIJK, 2010, p. 173), basta pensarmos em como o MST é pensado em nossas interações. De certo, salvo poucas exceções, ele não é representado como criminosos, invasores, vândalos, bandidos, violentos, entre outras substantivações/adjetivações depreciativas. Nesta perspectiva, afirmamos que, via de regra, essas RS sobre o MST possuem nascedouro nos gêneros midiáticos, sobretudo as notícias.

Essa manipulação se materializa na sequência da notícia inferindo modelos mentais nos indivíduos, refletindo na formação de opinião sobre o objeto de discurso MST, constituindo-se como uma estratégia construtiva na elaboração de estereótipos sobre o MST como “criminosos” ou “vândalos”. A manipulação também é um fenômeno cognitivo, pois de acordo com Van Dijk (2010, p. 235-236) “a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes”. Isso implica que em uma dada elaboração de uma notícia o veículo enunciador se faz de um conjunto de estratégias de base textual-discursiva a fim de se

estabelecer como instrumento de informação e conhecimento, pois tais matéria são tomadas como prova para as atitudes negativas que os falantes têm sobre as minorias” (VAN DIJK, 2010, p. 173).

Essa manipulação implícita é atestada na notícia a seguir intitulada “Oficias de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG” (Nº29). A sequência da notícia novamente traz o sujeito sintático “polícia” e “oficias de justiça” como representante da discursividade das vozes institucionais. Nota-se que os termos são correlacionados a outros de ordem criminal na cognição social, como vemos em “ **Oficiais de justiça ainda negociam** para famílias do MST deixarem área de usina em MG” (Nº29) e “**Oficiais de justiça, com apoio da Polícia Militar, seguem com negociações** para as famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixarem a área da Usina Ariadnópolis, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG)” (Nº29), assim é notório no texto o apelo a fim de respaldar credibilidade das informações diante da sociedade, partindo do pressuposto que essas instituições de segurança pública cumprem apenas seu dever institucional, isto é, proteger os cidadãos (no contexto brasileiro atual “cidadãos de bem”).

Na notícia a seguir temos expressa novamente a ocorrência a sujeitos sintáticos que repercutem à criminalidade, e a transtornos, intitulada “PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos” (Nº32), como vemos em “**A Polícia Militar disse ao G1 que o atendimento médico não foi impedido** e que uma equipe de saúde dos militares está com profissionais da cidade no local para atender tanto militares quanto manifestantes. **A PM refutou ter agido de forma truculenta e diz que negociou até o último minuto, mas não houve acordo**” (Nº32).

No trecho observamos a referência novamente ao sujeito sintático remissivo à criminalidade fato recorrente no noticiário sobre o MST, como atestado em “**PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST** durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes são presos (Nº32). Na sequência do texto várias instituições se conjugam na notícia como representações legítimas da corporeidade da seguridade do direito dos indivíduos, incorporando um cenário no qual o MST é causa e efeito de desordem, por exemplo, “**Corporação afirma ter seguido protocolo após negativas em negociações**” (Nº32) e “**a corporação negou ação truculenta, mas admitiu utilização de bombas e disse seguir protocolo**” (Nº32).

Compreendemos que a manipulação é um fenômeno discursivo-semiótico, tendo em vista que “a manipulação é exercida através da escrita, da fala e das mensagens visuais”

(VAN DIJK, 2010, p. 235-236), daí a relevância de estudos críticos do discurso para os tensionamentos precisos no tocante como os textos colaboram significativamente na formação de RS, pois “o discurso manipulador ocorre tipicamente na comunicação pública controlada pela elite política” (VAN DIJK, 2010, p. 251).

Neste tocante vemos que a notícia evoca para a fala institucionalizada de forma manipulativa a fim de legitimar a ação policial/jurídica, como percebemos em “de acordo com **a polícia, com as negativas, o protocolo foi iniciado e houve utilização de bombas**. No entanto, **a PM afirmou que o material foi utilizado dentro do previsto para dar cumprimento à ordem judicial** em que **apoia oficiais de justiça** para que seja cumprida” (Nº32). Na elaboração textual-discursiva a notícia recorre diretamente às já recorrentes instituições de segurança (polícia) e aplicabilidade das leis (órgãos jurídicos), como vemos nos trechos:

A assessoria de imprensa do Batalhão da **Polícia Militar** de Alfenas **afirma que quatro manifestantes que estavam no acampamento foram presos**, mas, até esta publica **não informou a qualificação das prisões** (Nº32).

Oficiais de justiça, com apoio da Polícia Militar, seguem com negociações para as famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixarem a área da Usina Ariadnópolis, no Quilombo Campo Grande, na Zona rural de Campo do Meio (MG) (Nº32).

Como de praxe no noticiário do G1 na notícia em questão há argumentos implícitos correlacionados ao MST no tocante justificar o expurgo para este movimento social no qual a história e a evolução do movimento, a nosso ver, é legítimo e necessário. A notícia ainda traz a frequente recorrência da violência associativa ao MST. Estranhamente (não para este pesquisador) a notícia aludi para ações violenta e vândalas praticadas pelo o MST, no entanto não é prática do movimento social campesino provocar prejuízos ao meio ambiente, por exemplo, como afere o trecho “na tarde de quinta-feira (13), **três policiais que prestam apoio na operação precisaram de atendimento médico após inalarem fumaça de um incêndio que foi colocado em um pasto**. Segundo **a polícia**, o fogo se alastrou pelo Quilombo e **a equipe precisou se deslocar para uma área de segurança**” (Nº32).

Passamos para a análise da última notícia selecionada no tocante à alusão a sujeitos de ordem sintática alusivas a cumprimento da ordem e ao combate a crimes. Nela logo no início já vemos a referência ao sujeito sintático referentes a instituição “polícia”, como lemos em “**PM de Minas prende** quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda” (Nº33). Interessante notarmos os verbos alusivos à fala institucional (prender, dizer, admitir, seguir, refutar, confirmar) correlacionados aos sujeitos sintáticos referentes à ordem criminal/jurídico

(polícia, tribunal, PM, oficiais de justiça) se materializam na evocação de por um lado dar crédito à fala institucionalizada a partir do uso de verbos que gozam de uma viés *afirmativa*, “*verdadeira*”, por outro de legitimar essas ações dado a convocação de agentes do Estado, isto é, as instituições oficiais de segurança e de seguridade jurídica. Dessa maneira, atestamos que as escolhas de verbos e sujeitos (sintáticos) não são arbitrárias, pois essas escolhas evidenciam alterações de sentido aos enunciados.

Martins (2007) ao abordar a relação imprensa, racismo e análise de discurso, centrando-se nos processos de exclusão e inviabilidade desses grupos minoritários no tocante à questão étnico-racial, tomamos a ideia de Martins (2007) como extensão para o MST, pois as escolhas linguísticas nessas notícias trazem em seu escopo categorizações negativas, relacionando o MST à invasão (invasores), como atestamos em “**PM de Minas prende quatro pessoas** durante reintegração de posse de fazenda” (Nº33) ou em “**a polícia confirmou o uso de bombas de efeito moral**. Segundo o MST, um trabalhador sem-terra ficou ferido” (Nº33).

Esses verbos implicam legitimidade ao discurso, pois eles são implicam de forma geral certeza em termos afirmativos, diferentemente aos verbos destinados as falas do MST como os já citados neste trabalho, por exemplo o recorrente “alega” e seus derivados “alegam”, “alegaram”, portanto, o uso de verbos introdutórios de opinião (MARCUSCHI, 1991) nos diz sobre como eles determinam a visão que a mídia possui do falante (voz discursiva) convocada nos textos. Neste sentido, constatamos que a incidência de verbos como “confirmar”, “afirmar”, “dizer”, “admitir”, “prender” “refutar” entre outros evidenciam uma prática no imaginário popular que remete a algo fora da lei, a contraversão com a finalidade de representar o MST a partir de um cenário de cunho depreciativo ao movimento.

Percebemos que o discurso reproduzido na notícia é textualmente elaborado no tocante às escolhas verbais e aos sujeitos sintáticos, assim essas escolhas obedecem a intencionalidades de sentido que vão além do informar/noticiar, tendo como pressuposto que é “a linguagem o principal veículo das ideologias” (SOUZA, 2004, p.140) que remete à atmosfera da ilegalidade aludida ao MST materializado textualmente com a recorrente alusão a vozes institucionais e aos verbos introdutórios de opinião posto que eles “induzam as pessoas a aceitar os discursos, argumentos etc., das pessoas, grupos ou organizações da elite” (VAN DIJK, 2010, p. 255). A notícia além de marginalizar o MST se faz de recursos sintático-semânticos no tocante à escolha dos verbos correlacionados aos sujeitos sintáticos naturalizados em cenários de violência e de perigo aos cidadãos.

A partir da ocorrência desses verbos relacionados à voz policial inferimos que tais escolhas fazem parte do projeto de dizer do G1 no sentido de atribuir veracidade a esta

instituição, tomando as opiniões da polícia e de outras instituições oficiais como fato, isto é, como “verdade”, consequentemente pondo o MST em dúvida a partir da atribuição de verbos (em geral o verbo alegar) que teoricamente não evidencia veracidade ou ao menos não tanto quanto os verbos referenciados ao sujeito sintático representante do discurso oficial. Percebemos que o discurso reproduzido na notícia é textualmente elaborado no tocante às escolhas verbais/sujeitos sintáticos, assim essas escolhas obedecem a intencionalidades de sentido que vão além do informar/noticiar, tendo como pressuposto que é “a linguagem o principal veículo das ideologias” (SOUZA, 2004, p.140), portanto o uso de verbos introdutórios de opinião (MARCUSCHI, 1991) nos diz sobre como eles determinam a visão que a mídia possui do falante (voz discursiva) convocada nos textos.

Por fim ratificamos que o MST enquanto maior movimento social de resistência à exploração no campo, caracteriza-se como um ator social que mobiliza, articula e organiza os (as) trabalhadores (as) do campo em prol da luta pela terra a fim de conquistar a reforma agrária. Também vale dizer (afirmar) de qual abordagem dos estudos das RS partimos nesta pesquisa, isto é, a abordagem discursiva das representações sociais (ADRS). A ADRS se propõe ao estudos da RS com o olhar especializado lançado para o estudo das representações sociais a partir da interface entre a Teoria das Representações Sociais, no campo da Psicologia Social, e a Análise de Discurso Crítica, no campo da Linguística e da Linguística Aplicada, com especial atenção para a análise dos processos discursivos envolvidos no processo de reprodução destes “objetos do pensamento” (MOSCOVICI, 1976) através dos quais elaboramos nossa visão sobre o mundo e sobre seus elementos constituintes” (IRINEU, 2019, p. 14).

Ademais vale dizer do papel da linguagem (discurso) que vai muito além do simples dizer sobre as coisas do mundo, pois “em nenhum momento a linguagem deve ser um fim em si” (NUNES, 2003. p.9), desse modo a linguagem (discurso) é elemento fecundo de comunicação, interação e de representação sobre o mundo repercutindo consideravelmente em nossas formas de pensar e de agir, pois é por intermédio do uso da linguagem que que nos constituímos como sujeitos do discurso circunscritos em intensa relação com o outro, isto é, em interação social nas inúmeras práticas sociais e discursivas das quais vivenciamos em nossas experiências.

Além disso vale dizer (reafirmar) o papel da mídia na formação opinativa de suas ideologias, pois ela se estrutura de tal modo em suas práticas discursivas que evidencia “normas, valores e ideologias fundamentais, que não possam ser negados ou ignorados” (VAN DIJK, 2010, p. 255), por isso ela deve ser um campo de observação e análise, não apenas academicamente, mas sobretudo socialmente devido se materializar como um ator social

“mediador e perigosamente interpretativo” (NUNES, 2003. p.12), tendo em vista que a mídia “não só informa, mas faz parte da formação do leitor” (NUNES, 2003. p.9) sendo por isso terreno fecundo para a reprodução de estereótipais que corroboram para a construção de RS que efetivam o expurgo a grupos minoritários como o MST, daí a importância do estudo discursivo de viés crítico como os que a ADRS se propõe em realizar.

A partir da amostra analisada, constatamos que o conjunto das notícias evidencia uma elaboração linguístico-discursiva no sentido de construir determinadas estereótipais sobre o MST que em grande medida corroboram para a reprodução de RS que fogem dos propósitos e pautas de luta do movimento. Desse modo, percebemos que na estruturação das notícias do G1 sobre o MST, a nosso ver, é estrategicamente tratado desde dos itens lexicais utilizados até a estruturação sintática com sujeitos que remetem semanticamente à ordem, ao combate à criminalidade, além de verbos que introduzem afirmações e “verdades” sobre o fato noticiado.

Assim, as notícias sinalizam para recorrência intencional de determinadas estratégias linguístico-discursivas que aqui ratificamos: nominalização, estratégia de polarização com foco na legitimação de agressão às vítimas (MST), uso estratégico de aspas e estruturação sintática com foco no sujeito (e por extensão aos verbos relacionados) que faz alusão a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem. Além disso, podemos dizer que o discurso midiático aqui ao repetir certos itens lexicais referidos ao MST, contribui consideravelmente para a fixação de determinadas RS estereotipadas sobre o MST, discutida na investigação da prática discursiva vivenciada nesta pesquisa.

Pensamos que a estruturação do discurso de uma notícia atende a propósitos específicos a depender das veiculações/parcerias com quem o veículo midiático se associa. Desse modo, sendo a linguagem um veículo de reprodução e disseminação de ideologias, portanto desprovido de neutralidade, compreendemos que nas notícias supras há o uso intencional de determinados itens lexicais que remetem (fortalecem) opiniões, crenças e ações sobre o MST. Acreditamos que o G1, beneficiário do modelo econômico vigente, corrobora em sua linha jornalística com tal modelo, leia-se o discurso oficial das hegemonias do país, sobretudo de ordem econômica que, em geral, estigmatizam os grupos sociais que questionam a ordem vigente. Nesta perspectiva, o G1 se caracteriza como uma instituição detentora e defensora do *status quo* naturalizado e institucionalizado.

A seguir tecemos algumas considerações que não encerram o assunto exposto nesta pesquisa tendo em vista a complexidade dos objetos de discurso dentro de uma sociedade plurifacetada como as contemporâneas. Tais considerações apenas sinalizam para conclusões que precisam e devem ser discutidas e complementadas por mais pesquisas que evoquem

discussões sobre o papel do discurso como fator preponderante na (de) formação opinativa e acional sobre as coisas do mundo, ou seja, pesquisas que evidenciem como se dá a elaboração das práticas discursivas, aqui midiáticas, na (re) produção e disseminação de RS que repercutem consideravelmente na forma de pensar e agir dos indivíduos.

5 CONCLUSÃO

Para isso somos feitos:
 Para um voo passageiro
 Para uma aterrissagem rápida
 Para colhermos sorrisos e solvermos as lágrimas.
 Para isso servimos:
 Para respirar suave
 Para fôlego diário.
 Para isso os sentidos
 Para dizermos ‘adeuses’ para uns
 E um ‘até já, amigo’, para tantos.
 Para isso fomos feitos
 Para os “talvezes”
 Para levarmos tapas
 Para brindarmos os nadas
 Para saldarmos a amizade
 E despertamos do vão
 Das agruras solitárias.
 Para isso somos feitos
 Para dizermos sim para os não
 E não para algum traiçoeiro sim.
 E após o descanso da chaga
 Retornar ao sábio ensaio.
 É por isso que somos feitos
 Para ouvir os passarinhos
 Para contar uma fábula
 Ou inventar as nossas.

(Para isso, Helder Felix, 2017)

Tratar das representações sociais (RS) sobre MST reproduzidas no/pelo discurso midiático, mais precisamente pelo portal de notícias G1.com, um dos principais representantes do webjornalismo brasileiro, significa compreender que elas se fizeram de uma elaboração textual-discursiva que evoca para a confluência entre os aspectos do discurso, isto é, a estratégias linguístico-discursiva que perpassam pela cognição social construída coletivamente e pelas experiências intersubjetivas que repercutem na estrutura social.

Confirma-se, desse modo, que as RS são um “construto discursivo de natureza sociocognitiva e ideológica” (IRINEU, 2011, 2014, 2019) através do qual, “na condição de condição de membros de grupos sociais, compreendemos os objetos do mundo com os quais interagimos” (IRINEU, 2019, p. 14) que reflete nas formas de referenciar e representar os objetos de discurso. Nesta linha, o discurso é tido sob duas perspectivas, isto é, de modo mais geral como evento comunicativo (VAN DIJK, 1999) e de forma mais específica, como uma dimensão da prática social (FAIRCLOUGH, 2018).

Sobre a noção de grupo social, tomamos como base teórica Irineu (2019, p. 9) que nos diz que os grupos sociais se constituem como tal a partir de “interesses e ideologias

subjacentes a seu pensar, a seu agir e a seu modo de interagir no mundo através da linguagem” e se alinham em direção nítida ao projeto de criação de uma identidade comum. Portanto, pensar as RS sobre o MST nas práticas midiáticas como às do G1, um dos principais webjornalismo brasileiro, de um modo geral, é vê-lo como essas RS influenciando os modos de pensar, de representar e de agir diante dos objetos representados.

As categorias analíticas elencadas mostraram-se relevantes na análise das RS sobre o MST evidenciando que o discurso é elemento preponderante para a manifestação de estereotípicos, classificações, rótulos e, por conseguinte, discriminação e criminalização sobre o grupo social foco desta pesquisa. Ademais, afirmamos que os resultados das análises apontam, com relação às categorias analíticas, que é nas escolhas lexicais, isto é, na categoria léxico que se forma, pela linguagem (discurso) o modo mais nítido dos processos de atribuição de estereótipos sobre o MST através da produção discursiva investigada. Soma-se o fato de os resultados confirmarem que a mídia é *locus* fecundo de extrema produtividade para a investigação de práticas excludentes e discriminatórias dos grupos minoritários e marginalizados do país.

O percurso metodológico desta pesquisa objetivou dar conta da análise dos processos pelos quais se constroem e disseminam estereótipos sobre o maior movimento social da América Latina pelo portal de notícias do G1. Neste sentido, propusemo-nos a descrever o conjunto de elementos temáticos da RS sobre o MST, as intencionalidades do enunciador da notícias sobre o objeto de representação, além de examinar as relações interdiscursivas que colaboram para o silenciamento discursivo do MST e as estratégias linguístico-discursivas convocadas no corpus para a construção e reprodução de estereótipos destinados ao objeto de discurso MST, evidenciando o discurso como mediador de ideologias que contribuem para a construção de RS estereotipadas.

Os objetivos traçados, a saber: (i) descrever os elementos temáticos que compõem as RS sobre o MST, (ii) analisar as estratégias discursivas de silenciamento de vozes dos atores sociais do MST e (iii), analisar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas nos processos de estereótipos sobre o MST, foram contemplados nos resultados obtidos durante o processo de análise dos dados a partir de perguntas de pesquisa lançadas. Ao final dessa pesquisa, compreende-se que a RS sobre o MST se constitui de elementos sociocognitivos manifestados no discurso presente nas notícias relacionados o MST a atos criminosos, ao vandalismo, à desordem, à invasão, ao transtorno, ao bloqueio de vias públicas, à desobediência às leis e à ilegalidade.

Especificamente a análise do objetivo 1 atestamos que as temáticas mais frequentes relacionadas ao MST, ou seja, reintegração de terras, ocupação de terras e reforma agrária nos mostra que as RS sobre o MST reproduzidas pelo portal de notícias G1.com está relacionada com a construção de uma imagem conceitual que relaciona o MST à ilegalidade, à desordem, a protesto, à invasão e ao vandalismo. Essa limitação temática relacionada ao MST já nos diz sobre as intencionalidades do referido portal do webjornalismo, pois além do não aprofundamento dos referidos temas, as análises evidenciaram para a construção de RS sobre MST que se naturalizam no imaginário coletivo, sugerindo que as ações do MST se materializam de forma criminosa. Além disso, a análise das notícias nos mostrou que a frequência desses temas evidencia para o silenciamento discursivo do MST, pois em geral o G1 deu mais espaço para a fala (discurso) das autoridades, por exemplo, forças militares, polícia e órgão governamentais em detrimento da voz dos membros do MST.

Quanto aos resultados obtidos na análise do objetivo 2, constatamos que as análises das relações interdiscursivas nas notícias do G1 evidenciaram alusão frequente aos discursos militar/policial, sobre o meio ambiente e, sobretudo ao jurídico, correlacionados ao midiático. Assim, o exame das relações interdiscursivas na amostra dessas notícias se mostrou processo recorrente com o intuito de direcionar e formar a opinião dos indivíduos. Na análise constatamos que além de quase não aparecer espaço para a voz (posicionamento) do MST, esta quando ocorreu foi de uma forma menos efetiva quando comparamos com as outras vozes (discursos) presentes e recorrentes nas notícias analisadas, fato que nos diz sobre o posicionamento do portal de notícias G1 para com o MST. Nota-se também a repetição de discursos materializados nos textos com repetição de palavras e expressões, por exemplo, que colaboram na elaboração do discurso com intuito de fixá-lo mais efetivamente na cognição dos indivíduos, fato que evidencia que o objeto de discurso MST é materializado textual-discursivamente ideologizado conforme propósitos particulares do G1.

Por sua vez, com exame do objetivo 3 atestamos que o conjunto das notícias evidencia uma elaboração linguístico-discursiva no sentido de construir determinadas estereotípias sobre o MST que em grande medida corroboram para a reprodução de RS que fogem dos propósitos e pautas de luta do movimento, desse modo percebemos que a estruturação das notícias do G1 sobre o MST é estrategicamente tratado desde dos itens lexicais utilizados até a estruturação sintática, por exemplo com sujeitos que remetem semanticamente à ordem, ao combate à criminalidade, além de verbos que introduzem afirmações e “verdades” sobre o fato noticiado.

Entre as estratégias mais usuais constatamos: a nominalização, estratégia de polarização com foco na legitimação de agressão às vítimas (MST), uso estratégico de aspas e estruturação sintática com foco no sujeito (e por extensão aos verbos relacionados) que faz alusão a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem. O discurso midiático ao repetir certos itens lexicais (invasão, ocupação, ilegalidade, desordem, crime, baderna, vandalismo, entre outros) referidos ao MST contribui consideravelmente para a fixação de determinadas RS estereotipadas sobre o movimento social, pois a linguagem se manifesta como um importante instrumento de veículo de reprodução e disseminação de ideologias, portanto desprovido de neutralidade, fato que fortalece opiniões, crenças e ações sobre o MST.

Reafirmamos que as RS são construtos ideológicos e discursivos (IRINEU, 2011, 2014, 2019) mediadas por intermédio de aspectos cognitivos e sociais evidenciados nas práticas discursivas através do modo como os indivíduos concebem e elaboram o mundo que nos cerca. Desse modo, concluímos que o esperado nessa pesquisa no que concerne à análise da RS sobre o MST aponta para a estereotipação do movimento campesino, além disso concluímos a necessidade de mais pesquisas sobre como se dá as RS sobre o MST nas práticas rotineiras da mídia dada a complexidade de como é tratado este objeto de discurso pelo discurso midiático brasileiro.

Outras questões (inquietações), premissa do fazer científico, além das trabalhadas neste trabalho, surgiram ao longo da pesquisa. No entanto, pelo percurso metodológico traçado elas não puderam ser contempladas. Assim, essas questões podem vir a ser objeto investigativo que potencialmente podem contribuir para os estudos críticos do discurso. A título ilustrativo, citamos a seguir três destas possíveis perguntas de pesquisa para futuras investigações:

- De que maneira os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se representam discursivamente em suas próprias mídias?
- Como se dá o processo de produção, distribuição e consumo de notícias dos meios alternativos à mídia hegemônica?
- Qual a abrangência das mídias alternativas na desconstrução de RS estereotipadas dos grupos minoritários?

Essas questões podem e devem ser pensadas para futuras pesquisas, quiçá tenhamos fôlego para empreitá-las em uma perspectiva de abordagem etnográfica dos dados, por exemplo. Desse modo, afirmamos ser produtiva a interface traçada entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) em sua abordagem discursiva (ADRS) e a Análise de Discurso Crítica (ADC), circunscrita no campo da Linguística Aplicada (LA), pois esta conjugação pode

oferecer respostas ou ao menos questionamentos no tocante às RS que interagimos e formamos dos objetos de discurso presentes no cotidiano nas inúmeras práticas discursivas e sociais.

Afirmamos a urgência de viabilidade de estudos presentes e futuros que se dirijam aos problemas sociais, sobretudo os que abordem os grupos minoritários, como os grupos sociais de negros, indígenas, LGBTQI+, quilombolas, refugiados, o próprio MST, entre outras que deem visibilidade e voz a esses grupos. Ainda dizemos sobre a função primordial jornalística que por cumprimento profissional deveria fazer coberturas dos acontecimentos do mundo de uma forma imparcial, infelizmente nos parece ser a prática contrária a que prevalece, fato que traz consequências que vão muito além da desinformação, pois ao criar e reproduzir “realidades”, a mídia projeta RS que refletem diretamente nas ações dos indivíduos e em um sentido mais amplo efetiva práticas de expurgo e de violência contra às minorias sociais que ela representa, pois “jornalistas sabem e devem saber das consequências possíveis da reportagem tendenciosa sobre comunidades minoritárias e, portanto, devem ter muito cuidado para respeitar as normas gerais da reportagem profissional” (VAN DIJK, 2010, p. 31).

De tal modo nosso interesse recai em uma análise das RS em abordagem discursiva (ADRS) que “possibilita a compreensão da relação existente entre as operações sociocognitiva e ideologias, tão promissoras para a compreensão do modo como concebemos o mundo que nos cerca” (IRINEU, 2019, p. 16). Assumimos que o discurso e a sociedade mantêm relações ativas, pois o discurso constrói sentidos na/para estrutura social, tendo a cognição mediando essa relação. Nesta perspectiva, a ADRS investiga as RS reproduzidas nas práticas discursivas e espelhados nas práticas sociais através de ações, opiniões, valores sobre o objeto de representação. Assim “as RS podem legitimar discursos e práticas, além de terem caráter social, uma vez que são partilhadas por grupo de pessoas” (CAVALCANTI, 2017 apud MISSIAIS-MOREIRA, 2020, p. 86).

Esse fato nos remete para a percepção do discurso como palco de luta “entre a força hegemônica pela manutenção de estruturas dominantes e a ação contra hegemônica por sua desarticulação e rearticulação” (RESENDE e RAMALHO, 2009, p. 143). Desse modo, afirmamos que é urgente na elaboração jornalística uma “reportagem adequada, que requer representações equilibradas dos eventos, explicando-os em termos de causas e contextos sociais, desempenhando uma função de vigilância contra o abuso de poder das agências ou forças do Estado” (VAN DIJK, 2010, p. 31). A ADRS se trata de campo promissor de investigação que pode tensionar as relações assimétricas de poder e de dominação tão estruturalmente presentes nas sociedades contemporâneas.

Aqui vale dizer sobre nossa proposta de devolutiva desta pesquisa à sociedade, pois tendo em vista o campo no qual essa pesquisa emana, isto é, a Linguística Aplicada (LA), mais especificamente circunscrita aos estudos da Análise de Discurso Crítica (ADC) compreendemos a importância enquanto pesquisadores em ADC de darmos um produto social resultante da pesquisa. Nessa perspectiva, objetivamos a organização de um evento a ser realizado no espaço Ernesto e Rosa (homenagem aos revolucionários Ernesto Che Guevara e Rosa Luxemburgo), localizado em Fortaleza/Ceará. O espaço se destina a ser um aparelho de lazer, de cultura e de literatura que entre outras atividades promove venda de livros e produtos da reforma agrária além de ser local de discussão.

A ideia é produzir um evento com intuito de mostrar o processo e os resultados da presente investigação, além de propor debate a fim de tanto dar nossa contribuição no sentido de legitimar a voz do MST quanto de ouvir as perspectivas dos atores sociais do movimento. Tomamos esta ideia a fim de contribuir socialmente no sentido de dar uma devolutiva à sociedade sobre a pesquisa desenvolvida em âmbito acadêmico. Também constar nos planos a publicação de um livro adaptado do percurso e resultado desta dissertação, pois compreendemos que uma composição impressa potencialmente atinge consideráveis audiência (público), sendo assim um elemento discursivo relevante para a mostra do percurso e resultados dessa pesquisa.

Findamos, deste modo, nossos dizeres, com o papel do (a) pesquisador (a) dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), pois compreendemos que cabe a ele/ela a função social de oferecer à sociedade possíveis respostas (ou ao mesmo tensionamentos) aos muitos questionamentos em torno dos problemas sociais, sobretudo os que dizem respeito a questões étnico-raciais, sexismo, machismo, identidades, gênero, entre outros tão engendrados em nosso mundo social, discursivo e cognitivo perpassado pela linguagem, desse modo, o (a) pesquisador (a) se configura como um sujeito real do mundo que analisa, pois através de seu ofício de pesquisa e de escrita ele se mostra, “dar a cara a tapa”, questiona, erra e acerta, lameia-se com seu objeto científico, arrisca-se, mas sobretudo cria identidade e nela reside, afinal qual seria o papel dos linguistas aplicados se não provocar “o bom caos”, promover o debate, estar enlameado com a análise/objeto de pesquisa que nele/dele frutifica?. Assim me despeço desta presente empreitada científica e social e se me permitem, deixo um singelo agrado simbólico em homenagem ao objeto de discurso foco de investigação:

Da terra o sonho nasce

Da terra o sonho nasce
 Resplandece o tempo de gama e de luta.
 Do céu o sol também reclama
 O porvir que

E
 S
 C
 O
 R
 R
 E

Das veias
 Das faces
 Das longas caminhadas...
 Por terra
 Por lar
 Por dignidade.
 Pois não basta resistir
 É preciso insistir para existir

[E coexistir

Avante, bravos atores sociais da palavra e da resistência!
 A luta não para.
 Caminham juntos rumo a campos mais vastos
 Pois dos campos a lida é comprida e rara (no sentido mil do vocábulo).
 És tu, MST
 Agente responsivo e responsável da existência de tua longa história
 E justa caminhada.
 Avante com as enxadas, com as assembleias e com os atos
 E sobretudo com ela, a palavra.

(Helder Felix de Souza Júnior)

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **Prácticas Sociales y Representaciones**. Tradução José Dacosta Chevrel e Fátima Flores Palacios. México: Cultura Libre, 2001

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo de sentido**. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2004.

BAKTHIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hecitec, 2002.

BARROS, R. S. **Os Sem-Terrinha: uma história de luta social no Brasil – 1981/2012**. Ceará. 2013. 227f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BIDERMAN, M. T.C. O léxico. *In*: OLIVEIRA, M. P. P. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 13-22.

BONFIM, M. L. **Pragmática dos corpos militantes dos trabalhadores rurais sem-terra do Ceará**. 2016. 170f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

CASSIMIRO, A.S. **A luta pela construção da imagem do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – 1984/2002**. 2003. 163f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

CHARAUDEAU, P. **O Discurso das mídias**. Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, F. **A alma do MST? a prática da mística e a luta pela terra**. 2014. 293f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2014.

COSTA, G.C.; SANTOS, M. Entre falta e excesso na relação com o silêncio. **Revista línguas**, UNIVAS, p. 101-112, 2013.

COSTA, G.C.; SANTOS, M.; COSTA, N. B. **Música popular, linguagem e sociedade**. Curitiba: Appris, 2011.

FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of Pragmatics**, Amsterdã, v.9, p. 739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FÁVERO, L. L. A. A correção do texto falado: tipos, funções e marcas. *In*: NEVES, M. H. M. (org). **Gramática do português falado, vol VII**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1999. p.366.

FOUCAULT. M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

IBGE. **Censo agropecuário: resultado definidos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974 –2017.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil**. Dossiê N° 21, 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas**: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut. 2011. 211f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

IRINEU, L. M. **Latinidade e imagens de si na tradição editorialista do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI**: vestígios de mudança e traços de permanência, 2014. 332f. – Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

IRINEU, L. M. Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção-CE, v. 03, n. 1, p. 8-18, 2019.

IRINEU, L. M. (org.). *et al.* **Análise de discurso crítica**: conceitos-chaves. Campinas: Pontes, 2020.

JODELET, D. **As representações sociais**. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JUBRAN, C. C. A. S. Organização tópica da conversação. *In*: ILARI, R. (org.). **Gramática do português falado**. Campinas/SP: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1992. v.2. p. 341-428.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, C.C.A.S.; KOCH, I.G.V. (orgs.). **Gramática do português Culto falado no Brasil**. Campinas: Humanitas/FFLCH/USP, 2006. p. 89-132.

MAGALHAES, I. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UND, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.

MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, n.64, p.74-91, 1991.

MARTINS, A. R. N. Imprensa, minoria e análise do discurso – um espaço de construção da democracia. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.8, n.esp., p 26-42, 2007.

MELO, M.P.C. **Quando os assentados chegaram**: tempo e experiência social no MST. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MISSIAS-MOREIRA, R. *et al.* (orgs.). **Representações sociais na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2020.

MOITA LOPES, L.P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, L.P. Da aplicação da linguística a linguística aplicada indisciplinar. *In*: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (orgs.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-24.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

NUNES, C. A. **Notícia e linguagem**. Canoas: Ed ULBRA, 2003.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

RESENDE, V.M; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, O. J. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. **Revista Trama**, Paraná, v.10, n. 20, p.111-126, 2014.

SOUZA, E. F. **Do silêncio à satanização**: o discurso de Veja e o MST. São Paulo: Annablume, 2004.

SOUZA, S. M. **MST e a Educação**: Perspectiva de construção de uma nova hegemonia. 2003. 103f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse studies. A sociocognitive approach. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. Londres: Sage, 2009. p. 62-86.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICE A – SUBTEMAS DAS NOTÍCIAS DO PORTAL G1.COM

Nº	Data	Títulos	Subtemas
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	Ocupação de terras.
02	29/01/2019	MST denuncia pulverização de agrotóxicos sobre acampados no interior do Pará; vídeo	Pulverização de agrotóxicos.
03	18/02/2019	Suspeito de liberar invasões do MST em fazenda de Borebi é novamente preso	Invasões do MST
04	22/02/2019	Ouvidor do Inbra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’	Regulamentação de um memorando dirigido ao Inbra.
05	14/03/2019	Manifestação do MST na grande BH termina com feridos após bombas da PM.	Protesto de mulheres do MST por justiça pela morte de Marielle Franco e Anderson Gomes e pelo rompimento da barragem da Vale Brumadinho.
06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	Homenagem do MST às mulheres vítimas do “médium” João de Deus e a vereadora Marielle Franco
07	12/04/2019	No segundo dia de passeata, integrantes do MST chegam a Lauro de Freitas	Reforma da Previdência.
08	15/04/2019	Iniciada na quinta-feira, caminhada do MST chega a Salvador	Reforma da Previdência.
09	15/04/2019	Acampamento do MST marcam 23 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.	Homenagem às vítimas do massacre Eldorado dos Carajás, Pará.
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Inbra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	Reforma Agrária.
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	A proibição da Feira Nacional da Reforma Agrária.
12	17/05/2019	Briga por extração de areia motivou morte de integrantes do MST-PB, diz delegada.	Extração irregular/ilegal de areia
13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	Vendas ilegais de terras do programa da reforma agrária.
14	18/07/2019	Idoso morto em ato do MST trabalhava de pedreiro e era aluno da escola de alfabetização para adultos da ocupação.	Ato da ocupação “Marielle Vive”, em Valinhos, São Paulo.
15	18/07/2019	Motorista avança sobre moradores de ocupação durante protesto, mata idoso e deixa feridos em Valinhos.	Ato do MST para pedir assistência à prefeitura de Valinhos, São Paulo.
16	18/07/2019	Polícia civil prende suspeito de matar idoso atropelado em ato do MST em Valinhos	Investigação do atropelamento em Valinhos, São Paulo.
17	19/07/2019	Corpo do pedreiro atropelado durante ato MST em Valinhos é velado em Hortolândia.	Sepultamento do idoso Luís Ferreira da Costa

Nº	Data	Títulos	Subtemas
			morto durante ato reivindicatório do MST.
18	19/08/2019	MST bloqueia rodovia na Grande Natal.	Assentamento de famílias.
19	20/08/2019	Bolsonaro diz que governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista	Terrorismo.
20	22/10/2019	Justiça do RS determina liberação de área ocupada pelo MST em Taquari.	Reintegração de posse. Ocupação de terra
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	Desocupação (reintegração) de terras.
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional	Reforma Agrária
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	Ocupação de terras
24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	Liberação de agrotóxicos/ocupação de terras
25	17/04/2020	Hospitais, asilos e famílias recebem doação de 45 t de alimentos do MST no Paraná.	Campanha Nacional do MST de combate a fome por causa da pandemia.
26	17/04/2020	Ato solidário de doação de alimentos marca os 24 anos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.	Memória às vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás no Pará.
27	01/08/2020	Coronavírus: famílias que vivem em acampamento do MST doam mais de 15 toneladas de alimentos no Paraná.	Ação de combate a fome durante a pandemia.
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	Reintegração de posse.
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	Reintegração de posse.
30	14/08/2020	Escola que ficava dentro de área de acampamento do MST é derrubada em MG.	Reintegração de posse
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.	Reintegração de posse.
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos	Reintegração de posse.
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	Reintegração de posse.
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	Reintegração de posse.
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.	Reintegração de posse.
36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	Reintegração de posse.
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	Ocupação de terra.
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	Reintegração de posse.

Nº	Data	Títulos	Subtemas
39	29/11/2020	É #FAKE que vídeo mostre MST destruindo estação de transmissão de energia no Amapá	Ocupação de terra
40	02/12/2020	Comissão de Direitos Humanos quer explicações sobre despejo de famílias do MST de área de usina em MG	Reintegração de posse.

APÊNDICE B – ESTEREÓTIPOS

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estereótipos
G1.com	N.01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	Invasores de propriedade privada.
G1.com	N.02	29/01/2019	MST denuncia pulverização de agrotóxicos sobre acampados no interior do Pará; vídeo	Protestantes.
G1.com	N.03	18/02/2019	Suspeito de liberar invasões do MST em fazenda de Borebi é novamente preso	Invasores; Criminosos.
G1.com	N.04	22/02/2019	Ouvidor do Inkra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’	Invasores de terra.
G1.com	N.05	14/03/2019	Manifestação do MST na grande BH termina com feridos após bombas da PM.	Manifestantes; Bloqueadores de trilhos de via férrea.
G1.com	N.06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	Protestantes; Bloqueadores de via férrea.
G1.com	N.07	12/04/2019	No segundo dia de passeata, integrantes do MST chegam a Lauro de Freitas	Manifestantes;
G1.com	N.08	15/04/2019	Iniciada na quinta-feira, caminhada do MST chega a Salvador	Manifestantes; Ato, embora não tenha bloqueado o trânsito, é tido como responsável por causar lentidão ao tráfego.
G1.com	N.09	15/04/2019	Acampamento do MST marcam 23 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.	Bloqueadores de via;
G1.com	N.10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Inkra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	O ato é descrito como limitante do direito de ir e vir, isto é, o ato do MST como censor da liberdade de locomoção.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estereótipos
G1.com	N.11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	Não abertos ao diálogo.
G1.com	N.12	17/05/2019	Briga por extração de areia motivou morte de integrantes do MST-PB, diz delegada.	Conflito.
G1.com	N.13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	Fraudadores do programa da reforma agrária;
G1.com	N.14	18/07/2019	Idoso morto em ato do MST trabalhava de pedreiro e era aluno da escola de alfabetização para adultos da ocupação.	Protestantes.
G1.com	N.15	18/07/2019	Motorista avança sobre moradores de ocupação durante protesto, mata idoso e deixa feridos em Valinhos.	Protestantes; Ameaçadores.
G1.com	N.16	18/07/2019	Polícia civil prende suspeito de matar idoso atropelado em ato do MST em Valinhos	Violência/agressores.
G1.com	N.17	19/07/2019	Corpo do pedreiro atropelado durante ato MST em Valinhos é velado em Hortolândia.	Protestantes;
G1.com	N.18	14/08/2019	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes são presos	Negativas de negociação; não abertos ao diálogo.
G1.com	N.19	19.08.2019	MST bloqueia rodovia na Grande Natal.	Bloqueadores via pública.
G1.com	N.20	20/08/2019	Bolsonaro diz que governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista	Referência ao terrorismo; Terroristas.
G1.com	N.21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	Ocupantes ilegais/irregulares.
G1.com	N.22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Inbra em Fortaleza; ação faz	Ocupantes.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estereótipos
			parte do movimento nacional	
G1.com	N.23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	Ocupantes.
G1.com	N.24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	Manifestantes; Vandalismo.
G1.com	N.25	17/04/2020	Hospitais, asilos e famílias recebem doação de 45 t de alimentos do MST no Paraná.	Solidários/altruísmo.
G1.com	N.26	17/04/2020	Ato solidário de doação de alimentos marca os 24 anos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.	Solidários/altruísmo.
G1.com	N.27	01/08/2020	Coronavírus: famílias que vivem em acampamento do MST doam mais de 15 toneladas de alimentos no Paraná.	Solidários/altruístas.
G1.com	N.28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	Ocupantes.
G1.com	N.29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	Ocupantes.
G1.com	N.30	14/08/2020	Escola que ficava dentro de área de acampamento do MST é derrubada em MG.	Ocupantes ilegais; Ocupação irregular.
G1.com	N.31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.	Desobedientes de decisão judicial.
G1.com	N.32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos	Desobedientes de decisão judicial.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estereótipos
G1.com	N.33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	Ocupantes; manifestantes.
G1.com	N.34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	Altruístas; Solidários.
G1.com	N.35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.	Não abertos ao diálogo (negativas nas negociações); Ocupação irregular.
G1.com	N.36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	Ocupantes; Não abertos ao diálogo.
G1.com	N.37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	Invasores.
G1.com	N.38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	Bloqueadores de via pública; manifestantes.
G1.com	N.39	29/11/2020	É #FAKE que vídeo mostre MST destruindo estação de transmissão de energia no Amapá	Destruidores; atos criminosos.
G1.com	N.40	02/12/2020	Comissão de Direitos Humanos quer explicações sobre despejo de famílias do MST de área de usina em MG	Confronto; resistência.

APÊNDICE C - ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVA

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
G1.com	N.01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias de camponeses, pessoas, eles (talvez estratégia semântica de polarização NÓS/ELES) um grupo, integrantes – uso genérico para aludir sobre o MST. • Controle dos itens lexicais sobre o MST: invasão, invasores, ocupação, bagunça, anarquia. • Apoio estratégico nas instituições: Polícia, Delegacia de Conflitos Agrários, Segup – Secretaria de Segurança Pública, Ministério da Agricultura. • Estratégia de controle discursivo, isto é, sem alusão a fala de membros do MST, excluído da composição textual (controle discursivo) • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “esses invasores serão identificados e punidos, com o rigor da lei” (talvez apoio no discurso jurídico), “os invasores não são fantasmas, eles estão lá, eles vão ser detidos, identificados e vão responder com o rigor da lei”, “uso de violência”. • Alusão ao governo Bolsonaro ao tipificar o MST: “deveria ser tratados como terrorismo. • Uso estratégico de ASPAS em “terrorismo” – Estratégia de distanciamento (pseudo distanciamento – G1 se distancia para assim se posicionar)
G1.com	N.02	29/01/2019	MST denuncia pulverização de agrotóxicos sobre acampados no interior do Pará; vídeo	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: acampados, famílias do acampamento. • Uso de expressões de distanciamento quanto ao MST “segundo o MST”, “De acordo com o MST”.
G1.com	N.03	18/02/2019	Suspeito de liberar invasões do MST	<ul style="list-style-type: none"> • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
			em fazenda de Borebi é novamente preso	da composição textual (controle discursivo)
G1.com	N.04	22/02/2019	Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: invasores de terra, • Alusão às instituições: Exército, • Alusão ao discurso jurídico com intuito de desprestigiar o MST legalmente. • Alusão ao governo Bolsonaro ao tipificar o MST: “deveria ser tratados como terrorismo.
G1.com	N.05	14/03/2019	Manifestação do MST na grande BH termina com feridos após bombas da PM.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: manifestantes • Controle dos itens lexicais sobre o MST: protesto, ocupação. • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “não houve uso de força e que só usou as bombas de gás para dispersar as pessoas...” • Alusão a itens lexicais de cunho violento, como feridas, bombas, bombas de gás.
G1.com	N.06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: integrantes, grupo, as lideranças, manifestantes • Controle dos itens lexicais sobre o MST: ocupam, ato, invasão, vandalismo (modelo mental/cognitivo relacionado a desordem, ao distúrbio) • Alusão às instituições (Polícia, Polícia Civil)
G1.com	N.07	12/04/2019	No segundo dia de passeata, integrantes do MST chegam a Lauro de Freitas	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: integrante, manifestantes, • Desfoque da motivação do ato, isto é, contra a reforma da previdência.
G1.com	N.08	15/04/2019	Iniciada na quinta-feira, caminhada do MST chega a Salvador	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização do MST: grupo (termo genérico, vazio de conotação ideológica), manifestantes. • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo)

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase dada a ocupação, a caminhada e não ao foco do ato, isto é, contra a reforma da previdência (não abordada no corpo da notícia).
G1.com	N.09	15/04/2019	Acampamento do MST marcam 23 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: integrantes, • Controle dos itens lexicais sobre o MST: manifestação, acampamento. • Uso de eufemismo para referenciar ao massacre de Eldorado dos Carajás: “confronto”, “ação desastrosa”. • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo)
G1.com	N.10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização do MST: grupo, movimento, integrantes. • Expressões de (pseudo) distanciamento “segundo o MST...” • No decorrer do texto não há ênfase quanto ao conteúdo do manifesto sobre a reforma agrária entregue pelo MST ao INCRA. Alusão mínima a outra reivindicação do MANIFESTO, isto é, a violência sofrida pelo MST. A ênfase dada é sobre a ocupação da sede do INCRA e a caminhada do MST no decorrer do ato.
G1.com	N.11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: integrantes (termo genérica, vazio de conotação ideológica) • Não contestação de vozes (Secretaria do Meio Ambiente)
G1.com	N.12	17/05/2019	Briga por extração de areia motivou morte de integrantes do MST-PB, diz delegada.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: membros, integrantes – uso genérico ao MST • Uso de negação a fim de desvincular o assassinato por motivos nítidos de contra o MST “ não há nenhuma ligação com o MST...”, “é um crime motivado por questões pessoais...”

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<ul style="list-style-type: none"> • Uso de itens lexicais/rede lexical de cunho de violência: briga, morte, assassinato. • Estratégias de apropriação/atribuição discursiva – alguém fala por alguém: “De acordo com a delegada, o MST permite que areiros façam a exploração da areia...” • Estratégia de controle discursivo – vozes legitimadas (Polícia Militar, Delegada, Major)
G1.com	N.13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: alusão a pessoas que supostamente estão vendendo ilegalmente terras. Infere-se tratar sobre os atores sociais do MST. • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo)
G1.com	N.14	18/07/2019	Idoso morto em ato do MST trabalhava de pedreiro e era aluno da escola de alfabetização para adultos da ocupação.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: ocupantes • Itens lexicais/rede lexical (estereotipação): ocupantes, ocupantes, • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo)
G1.com	N.15	18/07/2019	Motorista avança sobre moradores de ocupação durante protesto, mata idoso e deixa feridos em Valinhos.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: membros, grupo (termos genéricos, vazio de conotação ideológica) • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “...acelerou por meio, depois de o carro ser cercado pelos manifestantes...” • Itens lexicais/rede lexical fortemente marcado: protesto, manifestação ocupação.
G1.com	N.16	18/07/2019	Polícia civil prende suspeito de matar idoso atropelado em ato do MST em Valinhos	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: manifestantes • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “disse que acelerou por medo, após ter o carro cercado”, “ele [alegou que] foi abordado na estrada, de

Jornal	N°	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<p>forma violenta, que a caminhonete estava sendo atacada por pedras e paus pelo pessoal do MST...”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Itens lexicais/rede lexical fortemente marcado: protesto. • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo) • Sujeito sintático (título) remete a modelo mental/cognitivo associado a ação de distúrbio da ordem/lei.
-G1.com	N.17	19/07/2019	Corpo do pedreiro atropelado durante ato MST em Valinhos é velado em Hortolândia.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: MST, moradores de uma ocupação. • Controle dos itens lexicais/rede lexical: protesto, ocupação, ato.
G1.com	N.18	14/08/2019	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes são presos	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: manifestantes, • Controle dos itens lexicais/rede lexical: • Caráter institucional de apoio: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Sedese – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “A PM refutou ter agido de forma truculenta e diz que negociou até o último minuto, mas não houve acordo”, “com as negativas, o protocolo foi iniciado e houve utilização de bombas”
G1.com	N.19	19.08.2019	MST bloqueia rodovia na Grande Natal.	<ul style="list-style-type: none"> • Controle dos itens lexicais alusivos ao MST: protesto, • Nominalização: grupo, termo genérico, sem conotação ideológica. • Estratégia de não contestação de vozes (só aparecem as vozes do Comando da policiamento Rodoviário Estadual - CPRE, Polícia Militar).
G1.com	N.20	20/08/2019	Bolsonaro diz que governo pretende considerar	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: grupo terrorista, praga.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
			oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de comparação do MST ao Hezbollah.
G1.com	N.21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: movimento, • Uso de eufemismo: “confronto durante a ação, e que uma pessoa do acampamento chegou a ser baleada” • Estratégia de não contestação de vozes (embora apareça a voz do MST, ela é diminuta em comparação as vozes Polícia Federal, e da Codevasp • Estratégia de distanciamento quanto à voz do MST com expressão “segundo o MST...” • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: ocupadas, • Uso do interdiscurso (Jurídico, Ambiental) com intuito de legalizar a reintegração de terra. • Alusão a instituições no processo de reintegração de posse (COT-Comando de Operações Táticas, CAOP – Coordenação de Aviação Operacional, PRF – Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar) – uso alusivo ao caráter institucional cooperativo para o processo de reintegração de posse.
G1.com	N.22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: MST, integrantes, manifestantes. Trabalhadores rurais • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: ato, ocupadas, ocupam, ocupação, protesto
G1.com	N.23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias, um grupo de mulheres do MST, as mulheres. • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: assentamentos, desapropriar.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<ul style="list-style-type: none"> • Alusão ao discurso jurídico para deslegitimar o MST/justificar desapropriação de terras.
G1.com	N.24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: mulheres do MST, grupo, organizadoras • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: ocupam, protesto, bloquearam, ato, prejuízos. • Discurso de proteção ao patrimônio público induzindo que o MST representa perigo a esse patrimônio
G1.com	N.25	17/04/2020	Hospitais, asilos e famílias recebem doação de 45 t de alimentos do MST no Paraná.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias, MST
G1.com	N.26	17/04/2020	Ato solidário de doação de alimentos marca os 24 anos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: MST, camponeses • Uso de eufemismo para se referenciar ao massacre de Eldorado dos Carajás: “ação policial da PM culminou na morte de 19 trabalhadores...”
G1.com	N.27	01/08/2020	Coronavírus: famílias que vivem em acampamento do MST doam mais de 15 toneladas de alimentos no Paraná.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias, MST.
G1.com	N.28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias do MST. • Alusão ao caráter institucional: Polícia Militar, TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais. • Sujeito sintático - sujeito sintático faz alusão a modelos mentais/cognitivos de distúrbio da ordem. “Polícia Militar cumpre ordem judicial...” • Apoio ao discurso jurídico com intuito de legitimar a ação de reintegração de posse. • Descrição de rede lexical que cria um modelo mental de

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<p>um suposto perigo que justifica a operação de reintegração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “150 militares e até um helicóptero dão apoio à operação...”
G1.com	N.29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias do MST, famílias. • Apoio na ordem judicial (discurso jurídico?) para justificar a reintegração.
G1.com	N.30	14/08/2020	Escola que ficava dentro de área de acampamento do MST é derrubada em MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: MST. • Alusão ao caráter institucional: PM, oficiais de justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. • Estratégia de legitimação de agressão às vítimas (MST) “o proprietário afirma que derrubou a escola pois tem intenção de ocupar o local no futuro”.
G1.com	N.31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias do movimento Sem Terra, famílias, pessoas. • Alusão ao caráter institucional: oficiais de justiça, Polícia Militar. • Alusão aos dispositivos jurídicos a fim de justificar a reintegração de posse
G1.com	N.32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos	<ul style="list-style-type: none"> • Uso verbal, ocasionando um modelo mental de criminalidade, por exemplo, “prender”. Também ratificado com o substantivo “prisão”. • Uso de eufemismo para se referir a ação policial com expressão “confronto”. Uso de expressão com intuito de (pseudo) distanciamento como “segundo o MST”. • Alusão ao discurso jurídico como argumento para ilegalidade da ocupação da área e, por conseguinte, justificativa para a reintegração. • Alusão ao caráter institucional (polícia militar,

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
				<p>Tribunal de Justiça). Hibridização de discursos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de legitimação da agressão às vítimas (MST): “houve, infelizmente, a resistência desses manifestantes. • Nós usamos da força proporcional e legal para conter essa agressão e dispersar essa manifestação...”
G1.com	N.33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: pessoas • Sujeito sintático “PM prende quatro pessoas durante reintegração...” • Estrutura que expressa (pseudo) distanciamento sobre a fala do MST “segundo o MST”, contrapondo quando se trata da fala de algum órgão institucional, por exemplo, “A polícia afirmou o uso...”, O governo de Minas disse que...” • Uso de eufemismo “confronto” • Alusão ao caráter institucional (polícia, governo, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social)
G1.com	N.34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: manifestantes, famílias (termos genéricos) • Controle dos itens lexicais/rede lexical sobre o MST: protesto, ocupada, desocupação. • Alusão à ordem judicial (discurso jurídico?) • Alusão às instituições/caráter institucional (Polícia, Tribunal de Justiça, Governo) • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo)
G1.com	N.35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: pessoas, membros, famílias, famílias do movimento.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
			por membros do MST de outras áreas em MG.	<ul style="list-style-type: none"> • Alusão às instituições/caráter institucional: PM, Governo, oficiais de justiça. • Controle dos itens lexicais/rede lexical sobre o MST: área ocupada, reintegração de posse. • Expressão de (pseudo) distanciamento “segundo a acessória de comunicação do MST...”, estrutura que causa um modelo mental que ponhe em dúvida a fala do MST: ao modo “truculento de agir da polícia militar”. As ASPAS parecem ser marca de dessa estratégia.
G1.com	N.36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: família, movimento, MST, integrantes, famílias. • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: reintegração, despejo, ocupação.
G1.com	N.37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: grupo • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: ocupar, invadir, invasores. • Alusão ao discurso ambiental como tentativa de deslegitimar o MST • Uso de palavras que reproduzem um modelo mental de desordem, distúrbio à ordem: fogo, crimes, prisão, incêndio. • Apropriação discursiva – a notícia fala pelo MST “pretendiam ocupar terreno...”
G1.com	N.38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: famílias, grupo, manifestantes • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo) • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: protestam, reintegração de posse, interdição, bloqueio.

Jornal	Nº	Data	Títulos	Estratégias linguístico-discursivas
G1.com	N.39	29/11/2020	É #FAKE que vídeo mostre MST destruindo estação de transmissão de energia no Amapá	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: manifestantes, militantes. • Sem alusão a fala de membros do MST, excluídos da composição textual (controle discursivo) • Controle dos itens lexicais (rede lexical) alusivos ao MST: invadir, invasão.
G1.com	N.40	02/12/2020	Comissão de Direitos Humanos quer explicações sobre despejo de famílias do MST de área de usina em MG	<ul style="list-style-type: none"> • Nominalização: Famílias, pessoas. • Uso de eufemismo “confronto” • Expressão de (pseudo) distanciamento “ameaças alegadas pelos trabalhadores”

APÊNDICE D - PRÉ-ANÁLISE (INTERDISCURSIVIDADE)

Nº	Data	Títulos	Discurso predominante	Interdiscursividade
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	Jornalístico-midiático	Discurso sobre meio ambiente
02	29/01/2019	MST denuncia pulverização de agrotóxicos sobre acampados no interior do Pará; vídeo	Jornalístico-midiático	Discurso sobre meio ambiente
03	18/02/2019	Suspeito de liberar invasões do MST em fazenda de Borebi é novamente preso	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
04	22/02/2019	Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não recebam 'invasores de terra'	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
05	14/03/2019	Manifestação do MST na grande BH termina com feridos após bombas da PM.	Jornalístico-midiático	Discurso militar
06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
07	12/04/2019	No segundo dia de passeata, integrantes do MST chegam a Lauro de Freitas	Jornalístico-midiático	Discurso previdenciário
08	15/04/2019	Iniciada na quinta-feira, caminhada do MST chega a Salvador	Jornalístico-midiático	Discurso previdenciário
09	15/04/2019	Acampamentos do MST marcam 23 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.	Jornalístico-midiático	Discurso da jurídico/policial
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	Jornalístico-midiático	Ausência do interdiscurso
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	Jornalístico-midiático	Discurso sobre ambiente
12	17/05/2019	Briga por extração de areia motivou morte de integrantes do MST-PB, diz delegada.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
14	18/07/2019	Idoso morto em ato do MST trabalhava de pedreiro e era aluno da escola de	Jornalístico-midiático	Discurso educacional/pedagógico

Nº	Data	Títulos	Discurso predominante	Interdiscursividade
		alfabetização para adultos da ocupação.		
15	18/07/2019	Motorista avança sobre moradores de ocupação durante protesto, mata idoso e deixa feridos em Valinhos.	Jornalístico-midiático	Discurso da violência
16	18/07/2019	Polícia civil prende suspeito de matar idoso atropelado em ato do MST em Valinhos	Jornalístico-midiático	Discurso da violência
17	19/07/2019	Corpo do pedreiro atropelado durante ato MST em Valinhos é velado em Hortolândia.	Jornalístico-midiático	Discurso da violência
18	19/08/2019	MST bloqueia rodovia na Grande Natal.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
19	20/08/2019	Bolsonaro diz que governo pretende considerar oficialmente o Hezbollah como grupo terrorista	Jornalístico-midiático	Discurso terrorista
20	22/10/2019	Justiça do RS determina liberação de área ocupada pelo MST em Taquari.	Jornalístico-midiático	Discurso científico/discurso jurídico
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	Jornalístico-midiático	Discurso ecológico/ambiental
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional	Jornalístico-midiático	Discurso reforma agrária
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	Jornalístico-midiático	Discurso de proteção ao patrimônio público (vandalismo)
25	17/04/2020	Hospitais, asilos e famílias recebem doação de 45 t de alimentos do MST no Paraná.	Jornalístico-midiático	Discurso da solidariedade/altruísmo
26	17/04/2020	Ato solidário de doação de alimentos marca os 24 anos no Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
27	01/08/2020	Coronavírus: famílias que vivem em acampamento do MST doam mais de 15 toneladas de alimentos no Paraná.	Jornalístico-midiático	Discurso Altruísta (solidariedade)

Nº	Data	Títulos	Discurso predominante	Interdiscursividade
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
30	14/08/2020	Escola que ficava dentro de área de acampamento do MST é derrubada em MG.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.	Jornalístico-midiático	Discurso da segurança pública
36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	Jornalístico-midiático	Discurso ambiental
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico
39	29/11/2020	É #FAKE que vídeo mostre MST destruindo estação de transmissão de energia no Amapá	Jornalístico-midiático	Discurso ambiental
40	02/12/2020	Comissão de Direitos Humanos quer explicações sobre despejo de famílias do	Jornalístico-midiático	Discurso jurídico

N°	Data	Títulos	Discurso predominante	Interdiscursividade
		MST de área de usina em MG		

APÊNDICE E - RETROSPECTIVA 2019 DAS AÇÕES DO GOVERNO CONTRA O MST

Mês	Ações
JAN/2019	<p>08/01 - Governo suspende reforma agrária por tempo indeterminado. Na ocasião, o INCRA informou que 250 processos em andamento foram paralisados.</p> <p>16/01 - Secretário especial de assuntos fundiários, Luiz Antônio Nabhan Garcia, diz que via fechar escolas do MST e chama instituições de “fabriquinhas de ditadores”.</p>
FEV/2019	<p>29/02 - Após mais de 20 anos, justiça decide reintegração de posse do pré-assentamento Jangadinha, no município de Cascavel, oeste do Paraná. O assentamento produzia 2 mil quilos de alimentos por semana.</p>
MAR/2019	-
ABR/2019	<p>12/04 - Justiça concede liminar de reintegração de posse da fazenda Campininha, em Mogi-Guaçu (SP). Cerca de 400 famílias foram afetadas. A área pública era usada como “desova” de carros roubados antes da ocupação dos trabalhadores rurais.</p> <p>19/04 - Em <i>live</i> no Facebook, Bolsonaro afirma que pretende tipificar as ocupações do MST como atos terroristas e defendeu que proprietários possam atirar e matar ocupantes sem que a ação seja considerada crime.</p> <p>25/04 - Após reunião com Bolsonaro, o ministro da Educação, Abraham Wientraub, afirma que o governo pretende encerrar repasses financeiros a escola do campo ligadas ao MST que atendem mais de 200 mil crianças.</p>
MAI/2019	-
JUN/2019	<p>11/06 - O juiz Amarildo José Mazutti, de Marabá (PA) determina o cumprimento de uma liminar de 2008 autorizando o despejo de parte das 212 famílias do acampamento Dalcídio Jurandir, do MST, a 28 km de Eldorado dos Carajás.</p>
JUL/2019	-
AGO/2019	<p>07/08 - 300 famílias acampadas nas mediações da BR-406, em São Gonçalo do Amarante (RN), são surpreendidas por uma ordem de despejo, que veio acompanhada de uma ação violenta de reintegração de posse: tratores passaram por cima das barracas e pertences dos acampados.</p> <p>21/08 - Primeiro assentamento com Projeto de Desenvolvimento Sustentável, o PDS Osvaldo de Oliveira, sofre nova tentativa de despejo em Macaé (RJ). As 59 famílias acampadas produziam alimentos livres de transgênicos e venenos com foco na preservação da biodiversidade.</p>
SET/2019	<p>05/09 INCRA pede reintegração de posse da área que abriga o histórico e simbólico Centro de Capacitação Paulo Freire, em Caruaru (PE). São 15 hectares em uma área que está em litígio há 20 anos.</p> <p>18/09 Bolsonaro assina decreto, altera estatuto do desarmamento e amplia autorização para posse de arma de fogo em imóvel rural.</p>

Mês	Ações
	19/09 55 famílias são despejadas do acampamento Margarida Alves, na região metropolitana de Recife. A área de 120 hectares estava ocupada há 16 anos.
OUT/2019	-
NOV/2019	25/11 Bolsonaro afirma que encaminhará um projeto de lei para permitir ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reintegração de posse no campo.
DEZ/2019	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base em www.brasildefato.com.br

APÊNDICE F - ARTIGO 186 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

ART 186: A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos por lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado.

II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do site mst.org.br

APÊNDICE G - AÇÕES DO MST NA ÁREA EDUCACIONAL

Ações	Resultados
Escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos	Mais de 2 mil
Crianças, adolescentes, jovens com acesso à educação garantida	200 mil
Adultos alfabetizados	50 mil
Estudantes em cursos técnicos e superiores	2 mil
Cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo país	Mais de 100 mil

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados retirados de <https://mst.org.br/> em 23/09/2020

APÊNDICE H - SIGNOS E REPRESENTAÇÕES DA BANDEIRA DO MST

Signos: cores e desenhos	Significado/Representação
Cor vermelha	Representa o sangue das veias e a disposição de lutar pela reforma agrária.
Cor branca	Representa a paz conquistada somente através da justiça social.
Cor preta	Representa o luto e a homenagem aos trabalhadores e trabalhadoras que tomaram lutando.
Cor verde	Representa a esperança de vitória a cada latifúndio conquistado.
Fação	Representa a ferramenta de trabalho. De luta e de resistência.
Mapa do Brasil	Representa a luta nacional do MST e que a reforma agrária deve se estender por todo país.
Trabalhador/Trabalhadora	Representa a necessidade da luta ser feita pelas mulheres, pelos homens, pelas famílias inteiras.

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados retirados de <https://mst.org.br/> em 24/09/2020.

APÊNDICE I - NOTÍCIAS SELECIONADAS PARA O *CORPUS* ANALÍTICO

Nº	Data	Títulos	Links
01	14/01/2019	Famílias de camponeses ocupam fazenda em Itupiranga, no Pará.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/01/14/familias-do-movimento-sem-terra-ocupam-fazenda-no-interior-do-pa.ghtml
04	22/02/2019	Ouvidor do Incra recomenda a superintendências regionais que não recebam ‘invasores de terra’	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/22/ouvidor-do-incra-recomenda-que-superintendencias-regionais-nao-recebam-invasores-de-terra.ghtml
06	14/03/2019	Integrantes do MST que ocupam fazenda de João de Deus fazem ato em memória de mulheres vítimas de violência.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/03/14/integrantes-do-mst-que-ocupam-fazenda-de-joao-de-deus-em-goias-fazem-ato-em-memoria-de-mulheres-vitimas-de-violencia.ghtml
10	16/04/2019	Integrantes do MST ocupam sede do Incra e fazem caminhada pela reforma agrária, no Recife	https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/04/16/integrantes-do-mst-fazem-ato-pela-reforma-agraria-no-recife.ghtml
11	17/04/2019	MST protesta contra veto de Doria a feira da reforma agrária no parque da Água Branca	https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/04/17/mst-protesta-contra-veto-de-doria-a-feira-da-reforma-agraria-no-parque-da-agua-branca.ghtml
13	23/06/2019	Fantástico denuncia fraudes em programas de reforma agrária	https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/06/23/fantastico-denuncia-fraudes-em-programa-de-reforma-agraria.ghtml
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/11/25/acao-de-reintegracao-de-posse-e-deflagrada-em-lotes-da-codevasf-ocupados-pelo-mst-no-norte-da-ba.ghtml
22	09/03/2020	Integrantes do MST ocupam sede do Incra em Fortaleza; ação faz parte do movimento nacional	https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/09/integrantes-do-mst-ocupam-sede-do-incra-em-fortaleza-acao-faz-parte-de-movimento-nacional.ghtml
23	09/03/2020	Mulheres do MST ocupam sede da Codevasp na BA para pedir cumprimentos de acordo com assentamentos.	https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/09/mulheres-do-mst-ocupam-sede-da-codevasp-na-ba-para-pedir-cumprimento-de-acordo-com-assentamentos.ghtml
24	09/03/2020	Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura em protesto contra liberação de agrotóxicos	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/09/mulheres-sem-terra-ocupam-ministerio-da-agricultura-durante-protesto-em-brasilia.ghtml
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/12/policia-militar-cumpre-ordem-judicial-para-reintegracao-de-posse-de-area-de-usina-em-campo-do-meio-mg.ghtml

Nº	Data	Títulos	Links
29	12/08/2020	Oficiais de justiça ainda negociam para famílias do MST deixarem área de usina em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/12/oficiais-de-justica-ainda-negociam-para-familias-do-mst-deixarem-area-de-usina-em-mg.ghtml
31	14/08/2020	Famílias do MST alegam violência da PM e deixam área de usina em MG após 50 horas de resistência.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/14/familias-do-mst-alegam-violencia-da-pm-e-deixam-area-de-usina-em-mg-apos-50-horas-de-resistencia.ghtml
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/14/pm-admite-ter-jogado-bombas-contra-familias-do-mst-durante-reintegracao-em-area-de-usina-de-mg-manifestantes-sao-presos.ghtml
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda.	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/14/pm-de-minas-prende-quatro-pessoas-durante-reintegracao-de-posse-de-fazenda.ghtml
34	14/08/2020	MST realiza protesto e interdita trecho da BR-116, em Governador Valadares.	https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2020/08/14/mst-realiza-protesto-e-interdita-trecho-da-br-116-em-governador-valadares.ghtml
35	15/08/2020	Famílias despejadas de usina são acolhidas por membros do MST de outras áreas em MG.	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/15/familias-despejadas-de-usina-sao-acolhidas-por-membros-do-mst-de-outras-areas-em-mg.ghtml
36	18/08/2020	MST pede testagem para Covid-19 em integrantes envolvidos em ação de reintegração de posse	https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2020/08/18/mst-pede-testagem-para-covid-19-em-integrantes-envolvidos-em-acao-de-reintegracao-de-posse.ghtml
37	08/09/2020	Líder de grupo de invasores, casal é preso suspeito de tentar ocupar fazenda e provocar fogo na propriedade, em Cachoeira Alta.	https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/09/08/lider-de-grupo-de-invasores-casal-e-preso-suspeito-de-tentar-ocupar-fazenda-e-provocar-fogo-na-propriedade-em-cachoeira-alta.ghtml
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391.	https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/10/01/familias-de-acampamento-do-mst-protestam-contra-reintegracao-de-posse-na-pa-391.ghtml

APÊNDICE J - RELAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Procedimento	Categoria
Descrição dos elementos temáticos que compõem as representações sociais sobre MST.	Tópico discursivo
Interpretação das estratégias discursivas de silenciamento de vozes dos atores sociais do MST.	Interdiscursividade
Análise das estratégias linguístico-discursivas utilizadas nos processos de reprodução das representações sociais.	Léxico

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE K - NOTÍCIAS SOBRE O MST

N	Data	Títulos
21	25/11/2019	Ação de reintegração de posse é deflagrada em lotes da Codevasf ocupados pelo MST no norte da BA
28	12/08/2020	Polícia Militar cumpre ordem judicial para reintegração de posse de área de usina em MG
32	14/08/2020	PM admite ter jogado bombas contra famílias do MST durante reintegração em área de usina de MG; manifestantes presos
33	14/08/2020	PM de Minas prende quatro pessoas durante reintegração de posse de fazenda
38	01/10/2020	Famílias de acampamentos do MST protestam contra reintegração de posse na PA-391

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO A - FAC-SÍMILE DE MEMORANDO DA OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL

Assunto: Recomendação aos Superintendentes Regionais do INCRA.

Senhor Superintendente,

1. Em consonância com as diretrizes emanadas pela Presidência do INCRA, esta Ouvidoria Agrária Nacional recomenda informar a seus Chefes de Divisão e Executores de Unidades Avançadas a não atenderem entidades que não possuam personalidade jurídica, bem como seus representantes.
2. Da mesma forma, não deverão ser atendidos invasores de terras (estes devem ser notificados conforme a lei).

Atenciosamente,

JOÃO MIGUEL SOUZA AGUIAR MAIA DE SOUSA
Ouvidor Agrário Nacional

Fonte: www.G1.com

ANEXO B - BANDEIRA DO MST

Fonte: <https://mst.org.br/> em 24/09/2020

ANEXO C – LETRA DE ADEMAR BOGO E MÚSICA DE WILLY C. DE OLIVEIRA

Vem teçamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sob a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra como irmãos!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Braço erguido ditamos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos est pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular
Nossa força resgatada pela chama
Da esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre operaria e camponesa
Nossa estrela enfim triunfará!
Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos faz a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular

Fonte: <https://mst.org.br/> em 24/09/2020